

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA STELA TORRES BARROS LAMEIRAS

**Entre os contos de uma posse e o poder da palavra:
“ligações perigosas” entre a mídia, a palavra e o poder político.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Alagoas para obtenção do título de Doutora em Lingüística.

Orientadora: Dra. Maria Virginia Borges Amaral

**MACEIÓ
2006**

Universidade Federal de Alagoas
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística

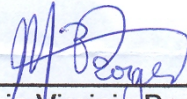
TERMO DE APROVAÇÃO

Maria Stela Torres Barros Lameiras

Título: **Entre os contos de uma posse e o poder da palavra: 'ligações perigosas'**
entre a mídia, a palavra e o poder político.

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de Doutora em
Lingüística, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, da
Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

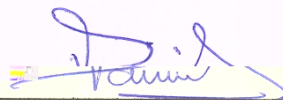


Prof. Dra. Maria Virginia Borges Amaral - UFAL

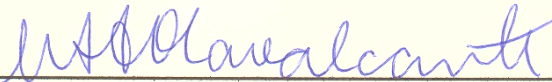
Examinadoras:



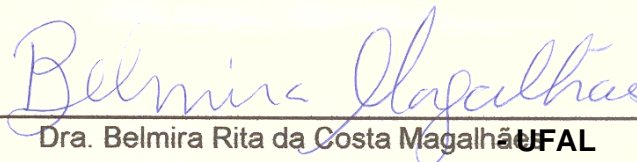
Prof. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira - UFRGS



Prof. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargento - UFSCAR



Prof. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcanti - UFAL



Prof. Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães - UFAL

*Dedico estas páginas
a Domingos, Lucas Manuel e Antônio Vitor,
pelo amor sempre crescente;
a meus pais, pelo grande exemplo de
honradez, de luta e de amor;
às minhas irmãs (as 8 Marias) e a meus irmãos
(João e Rafael), pelo afeto e pela partilha do
dia-a-dia.*

Agradecimentos

“Somos anjos de uma asa só, e só podemos voar abraçados uns aos outros...”

- À amizade de tantas pessoas queridas, com quem tenho o privilégio de conviver.
- Aos companheiros e às companheiras da FALE, pela presença amiga.
- À Virgínia, que, sábia e serenamente, soube me fazer aterrissar, de vez em quando...
- A Erivaldo, pelo empenho e pelas horas dedicadas à digitação de meu trabalho.
- A Elício, meu amigo-leitor, pela parceria nas leituras e nas interpretações.
- A Adelson Sabino, sinônimo de esperança.
- Finalmente, e acima de tudo, a DEUS, de cujo amor provêm a VIDA e a ESPERANÇA.

Crescei e Multiplicai-vos

Não calarei as reflexões que me sugere a leitura dessas palavras. O que penso é verdadeiro, e nada vejo que impeça de explicar assim os textos figurados de teus livros. Sei que sinais corporais podem exprimir de vários modos uma idéia que o espírito concebe em um só sentido; e que, vice-versa, o espírito pode conceber em sentidos diversos uma idéia expressa de um só modo. Como exemplo cito a simples idéia do amor de Deus e do próximo. Quantos símbolos, quantas línguas, e em cada uma inúmeras locuções lhe dão uma expressão concreta! É assim que crescem e se multiplicam os peixes das águas. [...] E é por isso, Senhor, creio que disseste tanto às águas como aos homens: 'Crescei e multiplicai-vos'. – Nessa bênção, penso que nos deste a faculdade, o poder de formular de várias maneiras uma única idéia, e de compreender também de muitas maneiras uma expressão única, mas obscura.



(Confissões Santo
Agostinho – Cap.
XXIV – Crescei e
multiplicai-vos...)

RESUMO

Esta tese faz um percurso sobre a não-transparência e a opacidade da linguagem, a partir de matérias do jornalismo impresso. Tomando por base a materialidade lingüística, de acordo com as condições de produção do discurso, desvendamos os interdiscursos, nos quais se entrecruzam redes de relações entre a mídia, a palavra e o poder político. Nossa pesquisa parte da orientação e de procedimentos metodológicos da Análise do Discurso, em um contexto de tendências francesas, desenvolvidas ao longo dos últimos vinte cinco anos. Pretendemos mostrar como se dá o trajeto discursivo entre as redes de memória e a sua presentificação na atualidade. Com essa percepção, damos uma importância capital a questões prioritárias, que colocam em relação a língua, a história e o sujeito. Dessa forma, analisamos a presença dos sujeitos enunciadorees no discurso, suas singularidades e os efeitos de sentidos provocados por esses discursos. Tentamos, antes de tudo, perceber as formações discursivas e ideológicas que se movimentam e movimentam igualmente os sujeitos. Nessa perspectiva, várias vozes se fazem escutar em nossa tese, entre as quais destacamos Foucault, Pêcheux (que, por sua vez, nos faz escutar vozes outras, notadamente a de Althusser), Bakhtin, Maingueneau, de Certeau, Sarfati, Orlandi. Outras contribuições, oriundas da história, da sociologia e da psicanálise se fazem também presentes, pois elas nos dão a perceber que os sentidos dos discursos são, na verdade, decorrentes das circunstâncias em que eles ocorrem e que são estabelecidos no momento em que, segundo a perspectiva de Pêcheux, memória e atualidade se encontram. No trajeto da opacificação da materialidade lingüística e de sua não-transparência, uma sombra parece tornar opacos os efeitos de sentido da palavra “esperança”, tratada, de um lado, como se fosse uma “realidade concreta”, problema que nós analisamos no capítulo “Contos de uma Posse”; por outro lado, ao longo do mandato do presidente Lula, aquela mesma “esperança” parece dissolver-se em um discurso, no qual o poder da palavra é atravessado pelo poder político, problema que nós vemos no capítulo “Poder da Palavra”. Trata-se, ainda, de um movimento incessante entre a estrutura e o acontecimento, cuja inquietude reside no processo da relação entre língua (linguagem), história, e as redes de memória do sujeito. Um processo “submetido” a diferentes condições de produção, em meio às quais o sujeito enunciador do discurso vai imprimindo a sua voz, fazendo vir com ela tantas outras vozes, cujos ecos discursivos podem provocar “ligações perigosas” entre a mídia, a palavra e o poder político.

Palavras-chave: discurso; opacidade; não-transparência; memória; atualidade; mídia.

RÉSUMÉ

A partir d'articles retirés de la presse, cette thèse fait un parcours sur la non-transparence et l'opacité du langage. En regardant de près la matérialité linguistique, et tout en suivant les traces des conditions de production du discours, nous essayons de dévoiler les interdiscours où se croisent des réseaux de relations entre les médias, le mot et le pouvoir politique. Notre recherche emprunte son orientation et sa démarche méthodologique à l'Analyse du Discours, notamment dans le contexte de tendances françaises développées au cours des vingt cinq dernières années. Nous voulons montrer comment se réalise le trajet discursif entre les réseaux de mémoire et leur présentification dans l'actualité. De ce fait, nous accordons une importance capitale à la question majeure, qui met en relation la langue, l'histoire et le sujet. C'est ainsi que nous analysons la présence des sujets énonciateurs dans le discours, voire leurs singularités et les effets de sens provoqués par leurs discours. Notre effort porte davantage sur les formations discursives et idéologiques qui sont en mouvement et qui mouvement également les sujets. Dans cette perspective, plusieurs voix se font écouter dans notre thèse, parmi lesquelles, nous relevons celle de Foucault, Pêcheux (dont la voix, à son tour, en fait retentir d'autres, notamment celle d'Althusser), de Bakhtin, Maingueneau, de Certeau, Sarfati, Orlandi. Des contributions provenant de l'histoire, de la sociologie et de la psychanalyse s'y font aussi présentes, car elles nous montrent que les sens des discours sont, en effet, issus des différentes circonstances dans lesquelles ils se produisent et dont la concrétude se fait au moment même où, selon la perspective de Pêcheux, mémoire et actualité s'entrecroisent et se retrouvent. Dans ce trajet d'opacification de la matérialité linguistique et de sa non-transparence, une ombre semble rendre opaques les effets de sens du mot « espérance », traitée, d'une part, comme si c'était une « réalité concrète », problème que nous analysons dans le chapitre « Brefs récits d'une investiture » ; d'autre part, au cours du mandat du « Présidente Lula », cette espérance semble se dissoudre dans un discours dans lequel le pouvoir du mot est traversé par le pouvoir politique, ce que nous analysons dans le chapitre « Pouvoir du Mot ». Il s'agit encore d'un mouvement incessant entre la structure et l'événement, dont l'inquiétude réside dans le processus de la relation entre langue (langage), histoire et les réseaux de mémoire du sujet. Un processus « soumis » à de différentes conditions de production, dans lesquelles le sujet énonciateur du discours est toujours en train d'imprimer sa voix, en faisant, de la sorte, retentir d'autres voix, dont les échos discursifs peuvent provoquer des « liaisons dangereuses » entre les médias, le mot e le pouvoir politique.

Mots-Clés: discours; opacité; non-transparence; mémoire ; actualité ; médias

ABSTRACT

This thesis investigates the non-transparency and the opacity of the language in newspaper's articles. Starting from the linguistic materiality and following the conditions of discourse production, interdiscourses are unveiled in the interplay among the press, the word and the political power. The theoretical concepts and methodological procedures are founded in the context of French trends developed throughout the last 25 years. Based on this perspective, it is possible to display the paths that link present discourses to the networks of memory. With that in view, priority is given to issues that relate language, history and subjects. The analysis focuses on the subjects who enunciate the discourses, their singularities and the effects of meaning produced by these discourses. The observation of these processes allows the analyst to perceive the discursive and ideological formations as these formations themselves perform movements and set subjects in motion. In the course of the analysis, different voices emerge throughout the text, amongst them stand out Foucault, Pêcheux (who brings about other voices, in special Althusser's), Bakhtin, Maingueneau, de Certeau, Sarfati, Orlandi and others coming from disciplines such as History, Sociology, and Psychoanalysis. Grounded on these different voices, the study shows that discourse meanings originate of the circumstances of their occurrences and are established at the moment when memory and present time interact. As the linguistic materiality grows increasingly non-transparent, a shade seems to turn opaque the effects of meaning of the word "hope". Firstly, in the chapter named Talsea70rs)es, tis)y b(s on the)-(at)75.0(who)es,)-5.(1)7)-5(1s



Entre os “Contos de uma Posse” e o “Poder da Palavra”:

“Ilgações perigosas” entre a mídia, a palavra e o poder político.



5ª MÉRIDA LINGUA Folha de S. Paulo, A8, BRASIL, 28 de dezembro de

Metáforas do presidente contaminam fala dos ministros

Futebol inspira a imaginação da equipe econômica, que tem desde goleiro a cobrador de pênaltis; outros assessores preferem a medicina

VIRGÍLIO ARRANCHES
São Paulo

“O Brasil está na reta final para chegar a segunda-feira, e chegamos à primeira divisão dos investimentos.” Não, apesar do estilo curativo, a frase não é do presidente. Lula em maio tinha tentado para explicar...

Logo o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, que, além de participar das reuniões da mesa-redonda federal, ainda “escala” um outro colega. “O ministro da Fazenda, como time de futebol de 11, o governo. Tem de cuidar para não ter gol dos adversários e, de vez em quando, não tomar um cartão...

... neste mês, que sabe associar o trabalho do governo às tarefas do dia-a-dia dos defensores que a equipe de Lula está constituindo e acalmando no Brasil, ele declarou: “O sul ficou de resaca não teve efeito, e como fortaleza fica a gramina”. Os adjetivos característicos também inspiram o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. “Respostas foram processo copuloso...

... ra), ruiu, discursos, levadas a dres da colega Mariana Silva (Melo Arrambado). “Temto insistido na ideia de que este governo deve primar claramente a legitimidade política, trabalhando sempre a jus do dia, sem deixar eu esquecer de qualquer momento”. Outro que fazemos inspiração no ano 2002...”

... Para o ministro Alde, profeta do Brasil de 2002...

... No lugar do item 2.9 – lista de ilustrações, das Normas da ABNT 2006 (PUC-MINAS), trouxemos, para ilustração, quatro imagens representativas de diferentes momentos de uma história política, cujo percurso das práticas discursivas analisamos nesta tese. Segue a descrição das fotos utilizadas, à guisa de ilustrações, na capa desta tese:

1. Posse de Lula (Folha de S. Paulo, 2 de janeiro de 2003);
2. Presidente Lula com o grupo Jongo da Serrinha (Folha de S. Paulo, 28 de novembro de 2003);
3. Presidente Lula, na sede da FIESP (Folha de S. Paulo, 4 de outubro de 2005);
4. Matéria da Folha de S. Paulo, de 2 de Dezembro de 2003.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 PERCURSOS DE UMA TEORIA, DE UMA HISTÓRIA E DE ABORDAGENS METODOLÓGICAS.....	22
2.1 Prelúdios da AD.....	22
2.2 Momentos político-históricos de uma transição.....	34
2.3 Um Fato: Múltiplas Versões.....	41
2.4 Dos Fatos Ocorridos aos Acontecimentos A/Enunciados.....	58
3 CONTOS DE UMA POSSE.....	73
3.1 Preâmbulos de uma Análise (1).....	73
3.1.1 <i>Títulos x Matérias: uma relação nem sempre transparente</i>	88
3.2 Reportagens de cobertura x abertura de sentidos.....	97
4 PODER DA PALAVRA.....	121
4.1 Preâmbulos de uma Análise (2).....	121
4.2 Sujeito e Discurso: Sujeito do Discurso/Discurso do Sujeito.....	130
4.3 Veredas do Discurso: reconhecendo limites, vislumbrando horizontes...156	
4.4 Metáforas e Metas languageiras.....	166
5 CONCLUSÃO.....	182
POSFÁCIO.....	194
REFERÊNCIAS.....	198
ANEXOS.....	207

1 INTRODUÇÃO

Ao abordar as teorias do discurso, nesta tese, partimos de uma visão processual de ciência na qual acreditamos, bem como do princípio de que ciência é sempre um recomeço, uma perspectiva defendida por Demo (1985), que vê, em cada ponto de chegada, uma possível partida. Essa perspectiva de ciência, no contraponto de resultados definitivos, desloca a ciência de seu porto seguro e a faz interrogar-se diante do que poderia parecer uma certeza inquestionável:

A ciência não é, pois, a acumulação de resultados definitivos. É principalmente o questionamento inesgotável de uma realidade reconhecida também como inesgotável. Sobretudo, as ciências sociais são nesse sentido um corpo irrequieto, intranquilo, curioso. Seu charme está em não poderem ser frias, estáticas, neutras. Não conseguem apenas descrever problemas. Sempre também provocam a enfrentá-los. São muito mais um desafio ao homem do que a guarda de resultados obtidos e armazenados. Conseguem reinventar-se. Muitas vezes são azedas e impertinentes. No fundo, são históricas, ou seja, irrequietas e criativas como a própria história. (DEMO, 1985, p.76)

Trabalhar com a linguagem, com questões relacionadas à discursividade, é transitar na intranquilidade do “corpo irrequieto” de que fala a citação acima. Esse corpo que nós aproximamos do movimento “irrequieto e impertinente” entre estrutura e acontecimento, a partir do trabalho dos sentidos; sentidos que Pêcheux (1990a) vê reconstruírem-se, indefinidamente, em sucessivas interpretações, em meio à suposta estabilidade da estrutura, considerada por esse mesmo autor como a “higiene pedagógica do pensamento”.

Para se percorrer um caminho de contradições evidentes, bem mais do que de evidências, tomamos por base, para nortear nossas partidas, as teorias da Análise do Discurso de tendências francesas (a partir de então, AD), que envolvem, ao mesmo tempo, as formações discursivo-ideológicas, a enunciação, o dizer do enunciador e os interdiscursos que atravessam esse dizer.

Por mais que existam, em torno do sujeito e das questões textuais e discursivas, correntes terminológicas ancoradas em diferentes concepções, sejam elas lingüístico-filosóficas ou de outra natureza, há de se reconhecer que toda organização textual não pode ser apreendida unicamente por si mesma, em sua

materialidade; é preciso considerar as condições de produção de todo discurso, o sujeito enunciador e os elos que ligam a enunciação de uma certa organização textual a um determinado lugar social. Os dispositivos teórico-analíticos da AD não vêem o discurso como redutível face ao lingüístico, nem tampouco face à ideologia. Ao analisar o processo de produção de sentidos, a AD considera as formações discursivas como componentes ou imbricadas de uma determinada formação ideológica, em articulação com as condições de produção em que se realiza o discurso.

É importante considerar que a noção de formação discursiva vive um momento de questionamentos, e até mesmo de negação. Mas os estudos da AD não podem prescindir do que se considera ainda como uma de suas hastes: a formação discursiva. Segundo Guilhaumou (2004), afastá-la inteiramente da cena discursiva deixa um vazio, um vazio que esse autor vê sendo preenchido por “alguma coisa” que existe e “alguém” que fala. Essa “alguma coisa” se aproximaria, no dizer de Guilhaumou (2004), da formação discursiva, uma formação da qual o sujeito se “apropriaria” pelo pensamento e pelo discurso. Novamente, os discursos transitam entre realidade e linguagem. Não estamos, portanto, caminhando na direção oposta da formação discursiva, dos primórdios da AD; apenas, não a colocamos mais em uma posição que “domina” o dizer.

Nesta tese, tratamos de formações discursivas e ideológicas como um lugar de discursos transversos, nos quais transitam língua/linguagem, história e ideologia, que se manifestam, via sujeitos, no momento da enunciação, através da materialidade lingüística. Nessa manifestação material, vamos também trazer o conceito de Maingueneau (1997) de Instituição Discursiva, doravante I.D., na qual se encontram a face textual e a face social do discurso.

Trazemos, para este estudo, a perspectiva da AD, com seus conceitos e suas problemáticas, oriundas dos lugares mais diversos, e bem distantes de uma homogeneização. Trazemos também a perspectiva bakhtiniana, que vê na dialogia, ou seja, na realização do ser ao interagir com o seu mundo, com a sua cercania, muito mais do que a realização do processo de seres que se comunicam face a face. Há, nessa perspectiva, a idéia de sujeitos que se constituem na interlocução, uma interlocução marcada pela heterogeneidade. E conciliar “o outro”, o interlocutor da

heterogeneidade constitutiva da dialogia bakhtiniana e o Outro¹, do inconsciente da psicanálise, que também se faz presente em nossas reflexões, mais do que ousadia, é um embate teórico de difícil solução, mas, nem por isso, impossível.

Esses embates são desafios de uma perspectiva de ciência que não busca, necessariamente, um consenso. Toda ciência deve ser, sobretudo, investigativa, uma peculiaridade que faz do objeto de pesquisa – em nosso caso, o discurso, esse espaço flutuante entre a estrutura e acontecimento, um acontecimento que, diante do inesperado, refrata-se, provoca rupturas. É nesse espaço de rupturas que memória e atualidade se ligam, de forma um tanto quanto contraditória, pelo acontecimento presente, uma ruptura que nos liga ao passado para, assim, permanecer presente no acontecimento.

Com esse propósito de investigação, selecionamos, em um primeiro momento, matérias da imprensa escrita² sobre a posse do presidente Lula, nas quais fomos buscar os *pontos de deriva* possíveis, que estão na origem dos *gestos de interpretação*, da polifonia/polissemia, por vezes um quase binômio, sobre o qual falaremos nesta tese. Em um segundo momento, trabalhamos com a palavra e a sua relação com o poder, analisando trechos de fala do presidente Lula, de sua equipe política e do Partido dos Trabalhadores (PT, a partir de então), fazendo ver que, por trás das “palavras dançarinas”³ (uma metáfora que convém às nossas concepções de palavra refratária), as ideologias e os interesses se confundem na opacidade da materialidade discursiva.

Retomando a idéia inicial de metodologia posta neste trabalho, encontramos uma reflexão que corrobora a nossa visão processual de ciência, e que vai de encontro às posições positivistas, uma vez que não acreditamos em uma verdade única, absoluta, em um único caminho. Vemos, seguindo Orlandi (1996), o discurso como um lugar de jogo de sentidos, o que deixa ver que a autora citada não entende o discurso como algo definitivo, uma partida do “ponto zero” nem tampouco como ponto de chegada. Todo jogo supõe regras, uma certa lógica; mas os resultados

¹ O Outro, com “O” maiúsculo alude a um lugar e não a uma entidade ou pessoa. Lugar a ser entendido como a ordem dos elementos significantes que articulam o inconsciente e marcam a determinação simbólica do sujeito. Daí, Lacan dizer que o inconsciente é o discurso do Outro, e a linguagem, sua condição. (cf. CESAROTTO, O.; LEITE, M. P. de S. *Jacques Lacan uma biografia intelectual*. São Paulo: Iluminuras Ltda, 1993).

² A princípio, consideramos imprensa, essencialmente, como órgão de divulgação escrita da mídia, partindo da idéia de que a “prensa” (donde o nome imprensa) foi o instrumento que permitiu a divulgação da mídia impressa. Entretanto, utilizamo-nos das expressões, imprensa falada, escrita e televisionada, de acordo com o emprego corrente que se faz dessas expressões, na mídia em geral.

³ Expressão empregada por de Certeau, 1990, p.75, *mots danseurs*.

difícilmente são previsíveis. Essa visão coincide com a nossa percepção de ciência, posta na introdução desta tese, na qual não se aponta para um único caminho. Vê-se que, em toda chegada, há uma possível partida, pois, ao se trabalhar com efeitos de sentidos, não se pode pensar em uma via de mão única, nem tampouco em uma rua sem saída. Com esse entendimento, situamos o texto, enquanto materialidade lingüística, e o discurso, com seus *pontos de deriva*, na inter-relação da subjetividade com a objetividade, em uma conjunção da superfície da materialidade com a subjetividade do processo discursivo.

É significativo registrar que a relação entre a lingüística e as ciências humanas foi palco (e continua sendo) de grandes questionamentos nos anos 80, o que Mazière (2005) evoca, ao citar o Posfácio proposto para a Revue Lagages 81, em março de 1986, de autoria da historiadora e socióloga Régine Robin⁴, e cujo título, por si só, já revelava as “inquietações” em torno dos caminhos da AD: “A Análise do Discurso entre a lingüística e as ciências humanas: o eterno mal-entendido.”.

Nesse contexto de novos percursos da AD, trilhados pelas ciências humanas, os trabalhos de Charaudeau (1994) situam-se na interface entre a lingüística e a mídia, e inscrevem-se no tratamento da informação, em uma perspectiva da dimensão social do discurso midiático. E, ainda que esses trabalhos enveredem, mais especificamente, por questões semióticas, o que não é o foco desta tese, há um aspecto, do qual trata o autor citado, que está em consonância com nossas análises: é o da construção de sentidos, a partir da via tríplice psico-sociolinguageira que, por sua vez, se realiza através da intervenção de um sujeito inserido nessa mesma perspectiva.

Para o tratamento da questão midiática, entre outros autores, trazemos também Bonnafous; Tournier (1995) que, ao trabalharem essa questão, a partir de pesquisas sobre comunicação e discursos políticos, levaram em conta, como se constituem os discursos e as opiniões na mídia, e não a mídia em si mesma. As autoras mencionadas não colocam em jogo questões partidárias de direita ou de esquerda; para elas, o importante é tentar compreender, na mídia, como se dá o

⁴ Régine Robin (1986) Post-face, L'Analyse du discours entre la linguistique et les sciences humaines: l'éternel malentendu, In: *Revue Langages*, nº 8. Professora na Universidade de Québec, em Montréal, contribuiu para a formação da AD na chamada escola francesa, seus trabalhos se inscrevem em um contexto intercultural, no qual vê questões da memória coletiva e individual, de cultura e de identidade.

movimento das *ondas de fundo discursivo*⁵, uma percepção que vai ao encontro do que trabalhamos nesta tese.

As matérias jornalísticas que constituem o “corpus” deste estudo, em seus diversos gêneros – “fait-divers”, reportagens, crônicas, etc, são analisadas a partir de categorias da AD que abrangem a enunciação no eixo da discursividade – memória e atualidade⁶, e a manifestação na materialidade lingüística que corporifica esse eixo. É nesse eixo discursivo, no qual se constrói a relação entre linguagem, história e redes de memória do sujeito, que vamos buscar pistas para possíveis *gestos de interpretação*; em outras palavras, buscamos o movimento das *ondas de fundo discursivo* do qual falamos anteriormente.

Após esta **INTRODUÇÃO**, no segundo item desta tese, **PERCURSOS DE UMA TEORIA, DE UMA HISTÓRIA E DE ABORDAGENS METODOLÓGICAS** (vendo método como caminho, uma concepção que tem origem na língua grega), fazemos um retrospecto de fundamentos da AD e de seus caminhos, ao longo de sua existência nos estudos da linguagem, no sub-item **2.1 Prelúdios da AD**. Apresentamos, também, um retrospecto sucinto da história política do Brasil, naquilo que consideramos pertinente aos acontecimentos que irrompem em nosso material de análise, no sub-item **2.2 Momentos político-históricos de uma transição**. Tratamos, ainda, da pluralidade de versões que surgem entre a captação de um fato e a sua transposição para a mídia, no sub-item **2.3 Um Fato: Múltiplas Versões**. Destacamos, ainda, nesses percursos, o espaço de transação entre um fato ocorrido e a sua a/enunciação ilustrado por um “fait-divers”, no sub-item **2.4 Dos Fatos Ocorridos aos Acontecimentos A/Enunciados**.

No terceiro item, trazemos cinco reportagens de cobertura sobre a posse do presidente Lula, o que chamamos de **CONTOS DE UMA POSSE**. Trata-se da análise de cinco discursos jornalísticos que apresentam versões sobre a posse do presidente Lula, e nos quais os acontecimentos se pluralizam, a partir das circunstâncias da enunciação. Antes de fazermos a leitura dessas matérias, a fim de atravessarmos a opacidade discursiva, e tentando desvendar, na medida do possível, a não transparência da linguagem, via efeitos de sentido, refletimos sobre

⁵ Expressão da qual fazemos uso a partir de Bonnafous; Tourmier, 1995, p.78,79.

⁶ Ao longo desta tese, trabalhamos sem distinção os termos atualidade e presentificação, ainda que este último tenha, para nós, um sentido maior, pois implica uma noção de processualidade com a qual nos identificamos.

algumas questões teóricas que servirão de norte para nossa análise: **3.1 Preâmbulos de uma Análise (1).**

A relação títulos X matérias merece uma abordagem específica neste subitem **3.1.1 Títulos x Matérias: uma relação nem sempre transparente**, uma vez que vemos, nessa relação, o favorecimento de muitos *gestos de interpretação* possíveis, podendo mesmo considerar essa relação como uma porta de entrada para o que consideramos como abertura de sentidos: **3.2 Reportagens de cobertura X abertura de sentidos.**

As cinco matérias deste terceiro item, todas datadas do dia 2 (dois) de Janeiro de 2003, estão identificadas, na tese, por ordem dos anexos, da seguinte forma:

(A₁) “Posse é vista por 150 mil.” (Folha de S. Paulo).

(A₂) “Povo toma as ruas e solenidade vira celebração.” (O Estado de São Paulo).

(A₃) “Nem chuva empana calor da festa.” (Jornal de Brasília).

(A₄) “A verdadeira festa popular do Brasil.” (Tribuna do Brasil).

(A₅) “O povo o abraça, presidente Lula.” (Tribuna da imprensa).

Além da inclusão dos anexos das cinco matérias sobre a posse do presidente Lula, já identificadas como **A₁**, **A₂**, **A₃**, **A₄** e **A₅**, outras matérias sobre acontecimentos relacionados ao governo Lula, e que também ilustram algumas análises, vêm em anexo e estão identificadas, no corpo do texto, na ordem subsequente:

(A₆) “Lula ouve sermão em missa no 1º de Maio.” (Folha de S. Paulo, 2 de maio de 2004).

(A₇) “‘A vida no Brasil é horrível’, diz Caetano.” (Folha de S. Paulo, 13 de abril de 2004).

(A₈) “Discurso no Parlatório – ‘A responsabilidade não é minha, é nossa’.” (Folha de São Paulo, 2 de janeiro de 2003).

(A₉) “Discurso no Congresso – ‘É preciso controlar ansiedades sociais’.” (Folha de São Paulo, 2 de janeiro de 2003).

(A₁₀) “Lula afirma ter um jeito diferente de governar o país.” (Folha de São Paulo, 30 de setembro de 2004).

(A₁₁) “Haja paciência.” (Folha de São Paulo, A2, 23 de agosto de 2003).

(A₁₂) “‘Não pergunte, encha a boca de castanha’, diz Lula.” (Folha de São Paulo, 6 de fevereiro de 2004).

(A₁₃) “Governo vacila, e CPI do Bingo avança.” (Folha de São Paulo, 19 de fevereiro de 2004).

(A₁₄) “Sombra no Planato: Petistas e Tucanos travam batalha de versões na Internet.” (Folha de São Paulo, 29 de fevereiro de 2004).

(A₁₅) “Metáforas do presidente contaminam fala dos ministros.” (Folha de São Paulo, A8, 20 de dezembro de 2003).

(A₁₆) “Le défis de Lula.” (La République de Pyrenées, 29 de outubro de 2002).

Acrescentamos, ainda, dois anexos com imagens que ilustram, significativamente, o nosso trabalho de pesquisa:

(A₁₇) Ilustração da reportagem de cobertura “Posse é vista por 150 mil.” (Folha de São Paulo, 2 de janeiro de 2003).

(A₁₈) “Apoteose.” (primeira página do jornal Tribuna da imprensa, 2 de janeiro de 2003).

Entre as matérias citadas, e que constam nos anexos desta tese, duas poderiam estar (ou estão) na classificação de crônicas, esse estilo que, para muitos, é considerado o filho bastardo da arte literária, pelas características de uma escritura menos literária, bem como pela relação de proximidade com as histórias do cotidiano. Sobre a crônica, atribui-se a Machado de Assis a comparação feita com uma velha patusca, uma comparação trazida no livro “História de ‘cousas miúdas’”⁷, que diz ser uma velha que “fareja todas as cousas miúdas e graúdas, e põe tudo em pratos limpos.”. No caso das crônicas: “Haja paciência” e “Metáforas do presidente contaminam fala dos ministros”, há, na verdade, um “farejamento”, de “cousas não tão miúdas” e que nossos *gestos de interpretação* tentam perceber em sua processualidade.

O “corpus” selecionado para análise nesta tese, predominantemente extraído do jornal “Folha de S. Paulo”, deve-se ao fato de que, enquanto leitora “contumaz”

⁷ *História em ‘cousas miúdas’*, CHALHOUB, S., PEREIRA, L. A. de M., NEVES, M. de S., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

da imprensa escrita, este jornal possui uma linha editorial pela qual tenho feito opção. Ao longo da tese, fazemos apelo, também, a alguns dizeres extraídos de matérias que não constam nos anexos deste trabalho, mas cujas referências estão no corpo do texto.

Após a análise do que chamamos “Contos de uma posse”, passamos para a análise do PODER DA PALAVRA, no quarto item desta tese. A partir da fala do presidente Lula e de sua equipe política, no exercício do poder na presidência da República, estabelecemos paralelos, fazemos contrapontos, buscando identificar, nas formulações dos processos discursivos, as “ligações perigosas” entre a palavra, o poder político e os efeitos de sentido produzidos na mídia e/ou pela mídia.

Reconhecemos, nesse espaço de análise, o poder da palavra, essa palavra que a dita democracia tem a seu favor, nos sentidos que pretende produzir nas práticas discursivas,

procedimento (sócio)linguageiro, em vias de uma provável e perigosa regularidade discursiva⁸, na qual os sentidos se opacificam no trajeto dos imaginários discursivos.

Ao fazermos a conclusão desta tese, insistimos na opacidade e na não-transparência dos sentidos, cuja tessitura se dá no percurso no qual transitam língua(gem), história, sujeito e suas redes de memória. Nesse percurso, continuamos com as “inquietações” de quem não consegue, sob o véu supostamente transparente da superfície material, desvendar os “esconderijos” do sujeito no eixo da discursividade, nem tampouco consegue atravessar a “cortina de fumaça” que, tantas vezes, opacifica as práticas discursivas e dificulta o entendimento da multiplicidade de sentidos para o/a leitor/a intérprete, bem como dificulta a percepção dos processos de constituição desses sentidos, para o analista do discurso.

A nossa presença, portanto, nesta tese, se dá, enquanto leitora, ao interpretar, ao produzir sentidos e, ao mesmo tempo, enquanto analista do discurso, cuja tarefa, ainda que exercida em uma direção interpretativa, deve se encaminhar na tentativa de compreender os sentidos produzidos pelo texto, a partir dos processos que os constituem. O nosso percurso tenta “descortinar” processos de constituição de sentidos, no qual, sujeito, discurso e condições de produção estão permanentemente imbricados.

No título desta tese, ao nos referirmos às ‘ligações perigosas’ entre a mídia, a palavra e o poder político, fazemos uma analogia com o livro “Les Liaisons Dangereuses”⁹. Essa analogia se torna possível pela forma como esse romance permite que o leitor estabeleça relações entre os personagens, construindo sentidos diferenciados e, até mesmo, possibilitando uma ordem à narrativa, segundo a perspectiva de cada leitor e de seu conhecimento de mundo.

Além do mais, e ainda que consideremos as situações distintas entre um romance no século XVIII e entre uma situação vivida nos dias atuais, pensamos que as relações entre a mídia, a palavra e o poder político são entremeadas de poder, um poder na origem e nas conseqüências dessas “ligações perigosas”.

É importante destacarmos que a escolha da imprensa escrita, para nosso “corpus” de análise, parte do princípio de que, para a AD, todo discurso, do trivial a um tratado, tem o mesmo valor. Entretanto, o que é preciso considerar é o discurso

⁸ Expressão empregada por Pêcheux e atribuída a P. Achard (1990).

⁹ Livro escrito em 1782, por Choderlos de Laclos (França, 1741-1803).

construído na relação do texto com o seu lugar social, uma relação que já se comparou a uma folha de papel, inseparável de seu averso. (MAINGUENEAU, 1998)¹⁰.

Um outro ponto a ser destacado é o fato de não separarmos inteiramente a abordagem teórica da análise, muito embora tentemos fazê-lo, em dois momentos, especificamente mais teóricos: **“3.1. Preâmbulos de uma análise (1)”** e **“4.1 Preâmbulos de uma Análise (2)”**. Parece-nos impossível, no entanto, fazer a travessia de questões teóricas, sem ilustrá-las, de vez em quando; da mesma forma que não nos parece possível fazer análise sem que ela esteja entremeada de alguma teoria.

Ressaltamos, ainda, nesta Introdução, a não linearidade de nosso percurso teórico-metodológico, no qual irrompe, aqui e acolá, a retomada de trechos selecionados para análise, bem como a retomada de perspectivas teóricas, apesar de uma ordem supostamente linear, proposta inicialmente. Essa não linearidade poderia ser vista como uma espécie de “abalo da estrutura” de nosso estudo. Entretanto, é necessário que saíamos da estrutura de quando em vez; é preciso mesmo, em alguns momentos, olhar para trás, ou então pegar alguns atalhos que nos façam descobrir, mais adiante, outros caminhos possíveis.

É esta a nossa proposta: a descoberta, em meio à não transparência da linguagem, de possíveis *gestos de interpretação* na “floresta de narrativas” de nossa cotidianidade, gestos que se interpõem, ou que nós interpomos, em meio à nossa caminhada de leitora/intérprete e de analista do discurso. Uma proposta que percorre as formulações discursivo-ideológicas, buscando entender, para além dos sentidos opacificados nas práticas discursivas, os efeitos dessa opacificação, recuperados, aqui e acolá, nos “vestígios do possível” (Orlandi, 1997). Estamos, nesta tese, posicionados como incansáveis peregrinos de uma longa caminhada, tentando atravessar fronteiras, fronteiras que põem em relação e, ao mesmo tempo, marcam os espaços distintos, embora complementares.

Para finalizar esta tese (porta de antíteses que virão, inevitavelmente), e reconhecendo que a caminhada da vida acadêmico-profissional vem sempre em paralelo à caminhada de vida pessoal, por mais que queiramos dissociar uma da outra, apresentamos um Pós-fácio, no qual tentamos expressar um pouco dessa

¹⁰ Comparação feita por Dominique MAINGUENEAU, em Conferência na Universidade de Osaka (1998).

transcendência que põe os sujeitos em relação com o mundo. Trata-se de uma espécie de retrato falado de inquietudes pessoais, no qual se entrecruzam os interdiscursos que tornam possíveis nossos *gestos de interpretação*, em meio ao que consideramos como “florestas de narrativas” de nossa cotidianidade.

2 PERCURSOS DE UMA TEORIA, DE UMA HISTÓRIA E DE ABORDAGENS METODOLÓGICAS

2.1 PRELÚDIOS DA AD

Atualmente, quando se fala em análise do discurso, não se pode ignorar que essa marca engloba trabalhos de inspirações bem diferentes, no mundo inteiro. Apesar de se multiplicarem as sínteses, as apresentações, as 'mises au point', a análise do discurso continua extremamente diversificada¹¹.

Dominique Maingueneau

Em toda a história da humanidade, desde que o homem se comunica através da fala e da escrita, muitos encontros e desencontros têm habitado os discursos, enquanto práticas que, “em vez de restringirem a linguagem ao arbitrário de suas unidades e de suas regras, apreendem o discurso estabelecendo uma relação com questões sociais, psicológicas, históricas [...]” (MAINGUENEAU, 1997, 11)¹².

Os discursos vivem em uma constante metamorfose, uma vez que se abrem a sentidos múltiplos e circunstanciados no entorno da enunciação, nas vozes que os constituem, no enunciador que os assume e os realiza em sua materialidade. Por essa via, os efeitos de sentido ora engravidam, ora se esvaziam e cedem lugar a outros sentidos (nunca inteiramente novos). Inúmeros quíproquós são provocados pelos espaços abertos a interpretações e que separam as palavras enunciadas das palavras percebidas.

¹¹ Aujourd’hui, quand on parle d’analyse du discours on ne peut plus ignorer que cette étiquette recouvre dans le monde entier des travaux d’inspirations très différentes. On a beau multiplier les synthèses, les présentations, mises au point, l’analyse du discours reste extrêmement diversifiée. (MAINGUENEAU, D. *Revue Marges Linguistique*, Numéro 9, p.65, Editions M. L. M. S., Saint-Chamas, France, Mai 2005).

¹² A tradução das citações, bem como a adaptação de idéias das obras citadas na bibliografia, em língua francesa, são de responsabilidade da autora deste trabalho. Apenas colocamos em notas de rodapé, na forma original em língua francesa, as citações que foram traduzidas para epígrafes de alguns itens desta tese.

Quando nos referimos ao entorno da enunciação, aproximamo-nos das redes de formulações interdiscursivas que se fazem presentes no eixo do discurso. Segundo Dosse II (1992), na ótica da filosofia, sob a qual Foucault tratava o discurso, destacavam-se o espaço de realização desse discurso e o momento preciso da enunciação. Esse espaço enunciativo implica, evidentemente, para o “arqueólogo”¹³, um certo número de regras. Nesse contexto, o filósofo Gilles Deleuze, citado por Dosse II (1992, p.284)¹⁴, fazia a distinção de três círculos em torno do enunciado: “um espaço colateral, adjacente, um espaço correlativo que organiza marcando lugares e pontos de vista e, finalmente, um espaço complementar, aquele das práticas não discursivas: instituições, acontecimentos políticos e processos econômicos.”.

É justamente nesse último espaço que Foucault se permite uma nova concepção sobre prática discursiva, que vai ao encontro do materialismo, a partir do momento em que se volta para as instituições e para a perspectiva althusseriana dos aparelhos ideológicos do Estado (AIE) (DOSSE II, 1992). É, portanto, nas adjacências e/ou no entorno que o fio da discursividade vai sendo tecido.

Foucault (1999) introduziu, também, a idéia de um conjunto de enunciados determinados historicamente; foram os primeiros estudos sobre formação discursiva. As conceituações foucaultianas em torno da “Arqueologia do Saber” trazem “uma vasta e fecunda interrogação sobre as condições históricas e discursivas, nas quais se constituem os sistemas do saber.” (COURTINE, 1981, p.33). A AD parece não ter compreendido bem Foucault, mas é nele que Pêcheux vai buscar a expressão de formação discursiva da qual a própria AD fará uso.

Foi seguindo essa perspectiva, que as reflexões de Pêcheux sobre o discurso e sobre as formações que o constituem se situaram no ponto de encontro entre língua e ideologia. Mas é justamente nesse ponto de encontro que Pêcheux se mostra desencontrado e obcecado pela tese do marxismo althusseriano: a da

Falando-se em formação/ões discursiva/as e formação/ões ideológica/as (doravante FD, FDs e FI, FIs, respectivamente), é imprescindível considerar as origens foucaultianas, onde ocorria a primazia da instância do acontecimento enunciativo, bem como sua singularidade, donde o irrepetível. Para Foucault (1999) o conceito de discurso foi construído a partir de uma certa “organização de idéias” e da existência de uma rede de formulações, determinadas por opções temáticas, conceitos, posições político-ideológicas. Foi essa noção de FD de Foucault que Pêcheux trouxe para a AD, no quadro teórico do marxismo althusseriano: “toda formação social caracterizada por uma certa relação entre classes sociais, implica a existência de posições políticas e ideológicas, que não pertencem especificamente ao indivíduo, mas que se organizam em formações estabelecendo entre elas relações de antagonismo, de aliança ou de dominação.” (MAINGUENEAU, 1996, p.42).

Ao incluir o texto em um campo vasto de práticas discursivas, Adam (1995, p.39) defende o ponto de vista de que “essas práticas devem ser pensadas de acordo com a diversidade dos gêneros que elas autorizam e em sua historicidade”, noção essa que se aproxima da perspectiva de FD, de origem foucaultiana, e que está na base de nossas análises. Consideramos gêneros discursivos, seguindo a perspectiva de Bakhtin (1981, 1988) como os tipos relativamente estáveis de uma determinada “esfera de uso da linguagem”. Consideramos, ainda, seguindo também a perspectiva do autor citado, a infinidade de gêneros discursivos, uma vez que estes estão em relação com a variedade virtual da atividade humana e, como tal, são inesgotáveis.

Com base na perspectiva da AD, cujo entrelaçamento constitutivo é estabelecido a partir da relação “homem, língua, história/memória”, bem como na afirmação de Bakhtin (1981, p. 210), de que “a evolução da língua se confunde com a evolução do pensamento e da alma dos falantes”, buscaremos analisar na materialização objetiva da língua de que fala Bakhtin (1981), motivações subjetivas, sugeridas por marcadores lingüísticos – escolha lexical, pontuação, recursos semântico-sintáticos, entre outros etc, que percorrem as trilhas do discurso midiático.

Quando se fala em AD, atualmente, e quando se vêem posições teórico-metodológicas mais que distintas, oponentes, os inúmeros “herdeiros” do pensamento de Foucault e de Pêcheux, os que abraçam a AD, em suas mais diferentes concepções encontram-se em um labirinto de difícil saída.

Talvez seja esse o grande fascínio da AD, uma busca incessante (característica freqüentemente atribuída à AD) do que é, do está por vir, do que foi, do que deveria ser, do que poderia ser, do que poderia ter sido. O que o analista do discurso tem diante de si é uma grande dose de subjetividade, encoberta por uma superfície material, disposta em uma organização estrutural na dita zona de estabilidade da linguagem.

Entretanto, essa zona de estabilidade que Pêcheux (1990a) nomeou de estrutura, é apenas o “ponto de partida” para um dizer em curso. Essa percepção de “ponto de partida” deixa ver o quanto a língua transpõe limites, o que nos é dito por Ferreira (2005, p.217): “[...] a língua, assim como o discurso, não constituem uma estrutura fechada, homogênea, estável. Essa estrutura, esse todo representável que é a língua composta em si igualmente o não-todo, o não-representável (o ‘introuvable’).”. É essa visão da autora citada em torno de uma língua “intangível”¹⁵, impossível de ser tocada em sua totalidade, que caminha na direção do acontecimento que irrompe, rompe, se presentifica e se sustenta (ou tenta equilibrar-se) nas redes de memória do sujeito.

Os caminhos da AD têm sido percorridos, como já falamos, por vertentes teóricas de natureza diversa; daí dizer-se que, realmente, o que há, hoje, são tendências francesas da AD, difíceis de se “enquadrar”, especificamente, em uma linha ou em outra. Ao nos situarmos em AD de tendências francesas, é indispensável fazermos algumas pontuações sobre essa conceituação. No dicionário de análise do discurso de Maingueneau; Charaudeau (2004, p.201), a chamada “Escola Francesa” é definida como um rótulo que designa a corrente da AD dominante na França, nos anos 60, 70. A nossa opção é pela expressão “tendências francesas” que é descrita pelos autores citados como uma outra forma de se denominar, o que outrora (e a história recente ainda o faz) se chamou de “Escola Francesa.” Não entraremos, no entanto, na heterodoxia dos dicionários da AD (há outros dicionários sobre a AD, que vão em outras direções teóricas), pois essa é uma questão que necessitaria de um espaço maior para uma discussão específica mais aprofundada.

Courtine (2005, p.27) analisa essa questão da terminologia afirmando o seguinte:

¹⁵ Uma referência à obra de Françoise GADET. *La langue introuvable*, Paris: Maspero 1981.

nem Michel Pêcheux, nem aqueles que estavam com ele na origem do projeto da AD jamais empregaram esse termo [Escola Francesa], ou, se o fizeram, nunca foram reconhecidos por essa etiqueta. A expressão foi generalizada posteriormente, por aqueles que, logo após a metade dos anos 70, acreditavam dever produzir os primeiros manuais de AD, dos quais o dicionário citado acima não é senão o prolongamento mais recente.

Orlandi (2005) retoma essa questão terminológica da chamada “Escola” da AD francesa, a partir da perspectiva da história das idéias lingüísticas, e opta por não falar em uma AD brasileira, da mesma forma que se abstém de dizer “escola de análise do discurso francesa.” A escolha lexical da palavra “Escola”, na França, atribui-se a Guespin, segundo afirmação de Orlandi (2005, p.75): “questiono o sentido que pode tomar ‘Escola’. Quem assim a nomeou na França foi Guespin, partidário de que a análise de discurso fosse parte da sociolingüística, o que gerou enorme polêmica.”

Entretanto, essa mesma terminologia – Escola Francesa, é empregada por Orlandi, em momentos anteriores, a exemplo de uma de suas obras, quando afirmou:

A partir dessas reflexões, podemos compreender melhor a análise de discurso da Escola Francesa – cuja filiação teórica principal se inicia nos anos 70 com M. Pêcheux – como ocupando-se da questão do sentido, instituindo assim o que, em nossos dias, se tem chamado semântica discursiva (teoria do discurso): a que se ocupa da determinação histórica dos processos de significação. (ORLANDI, 1996, p.22)

Ao longo de suas obras, Orlandi toma sempre Pêcheux, da mesma forma como foi dito anteriormente, enquanto referência básica da AD da “Escola Francesa.” Vemos, entretanto, que atualmente a autora mencionada opta por não fazer mais uso da expressão – “Escola de análise de discurso francesa”, uma vez que ela entende que essa terminologia “não recobre um conjunto de trabalhos que tenham uma consistência interna (teórica) e histórica.” (ORLANDI, 2005, p.75).

Recuperar os caminhos da história da AD é percorrer, no sentido inverso do tempo, mais de meio século de história, indo até o final dos anos 50, quando as reflexões filosóficas cediam espaço às ciências sociais e os filósofos se mostravam estupefatos com o avanço do pragmático. A era do existencialismo sartriano vivia

uma crise epistemológica: essa percepção da filosofia existencialista atingia, naquele momento da história, quase o seu anti-climax. A articulação em torno de um sujeito de onde tudo procede, sujeito origem de toda espécie de sentido, sujeito transcendental, todo-poderoso, inteiramente abstrato, confrontava-se com questões históricas e ideológicas. (DOSSE I, 1992)

Os filósofos vão, então, valer-se dessa crise para se contrapor a esse idealismo do sujeito, imprimindo uma nova forma de estilo de fazer filosofia. Já não mais se via o sujeito absolutizado. O conceito de desconstrução de Jacques Derrida¹⁶ faz com que os caminhos se bifurquem: suas teses desconstrutivistas alcançaram sucesso nos anos de 1967-1968, e representavam uma ruptura em relação ao saber acadêmico da Sorbonne. Os conceitos de Derrida traziam para a filosofia, que ele considerava a “rainha das ciências”, reflexões críticas das mais diversas, fossem elas lacaniana, foucaultiana, chomskiana, althusseriana (DOSSE II, 1992).

Muitas são as contestações da comunidade científica: “os filósofos estruturalistas fizeram ataques virulentos contra as pretensões cientistas das ciências sociais. Lacan, contra a psicologia. Althusser contra a história. Foucault, contra os métodos de classificação das ciências humanas.” (DOSSE I, 1992, p.444). Inaugurava-se, então, um novo momento nos estudos científicos, o do estruturalismo filosófico: “é uma geração filosófica consciente¹⁷ do desafio das ciências sociais, e que rompe com a retórica do exercício universitário.” (DOSSE I, 1992, p.443).

Em meio a muitos encontros e desencontros, em meio a confrontos, por vezes, pouco, ou nada amistosos, e em meio a crises epistemológicas e existenciais, os estudiosos da linguagem oriundos de perspectivas diferenciadas, parecem, finalmente, dar-se conta de que, isolados, reduziram suas possibilidades de contribuição. Nesse contexto, é inegável a contribuição da “Arqueologia do Saber” foucaultiano, obra já referida anteriormente, na qual as reflexões filosóficas em torno da linguagem, ainda que permanecessem nas bases positivistas, faziam surgir um novo trajeto para o discurso, colocando-o entre a estrutura e o acontecimento. Pêcheux (1990a) vai fazer uso desse movimento “bouleversant”, inquieto e em busca de um certo ordenamento a um só tempo, para dar título ao seu livro

¹⁶ Derrida, considerado filósofo da fenomenologia, inaugurou na França um outro tipo de estruturalismo, ao se colocar no interior do texto para desconstruí-lo e, depois, seguir-lhe a trama que o envolve. (cf. Dosse II, 1992).

¹⁷ Destaque nosso. O emprego da palavra *consciente* nesta tese vem sempre imbuído da perspectiva que coloca em relação consciente e inconsciente.

“Estrutura e Acontecimento”, no qual evoca um enunciado, retomado repetidas vezes, e dito de forma entusiasta pela população francesa, por ocasião da vitória do presidente François Mitterrand, em 1981: “on a gagné!”.

Esse enunciado “ganhou” proporções de uma vitória comparável à vitória de uma partida esportiva. Entretanto, se os números e os percentuais denotavam a transparência daquele acontecimento – F. Mitterrand eleito presidente, havia, ao mesmo tempo, uma opacidade “inscrita no jogo oblíquo de suas denominações [...]” (PÊCHEUX, 1983, p.307). O pronome indefinido francês “on”, na posição de sujeito, e a incompletude da materialidade lingüística pareciam fundir, naquele enunciado, a opacidade não só da estrutura mas, sobretudo, a do acontecimento.

Foucault (1999) reconhecia, no discurso, as regras da língua enquanto objeto da lingüística, sem que por isso fosse obrigado a se fechar nelas. Essa concepção traz uma questão teórica muito complexa, que deixa em evidência a tensão da travessia entre unidade e dispersão: trata-se “de cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis.” (FOUCAULT, 1999, p. 58).

O enfoque foucaultiano dado ao acontecimento era, no entanto, uma posição antihumanista, segundo Dosse II (1992, p.287): “o objetivo maior era o de descentrar o homem, o autor, o sujeito, o locutor, fazendo-o mergulhar em regularidades discursivas, anunciando uma nova era, na qual pode-se escrever evitando ter um rosto, na qual o exercício da escrita é inteiramente livre.”

No contraponto dessa posição, Althusser se opunha à filosofia analítica de Foucault e defendia “o materialismo histórico como ciência, desprovido de sua base ideológica” (DOSSE II, 1992, p.279), afastando-se da visão humanista, o que provocou momentos conflitantes em suas concepções. Em Maio de 1968, uma nova leitura de suas teses fez grande sucesso entre as ciências humanas em geral. O discurso althusseriano se apresentava teoricamente ambicioso e exercia uma espécie de fascínio, em torno de “uma possível totalização conceitual” (DOSSE II, 1992, p.207).

Dosse II (1992) destaca que os conceitos de Althusser demonstravam uma grande capacidade de conciliar as visões estruturalista e marxista e serviram de base para análises que davam conta da diversidade do real. Além do mais, essa perspectiva textual de Althusser apresentava uma visão de estrutura, na qual as

contradições eram múltiplas. Era o prenúncio da “escritura” como nova ciência, no entendimento de Dosse II (1992, p. 208).

Nesse entrecruzamento das ciências, a presença lacaniana também se impôs, através de Freud e de um retorno à lingüística de Saussure. Já no final da década de 70, Lacan vivia um grande isolamento: ele afirmava ser preciso inovar, uma vez que a chamada Escola, se lhe apresentava como fracassada (DOSSE II, 1992).

É evidente que essa demonstração de desencanto, e também de auto-descrédito, não diminuiu a parcela considerável de contribuição da psicanálise para a AD. Com isso, não se pretende dizer que esta tese prioriza a vertente psicanalítica nos estudos do discurso, mas sim, que se reconhece a importância da “descoberta do inconsciente”, para a evolução de uma “nova consciência científica”. Há um contraponto, porém, com a negação que Lacan fazia da história, bem como a sua recusa à historicidade, pois não se pode conceber a ausência de uma, enquanto história no sentido de resgate, e de outra, enquanto movimento (na forma como a via Derrida) nos estudos do discurso e, naturalmente, do sujeito (DOSSE II, 1992). Fazer leituras, analisá-las a partir de perspectivas da AD, não significa dizer o que se pensa, ou seja interpretar, simplesmente. Segundo Orlandi (2001a, p.53),

Intérprete todos somos: Mas não somos todos analistas de discurso. A questão não é interpretar mas estabelecer – com a escrita própria à Análise de Discurso – uma mediação teórica para que o funcionamento discursivo, na produção dos efeitos de sentidos, esteja não simplesmente refletido no que o analista diz mas leve ao efeito da reflexão sobre o que o analista diz na relação do leitor/observador com o texto (expor o olhar leitor à opacidade).

E é essa exposição à opacidade dos espaços discursivos da imprensa escrita, à não-transparência da materialidade lingüística, que tentamos perceber, na instabilidade supostamente estável da estrutura. Para isso, valemo-nos das marcas discursivo-textuais que contribuem para a pluralidade dos efeitos de sentido da imprensa escrita, bem como a forma de ocorrência das relações entre o fato ocorrido e o dito impresso (porém nem sempre expresso). É, portanto, um trabalho também de arredores, pois transita nos limites da interpretação, dizemos em concordância com Orlandi (2001a).

A AD se inscreve em uma série de processos sócio-históricos, nos quais, trabalha as questões da linguagem em consonância com a multiplicidade de seu entorno, seja ele oriundo da lingüística, da sociologia, da filosofia, da história ou de outras disciplinas que intervirem na materialidade discursiva. Para a AD, os “materiais verbais não são tratados como simples veículos de informação mas como estruturas linguageiras.” (MAINGUENEAU, 1991, p.14). Nessa perspectiva teórico metodológica, pode-se perceber as duas faces, uma social e outra textual, da I.D., na forma como a vêem Maingueneau (1991) e Sarfati (1997), colocando em relação duas dimensões do discurso: a enunciativa e a institucional, uma questão da qual trataremos, ainda neste sub-item.

Ao fazer essa relação, percebe-se um encontro com a FD de Foucault, considerando que, tanto no entendimento da I.D., quanto no de FD, existe um processo interacional. Vê-se a enunciação a partir de um certo lugar social e que, por se situar no cruzamento das ciências humanas, submete-se a uma grande instabilidade, diante de uma suposta estabilidade da ordem da língua. Essa contradição entre estabilidade e instabilidade é a mesma, pode-se afirmar, que existe entre “estrutura e acontecimento”.

É nessa zona de trânsito entre estabilidade e instabilidade que se percebe o caráter efêmero e transitório do discurso, no qual entra em cena o “carrefour” que liga o interdiscurso ao intradiscurso, uma relação indissolúvel, sobre a qual falaremos um pouco mais adiante. Sobre esse caráter cuja marca é a transitoriedade do discurso, trazemos como ilustração e fundamento teórico, uma concepção de M. Merleau-Ponty¹⁸, apresentada à guisa de epígrafe, por Sarfati (1997, p.6): “mas, enfim, as idéias são sempre assujeitadas¹⁹ à condição de iluminar a opacidade dos fatos e a teoria da linguagem deve fazer um caminho até a experiência dos falantes.”.

Vemos, portanto, que os questionamentos a respeito da opacidade do discurso e a respeito do sujeito de há muito se fizeram presentes nos estudos da linguagem, bem como são responsáveis por muitas querelas científicas, e até mesmo pessoais. Esses questionamentos ocorreram, sobretudo, depois dos anos

¹⁸ Merleau-Ponty (1908-1961), filósofo da fenomenologia, inspirado em Husserl. Existencialista ateu como Sartre, fundador dos Tempos Modernos, opunha-se, entretanto a ele quanto à questão da consciência. Para Merleau-Ponty, *a consciência interpretante não era uma consciência pura, pois essa interpretação/percepção é um perceber do sentido*. Disponível em: <http://perso.orange.fr/sos.philosophie/merleau.htm>. Acesso em: 15 maio 2005.

¹⁹ Destaque nosso.

60, quando a efervescência das idéias no mundo acadêmico alcançava proporções complexas, e onde os saberes se contrapunham, a exemplo de Wittgenstein que, segundo de Certeau (1990a, p.25) via a linguagem no presente de sua historicidade, “sem recorrer ao passado do historiador”.

O que presenciamos e vivenciamos, na prática discursiva cotidiana, é que as circunstâncias são, muitas vezes, tão determinantes que a “liberdade de expressão” não encontra mais aquele momento que Halimi (1997, p.11) chama de “relicário de poder”: Para o autor citado, esse relicário seriam aquelas duas palavras ou os dois segundos de dissidência dos quais todo jornalista precisa, e que todo proprietário de jornal deveria conceder. Essa concessão corresponderia a um perspicaz e inteligente “faz de conta” que não se percebeu, e que contribui, de forma significativa, para um jornalismo menos dependente de tantas amarras.

Entretanto, o processo de escritura nunca é totalmente independente, uma percepção que caminha na perspectiva dialógica de Bakhtin (1988, p.139): “em todos os domínios da vida e da criação ideológica, nossa fala contém em abundância palavras de outrem, transmitidas com todos os graus variáveis de precisão e imparcialidade.”

Dessas reflexões, advêm questões sobre “a articulação entre ‘médias’, poderes de Estado e instâncias internacionais, lobbies militares, políticos, intelectuais, grupos de opinião diversa e cidadãos isolados.” (BONNAFOUS; TOURNIER, 1995, p.78). É a partir desses questionamentos que se pode perceber a existência de “conflitos de interesse”, que passam por “filtros midiáticos” de natureza diversa, responsáveis pela forma como os acontecimentos são verberados pela imprensa.

Para percorrer o caminho dos discursos presentes nas matérias trazidas para análise neste estudo, para perceber os sentidos filtrados nas condições em que foram produzidos, atravessa-se uma espécie de “óbvio ululante”²⁰, que salta da materialidade lingüística e se esconde, ao mesmo tempo, sob o disfarce/ou o adorno da *vestimenta* do discurso, cuja tessitura faz o trajeto entre a chamada heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva.

Enquanto a heterogeneidade mostrada é perceptível no próprio texto, recuperável através das pistas fornecidas pela enunciação, ainda que revelem uma

²⁰ Expressão extraída do título do livro “O Óbvio Ululante” de Nelson Rodrigues, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

não-coincidência do enunciador em relação ao que ele afirma, seguindo a perspectiva de Authier-Revuz (1995), a heterogeneidade constitutiva não aparece na superfície material; ela ocorre na conjunção dos interdiscursos, que constituem todo discurso, sempre habilitado por outros discursos.

Nesse movimento, ocorre uma reconfiguração, na qual interfere a instabilidade de uma FD, a partir dos interdiscursos que a fazem desdobrar-se, inevitavelmente, em várias FDs. Vemos o interdiscurso enquanto um complexo de FDs e de FIs, na perspectiva de Pêcheux, para além das circunstâncias que interferem no discurso, e que está em relação direta com o intradiscurso, considerando este último enquanto o fio do discurso do sujeito (MAINGUENEAU, 1997). É no processo de reconfiguração do discurso, que entram em ação as duas formas de heterogeneidade a que nos referimos anteriormente.

Essas duas formas de heterogeneidade, heterogêneas bem antes, na gênese do dizer, e de quem o expressa (parte-se aqui do princípio de que a gênese de uma idéia é imaterial), também se fazem presentes na linguagem jornalística, que traz notícia como forma narrativa e cujos sentidos não se mostram, não transparecem na superfície material do texto. Pelo contrário, na maioria, são as hipóteses formuladas a partir da materialidade, repercutindo nos efeitos de sentido, que se pluralizam e se refletem na dinâmica (tantas vezes paralisada!...) das práticas sociais:

A comunicação mediatizada dos tempos modernos transporta consigo uma forma de vida própria, sintetiza de modo original a constituição da experiência comum e da memória colectiva, com profundas implicações no nosso quotidiano- ao nível das formas de percepção e conhecimento, da prática política, da vivência das relações de poder e da experiência íntima de cada um. O seu carácter ambíguo, simultaneamente, abre espaço a contradições conhecidas. (CORREIA, 2000, p. 6,7)

Desse carácter ambíguo, abrindo espaço às contradições, é que surge a polémica da tergiversação da mídia pois, ao se construir uma narrativa, dificilmente a imprensa se limita à ocorrência em si mesma (os limites não são facilmente definíveis e, muitas vezes, essa definição de limites, difícil por si mesma, é ainda consequência das condições de produção que a linha jornalística “opta” por adotar). A seleção dos elementos, a forma como eles são organizados, o tom que se imprime no texto, tudo isso pode mudar o rumo de uma história: uma história vem sempre

entremeada de muitas outras histórias, construídas nas adjacências e no entorno do processo discursivo.

2.2 MOMENTOS POLÍTICO-HISTÓRICOS DE UMA TRANSIÇÃO

As circunstâncias são variáveis, os princípios são fixos. Os princípios são o eixo sobre o qual giram os ponteiros do barômetro político.

Honoré de Balzac

Para falar dos momentos da história política brasileira e tentar entender o que se via como uma transição, seria preciso fazer um longo percurso, o que se constituiria em um estudo à parte. Vamos tentar, entretanto, fazê-lo de forma breve, até porque, assim como Bourdieu (1998, p.29), acreditamos que “as realidades históricas são sempre enigmáticas e sempre difíceis de decifrar, sob sua aparente evidência.”.

Tudo começou (pelo menos a história sempre enfatizou esse dizer, na memória do povo brasileiro) naquele 8 de março de 1500, quando a corte portuguesa viu partir treze caravelas, que iam em busca de um novo mundo. Em menos de dois meses, uma terra e o povo que lá vivia recebiam aquele jovem de 32 anos, Pedro Álvares Cabral, e seus companheiros de viagem, com “tal inocência”, disse Pero Vaz de Caminha em carta ao Rei de Portugal, “que, se homens os entendesse e êles a nós, seriam logo cristãos porque êles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença.”²¹. Não demorou muito para que aquele povo fosse sendo, pouco a pouco, “catequizado”.

Do famoso enunciado dos livros de história, “terra à vista”, ao telegrama recebido por Marechal Deodoro da Fonseca, enviado por Sousândrade²², por ocasião da Proclamação da República: “República proclamada – Paus-d’arco em flor”, até nossos dias, viveu-se, no Brasil-Colônia, no Brasil-Império, no Brasil-República, no Brasil do regime militar (quiçá não se viva mais), até se chegar ao Brasil do processo dito de abertura democrática. Assim, damos um salto para

²¹ Foi mantida a grafia de uma versão da carta de Pero Vaz de Caminha, um adaptação feita por Jaime Cortesão, em um projeto realizado para a Folha de São Paulo pela Publifolha, em parceria com a Comissão Nacional para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil.

²² Informação extraída do livro *Revisão de Sousândrade*, de Augusto de Campos et al. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

chegar, finalmente, à época da explosão dos movimentos sociais e políticos, dos quais surgia um novo Brasil. Era o ano de 1978, e os exilados políticos eram anistiados por um general que “comandava” a presidência do país, Gen. João Figueiredo.

Nesse misto de Brasis, um povo vem buscando, há séculos, seu direito à cidadania. Em meio a esse povo, entre o final da década de 70 e início dos anos 80, um brasileiro simbolizava a história de tantos outros brasileiros que conhecem de perto, entre outras dificuldades, a fome, o desemprego/o subemprego, a migração – essa marca das diferenças sócio-econômicas entre as regiões Norte e Sul, e que significa quase uma expulsão da terra natal, pela falta de condições mínimas de sobrevivência. É, diríamos, a inversão do aborto: o filho aborta a terra mãe, pois não há como manter-se nela. Para esse gesto abrutado, não há interdição. Partir em busca da sobrevivência parece ser a única escolha (se é que é possível considerar essa partida uma escolha): alguém tem que ser sacrificado; deixa-se órfã a terra mãe, mas quem parte fica também na orfandade, apátrido em seu próprio país. Quem parte, passa a viver, de certa forma como um “estrangeiro regional”.

Partindo dessa reflexão, e sem pretender um mundo inteiramente cosmopolita, apenas menos movido por antagonismos de toda sorte, recuamos no tempo, para encontrar no Dicionário da Academia (sec. XVIII), citado por Kristeva (1988, p.112), um sentido atribuído à palavra “cosmopolita” como sendo “aquele que não adota de forma alguma a sua pátria, não é um bom cidadão”. Ora, a adoção, em qualquer aspecto, é resultante de um processo que presume doação e recepção, um percurso que a história do mundo capitalista, dos países sub-desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, como se diz do Brasil, não adotam para seu povo. Daí, talvez, termos “adotado” essa condição do “estrangeiro regional”, muito embora saibamos que essa “estrangeiridade” se encaminha para outras dimensões, como a do ser-sujeito, no confronto de sua interioridade com sua exterioridade. Para fundamentar essa nossa concepção, citamos Kristeva (1988, p.219):

“No contexto da convivência de falsas-aparências contrárias, o duro papel do estrangeiro em si mesmo²³ encontra-se neutralizado. Na verdade, a cultura [...] implanta em cada um de nós a apreensão de um valor e de seu contrário, de um e do outro, do idêntico e de seu estrangeiro.”.

²³ Destaque da autora da citação.

Em conseqüência de situações como a que falamos acima, em que famílias inteiras deixam a terra natal, retratos de um Brasil desigual, foi que o país ficou conhecendo, então, um metalúrgico, na época Luiz Inácio da Silva, Lula, o “fervoroso” combatente sindicalista em pleno período da ditadura militar. Um “fervor” percebido, décadas depois, nos reflexos da manifestação de um povo, presente na festa de posse de um presidente [Lula] **(A₅)**.

Recorrer à história, para fazer um trajeto, é estabelecer a presentificação de acontecimentos que se interrelacionam no espaço entre atualidade e memória. E, para esse percurso, vê-se a importância de se lançar um olhar para a questão da “história”, enquanto visão cronológica, a periodização e a evolução dos tempos, e para a questão de “historicidade”, esta, vista como as transformações dos fenômenos da “história”.

A esse respeito, vê-se também a relação entre historicidade e historicismo, este último, visto como “uma corrente em geral conservadora e, às vezes, francamente reacionária” (LOWY, 1987, p.65), uma relação que implica contradições sociais oriundas do capitalismo. Por mais contraditório que possa parecer, e ainda que o “historicismo” seja visto como anacrônico, ele contribui “para a compreensão da historicidade dos fatos sociais e para o desenvolvimento da ciência histórica moderna.” (LOWY, 1987). Essa relação intrínseca, próxima do que seria um binômio: historicismo-historicidade, é bem resumida por Lowy (1987, p.63-64), ao falar das idéias essenciais do historicismo:

1. Todo fenômeno cultural, social ou político é histórico e não pode ser compreendido através da e na sua historicidade.
2. Existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos e, conseqüentemente, entre as ciências que os estudam.
3. Não somente o objeto da pesquisa está imerso no fluxo da história, mas também o sujeito, o próprio pesquisador, sua perspectiva, seu método, seu ponto de vista²⁴.

²⁴ Destaques do autor da citação

Para se tentar desvendar as coxias de uma cena política, para compreender o que pode ser visto como um “fenômeno político”, que seria, por exemplo, o da chegada de um operário à presidência da República, de um líder do PT, um partido cujo alicerce foi marcado pelas lutas da classe operária, é preciso recuperar alguns aspectos presentes nas redes de memória da história política brasileira.

O PT ergueu-se, literalmente, nos braços dos trabalhadores, inicialmente com os operários do ABC paulista; depois, cresceu acalentando sonhos, embalados por uma grande parcela da população brasileira, que permaneceu (e parece permanecer, ainda!) “incrivelmente” firme na crença de que a realização de um sonho não acontece enquanto se dorme. É preciso acordar, lutar para, assim, poder realizá-lo. E é esse despertar que vive, na atualidade, a “não-coincidência” entre um sonho e a realidade.

No percurso da história política brasileira, o PT demonstra um pioneirismo nas lutas das classes operárias. Mas não se pode apagar, entretanto, que o ABC paulista, muito antes de o PT e de Lula imprimirem o renascimento da luta dos trabalhadores, em 1978, aquela mesma região fora palco, 72 anos antes, em 1906, da primeira greve dos trabalhadores. Também ali, em 1945, aconteceu uma grande manifestação de descontentamento para com a política nacional. Nas eleições para a Presidência da República, naquela época, o Partido Comunista recebia uma votação expressiva (28%) dos eleitores do ABC paulista²⁵.

A partir de então, sucedeu-se uma série de fatos que iriam, pouco a pouco, abrir espaço para a democracia brasileira, muito embora o Brasil tenha vivido períodos duros, nos quais a clandestinidade partidária, a perseguição aos direitos políticos, a censura à imprensa e outras formas de silenciamento marcaram, profundamente, a vida do povo brasileiro.

Passados, hoje, mais de 25 anos da fundação do PT e das lutas organizadas ao longo de sua história, são contraditórias as opiniões a respeito dessa história e sobre sua chegada ao “poder”, na pessoa do atual presidente Luís Inácio LULA²⁶ da Silva. Em 2001, com o PT tentando, ainda, chegar ao poder, Leandro Konder²⁷, em seu artigo “O PT e o poder”, publicado no Jornal do Brasil, em 17/06/2001 afirmava:

²⁵ Dados obtidos em ensaio de Marco Antonio Villa, publicado na Folha de S. Paulo, de 22 de março de 2004.

²⁶ Destaque nosso.

²⁷ Filósofo e professor da PUC-RIO.

assumir o poder é a meta natural dos partidos políticos. O PT não é uma exceção. Para os petistas, contudo, o risco maior é o de serem de tal modo neutralizados no exercício do poder que fiquem impossibilitados de promover as mudanças possíveis. Reduzidos a figurantes impotentes de um teatro político melancólico, sofreriam uma descaracterização. Uma perda de identidade.

Marco Antonio Villa²⁸ publicou a matéria “O PT e uma outra história”, no jornal Folha de S. Paulo, de 22 de março de 2004, onde dizia o seguinte:

a história do PT incomoda o PT. Enquanto os velhos militantes abandonam o partido [alguns são obrigados a deixá-los...], os oportunistas preenchem com avidez as fichas de filiação. Não precisam mais da história ou de qualquer justificativa ideológica. A adesão é pragmática: querem cargos, poder e, se possível, alguma sinecura.

E em 2005, Raimundo Júnior, vice-presidente do PT do Distrito Federal, fazia a seguinte afirmação:

Ficar apreensivo diante de desafios é diferente de decepcionar-se com o futuro. Sabemos do vácuo que há entre as expectativas criadas e as realizações até o momento de todos os nossos governos sejam eles municipais, estadual ou federal. Ao olharmos a nossa história veremos que o PT construiu experiências de governos das mais diversas. Exitosas e transformadoras, mas também houve as fracassadas e decepcionantes. [...] Esses movimentos pendulares são naturais e marcarão sempre a nossa história²⁹.

Vêm-se, aí, três momentos e três visões diferentes de uma transição, de um percurso da história política de um país que precisava e precisa promover mudanças. Um país não pode/não deve permanecer simulando empregos, nos quais o pagamento não implica a obrigação de trabalhar, é a prática nefasta e quase institucionalizada, em diversos setores da vida pública, da “sinecura”, essa vergonha da moeda de troca de favores políticos que precisa dar espaço ao trabalho propriamente dito, onde a relação empregador e empregado possa ser baseada no respeito e na dignidade da correspondência justa entre trabalho e recompensa.

E se Leandro Konder temia o risco do PT, no poder, ficar de tal modo neutralizado e, assim, não “promover as mudanças possíveis”, Lula parece,

²⁸ Professor de história da Universidade de S. Carlos.

²⁹ Afirmação obtida no endereço eletrônico do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: http://www.pt.org.br/site/secretaria5_def/secretarias. Acesso em: 21 maio 2006.

finalmente, ter dado uma resposta, ao afirmar, no seu discurso na 1ª Conferência Nacional do Esporte, em 17 de junho de 2004³⁰: “o governo tenta fazer o simples, porque o difícil é difícil.”. Parece-nos que temos, nessa assertiva a constatação de um poder neutralizado cuja heterogeneidade mostrada é exacerbadamente clara na materialidade discursiva; obscuro mesmo é o porvir do povo brasileiro, que não aguarda, necessariamente, o difícil, mas sim, aquilo que é possível, para que se viva e se conquiste, com dignidade, ao menos, os seus direitos mais essenciais.

Para ilustrar essa retrospectiva, destacamos um artigo na “Folha de S. Paulo”, de 29 de abril de 2006, “O difícil e o impossível”, de Clovis Rossi, no qual o autor registra um enunciado de um estadista judeu, David Ben Gurion: “O difícil a gente faz imediatamente; o impossível leva um pouco mais de tempo.”. Colocado em paralelo com o que disse o presidente Lula, naquela 1ª Conferência Nacional do Esporte (2004), “O governo tenta fazer o simples, porque o difícil é difícil”, fica evidente muito mais do que um distanciamento puramente semântico entre os dois enunciados. E, se no caso do enunciado do estadista judeu, entre o difícil e o

clareza bem mais pedagógica do que demagógica. Diferentemente do discurso de 2003, no qual a clareza do estilo discursivo do presidente Lula se somava a argumentos, no discurso de 2004, após um tempo maior no exercício do poder, o presidente Lula não parece mais o mesmo enunciador de outrora (uma outra hora ainda bem recente). Ao afirmar, em 2004, que “o difícil é difícil”, o presidente Lula utiliza-se de uma clareza vazia, sem argumentos, fazendo deslizar um obscurecimento de sentidos, sob o que superficialmente parece claro.

Nesse percurso da não-transparência da linguagem, deparamo-nos com os sujeitos dos discursos, com os discursos dos sujeitos, com as circunstâncias enunciativas, com os ditos e os não-ditos. Muitas vezes, em meio a esse emaranhado de presenças e de ausências, corre-se o risco de não se perceber que variáveis são as circunstâncias, mas não os princípios, como diz a epígrafe deste sub-item. Talvez, envolto nas características sedutoras da linguagem, muitas vezes os sujeitos enunciadores deixam-se levar pelos “ponteiros do barômetro político”.

Resta-nos, portanto, esperar que um pouco mais de tempo nos traga o que antes parecia impossível e, em uma escala de gradação, do simples seja possível se passar ao difícil; talvez, quem sabe, possa-se assim, um dia, chegar ao impossível: essa é uma presentificação “opaca” que faz esmaecer os sonhos do imaginário coletivo do povo brasileiro, construído nas redes de memória. A atual ci1-1(m)4s4.3(p)-.6(ao)5

2.3 UM FATO: MÚLTIPLAS VERSÕES

Ouve-se mais nas palavras do que se vê nas coisas. Ora, escrever é refletir sobre as palavras, é ouvir as palavras com todas as suas ressonâncias.

Gaston Bachelard

Há quem ache que a palavra seja o meio de atingir a substância do mundo [...] Há, no entanto, pessoas para quem o uso da palavra é uma incessante perseguição das coisas, uma aproximação, não de sua substância, mas de sua infinita variedade, um roçar de sua superfície multiforme e inexaurível. Como dizia Hofmannsthal: 'A profundidade está escondida. Onde? Na superfície'.

Italo Calvino

Entre os séc. XVI e XVII, quando o jornal já existia em um estado dito rudimentar, as palavras jornal e gazeta surgiram quase como sinônimos, embora etimologicamente distintas. Enquanto “gazeta” surgiu em Veneza, de uma relação matemática com a moeda italiana “gazzetta”, e correspondia ao preço de um exemplar semanal com publicações de notícias, a palavra “jornal” fazia uma analogia com a palavra dia (jour, em francês), passando a ser publicado diariamente. E foi na França que o jornal impresso se consolidou como um instrumento de poder, onde passou a existir, em 1672, sob o título de “Gazeta da França”, representando a realeza, enquanto órgão oficial do governo³².

No Brasil, a “Imprensa Régia” também teve, no jornal impresso, um veículo de poder, que passou pelas transformações da história sem deixar, no entanto, de ser, ao longo de todos os tempos, esse verdadeiro instrumento de poder; que integra o chamado “quarto poder”.

³² Dados obtidos em: SUBERVILLE, J. *Théorie de l'Art et des Genres Littéraires*. Classes de Lettres du Second Degré et Propédeutique. Éditions de l'École, Septième Édition, Paris : 1955.

Em nossos tempos, a imprensa nutre-se da concorrência de seus pares, e de seu *auditório*³³, evidentemente, quer seja a imprensa falada, a escrita ou televisionada. O jornalismo precisou, aos poucos, e até mesmo de forma abrupta, por vezes, adequar-se às novas tecnologias; a notícia, notadamente quando trazida pela imprensa escrita, deixara de exercer o seu poder impactante. Era preciso quase recriá-la, para atrair leitores.

A televisão trouxe o registro imediato do fato; há uma contemporaneidade perigosamente sedutora no fato tornado notícia “televisionada”:

O rádio e a televisão roubaram dos jornais duas iniciativas que eles mantinham com orgulho e praticamente as mataram no setor da notícia impressa: o furo (informe dado em primeira mão) e a edição extra (sempre que algum fato sensacional a justificasse). Nenhuma oficina de composição e impressão, por mais moderna, pode competir com a velocidade da palavra levada pelas ondas hertzianas e captadas no mesmo instante da emissão, em qualquer receptor, ainda que minúsculo e com funcionamento à base de pilhas. (ERBOLATO, 1991, p.27)

Se por um lado, há o aspecto impactante da notícia visualizada, por outro lado, o aspecto sucinto da matéria televisionada, a brevidade da informação diante do “self service” de notícias, pode gerar uma grande expectativa em torno da matéria escrita, no dia seguinte. Lá, no jornal impresso, a notícia, geralmente, vem revestida de comentários, “grávida” de detalhes, interpretada e comentada de acordo com a linha editorial do jornal e, quando possível (e permitido), com o pensamento do/da jornalista.

Erbolato (1991) apresenta uma categorização do jornalismo, que esta tese trabalha ao longo de seu curso. Trata-se de uma divisão entre o que é “informativo”, o que é o “interpretativo”, o que é o “opinativo” e o que é o “diversional”. Esta última categoria, porém, é apenas referida para nos reportarmos aos “fait-divers”, sobre os quais falaremos no sub-item **2.4 Dos Fatos Ocorridos aos Acontecimentos A/Enunciados**, e cujo gênero transita entre o trágico e o cômico.

As matérias apresentam, na maioria das vezes, um misto dessas categorizações, de forma imbricada, excetuando a categoria diversional; não há uma separação propriamente dita entre elas. De acordo com a notícia a ser dada, com o

³³ A escolha do termo “auditório” baseia-se em Perelman, citado por Amossy (2000, p.34), que o vê como o conjunto daqueles a quem o orador quer influenciar com sua argumentação, conceito válido tanto para a escrita como para a oral.

fato ocorrido, essas categorias não se apresentam isoladamente. Há, entretanto, em todo jornal, uma organização gráfica e temática que orienta os leitores nesse sentido. A distribuição em cadernos, por exemplo, é uma forma de trazer o leitor para aquilo que mais lhe interessa. Os editoriais são muito significativos, pois sabe-se que ali está uma interpretação dos fatos, uma opinião que representa o pensamento dos que estão à frente de um determinado órgão de imprensa.

Presenciar um fato e narrá-lo a outrem, provoca, inevitavelmente, efeitos de sentido múltiplos e distintos. A metamorfose de uma narrativa ocorre na interlocução; e a mídia é, sem sombra de dúvidas, um significativo meio de interlocução entre as pessoas no mundo inteiro, sobretudo em tempo de distâncias encurtadas, face à evolução das tecnologias de informação.

Trazer um fato sob ângulos de visão diferenciados parece, por vezes, nos efeitos de sentido, não se falar de uma mesma coisa. No caso de uma situação bem específica, que trazemos à guisa de ilustração, como o incêndio de um circo, é possível que só o título da manchete já direcione o leitor, para possíveis *gestos de interpretação*. Imagine-se uma notícia sobre uma ocorrência dessa natureza, em três manchetes distintas:

- 1- “O circo pegou fogo”;
- 2- “Saltos, acrobacias e palhaçadas deram lugar às cinzas”;
- 3- “Hoje não tem espetáculo...”

O imaginário discursivo operou distintamente nos três enunciados. Na primeira manchete, “O circo pegou fogo” prevalece o que muitos dizem, a notícia em si, ou seja, o tom predominantemente informativo. Na segunda e na terceira manchetes, respectivamente, 2- “Saltos, acrobacias e palhaçadas deram lugar às cinzas”; 3- “Hoje não tem espetáculo”, vai-se além da informação; a notícia é tratada em um contexto que dá mais a perceber a linha do jornal, o tom do jornalista. Essas duas últimas manchetes reservam um certo apelo emocional, que busca envolver os leitores, colocando-os quase diante da cena, como partícipes do acontecimento. Tomando o jornal na forma como muitos o definem, enquanto vetor de uma construção do acontecimento (CICUREL, 1994), há que se percebê-lo em meio aos rumores sociais que circundam esse acontecimento.

Para Mouillaud (1997a, p.66), “a partir do momento em que o rumor social é incluído no acontecimento, a mídia torna-se partidária do mesmo. É, ao mesmo tempo, externa e interna a um acontecimento, ao qual atribui limites por seu próprio

discurso.”. Essa visão corresponde ao momento da “cena do acontecimento”, cenas, diríamos, que se sucedem e irrompem em nossas vidas, através da circulação dos mais diversos meios de comunicação, afetando-nos significativamente. Nesse trajeto de interpretações de produção de sentidos diferenciados, a história tem papel preponderante:

certamente a história há muito tempo não procura mais compreender os acontecimentos por um jogo de causas e efeitos na unidade informe de um grande devir, vagamente homogêneo ou rigidamente hierarquizado; mas não é para reencontrar estruturas anteriores, estranhas, hostis ao acontecimento. É para estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o ‘lugar’³⁴ do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição. (FOUCAULT, 1999, p.56).

Essa visão foucaultiana, na qual o acontecimento se encontra com as condições de seu surgimento, contingenciado em suas margens, está em sintonia com a perspectiva de acontecimento pluralizado em sua circunscrição na cotidianidade, em de Certeau (1990a, p.270-271):

as narrativas do que acontece constituem nossa ortodoxia. [?] ³⁵ Os debates de dados estatísticos são nossas guerras teológicas. [...] Esta instituição do real é a forma mais visível de nossa contemporaneidade dogmática. [...] Código anônimo, a informação enerva e satura o corpo social. De manhã até a noite, sem interrupção narrativas irrompem ruas e construções. [...] Perseguido desde o despertador pelo rádio (a voz, é a lei), o ouvinte caminha durante todo o dia em uma floresta de narrativas jornalísticas³⁶, publicitárias, televisionadas que, à noite, fazem deslizar, ainda, sob as portas do sono, as últimas mensagens.

Tanto em Foucault (1999), como em de Certeau (1990a), o acontecimento não está só. Para o primeiro, a história promove um encontro entre “as séries diversas, entrecruzadas” (os interdiscursos, no nosso entendimento) que contingenciam o acontecimento; para o segundo, e esse é um *gesto de interpretação* nosso, essas séries entrecruzadas estariam em correspondência com as últimas mensagens que “deslizam” das “narrativas jornalísticas”, nas quais os

³⁴ Destaque do autor da citação.

³⁵ A nossa inserção, via ponto de interrogação, na citação de de Certeau, deve-se ao fato de que não concordamos, na íntegra, com essa visão de “ortodoxia” constituída nas narrativas do cotidiano.

³⁶ Destaque do autor da citação.

sentidos batem, diríamos, apropriamo-nos da expressão de de Certeau, “às portas do [de nosso] sono”.

Com a metáfora da “floresta de narrativas jornalísticas”, o autor citado deixa entrever que a linguagem dessas narrativas contém a beleza, o mistério e a força presentes na flora. E é este mesmo autor que defende ainda a idéia de que, na atualidade, “o discurso não mais se origina no que se conta, mas sim na atividade multiforme e murmurante de produzir texto e de produzir a sociedade como texto.” (de CERTEAU, 1990a, p.198).

Identificamo-nos com essa conceituação de discurso, que vai ao encontro do que afirmava Foucault (1999, p.10), de que “o discurso tem uma ligação com o desejo e com o poder [...] e que também não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo”, essa última concepção em consonância com a psicanálise. Preferimos, no entanto, trazer a visão textual de que fala de Certeau para o eixo da discursividade, uma vez que essa atividade “multiforme e murmurante” da qual fala o autor, ultrapassa, e muito, a textualidade³⁷. Nossas abordagens vão, porém, além dessa percepção, pois buscamos no texto, seus efeitos discursivos e, como tal, é impossível percebê-lo fora de seu eixo discursivo.

A partir de Dosse I e II (1992), tentamos recuperar brevemente as contribuições que Benveniste (1966), Bakhtin (1981, 1988) e Ducrot (1984) nos trazem para as reflexões sobre a linguagem e sua heterogeneidade enunciativo-discursiva. Independente das linhas teóricas dos autores citados, sabe-se que seus estudos estão na origem das reflexões que vêm sendo feitas, ao longo de décadas, em torno da língua, da linguagem, do sujeito, da história, da sociedade. Benveniste, “o lingüista de enunciação”, trouxe o sujeito para o centro da discussão dos estudos lingüísticos, via uma abordagem enunciativa. Para ele, havia uma indissociabilidade entre o sujeito e a palavra, esse signo sobre o qual ele se debruçou, buscando entender, de forma diferente da sociologia, sua relação subjetiva com a sociedade.

Por outro lado, uma dialogia, gerada na leitura de textos literários, foi a grande contribuição de Bakhtin, que despertou para a polifonia existente na relação intertextual; para ele, todo texto já fora antes habitado por outros textos. Pode-se mesmo afirmar que, depois de Bakhtin, a forma de se ler um texto não foi mais a

³⁷ No dizer de Koch; Travaglia (1995, p.8,9), o texto é uma “unidade lingüística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor)”, em uma situação de interação comunicativa específica [...].

mesma; o leitor, a partir de então, passa a dar nova vida às estruturas, que já não mais representavam o porto seguro da língua. O dialogismo, a interlocução, o ideológico faziam percorrer novos caminhos nos estudos da linguagem.

E, finalmente, Ducrot, cujos estudos se aproximaram bem mais da lingüística, valeu-se das contribuições de Benvéniste, de quem assistiu a alguns cursos, e de Bakhtin, a partir das concepções polifônicas, para trabalhar o que viria a ser a teoria da pressuposição. Ducrot trazia uma concepção pragmática da linguagem que não o colocava em choque com as concepções de Saussure, nem com os estruturalistas.

Recuperar, ainda que brevemente, esse percurso teórico dos estudos da linguagem, tem o objetivo de reconhecer que, em cada uma de suas especificidades, as contribuições desses autores trouxeram avanços significativos para o entendimento do discurso. O estruturalismo viveu o seu ápice e o seu declínio; fechado na estrutura, hesitava transpor o que lhe parecia estável. Para nós, o que interessa não é situar esse ou aquele autor nesta ou naquela corrente teórica. “Ser ou não ser” estruturalista, filósofo da linguagem, lingüista da enunciação, pragmático ou não, não são essas nossas questões primordiais; o que interessa para esta tese e para sua autora – e que esperamos possa interessar aos estudiosos da linguagem, são as contribuições dos teóricos, aos quais nos referimos, para o avanço dos estudos da linguagem, e que deságuam no terreno fértil, e ao mesmo tempo opaco, do discurso, com todas as implicações, advindas do contexto variável e da multiplicidade de eventos sociais que o compõem.

A estrutura não deixou de existir (caíram alguns “muros”), mudou o panorama à sua volta, mudou a percepção do sujeito-enunciador, mas nada está definido, continuamos a caminho. A transitoriedade da língua, da história, é a transitoriedade do sujeito que, através das redes de memória, vai se construindo e construindo o discurso. Destaca-se, ainda, nesse contexto teórico, a contribuição da perspectiva de Authier-Revuz 1 e 2 (1995), que vê a heterogeneidade do campo enunciativo a partir do lingüístico, mas afetado pela exterioridade, e também como um campo, onde se encontram a língua e a fala/o discurso, o sujeito.

“Falar de discurso é, inevitavelmente, falar da heterogeneidade e das múltiplas faces das atividades discursivas, cujos sentidos diversificam-se em função dos momentos e dos lugares de enunciação.” (MAINGUENEAU; COSSUTA, 1995). Nessa perspectiva, está também a concepção de uma língua, estruturada por um “espaço-tempo” que não é neutro e cuja constituição se dá nas redes de

comunicação, nas quais evoluem os sujeitos historicamente determinados. (BRANCA-ROSOFF; et al, 1994) Essa noção de sujeito, determinado pela história, está ainda muito longe de dizer qual o papel do sujeito no discurso. E se por um lado vemos um certo fatalismo na visão que detém uma suposta determinação do sujeito, também não ousamos imprimir-lhe uma autonomia indiscutível, uma questão da qual tratamos de forma mais amíuade no sub-item **4.2 Sujeito e Discurso: Sujeito do Discurso/Discurso do Sujeito**.

No espaço que estrutura o acontecimento (uma ação um tanto quanto paradoxal), é pertinente a distinção que faz de Certeau (1990a) entre um “espaço geométrico” e um “espaço antropológico”. Enquanto o primeiro tem um sentido similar ao que nós consideramos lugar e, como tal, estável, o segundo seria o efeito de operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam, fazendo dele algo móvel no tempo e no espaço, podendo ser assim definido: “o espaço é existencial” e a “existência é espacial” (de CERTEAU, 1990a, p.173-174).

Esse espaço antropológico não pode ter significação menor para os estudos da AD, uma vez que é da mobilidade do dizível e de suas tênues fronteiras que podemos nos dar conta da multiplicidade de fatores, presentes nas mais diversas manifestações do sujeito do discurso e do discurso do sujeito cuja discussão retomaremos mais adiante, como dissemos anteriormente.

Todas essas manifestações do sujeito são processos oriundos de diferentes FDs, cuja nascente é, inegavelmente, foulcaultiana, apesar de sua chegada à AD não ter sido diretamente um “feito” seu:

Pêcheux foi o maior responsável pela introdução na Análise do Discurso da noção de Formações Discursivas, bem como das Formações Ideológicas no quadro teórico do marxismo althusseriano, no qual toda formação social caracterizada por uma certa relação entre classes sociais, implica a existência de posições políticas e ideológicas, que não se referem ao indivíduo, mas que se organizam em formações estabelecendo entre elas relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. (MAINGUENEAU, 1996, p.41,42)

Essa perspectiva de FI, na citação acima, se soma a uma FI como um “conjunto de atitudes” e de “representações”, que vão caracterizar uma determinada “formação social”, a partir das identificações no decorrer dos mais diferentes

processos discursivos e das condições de produção dos quais eles procedem (MAINGUENEAU, 1996).

A grande contribuição de Pêcheux para os estudos do discurso reside no fato desse autor ter lançado um olhar para o objeto (o discurso), para além da lingüística, ampliando esse olhar para a história, para a sociologia e para a psicologia, como afirma Mالدیدیر (1990), que afirma, também, ter sido Pêcheux quem promoveu, nos estudos da textualidade, o encontro entre a língua e o sujeito.

Trabalhar essa relação língua/sujeito, trabalhar o discurso e a sua mobilidade, no interior da qual a palavra e tudo que a circunstancia exerce um poder, fascinante e perigoso a um só tempo, é também tentar desvendar percursos pessoais, sociais, culturais, políticos; enfim, é tentar recuperar a história de uma relação entre o discurso e os interdiscursos que o constituem. É procurar compreender a palavra em seu contexto discursivo: “os sujeitos empregam palavras e expressões marcadas pela posição que assumem frente às diversidades política e ideológica que estão em permanente confronto na sociedade.” (AMARAL, 2005, p.45). A partir dessa reflexão, a autora citada afirma ainda que “os sentidos das palavras só são reconhecíveis na medida em que se compreende a sua vinculação com uma dada formação discursiva.” (AMARAL, 2005, p.46).

Essa forma de se reconhecer os sentidos das palavras, através da vinculação a uma FD (sem aprisionamento, insistimos em dizer), faz sobressair a instância discursiva e suas características singulares. As palavras, dispostas em uma determinada organização textual, aguardam que lhe seja dada vida, uma vida com sentidos. É, talvez, a partir dessa imagem da textualidade que Umberto Eco, citado por Adam (1999, p.129), afirma: “o texto é como uma máquina preguiçosa que exige do leitor um trabalho incessante de cooperação para preencher os espaços do não-dito ou do já-dito que permaneceram ausentes.”. Ao trazer essa afirmação, Adam (1999) procura mostrar, nos espaços do não dito, o que ele chama de ecos discursivos, e que podem ser vistos como correspondentes aos sentidos possíveis de serem construídos nas redes de memória.

Ao analisar o papel da memória, Pêcheux (1999) a vê para além da perspectiva individual do “psicologista”. Da mesma forma, para a AD, a memória não é um exercício mental de recordação de tempos idos, nem tampouco uma parceira do saudosismo que traz de volta uma ou outra lembrança. Ela é, por conseguinte,

um arcabouço no qual a tríade língua – sujeito – história produzem os sentidos de uma sociedade.

Retomando a idéia de Umberto Eco, posta anteriormente, e tentando entender a cooperação do leitor/falante, que preenche os espaços do não-dito com os sentidos que produz, trazemos Amossy (2000), que fala das evidências que não precisam ser formuladas com todas as letras. São evidências que, acreditamos, aparecem em um dizer disfarçado em *vestimentas* lingüísticas, nas quais os implícitos e os não-ditos são perceptíveis a partir do suporte da materialidade lingüística. Essa percepção é favorecida pelos conhecimentos enciclopédicos e pelo saber partilhado, e que, juntos, possibilitam a travessia do percurso da materialidade, a fim de recuperar, nos ditos, os não-ditos e os implícitos.

Fazer AD, tentar percorrer suas trilhas, é sempre uma pretensão difícil, ambiciosa e tentadora. Ao mesmo tempo em que se revela pretensiosa, a AD é reveladora da fragilidade do objeto científico isolado (o discurso materializado) e, mais ainda, da evidência, esta incontestável, de que não deve (e não pode) haver o monopólio de uma ciência. É com esse entendimento que pretendemos ouvir os ecos discursivos para além das fronteiras de uma única disciplina.

São os ecos dos estudiosos da linguagem e do pensamento, dos leitores e produtores de sentido que pretendemos ouvir. Fundamentando-nos nas bases teóricas dos estudos da AD de tendências francesas que, segundo Maingueneau (1997), vê surgir, do movimento do discurso, um leitor cuja identidade depreende-se a partir de uma enunciação; para nós, a enunciação é sempre posta no eixo da discursividade. Essa presença no discurso faz ver o “ethos”, ou seja, a imagem discursiva do locutor³⁸, enquanto sujeito da enunciação.

Diferentemente da visão de outrora, em torno do primado atribuído à oralidade, o discurso é visto em uma complexidade de vozes que se somam à voz do enunciador, “ainda que essa voz seja apenas um efeito de seus agenciamentos.” (MAINGUENEAU, 1997, p183). E, por mais que defendamos a força dessa voz que enuncia o discurso, é impossível negar, como constata Authier-Revuz (1995 1, p.250) que, sob a “aparente simplicidade das palavras daquele que fala”, estão presentes a densidade e a variedade dos movimentos dialógicos, com as vozes que desenham o trajeto do fio do discurso.

³⁸ Quando nos referimos ao locutor não estamos pensando, necessariamente, na oposição oralidade X escrita, mas sim no locutor que, ao enunciar, produz sentidos e favorece a produção de outros.

Bonnafous; Charaudeau (1996) situam os discursos das mídias entre as ciências da linguagem e as ciências de informação e da comunicação: ciências da linguagem porque, enquanto objeto linguageiro, essas ciências tratam dos diversos sistemas de significância social; e ciências da informação e da comunicação porque, à medida em que, enquanto meios de transação social, garantem a informação e a comunicação no interior das diferentes comunidades sociais.

É para o entorno dessa informação que passa pela imprensa escrita que lançamos nosso olhar, a partir das bases da AD de tendências francesas; uma AD, na qual percebemos uma aproximação de perspectivas, na forma como vê Adam (1989, p.88): “a noção de esfera do uso da linguagem da qual fala Bakhtin não se distancia da de formações sócio-discursivas oriundas da reflexão de Foucault.”.

Ao evidenciar essa estreita complementaridade da língua e do discurso da

e contexto, entram em cena as duas correntes: a de inspiração anglo-saxônica e a da tradição da Europa Continental.

A partir dessa visão, retomamos a perspectiva da I.D., na qual estão imbricadas as faces social e textual, o que faz do discurso, uma prática sócio-linguística. Para entender melhor essa perspectiva, há que se levar em conta o que Sarfati (1997, p.106,107) chama de três “princípios-força”: primeiro, o do “interdiscurso”, onde se aproximam as visões de Maingueneau e Bakhtin, que vêm no espaço de trocas, e não apenas no discurso em si, a unidade de análise. O segundo princípio é o do “posicionamento” de toda atividade enunciativa, que faz com que haja o reconhecimento do discurso em uma determinada comunidade discursiva. O terceiro princípio refere-se à “inscrição discursiva”, e pode-se afirmar que ele se interliga aos anteriores, uma vez que representa não só o processo da produção da atividade enunciativa, bem como as diferentes etapas de sua recepção.

A enunciação faz a ponte entre uma organização textual e um lugar social determinados, em uma visão de língua como prática social. A AD está, portanto, entre as ciências da linguagem e as ciências da informação e da comunicação, conforme afirmam Bonnafous; Charaudeau (1996). Essa é uma concepção na qual também acreditamos, uma vez que o discurso, esse objeto capital da AD, reflete, em suas formulações discursivo-ideológicas, a realidade social em que se constituem as práticas discursivas da cotidianidade, práticas, freqüentemente, de reflexos opacos.

É nessa “opacidade” que localizamos nossas reflexões e análises, dando-nos conta, sempre, da impossibilidade de um fato vir a ser “transportado” para a mídia de forma unívoca: “pode-se fazer uma reportagem de mil maneiras diferentes, dependendo da cabeça e do coração de quem escreve, desde que essa pessoa seja honesta, tenha caráter, princípios.” (KOTSCHO, 2004, p.8). Nossa percepção do transporte do fato aponta para o que Mouillaud (1997a) chama de “cadeia de transformações”⁴¹, uma cadeia que se constrói na interdiscursividade constitutiva, levando em conta a contribuição de Pêcheux sobre as FDs e FIs que se presentificam na constituição dos intradiscursos.

Sobre presentificação, Amorim (2001) faz uma reflexão a partir da perspectiva bakhtiniana, e que convém a este estudo. Para essa autora, além de operar por representação, o que ela entende como remissão ao sujeito que escreve, a palavra

⁴¹ Uma associação que nos parece, até certo ponto, um paradoxo, se olhada da perspectiva de cadeia enquanto prisão e não, de encadeamento, como é o caso da expressão tomada de empréstimo a Mouillaud.

e o texto polifônico presentificam vozes e convocam outras. Trata-se de uma presentificação que enfatiza a condição do objeto textual, no qual os sujeitos imprimem suas marcas e, ao circular, esses objetos produzem diferentes efeitos de presença.

Apesar da importância dessa questão, tratá-la de forma mais amíúde neste estudo iria exigir um distanciamento do objetivo maior desta tese. Entretanto, é imprescindível colocá-la em linhas paralelas a outras perspectivas, tais como a de Authier-Revuz 1 e 2 (1995), em cuja obra a tônica incide sobre a negociação dos enunciadores com as não coincidências do dizer, oriundas das relações mais diversas, sejam elas relações das interlocuções, do discurso atravessado por outros discursos, das que ligam as palavras às coisas e da relação entre as próprias palavras.

A sabedoria popular parece perceber os conceitos de polifonia e do dialogismo bakhtinianos, ouvindo as vozes que participam de um jogo de sentidos e se entrecruzam no discurso, ao dizer: “quem conta um conto aumenta um ponto.”. Da mesma forma, reafirmamos, um fato dificilmente seria notificado de forma única. Há sempre a presença de um elemento que sugere um dizer diferente, seja pela “individuação” do sujeito-enunciador do discurso, seja pela linguagem, seja pelas circunstâncias em que esse discurso é realizado, seja pelo modo como circulam as interpretações. Orlandi (1996, p. 96) vê a mídia como “um grande evento discursivo do modo de circulação de linguagem.”. Para nós, trata-se de uma circulação de linguagem cujas vozes se entrecruzam na construção dos mais diversos sentidos.

A imprensa escrita cria, diariamente, conflitos de vozes que precisam ser filtrados, para que a chamada plurivocidade interpretativa possa ter, de certa forma, possíveis pontos de chegada, que não nos deixem inteiramente à deriva. As marcas de modalização exercem um papel importante nesse percurso: são escolhas de formas e estruturas gramaticais, seleção de léxico, pontuação, entre outros elementos, e das quais depende, em grande parte, a interpretação de um evento. Para Maingueneau (1997, p.108) “dizer é também se situar em relação ao seu próprio dizer”, o que faz ver também a relação do sujeito enunciador com seu co-enunciador, considerando o tempo e o lugar do acontecimento.

Dependendo da linha editorial de um jornal, dependendo da escrita do jornalista, dependendo, ainda, do evento a ser narrado, a matéria jornalística pode ter uma aparência do que já se chamou de “religião do fato”, uma forma de

imprensa, dita mais “ortodoxa”, que tenta se distanciar do comentário. Há matérias, entretanto, que, já a partir do título, ultrapassam a informação em si. Podemos ilustrar dois gestos distintos de interpretação de um mesmo evento, a partir de duas manchetes a que Pinto (1999, p. 64, 65) se refere, publicadas no dia 15 de dezembro de 1998, em “O Globo” e “O Dia”, respectivamente. A primeira dizia o seguinte: “Parlamentares e juízes terão aumento com o novo teto salarial.”. A segunda dizia: “Governo tira dos trabalhadores para dar aos políticos.”.

Enquanto a mensagem de “O Globo” parece deixar a interpretação com o leitor, informando apenas o aumento salarial dos juízes, a segunda mensagem explicita um juízo de valor, ao deixar ver o contraponto e o descompasso salarial entre trabalhadores e políticos. Essa característica opinativa da manchete “marca negativamente a atitude do governo no mesmo episódio e apresenta os políticos negativamente como ‘não trabalhadores’.”, como afirma Pinto (1999, p.65).

Manchetes como essas alternam-se em jornais diários e semanais, em revistas de circulação semanal ou mensal, e estão na origem de muitas contradições e de um certo estranhamento diante do que, por vezes, parece inusitado. Afirma-se que “hoje a estranheza gira em torno da espetacularização, da banalização, da saturação e da constatação de que a informação não só traduz o mundo, faz circular os acontecimentos mas publiciza o real desejado.” (BERGER, 1997, p.280).

Em nossa dissertação de Mestrado (LAMEIRAS, 1999), referimo-nos a esse “real desejado” que está sempre condicionado às expectativas do mercado de leitores. Esse “real desejado” é quase sempre orquestrado por uma “ideologia do espetáculo” (ECO, 2001) que, no nosso entender, é o lado nefasto de uma ansiedade popular coletiva, sempre atenta e à espera de fatos que possam romper com a normalidade, com a rotina. Talvez seja um pouco de exagero falar de normalidade e de rotina nos tempos atuais; mas vivemos em uma época na qual a palavra “turbulência” está mais voltada para as situações do cotidiano do que para as turbulências a que estão sujeitas as aeronaves: as nuvens, que opacificam os sentidos das práticas discursivas que circulam na imprensa escrita, e na mídia em geral, parecem ser, por vezes, mais densas do que as nuvens que habitam o espaço.

Quando falamos da ansiedade de ruptura em relação à rotina, dessa quase necessidade de abrir um jornal e uma revista e de se deparar com um jornalismo atuando impulsionado por essa expectativa do *auditório*, vemos os jornais como se

eles fossem sempre obrigados a contar alguma coisa. Uma coisa que, decerto, já foi amplamente noticiada pela TV, mas que reaparece com uma *vestimenta* diferente, com ares de reflexão, de juízo de valor, capaz até de transformar em notícia uma não-notícia. (ECO, 2001).

Todo discurso no momento de sua enunciação é, ao mesmo tempo, uma ruptura com determinados acontecimentos e uma retomada de acontecimentos outros. Para Authier-Revuz 2 (1995), as palavras são “porosas”, por elas passam fluidos e estão carregadas dos discursos que elas incorporaram no movimento entre os discursos exteriores e os interiores:

palavras móveis que se fracionam, se desencaixam, se desarticulam, retornam e se recompõem. Em outras palavras, se esmigalham e se dispersam, palavras caleidoscópicas nas quais o sentido escapa, multiplicado em facetas imprevisíveis, podendo mesmo se perder numa espécie de vertigem [...]” (AUTHIER-REVUZ, 1995, p.804).

A imprensa atua, como se costuma dizer, tal qual um “quarto poder”, ao lado dos poderes executivo, legislativo e judiciário. E, ainda que não precise legislar ou assinar uma medida provisória, a mídia tem a força de existir publicamente, de poder projetar a palavra em contextos que poderão estar na origem da formação de opinião, de valores, chegando mesmo a interferir no poder de uma decisão. A palavra é, portanto, na imprensa em geral, um elemento que entra em ação muito além das questões lingüístico-sociais, como sendo reveladora de uma ética pessoal e profissional. A informação, na definição de Eco (1988, p.101), “representa a liberdade de escolha que temos ao construir uma mensagem, e portanto deve ser considerada propriedade estatística, de nascente das mensagens.” Relativizamos, no entanto, essa dita “liberdade de escolha”, uma vez que não a vemos como efeito único de uma vontade pessoal, conforme explicitamos ao longo de nossa tese, na relação consciência x inconsciência.

Referimo-nos, neste momento, a uma regra prática do jornalismo, citada por Rodrigues (1983), que diz ser a opinião livre, mas soberanos os fatos. Em que consistiria tal soberania, indagamo-nos. Pode-se pensar em uma corrente, dita anglo-saxônica, que pretende a ortodoxia do fato, e que se contrapõe a um tipo de jornalismo que mescla o comentário ao fato, uma característica que a imprensa brasileira tem desenvolvido de forma acentuada. Nesse misto de fato e comentário, a subjetividade desliza pelos enunciados; uma subjetividade que só não ocorre no

boletim das “precipitações atmosféricas”, como afirma Eco (2001, p. 59), um boletim no qual a subjetividade fica por conta do inesperado dos fenômenos da natureza, dizemos.

Em uma concepção de que não há notícia verdadeiramente objetiva, vemos a análise que Maingueneau (2001, p.35) faz da “lei da sinceridade” do discurso. Para ele,

o fato de que a língua dispõe de advérbios de enunciação como ‘francamente’ ou ‘sinceramente’, por exemplo, mostra-nos que essa lei entra, às vezes, em conflito com outras, relativas à polidez, uma vez que, normalmente, não deveria ser necessário esclarecer que se está falando ‘francamente’...

Mais uma vez fica evidente, como já afirmava Bakhtin (1981), o sentido ideológico da palavra. Uma ideologia que Orlandi (1996, p.25) faz ver como “possível de explicitação a partir da noção mesma de discurso e que não separa linguagem e sociedade da história.” Vemos ideologia não unicamente relacionada a posições políticas, na base de muitas lutas e conflitos, mas sim, como uma rede de interesses, valores, perspectivas, crenças, preconceitos, que estabelecem conexões entre o ser e a sociedade: “toda refração ideológica do ser em processo de formação, seja qual for a natureza de seu material significante, é acompanhada de uma refração ideológica verbal.”⁴², como fenômeno obrigatoriamente concomitante” (BAKHTIN, 1981, p.38). Essa refração ideológica se projeta no jornalismo, bem como nas diferentes práticas discursivas do cotidiano, que podem ser vistas de um olhar ficcional, mas que não se separa da realidade, a exemplo do que disse Fernando Pessoa, citado por DaMatta (2005, p.335):

Encontrei hoje em ruas, separadamente, dois amigos meus que se haviam zangado um com o outro. Cada um me contou a narrativa de por que se haviam zangado. Cada um me disse a verdade. Cada um me contou as suas razões. Ambos tinham razão. Não era que um via uma coisa e outro outra, ou que um via um lado das coisas e outro outro lado diferente. Não: cada um via as coisas exatamente como se haviam passado, cada um as via com um critério idêntico ao do outro, mas cada um via uma coisa diferente, e cada um, portanto, tinha razão. Fiquei confuso desta dupla existência da verdade.

⁴² Destaques do autor da citação

A partir dessa “coisa diferente” que cada um vê e que revela uma espécie de “dupla existência da verdade”, como está no dizer de Fernando Pessoa, acima citado, retomamos a perspectiva de “refração ideológica”, com “ondas crescentes de ecos e ressonâncias verbais” (BAKHTIN, 1981, p.38). No jornalismo, são inúmeras as ocorrências dessa “refração ideológica”, presente não apenas nas matérias sobre questões políticas, históricas e ideológicas, mas também em outros gêneros, como o “fait-divers”, a exemplo do que nos fala Abramo (1989, p.110):

Existe o jornalista que só conta o fato: um muro caiu na cabeça da dona Maria e ela morreu debaixo de 35 tijolos. Isso é um fato, puro e simples. Haverá outro jornalista que dirá que o muro caiu porque o dono do terreno se recusou a gastar dinheiro e usou um suporte ruim, que ameaçava cair.

No transporte do evento em si até a produção textual discursiva do que parece ser um fato puro e simples⁴³, o acontecimento é dispersado em versões, cuja verticalidade plural dos interdiscursos chega, muitas vezes, a colocar as questões factuais em uma espécie de segundo plano. O jornalista faz uma escolha entre diferentes narrativas possíveis. Sabe-se, entretanto, que essa escolha não é, essencialmente, do jornalista; ela é feita a partir de paradigmas “ditados” pela linha do jornal, pelo “dono” do jornal, ou ainda, pelos leitores, vistos como mantenedores desse meio de comunicação no mercado.

Portanto, por mais que os jornais pretendam ser neutros, esse é um caminho quase impossível. E por mais que a chamada imprensa alternativa procure informar o que se diz ser “a verdade dos fatos”, ocorre um deslizamento para o lado do chamado espetáculo da notícia, dizemos mais uma vez. Trata-se de um recurso da competitividade de mercado, sobretudo em uma época em que predominam as questões comerciais em termos quantitativos, na busca de resultados rentáveis, ainda que em detrimento da qualidade da informação, esta verificada na fonte, o que mais se aproximaria da verdade dos fatos, e que estaria em concordância com a deontologia do jornalismo, conforme falaremos no sub-item **3.2. Reportagens de cobertura x abertura de sentidos**.

Não se pretende com isso dizer que o jornalista e toda a imprensa escrita estejam sempre veiculando versões fantasiosas de um fato. É, porém, inegável que

⁴³ Contrariando um pouco essa percepção, insistimos na perspectiva de Nietzsche de que “fatos é o que não há, há apenas interpretações.”

as múltiplas versões que podem envolver um único fato são responsáveis pela circulação de idéias, cujo rumor torna o acontecimento um conjunto de limites imprecisos (MOUILLAUD, 1997a). Mais do que um jogo de palavras, “as palavras ordenadas de maneira diversa fazem um sentido diverso, e os sentidos diversamente ordenados fazem diferentes efeitos”⁴⁴. A prática discursiva cotidiana deixa isso evidente quando, para se evitar a ambigüidade e o equívoco, modalizam-se os discursos, dizendo-se, por exemplo: “na verdade, o que eu quis dizer” ou, ainda, expressões do tipo “isto é, francamente, não foi bem assim, etc”.

Nesse contexto, são significativos os marcadores de modalidade de diferentes categorias gramaticais, os chamados modalizadores, em decorrência da força significativa que eles exercem na enunciação: “todo material lingüístico, principalmente constituído de elementos e de micro-sistemas lexicais, organiza a expressão da subjetividade lingüística.” (SARFATI, 1997, p.20).

É a presença material desses micro-sistemas lexicais e a forma como eles se relacionam com a discursividade que dão uma aparência de obviedade ao texto, quando o acontecimento se estrutura lingüisticamente, ainda que pluralizado em múltiplas versões e nos efeitos de sentido que elas produzem. Mas é também no espaço dessa estruturação do acontecimento, no trajeto da interpretação que o veste, que a opacidade e a não-transparência surgem como uma “cortina de fumaça” sobre os sentidos; sentidos que o analista do discurso não cessa de tentar descortinar, no trajeto dos fatos ocorridos e de sua a/enunciação, sobre o que trataremos no item a seguir.

⁴⁴ Máxima atribuída a Blaise Pascal, filósofo e matemático (séc. XVII).

2.4 DOS FATOS OCORRIDOS AOS ACONTECIMENTOS A/ENUNCIADOS

Os sentidos se constroem com limites. Mas há também limites construídos com sentidos.

Eni Orlandi

Não teremos nunca uma imprensa perfeita, tampouco uma sociedade perfeita. Agora, podemos criar processos permanentes e incessantes, diários, de aperfeiçoamento.

Zuenir Ventura

Para analisar o discurso da imprensa escrita, é preciso articular o estudo das características internalizadas pelos discursos produzidos em uma abrangência sócio-histórica, na qual fundem-se questões da linguagem e do pensamento. Essa abrangência envolve condições de produção de um discurso, aliadas às FDs e FIs, que estão na origem da constituição dos sentidos que circulam cotidianamente.

Ao falarmos nas condições de produção, trazemos a perspectiva de Foucault (1999), e que retomaremos mais adiante no sub-item **4.3 Veredas do Discurso: reconhecendo limites, vislumbrando horizontes**, do “sonho lírico de um discurso” que renasce sempre novo. Essa concepção coloca, de um lado, o enunciado e uma certa estabilidade léxico-sintática e semântica e, de outro, a instabilidade desse mesmo enunciado, face às circunstâncias da enunciação. A enunciação não ocorre de forma fechada, ou seja, toda enunciação se abre à constituição de sentidos, sentidos que, por vezes, escorregam, desviam-se e precisam ser negociados entre os sujeitos da interlocução, para que seja procedida a interação.

Ao nos referirmos aos sujeitos da interlocução e às circunstâncias enunciativas sabemos que não estamos falando de categorias distintas, uma vez que elas existem de forma imbricada. Foucault (1999) falava em um sujeito fundante e nos horizontes de sentidos trazidos por esse sujeito. Mas o autor citado também vê

esse sujeito disperso, posicionado de forma diferente nas instâncias do tempo e do espaço.

Nesta tese, muito embora consideremos o papel significante das circunstâncias da enunciação, optamos por não lhes dar um primado que também não atribuímos totalmente a um sujeito. Quanto a esse sujeito, preferimos não nominá-lo – “posição sujeito, forma-sujeito, sujeito do saber, sujeito universal, sujeito da ciência, sujeito gramatical”; – nem tampouco queremos assujeitá-lo, no seu sentido mais literal, conforme deixamos ver no sub-item **4.2 Sujeito e Discurso: Sujeito do Discurso/Discurso do Sujeito**. Não há, entretanto, como negar a premissa de que nós somos também as nossas circunstâncias⁴⁵, nós nos constituímos na dialogia, por conseguinte, nossa autonomia se realiza na alteridade, na relação com o outro.

Essa premissa dá a perceber que não vemos o sujeito como um ser previamente determinado, indiferente aos sentidos que circulam em seu entorno. Pelo contrário, entendemos que, ao se posicionar, esse sujeito é atravessado pelas condições de produção, o que nos faz retomar a idéia dessa espécie de simbiose entre o interdiscursivo e o intradiscursivo, relação a partir da qual “o sentido não é a projeção de um querer-dizer, mas sim uma negociação em um espaço fundamentalmente conflituoso, uma estabilização jamais segura.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 26).

Bonafous; Charaudeau (1996) tratam do discurso midiático de informação como resultante da combinação de diversos procedimentos:

1º) os procedimentos de enunciados, que indicam a posição da instância midiática, face às informações e à constituição de um *auditório*, valendo-se, para atraí-lo, de estratégias de argumentação ou de dramatização;

2º) os procedimentos de estruturação do conteúdo, que constroem uma certa representação do espaço público, no qual se fundam sistemas de valores, que servem de referência aos membros de uma sociedade;

3º) e ainda, os procedimentos de “mise en scène”, da presentificação na materialidade dos procedimentos de enunciação e de estruturação do conteúdo.

Essa visão, extraída de Bonafous; Charaudeau (1996), vai ao encontro dos caminhos entrecruzados por Pêcheux, (1990a, p.18,19): “o do acontecimento, o da

⁴⁵ “Eu sou eu mais minhas circunstâncias.” (Ortega Y Gasset, filósofo e escritor espanhol, 1883-1955)

estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação no interior da AD, retocando cada um deles pela efetivação parcial dos outros dois.". A partir dessas constatações, evidencia-se a importância que a AD atribui "aos sistemas de significação social, cuja configuração linguagreira⁴⁶ testemunha, ao mesmo tempo, as práticas dos indivíduos enquanto atores sociais, e as representações que eles constroem sobre essas práticas." (BONNAFOUS; CHARAUDEAU, 1996, p.45).

É partindo, portanto, de uma concepção de linguagem como "um fenômeno que está no centro do processo de simbolização do mundo" (BONNAFOUS; CHARAUDEAU, 1996), que buscamos a aproximação e/ou o distanciamento que a imprensa escrita favorece entre os fatos ocorridos e os acontecimentos a/enunciados", de cuja perspectiva extraímos o título deste sub-item.

Antes de procedermos nossas análises, acreditamos ser importante pontuar que não fazemos uma distinção propriamente dita entre fato e acontecimento, ainda que, para a AD, o fato pareça ser o nascedouro do acontecimento. Vamos, sim, procurar distinguir fato ou acontecimento de notícia, considerando o que diz Motta (1997, p. 308): "diz-se que para ser notícia, um fato deve ter atualidade, proximidade, proeminência (da pessoa envolvida) impacto e significância. Portanto, qualidades do próprio fato ou acontecimento."

Por esse prisma, o autor citado apresenta a notícia como "a versão do fato" ou como o "metafato". Em nossos estudos sobre o discurso da imprensa escrita, insistimos na impossibilidade de um fato vir a ser noticiado de forma unívoca, com base nos estudos sobre a constituição de sentidos, pluralizados nas práticas discursivas. Colocamo-nos nessa posição a partir de reflexões que vão dos conceitos bakhtinianos de polifonia, oriundos das circunstâncias da enunciação, até a presentificação, na qual surgem os contornos e/ou adornos de um fato, favorecidos pelas redes de memória.

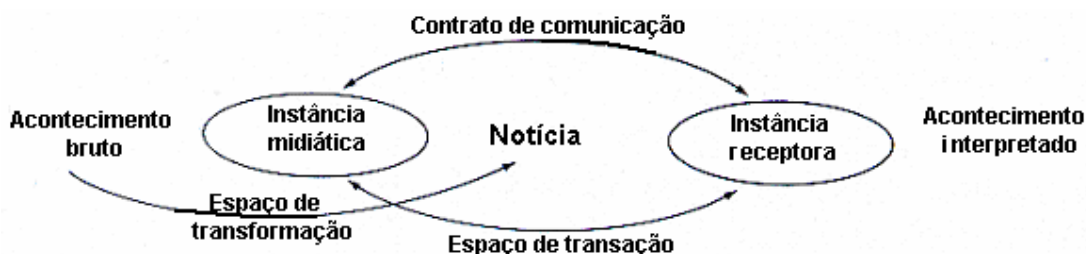
Consideramos o dizer de Mouillaud (1997a) que vê o fato como "o paradigma universal", a partir do qual os acontecimentos são narrados. Em nossa concepção de AD, fazemos opção por falar, mais freqüentemente, em versão dos acontecimentos, uma vez que a narrativa factual propriamente dita não parece dar margem à plurivocidade presente na interpretação dos acontecimentos. A valoração de um fato está, quase sempre, no interesse que desperta, pela forma como é contado, pela

⁴⁶ Destaque dos autores da citação.

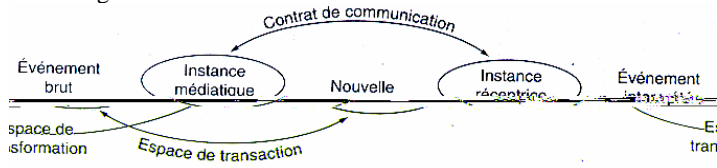
estória tecida: “não é o fato que conta, mas sim o conto do fato [...] o que passa a existir é o enunciado do fato tal como narrado, não o fato real.” (MOTTA, 1997, p. 315). Fazendo uma análise desse ponto de vista, percebe-se que há uma certa liberdade na imprensa para se elaborar a versão de um fato; de alguns, pelo menos, é o que nos faz ver DaMatta (2005, p.184):

Nós não controlamos os fatos, mas temos um relativo controle de sua interpretação. Há quem diga, com miopia, que tudo é construído e fabricado. Quero crer que não. A morte de Diana, Princesa de Gales, não foi inventada. Mas o texto que vai adornar o seu falecimento físico está em plena elaboração. [...] Se nós, pessoas comuns, não podemos ter paz, que dirá uma pessoa como Diana.

Não se poder afirmar que a imprensa vive criando a notícia, nem se pode negar que ela tem “margens” que a delimitam. Muitas são as amarras que envolvem os órgãos de imprensa, notadamente a imprensa escrita e que, como já afirmamos, posicionam esses órgãos face às informações e a seu *auditório*, cuja construção ocorre a partir do que Charaudeau (1994) chama de “acontecimento bruto” (o que corresponde ao fato “genuíno”, no momento da chamada “bacia de captura”, expressão empregada por Mouillaud (1997a)), até atingir o chamado “acontecimento interpretado” (o que corresponde à *vestimenta* do fato, ou seja, o tratamento que lhe é dado no transporte para a escritura). Trata-se de uma espécie de “contrato de comunicação”, que ocorre entre um “espaço de transação”, a “instância midiática” e a “instância receptora”, no qual se constrói a notícia que, por sua vez, passa por um “espaço de transformação”, o que podemos visualizar no esquema apresentado por Charaudeau (1994, p.14)⁴⁷, que ilustra nossas reflexões:



⁴⁷ Do original:



Considerando o espaço da notícia na mídia, mais especificamente o que se chama de “fait-divers” (cuja explicação vem, um pouco mais adiante, ainda neste sub-item), destacamos um fato ocorrido em 2003, em Belo Horizonte, que virou notícia nos mais diferentes órgãos de imprensa, seja pela ruptura com o habitual, seja pelos possíveis desdobramentos “colaterais”. A matéria que apresentamos foi extraída da “Folha de S. Paulo” e é uma versão muito próxima do fato ocorrido, uma vez que esse fato já surge com características inusitadas, o que o jornalismo tende a considerar como fator de valoração para que um fato adquira o “status” de notícia.

Lavrador com dor de ouvido faz vasectomia⁴⁸

O lavrador Valdemar Lopes, 39, saiu de casa, no dia 14, para um exame de ouvido (ele sentia dores) na policlínica Carlos Espírito Santo, na cidade mineira de Montes Claros. Voltou vasectomizado.

A vasectomia é uma pequena cirurgia, que não exige internação e impede a liberação de espermatozóides. Nem sempre é reversível.

A atendente, diz a policlínica, teria chamado Aldemar Aparecido Rodrigues, 29, mas Lopes se apresentou no lugar e não questionou o médico. “Pensei que era caxumba e tinha descido. Mexeu lá, pensei nisso e não perguntei mais nada.” Rodrigues diz não ter ouvido seu nome. Após horas de espera, reclamou e foi avisado de que a cirurgia já tinha ocorrido.

Lopes diz nunca ter tido caxumba, doença que pode causar inflamação nos testículos em adultos. Ele vive na zona rural, é analfabeto, casado e tem dois filhos.

A policlínica, que faz mais de 500 consultas/dia, informou que, a partir de agora, exigirá documentos de todos os pacientes.

A Secretaria da Saúde abriu sindicância. Lopes recusou a reversão da cirurgia (a mulher já tinha ligado as trompas) e remarcou para amanhã o exame de ouvido.

Antes de tentarmos entender as formulações que nos permitem *gestos de interpretação* diante do fato acima, pelo inusitado do ocorrido, como é o caso do “fait-divers” aqui selecionado, destacamos a forma como, geralmente, ele é estruturado (ainda que se diga no jornalismo que o “fait-divers” não se presta à interpretação). A arquitetura textual de um “fait-divers”, apresenta uma composição em 3 partes, segundo Adam (1999)⁴⁹:

⁴⁸ Thiago Guimarães, da Agência Folha, em Belo Horizonte (Folha de S. Paulo, Cotidiano, 20 de agosto de 2003).

⁴⁹ A arquitetura textual do *fait-divers*, aqui apresentada, é uma adaptação da autora deste estudo. (ADAM, 1999).

- 1- a apresentação geral do artigo, situando o fato de forma resumida;
- 2- o desenvolvimento das ações, o que seria o relato dos fatos, a narração propriamente dita;
- 3- o fechamento, onde ocorre um momento mais subjetivo, no qual é possível ocorrer o julgamento dos fatos, sua avaliação, além das impressões do jornalista que conta o fato.

Quando escolhemos um “fait-divers”, o que pode ser visto como uma notícia breve e isolada, a exemplo do texto acima – “Lavrador com dor de ouvido faz vasectomia”, pretendíamos estabelecer um distanciamento, a diferença entre essas notícias breves, que rompem com a rotina, e um fato feito notícia, pela marca político-histórica, como é o caso da posse do presidente Lula.

Esse distanciamento, porém, não é tão evidente, uma vez que a proximidade que pode ocorrer entre o “fait-divers” e o “show” (BOURDIEU, 1998) parece também estar presente em algumas das matérias sobre a posse do presidente Lula, selecionadas para análise. O “fait-divers” é traduzido por Motta (1997) como notícia de interesse humano, cujo “valor-notícia” está mais na capacidade de criação do jornalista do que no fato em si. Seria, em alguns casos, o que Rodrigues (1983) chama de meta-acontecimento e que vem acrescido de pontos de vista, de juízos de valor.

Por estranho que possa parecer a presença de um “fait-divers” neste estudo, sua inclusão se dá pelo fato de que, em meio às reportagens que tratam da posse

personagem, até seus adereços – “chapéu de chifre de boi, óculos graúdos e seios postiços”, dão ao personagem um aspecto caricato, diríamos mesmo, grotesco. Esse trecho da matéria sobre a posse do presidente Lula, de um “fait-divers”, traz as mesmas características e apresenta-se como um conto, entre outros **CONTOS DE UMA POSSE**, título do item 3 desta tese. Todavia, diferentemente do que se afirma, a interpretação que se pode fazer a partir do que aqui consideramos como um “fait-divers” não se trata de “um exercício inteiramente desligado do consumo da notícia.” (LAGE, 2003, p.46). Pelo contrário, a inserção do “conto do cearense”, na matéria sobre a posse de Lula, não se trata de uma estratégia ingênua e despreziosa do jornalismo (nem do jornalista); some-se, ainda, ao personagem caricato – “vaca louca”, a sua origem que, assim como Lula, é a de um nordestino, desta vez um cearense. O olhar para o “estrangeiro regional”, expressão que adotamos nesta tese no sub-item **2.2 Momentos político-históricos de uma transição**, é uma visão discriminatória mas, infelizmente, reveladora de uma questão cultural que se vivencia no “Sul/Sudeste” do país. A forma de se referir ao nortista e ao nordestino, unificando-os, dizendo-se que: todo nordestino é nortista, ou vice-versa; ou ainda ao chamá-los todos de “paraíba” ou “baiano”, provoca um efeito de sentido “separatista”, que se contrapõe à unidade proposta na denominação: é, dizemos mais uma vez o olhar para o que nós chamamos de “estrangeiro regional”.

Considerar as “reportagens de cobertura” sobre a posse de Lula, como “fait-divers”, em alguns momentos, é também possível, diante de um caráter informativo que entra em contato com o que mais parece ficção. Não faz parte do dia-a-dia e, sobretudo, não deveria fazer parte de um evento como o da posse de um presidente, o desfile de personagens excêntricos, a exemplo do “vaca louca”, que citamos anteriormente, entre outros que veremos ao longo de nossa análise.

Outro aspecto que reforça a característica de “cúmulo” do “fait-divers”, sobre a qual falamos neste estudo, é a distância percorrida, e de ônibus, salientada pelo tempo de duração da viagem: “[...] saiu de Fortaleza de ônibus às 21h30 do domingo e chegou à capital federal nesta terça-feira às 16h [...]” (A₄). Há, em cada detalhe, uma relação com um imaginário discursivo do povo brasileiro, com a memória, com a história, enfim, há uma espécie de proximidade entre sonho e realidade, entre poder e povo. Bourdieu (1996, p.59) afirmava que o “fait-divers” tem, por efeito, “[...] criar um vazio político, de despolitizar e de reduzir a vida do mundo a uma anedota.” Por esse prisma, o conto do cearense toma outro rumo discursivo. Ao ilustrar o

interior da matéria sobre a posse de Lula, esse “fait-divers”, de aparência minúscula, faz pulsar no discurso, em sua materialidade, um sentimento que, naquele momento, parecia ser representativo da maior parte de uma nação: a manifestação de uma conquista coletiva, a esperança materializada e expressa em uma euforia, para além do contentamento.

Enquanto o “fait-divers” “não se situa em campo de conhecimento preestabelecido, como a política, a economia ou as artes” (LAGE, 2003, p.46), a informação, por outro lado, seguindo ainda o autor citado, é acontecimento histórico e, como tal, faz parte de narrativa. Entretanto, apesar desses e de outros aspectos que distinguem o “fait-divers” da informação, percebe-se, nas matérias selecionadas, e que classificamos como **CONTOS DE UMA POSSE**, que a chegada de Lula à presidência da República é uma espécie de antítese; é a realização de algo que mais se assemelha a uma cesura, rompendo dessa forma com o que seria habitual.

A eleição de um “homem do povo”, “um nordestino”, “um sindicalista”, “um líder de esquerda” se coloca em oposição a um poder de direita, conservador. Um poder que, ao longo de mais de duas décadas (para não falar da história do Brasil de todos os tempos), era exercido através de práticas monolíticas, muito mais do que políticas. São práticas que vão de encontro à vontade popular, uma vontade tantas vezes silenciada (ao longo de nossa história, vivenciamos silêncios, prolixos em sua extensão, mas que dizem muito, em contraponto a uma fala, cujos dizeres são perigosamente silenciosos, ou silenciados).

É justamente por esse viés, que nos valem de um “fait-divers”, considerando-o, ainda na concepção de Lage (2003, p.48), como “uma das atualizações da antítese, figura bastante atraente e que sustenta historicamente seus estereótipos.”. Exemplificando seu entendimento de “fait-divers” nessa perspectiva, o autor citado evoca o caso de Tancredo Neves, comparando-o a Moisés, uma vez que, pelo fato de Tancredo ter morrido sem chegar a ser empossado presidente, ele se aproxima do estereótipo de Moisés, cuja morte aconteceu antes de chegar à “Terra Prometida”.

Essa aproximação entre personagens reais, mitos e estereótipos, ocorre também, e com certa frequência, no evento da posse do presidente Lula. Exemplo disso é a forma apoteótica como as matérias jornalísticas tratam da sua posse, como na primeira página do jornal “Tribuna da imprensa” (**A₁₉**), cuja manchete em negrito e em letras garrafais, seguida da imagem do presidente da República recém eleito e

de sua esposa, é uma aproximação desse mito⁵⁰. Essa força imagética é reforçada pela própria fala do presidente, no momento em que, ao se dirigir a multidão que se acotovelava no parlatório do Planalto, falou: “não sou resultado de uma eleição. Eu sou resultado de uma história. Eu estou concretizando o sonho de gerações e gerações que, antes de mim, tentaram e não conseguiram” (**A₈**). E ainda quando falou sobre sua própria história, o que se sabia, de antemão, que era também a história de grande parte dos brasileiros que o conduziram à presidência:

Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de supremo mandatário da nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

No trecho do discurso do presidente Lula, citado acima, há uma espécie de “conto”, cujo enredo faz sonhar o imaginário coletivo do povo brasileiro, ao mostrar uma ruptura entre o que se espera de uma criança que vive em condições de extrema pobreza e o que ocorreu mais adiante, a exemplo da história do presidente eleito. Sua trajetória, a daquele menino “que vendia amendoim e laranja no cais de Santos” e que, pouco a pouco, galgando escalas, “assume o posto de supremo mandatário da nação” é, inegavelmente, a concretização de um sonho.

Essa interpretação nos permite identificar a dimensão da antítese de que falamos anteriormente, que traz a oposição para o poder, evidenciando, mas uma vez, essa característica sempre presente no “fait-divers”, que é a da situação de “cúmulo”. Seria o “cúmulo” do “fait-divers” semelhante à figura da tragédia grega que Lage (2003, p.47) define como “contradição radical entre o que se espera e o que acontece [?]” Esse aspecto de contradição que caracteriza o “fait-divers”, essa ruptura entre o previsível e a ocorrência, nos levou a fazer a ponte com a história do “pequeno vendedor de amendoim” que mudou radicalmente o curso de sua história, e que se revelava também como a mudança no curso da história do Brasil. Porém, o

⁵⁰ A nossa percepção do que vem a ser um mito situa-se no contexto da atualidade. Segundo Mircea Eliade, (*Aspectos do Mito*, edições 70, 1973, p.9, Lisboa-Portugal), “este termo é hoje utilizado tanto no sentido de ‘ficção’ ou de ‘ilusão’, como no sentido familiar sobretudo para os etnólogos, sociólogos e historiadores das religiões, de ‘tradição sagrada, revelação primordial, modelo exemplar’”. Lula, enquanto mito, estaria mais em uma categoria de mito construído pela história de uma sociedade que anseia pela concretude de sonhos – diríamos, mais do que sonhos, é a esperança de construção de uma sociedade justa.

que se esperava, realmente, é que aquela contradição cedesse lugar, na sociedade brasileira, a um novo trajeto. Um trajeto no qual fosse possível, senão o que se espera em sua amplitude (nem todos precisam ser, necessariamente o “supremo mandatário da nação”), pelo menos, a possibilidade de um trajeto que pudesse permitir, a cada brasileiro, ter uma vida digna: educação, moradia, trabalho e lazer, evidentemente. Nas redes de memória do povo brasileiro, esse trajeto vive ainda na esperança de sua presentificação.

A espetacularização presente no “fait-divers”, como consequência quase sempre do imprevisível, da contradição, ocorre em algumas das matérias que falam da posse do presidente Lula, mas por outras razões. A espetacularização surge em diversas facetas, mas é no jogo de palavras, no efeito dos sentidos da enunciação, que se abre a sua porta de acesso. Desta feita, a espetacularização ocorre pela proximidade entre um sonho e a realidade e não pela contradição. O que parecia improvável, em outros tempos, transformava-se, então, em realidade: Lula torna-se o presidente do Brasil; é a ascensão de um operário ao poder maior de um país, como “todos” viam acontecer: o supremo mandatário da nação era, então, representado por um homem do povo⁵¹.

De uma forma geral, podemos afirmar que, tanto um “fait-divers” quanto a cobertura jornalística de um acontecimento como a posse do presidente, ambos podem ser considerados notícias e, como tal, são também “novos fatos, metafatos ou metanotícias”, expressões empregadas por Motta (1997). A posse do presidente Lula preenche os atributos do que se considera notícia, segundo Motta (1997, p.308): “para ser notícia, um fato deve ter atualidade, proximidade, proeminência (da pessoa envolvida), impacto e significância.”.

Foi por esse caminho que tentamos estabelecer uma relação entre a notícia da posse do presidente e um “fait-divers”, uma vez que, naquele 2 de janeiro de 2003, a figura mais proeminente e o fato da maior significância, ainda sob o impacto de muitos brasileiros (e também estrangeiros) diante da mudança, eram o presidente Lula e a festa da posse, enquanto presidente recém eleito, que se contrapunha às políticas neoliberais, tão contestadas nos últimos governos. O texto a que aludimos traz, justamente, um lado “pitoresco” de “um fato feito notícia” e que, se nenhuma

⁵¹ Estamos, durante esta tese, em plena campanha presidencial de 2006, e alguns dos “slogans” de campanha do presidente Lula à reeleição retomam essa perspectiva de “fusão” entre povo e poder: “Lula de novo com a força do povo”; “Lula de novo, quem manda é o povo.”

relação histórica tem com a posse do presidente, é também revelador da opacidade discursiva de um texto jornalístico. Nas entrelinhas da vasectomia do lavrador mineiro outros ditos podem ser percebidos na cotidianidade de muitos brasileiros: são personagens diferentes de um enredo circular na vida de tantos brasileiros.

A situação de “cúmulo”, característica maior do “fait-divers” se faz muitas vezes presente em outros gêneros jornalísticos, além do “fait-divers”. No caso do “fait-divers” sobre o lavrador, que destacamos neste item, a situação de “cúmulo” está na própria ocorrência. E diante de sua singularidade dramática, trágica até, não há o que seria uma necessidade de recriação do fato real, da produção de um novo acontecimento. A reportagem, aparentemente desprovida de contornos provocadores de efeitos de sentido, tem, na sua elaboração simples, de teor predominantemente informativo, um relato, no mínimo surpreendente, além de revelador de uma situação difícil, no quadro da saúde pública do Brasil, para não lançar um olhar que vê apenas o lado tragicômico da ocorrência inusitada.

O título em si, “Lavrador com dor de ouvido faz vasectomia”, não traz o impacto da notícia. Não seria de todo anormal uma intervenção cirúrgica de vasectomia em um paciente com dor de ouvido. O impacto está no final do primeiro parágrafo do texto, revelador da contradição entre o fato previsto (a consulta em consequência da dor de ouvido) e o ocorrido (a vasectomia). O enunciado curto, revelador de um fato real (quase surrealista, diríamos) – “voltou vasectomizado”, é que faz ver o cúmulo da situação. Antes da informação da vasectomia, o autor da matéria traz detalhes sobre o personagem em questão, seu nome, sua idade, as dores de ouvido que sentia, o que o levava, finalmente, ao hospital. É essa contextualização que possibilita ouvir vozes para além da vasectomia do lavrador mineiro. O acontecimento da vasectomia produz ecos discursivos de um realismo absurdamente fantástico, para não dizer, cruel, e que não deveria, mas que se soma a outros acontecimentos, igualmente absurdos, que estão presentes na memória (que se quer esquecer) do povo brasileiro.

Essa mesma notícia, na forma como foi veiculada, recebeu críticas do ombudsman da Folha de S. Paulo, quatro dias após a sua publicação, na edição do jornal de Domingo, 24 de agosto de 2003. Em meio a outras críticas, reunidas sob o título “Relatos Sem Vida”, o ombudsman da Folha, Bernardo Ajzenberg, disse considerar que a história do lavrador foi editada com “falta de sensibilidade e de vigor editorial”, uma vez que “uma notícia tão particular, rara e de traços cômicos”

(que ele reconhecia não ser aquela, provavelmente, a visão do protagonista) poderia dispor de outros recursos de linguagem e de concepção gráfica.

Reconhecemos, e o ombudusman da “Folha de São Paulo” enfatizou em seu texto, que o veículo impresso precisa ir além do que já saiu no rádio, na TV e na Internet. No caso específico da matéria sobre o lavrador de Belo Horizonte, e ainda que acreditemos que o “vigor editorial” possa atrair mais os leitores (ou mais leitores) vemos, na elaboração da notícia, tal qual ela foi apresentada, uma plurivocidade que traz à tona, no entorno do fato em si, as evidências da falta de instrução de grande parcela da população brasileira, além da desorganização do sistema de saúde. Na memória do dito presentificado, há uma realidade cruelmente obscurecida, não pelo texto em si mas pelas práticas políticas que “condenam” a saúde do povo brasileiro, que depende dos serviços públicos de saúde.

Apesar de o texto não trazer um juízo de valor explícito, esse juízo desliza, ou surge, quando o jornalista evoca, entre aspas, a fala do paciente, uma fala reveladora de ingenuidade e desconhecimento: “Pensei que era caxumba e tinha descido. Mexeu lá, pensei nisso e não perguntei mais nada.”. Motta (1997, p. 316) diz que “os acontecimentos realizam aquilo que anunciam pelo fato de o enunciarem.”. São, portanto, as circunstâncias da enunciação que vão tecendo os efeitos de sentidos: “não se pode dizer uma frase, não se pode dar-lhe uma existência de enunciado sem que se leve em conta um espaço colateral. Um enunciado tem sempre margens habitadas por outros enunciados.” (Foucault, 1969, p.128). Assim é o enunciado do lavrador mineiro, cujas margens são habitadas por vozes de tantos outros brasileiros que, assim como lavrador vasectomizado “indevidamente”, não perguntam nada... “Mexeu lá, pensei nisso [caxumba] e não perguntei mais nada.”

Está, ainda, na matéria: “o registro relatorial” que informa o número de consultas por dia: “A policlínica, que faz mais de 500 consultas/dia”, e que informa também que, “a partir de agora, exigirá documentos de todos os pacientes”. Tudo isso é um triste retrato do caos em que se encontra a saúde no país. A não exigência de documentos, até então, só reforça esse caos, um caos que, infelizmente, se prolifera no país. É essa proliferação do caos que esse “fait-divers” traz à tona, apenas porque ocorreu o inusitado, o que lhe confere o grau de notícia segundo regras jornalísticas.

Continuando no estilo relatorial, o autor da matéria informa a recusa do lavrador em reverter a cirurgia: “Lopes recusou a reversão da cirurgia...” Entretanto, em seguida, lançando mão de um dizer entre parênteses (“a mulher já tinha ligado as trompas”), o jornalista abre o “espaço de transação” da notícia, encaminhando para o que Charaudeau (1994) chama de “acontecimento interpretado”. Nesse momento, entra em cena a polifonia, na heterogeneidade mostrada, cujos estudos bakhtinianos encontram eco na perspectiva dialógica. Segundo Maingueneau, (1997, p.153), “o dialogismo atua sobre dois planos estreitamente ligados: o da interação entre enunciador e co-enunciador, mas também o da imersão do discurso em um interdiscurso do qual ele surge e que não cessa de atravessar.”.

Na travessia dos interdiscursos, desses discursos transversos, e voltando ao dizer entre parênteses (“a mulher já tinha ligado as trompas”), podemos identificar uma sutil ironia do autor, deixando mesmo transparecer, na recusa à reversão da cirurgia, por parte do lavrador, pistas de uma interpretação polifônica. Através de enunciados curtos e uma seqüência como que puramente narrativa: “a Secretaria da Saúde abriu sindicância. Lopes recusou a reversão da cirurgia (a mulher já tinha ligado as trompas) e marcou para amanhã o exame de ouvido”, há espaços para *pontos de deriva* que permitem essa interpretação polifônica. Esses *pontos de deriva* fazem deslizar para um *gesto de interpretação* que permite pensar que, ao final de tudo, a vasectomia parecia conveniente ao lavrador.

Pêcheux (1990a, p.54,55) destaca os limites da interpretação, mas reconhece que há mais coisa em jogo:

a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência.

Transitando, pois, por um “espaço virtual de leitura” (entendendo-se leitura
c21 Twv-6.11 c21 T5e ee m ,
f a z (i) 5 . 8 (m) 4 d o . 4 (

Retomando a idéia posta no título deste sub-item **Dos Fatos Ocorridos aos Acontecimentos A/Enunciados**, afirmamos, mais uma vez, que os sentidos que fundam, pouco a pouco, o discurso vão se construindo; é o que Charaudeau (1994) chama de “espaço de transação” entre as instâncias midiática e receptora. O fato selecionado para ilustrar nossas reflexões poderia ser visto simplesmente como um “fait divers”, do tipo anedótico, não fora a presença de alguns detalhes peculiares. Entretanto, a forma como essa notícia é veiculada segue, até certo ponto, as normas previstas para um “fait divers: [...] deve ser verídico (relatar somente a verdade), [...] conter todas as informações necessárias à compreensão [...]” (MAINGUENEAU, 2001, p.69).

No parágrafo anterior, ponderamos que as normas do “fait divers” selecionado para este estudo são seguidas, “até certo ponto”. Assim o dizemos porque, muito embora no texto jornalístico em foco haja predominância de uma seqüência de informações da atualidade, o que o caracterizaria, essencialmente, como um “fait divers”, existem nele espaços discursivos que se abrem como *pontos de deriva* possíveis, oferecendo lugar a uma plurivocidade interpretativa. (PÊCHEUX, 1990a, 1990b).

Como ocorre com todo processo de interpretação, percorre-se uma espécie de via de mão dupla entre as características internalizadas do discurso e sua exterioridade. Para Orlandi (1996, p. 38), “é no discurso que o homem produz a realidade com a qual ele está em relação”, uma relação que o jornalista da matéria em pauta enuncia em seu texto, possibilitando *gestos de interpretação* que vão além do fato enunciado: A vasectomia do lavrador mineiro, que visa ao impedimento de um processo de fecundação é, paradoxalmente, geradora de um caleidoscópio de reflexões em torno de problemas sociais, culturais, políticos e econômicos, cujos reflexos se fazem sentir diretamente na vida do povo brasileiro. Nas redes de memória que se presentificam, esses reflexos se sucedem quase ininterruptamente.

Dessa forma, apesar de todo o clima de esperança festejado naquele 2 de janeiro de 2003, na Esplanada dos Ministérios – o que vemos nas reportagens de cobertura selecionadas para este estudo, as promessas que eram, então, vistas como metas, não chegam a se transformar em realidade, passados alguns meses da posse⁵². Para além da vasectomia – triste retrato de um país onde a saúde é tratada

⁵² O “fait-divers” do lavrador mineiro, aconteceu em agosto de 2003, trata-se, portanto, de uma matéria escrita sete meses após a posse do presidente Lula.

com indiferença, estão os ecos dos gritos de socorro de uma sociedade emudecida – ainda que os sons do silêncio ecoem por toda parte, pela desigualdade, sufocada em meio a “500 consultas/dia” em uma policlínica.

O quantitativo, que nos parece absurdo, impossível mesmo, diríamos, não é a única característica que faz o fato parecer insólito, além do real trágico-fantástico em si mesmo. Sabe-se, de antemão – está no trajeto da memória(história), que a “sindicância” instalada e a “exigência dos documentos dos pacientes”, a partir do ocorrido, muito pouco contribuirão para avanços no sistema de saúde. Os efeitos de sentidos provocados pelo conto do “fait-divers”, deixam ver que o que parecia inusitado é, apenas – e lamentavelmente, mais um registro recorrente no quadro da “saúde doente” do Brasil.

Como se pode constatar no “fait-divers” do lavrador, e que mais parece um “conto paroxístico”, pela situação de anti-clímax, ouvem-se vozes que deixam perceber notas dissonantes de uma sociedade em desalento, e que já deixa transparecer um estado de “desesperança”, uma antítese em relação à esperança, longamente semeada no imaginário discursivo do povo brasileiro. As práticas discursivas da cotidianidade movimentam-se de forma a provocar esses efeitos de sentido; é o que nossos *gestos de interpretação* conseguem perceber.

3 CONTOS DE UMA POSSE

3.1 PREÂMBULOS DE UMA ANÁLISE (1)

Tomada entre o real da história e o real da língua, a análise do discurso não pode ceder nem a um nem a outro, sob o risco de incorrer na pior das complacências narcisísticas.⁵³

Michel Pêcheux

O fato ainda não acabou de acontecer e já a mão nervosa do repórter o transforma em notícia.

C. Drumond de Andrade

Localizar o início dos estudos da AD é, certamente, viver o risco de cometer injustiças e incorrer em esquecimentos. Vamos, portanto, fazer algumas escolhas teóricas, na busca de coerência com as perspectivas desta tese.

Dosse II (1992) recupera importantes momentos da história do estruturalismo, momentos de grande significação para os estudos da linguagem. Nos idos de 1967, 1968, Michel Foucault era professor na Tunísia, lugar onde viveu um significativo momento de reflexões teóricas, em torno dos estudos da linguagem. Por um tempo, Foucault foi discreto na divulgação de suas idéias, mas elas culminaram com a publicação de seu livro “A Arqueologia do Saber”, no qual começava a brotar a noção de FD.

Distante geograficamente da França, naquela importante explosão político-cultural de Maio de 1968⁵⁴, e tendo apenas ao final daquele mesmo mês, passado alguns dias na França, Foucault pôde, entretanto, demonstrar seu espírito combativo, ainda na Tunísia. Isso aconteceu, quando da prisão e da tortura de estudantes tunisianos universitários, atos aos quais se contrapôs de forma

⁵³Do original, em francês : *Prise entre le réel de l’histoire et le réel de la langue, l’analyse de discours ne peut céder ni sur l’un ni sur l’autre sans donner aussitôt dans la pire des complaisances narcissiques.* (prefácio de M. Pêcheux Juin 1981a, *Revue Langages*, Larousse, Paris.

⁵⁴ Maio de 1968 foi, não apenas na França, um marco na revolução político-social das idéias no Ocidente.

categorica. Essa sua postura política fez surgir um novo Foucault que, ao retornar à França, no outono deste mesmo ano de 1968, foi de encontro às condições prisionais, envolvendo as famílias dos detentos na luta pela transparência do sistema (DOSSE II, 1992).

As reflexões teórico-metodológicas de Foucault deram uma maior importância ao “campo dos acontecimentos discursivos”, um campo extremamente vasto, e no qual os enunciados ditos efetivos, passaram a ser vistos como passíveis de sofrer influência, tanto de uma dispersão de acontecimentos, quanto de uma instância própria de cada um (GUILHAUMOU, 2006). A difusão das idéias de Foucault não ocorreu, entretanto, sem contraponto. Originada no estruturalismo ortodoxo, a posição de Foucault em relação ao sujeito, o faz dispersar-se, desaparecer mesmo, tão submetido que estava às condições de seu surgimento. Foi, inclusive, essa visão de sujeito que favoreceu o encontro com as teorias lacanianas.

Entre os que percebiam, nas reflexões de Foucault, uma aproximação marxista, através de um olhar, ao mesmo tempo próximo e crítico de Althusser, encontrava-se Michel Pêcheux, o mais ativo integrante de um grupo de pesquisadores cuja atenção maior estava voltada para a “formação histórica de um jogo de afastamento, de interstícios e de distâncias nos discursos” (GUILHAUMOU, 2006, p.6). E foi Pêcheux, também, o responsável por uma visão diferente, uma nova maneira de fazer a história do discurso.

A noção de FD passava a ser vista sob o ângulo da contradição, uma perspectiva que Pêcheux passou a defender, baseado em Spinoza, evidenciada quando apresentou, em 1977, no Simpósio sobre Discurso político, a Comunicação “Remontons de Foucault à Spinoza”. Para Pêcheux (1990b, p.255), “uma ideologia não é idêntica a si mesma, ela existe apenas, sob a modalidade da divisão, ela só se realiza na contradição que organiza nela própria a unidade e a luta dos contrários.”.

Recuperando, também, a história da AD, Mazière (2005) atribui a Jean Dubois, nos idos de 1967 a 1972, os inícios da então chamada “Escola Francesa de análise do discurso”. Entretanto, sabe-se que Dubois dedicava-se, mais especificamente, ao estudo do vocabulário, em uma perspectiva filológica, muito embora rompesse com a noção estrita da palavra dos lexicólogos. A sua preocupação maior voltava-se para a “estruturação do enunciado”, daí dizer-se ter

sido Dubois um dos precursores de novas maneiras de pensar a modernidade “estrutural” lingüística, em detrimento da herança filológica da explicação de texto.

Mazière (2005) fala ainda da diversidade dos trabalhos na AD, alguns, inclusive, querendo lhe atribuir “categorias estabilizadas” (uma referência aos dicionários e manuais da AD, lançados nos últimos anos). Para a autora citada, tudo isso é definido como uma paisagem acidentada. Uma paisagem acidentada que, no nosso entendimento, é como uma região cujo relevo variado a torna fascinante. Há muito a ser dito sobre os caminhos da AD até hoje, mas sentimo-nos levados a fazer escolhas, para entendermos o funcionamento discursivo das matérias selecionadas e o efeito de sentidos que elas produzem. Sabemos, porém, que há uma crise entre uma AD, “tornada disciplina universitária” e uma AD antiga que continuou produzindo efeitos:

[...] Longe da positividade a que ela havia podido pretender em certa época, fez nascer questionamentos que não serão facilmente recobertas. Qualquer que seja sua banalização, o termo **DISCURSO**⁵⁵ permanece na França como objeto de enfrentamentos teóricos decisivos. (MALDIDIER, 1997, p.25).

Enfim, ressaltamos que, por mais que alguns autores reivindicuem, ou a eles seja atribuída a criação da expressão AD (a exemplo do que se afirma sobre J. Dubois), é verdadeiramente com Pêcheux e suas publicações sobre o discurso, entre 1969 e 1975, que a AD teve a sua “fundação teórica” propriamente dita (COURTINE, 2005).

Voltando às teses de Pêcheux e à sua visão dialética em torno da AD, de forma que essa disciplina não cedesse, em hipótese alguma, nem ao “real da língua” nem ao “real da história”, vamos, hoje, ao encontro de Courtine (2005), que se revela inquieto e cioso do sentido que se deve atribuir a essa fórmula. E, talvez, entre outras razões de origem epistemológica, ou até mesmo pessoal, essa fórmula conflitante da AD – “entre o real da língua e o real da história” – e seus rumos tenham sido a mola propulsora que levou o autor citado a deixar “tecnicamente” de fazer AD, como afirmou recentemente..

Ao justificar essa sua atitude, e destacando que continua trabalhando com o discurso, inscrito atualmente no domínio da história cultural, em uma defesa

⁵⁵ Destaque da autora da citação.

explícita do espaço da memória discursiva, Courtine (2005, p.31) afirma que esse seu recuo é em decorrência “da amplitude, da heterogeneidade e da disseminação extrema dos **corpora**⁵⁶ que tornam necessário o trabalho histórico sobre longa duração.”.

Passando para a materialidade discursiva a ser analisada, consideramos importante que sejam feitas algumas pontuações. Seguindo Dorneles (1999, p.159), concebemos que, “a partir da estrutura, instala-se um espaço para o acontecimento cujos objetos produzidos não estão presos a uma logicidade dada anteriormente, mas às condições históricas de produção de sentido.”.

A estrutura é tratada neste estudo, enquanto uma forma de realização, distanciada da visão de fechamento defendida por estruturalistas, a exemplo de seus dois “pais fundadores”, o que vemos a partir de Dosse II (1992, p.41):

1º) Saussure, na lingüística, que, apesar da indiscutível abertura para os estudos lingüísticos, ficou excessivamente centrado na palavra, vista como manifestação sonora e de sentido, chegando a se contrapor à escrita, a partir dos malefícios da exterioridade. Era essa a concepção do autor a que nos referimos, visto como um dos pais fundadores da estrutura. Dessa forma, a escrita é percebida não apenas como uma *vestimenta*, mas como um disfarce, uma concepção que remonta a Platão, para quem a escrita era também responsável pela ruína da memória;

2º) Lévi-Strauss, na Antropologia. Este último teve um percurso teórico-pessoal conturbado (respeitando todas as suas contribuições para os estudos científicos e antropológicos, notadamente, e levando em conta a sua marcante presença na vida acadêmica brasileira). Lévi-Strauss revelou-se próximo do positivismo, por algum tempo, muito embora, posteriormente, tenha sido fortemente influenciado pela visão marxista. Sua mudança de postura o leva a perceber o ensinamento de Marx de que a manifestação da realidade não é exatamente aquilo que é mais significativo; cabe ao pesquisador construir modelos que se aproximem dos fundamentos do real, ultrapassando a aparência sensível que se manifesta como real. (DOSSE I, 1992).

Ao lado da visão de estrutura, enquanto “proposições de aparência logicamente estável” (PÊCHEUX, 1990a, p.28), encaminhamos nosso pensamento,

⁵⁶ Destaque do autor da citação.

mais uma vez, na mesma direção do autor citado, trazendo a estrutura para o estatuto das discursividades, no momento em que o acontecimento é trabalhado. Estamos cientes de que as tensões provocadas por questões teóricas, oriundas do entrecruzamento de caminhos trilhados por Pêcheux foram muitas e estão longe, ainda, de se esgotarem. Consideramos, particularmente, dois pontos de vista que permearam esses caminhos: primeiro a tese de descentramento da estrutura, defendida por Derrida, sobre a qual já falamos neste estudo, e cujas reflexões também enveredaram pelas teorias psicanalíticas. Depois, consideramos a idéia do descentramento do sujeito, proposta defendida por Lacan, que introduziu o princípio da alteridade na concepção de constituição de sujeito.

Foi por via de reflexões teórico-filosóficas em torno da linguagem, em meio aos embates do mundo intelectual francês, de cujas bases nós partimos, que se passou a privilegiar o discurso; um privilégio que mais parecia um rompimento com a estrutura. Entretanto, em meio a uma explosão de contradições teóricas, o discurso vai favorecer uma abertura, sem se negar que, por outro lado, abria-se um caminho de novas formas de sistematização.

Naquele momento, no entanto, não havia mais a rigidez da estrutura enquanto forma, mas não se podia também prescindir de uma nova estruturação, que se estabeleceu a partir da tríade “língua/história/memória”, presença significativa nos estudos da AD. É nessa tríade que o discurso emerge, sofrendo (ou se beneficiando) do que o cerca – a exterioridade, ou o que o faz surgir, momento em que ocorre a presença do enunciador ou a do autor que, segundo Foucault (1999, p.28), “é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção” [ficção percebida aqui para além da visão literária, próxima da *vestimenta* de um fato] “suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real”.

Os questionamentos teóricos originados no discurso, pelo discurso e para o discurso, constituem-se em um campo fértil, embora de difícil investigação. Não é diferente quando se fala no discurso jornalístico. No jornalismo, prefere-se dizer, com freqüência, que não há discurso jornalístico no singular, e sim no plural, “discursos jornalísticos”. Em meio à pluralidade dos discursos jornalísticos, fazemos uma possível travessia da opacidade dos “espaços discursivos” que a imprensa escrita deixa entrever. Nesses “espaços discursivos”, há “aparências de coerção lógica disjuntiva”, de espaços “logicamente estabilizados” (PÊCHEUX, 1990a, p.30, 31). Uma aparência na qual reside a ambição humana de homogeneizar a “estrutura

do real”, obstruindo-lhe qualquer interpretação, ainda na ótica da perspectiva de Pêcheux.

Para a travessia desses “espaços discursivos”, tentamos perceber marcas neles instaladas, em uma demonstração de que o contraponto (ou a justaposição) vai muito além da questão da estabilidade (“estrutura”) e da instabilidade (“acontecimento”). É como o preenchimento de uma página em branco, à espera da escrita como uma ilha, uma escrita que nós vemos como manifestação discursiva: “um lugar de passagem, onde ocorre uma inversão industrial: o que entra nela é uma aquisição e o que sai é um produto.” (de CERTEAU, 1990a, p.200). Um produto que continua gerando processos discursivos, “instalados provisoriamente” naquele “lugar de passagem” que nós aproximamos da interdiscursividade.

É a partir dessa noção de produto, que de Certeau (1990a) deixa ver que a escrita⁵⁷ não é bem aquilo que se conta, e a define como uma prática “multiforme e murmurante”. Essas duas características atribuídas à escrita bem resumem a concepção que defendemos da heterogeneidade discursiva, dada a diversidade dos gêneros de discurso, cujos sentidos são construídos em função das circunstâncias de tempo e de espaço em que ocorre a enunciação. A AD de tendências francesas trabalha com essa mobilidade do discurso, uma vez que não isola nem a organização textual nem a situação de comunicação.

Para a maior parte dos estudiosos da AD, o que é significativo é a imbricação de um modo de enunciação e de um lugar social determinados, uma perspectiva que trabalhamos ao longo desta tese, a partir de Maingueneau (1995). Por esse prisma, o discurso é apreendido como uma atividade ligada a uma I.D. que traz, no seu bojo, não apenas a superfície material da linguagem, mas também o seu espaço social de instalação (ainda que essa instalação seja provisória, circunstancial, uma perspectiva que atravessa nossas reflexões). Essa visão evidencia a significativa relação entre um gênero de discurso e a sua inscrição em um determinado lugar, o que faz com que esse discurso seja reconhecido ou não por um grupo de falantes⁵⁸.

Tratando-se do discurso da mídia, há que se registrar a multiplicidade de gêneros discursivos, em torno do que viria a ser uma narração factual; nesta tese, trata-se das “narrativas” jornalísticas sobre a posse do presidente eleito. Em primeiro lugar, é preciso considerar a interpretação de que nenhum fato é algo tão

⁵⁷ Segundo SAUSSURE (1995), a manifestação da escrita é uma forma de “enturvar” a língua.

⁵⁸ Referirmos ao falante como aquele que fala ou escreve, como um sujeito da interlocução.

concreto em si; as pessoas que o presenciam lançam olhares que vão resultar na polifonia da produção dos sentidos daquele fato. Por outro lado, a recepção desses fatos também é polifônica (resultante também da polissemia) e, como consequência, os sentidos não se constroem, unilateralmente.

Authier-Revuz 1 (1995, p.251) destaca o que ela considera os dois planos da perspectiva dialógica bakhtiniana: “o das palavras do discurso e o do sentido dessas palavras no discurso que, por sua vez, são igualmente marcadas pelo discurso do outro.”. Essas vozes que dialogam colocam em cena o “plurilingüismo dinâmico” da dialogia que abriga, a um só tempo, a polifonia e a polissemia.

Pode parecer um desencontro teórico falarmos, ao mesmo tempo, de polifonia e polissemia. Quando optamos por essa conjunção, antevemos esses dois ângulos distintos, mas não opostos. Enquanto a polifonia trata das vozes do discurso, um conceito bakhtiniano aplicado a seus estudos literários e, posteriormente, explorado por lingüistas, a polissemia trata do signo lingüístico e de suas possibilidades de significação. Essa fluidez do signo é quase inconcebível para o pensamento científico, mas os lingüistas vêem nessa fluidez o resultado de uma correlação entre o desenvolvimento de uma cultura e, conseqüentemente, o enriquecimento polissêmico das unidades lingüísticas. Sobre essa distinção, Amorim (2002, p.8) diz o seguinte:

Entretanto, é preciso distinguir polissemia de polifonia. A polifonia é da ordem do discurso e, portanto, do acontecimento: outras vozes se fazem ouvir, num dado momento, num dado lugar, dando origem a uma multiplicidade de sentidos. A polissemia é da ordem da língua como sistema abstrato e remete, portanto, a um universo de possibilidades de significação.

Mas é justamente por esse cruzamento de significado (polissemia) e de vozes que se entrecruzam (polifonia) que aproximamos os dois conceitos, uma vez que ambos se inscrevem na chamada heterogeneidade discursiva, ainda que por vias diferentes: é a língua corporificada no discurso. Daí porque, apesar de próximos (uma proximidade que os fortalece), esses conceitos não podem se fundir pois, retomando a perspectiva de “lógica disjuntiva” de Pêcheux, sobre a qual falamos anteriormente, enquanto a força da polissemia é posta no signo, a polifonia surge no caráter dialógico, onde as vozes se entrecruzam e constroem sentidos.

Para isso, entretanto, essas vozes valem-se dos signos que se pluralizam significativamente. Bakhtin (1981) apresenta, em sua obra, uma visão dinâmica do signo e extrai dela a sua natureza ideológica. Essa dinamicidade bakhtiniana do signo é construída em um processo dialógico, com destaque para a tônica da enunciação, esse momento singular, irrepitível, irrecuperável, características que retomamos ao longo deste estudo, ampliando-as de forma a projetar a enunciação no eixo do discurso.

Quando vemos em nossa análise, em um primeiro momento, os **CONTOS DE UMA POSSE**, temos, aparentemente, um fato único a ser narrado: a posse do presidente Lula. Entretanto, as cinco matérias selecionadas trazem marcas singulares, olhares distintos, o que nos levou ao título desta tese, vendo a posse do presidente Lula como uma sucessão de contos, nos quais o/a jornalista (ou o jornal como um todo) exerce o papel do autor foucaultiano a que nos referimos anteriormente, estabelecendo os “nós de coerência” desses contos e a sua inserção no real.

De uma forma geral, podemos afirmar que as cinco matérias cobrem a festa da posse do presidente Lula e se “enquadram” naquelas reportagens que fogem ao rotineiro, e para as quais todo jornal dedica uma atenção especial: são as chamadas “Coberturas” (KOTSCHO, 2004), sobre as quais falaremos mais detalhadamente no sub-item **3.2. Reportagens de cobertura x abertura de sentidos**. Vamos tentar entender as vozes, os dizeres não coincidentes que, em algumas matérias, falam de “250 mil pessoas” presentes às solenidades de posse, em outras falam de 130, ou de 200, ou de 70, ou mesmo de 40 mil.

Entretanto, esses dados não são os elementos mais singulares de cada uma das matérias. O tom, o gesto, a organização textual, as “escolhas” lexicais, os sentimentos expressos, enfim, as matérias como um todo são representativas não somente de uma solenidade em si, mas de um momento histórico – “transição histórica”, diz o “Jornal de Brasília” (**A₃**), social e político no qual “o povo sente-se de fato, pela primeira vez, no poder” (**A₅**). Esse amálgama povo x Lula parece romper as barreiras entre povo e poder. Presidente e povo fundem-se na esperança de mudança, uma fusão que enriquece de adornos os “contos jornalísticos” da posse do presidente, como veremos mais adiante.

Seria a posse de um presidente, eleito democraticamente pelo voto popular, similar a um “fait-divers” para um jornal impresso? É, talvez, exagero pensar dessa

forma – e nós podemos ter cometido até um exagero ao fazê-lo, mas os detalhes quase anedóticos de algumas matérias sobre a posse, naquele 2 de janeiro de 2003, parecem transformar a posse do presidente Lula em algo próximo da “vida de estrelas ou de famílias reais”, ambas vistas como interesse maior do “fait-divers”, na visão de Bourdieu (1996, p.59). Há, evidentemente, aquelas matérias de cunho mais narrativo, sem apelo explícito ao pathos, ou seja, “à emoção que o falante procura suscitar no seu *auditório*” (AMOSSY, 2000, p.4).

Considerando os “acontecimentos midiáticos” como resultantes do que se chama de “real”, e que Cicurel (1994) afirma assim dizer na ausência de algo melhor, preferindo considerar esse “real” como uma “miríade de ações”, levamos em conta que existe uma cena cuja configuração é, predominantemente, narrativa. E ainda que o acontecimento do fato específico ao qual aludimos, a posse de um presidente da República, seja de grande significação para a história do Brasil, não podemos ignorar que a chamada “Sociedade de Informação” tem suas regras próprias – uma propriedade nem sempre transparente (pouco mesmo, diríamos), e das quais partem os adornos de um fato, fazendo dele notícia e transformando-o até em conto.

Para Agnès (1994, p.123), “as mídias estão no centro das questões de interpretação do mundo” e, em uma abordagem comunicacional, as mídias são o lugar privilegiado do testemunho dos “fait-divers”, dos rumores, além de veicularem valores e de provocarem efeitos múltiplos de sentido.

A diversidade do tratamento da informação permite que se distingam os artigos puramente informativos (uma “pureza” sempre questionável), de caráter factual, sem comentários, do gênero – “dépêche”, notícia, telegrama, das narrativas, cujos procedimentos diferenciados fazem com que os acontecimentos se pluralizem, de forma que o jornalista passa a vivê-los, envolvendo-se de tal maneira, que incorporam seus pontos de vista (KAHN,1994). É, portanto, esse tratamento da informação que nos interessa muito particularmente, sobretudo pelo fato de que a importância da posse de um presidente eleito (e Lula, muito especialmente, pelo que representa no imaginário do povo brasileiro) pode suscitar discursos tão distintos que, por vezes, é possível se interrogar se os enviados deste ou daquele jornal estão falando do mesmo assunto, de um mesmo fato, tantas são suas *vestimentas*.

Os procedimentos discursivos que analisamos, nas cinco matérias de cobertura sobre a posse de Lula, deixam ver que é verdadeiramente difícil trazer um

fato sem inserir um comentário; não há, verdadeiramente, “matéria bruta”, em se tratando de imprensa. Em uma entrevista, Ivan Levai⁵⁹ fala sobre as especificidades do jornalismo francês e afirma que os latinos sempre misturaram o fato e o comentário. Essa forma de mesclar fato e comentário é também perceptível no jornalismo brasileiro, passível dessa dita característica da latinidade.

Consideramos importante registrar que a escolha dos cinco jornais falando da posse do presidente não obedeceu a nenhum critério específico, a não ser o da data, que é o dia 2 de janeiro de 2003, dia seguinte à posse. Entretanto, há alguns aspectos que merecem ser destacados: um dos jornais selecionados, Tribuna do Brasil, existe há apenas pouco mais de um ano, e o jornal daquele dia era o de nº 454; por outro lado, O Estado de S. Paulo, outro jornal selecionado, existe há 123 anos e, naquele dia, o jornal era o nº: 39.888.

Esses dados, porém, não podem ser vistos como elementos indicadores da autenticidade e/ou da veracidade do que é dito, ainda que sejam significativos para a história do jornal e para sua relação com o leitor. O que é inegável, quer um jornal seja de nº 454 ou de nº 39.888, é o que diz Bourdieu (1996), quando afirma ser o jornalismo dependente de questões externas, sejam elas forças oriundas do poder político ou do poder financeiro, enfim, questões de mercado.

Essa mesma percepção é apresentada por Halimi (1997) que, ao se referir mais especificamente ao jornalismo francês, fala do que seria um “Universo de Conivência”, de um “Jornalismo de Reverência, de Mercado”. Todas essas adjetivações podem parecer um tanto quanto genéricas, e até mesmo preconceituosas. Mas não podemos ter um olhar tão “naif”, a ponto de acreditarmos na liberdade total da imprensa nem tampouco na autonomia do jornalista, nem mesmo na dita “soberania dos fatos”, por mais que as regras da prática jornalística afirmem o que já dissemos anteriormente: “a opinião é livre mas os factos são soberanos.” (RODRIGUES, 1983, p.98).

Olhando por esse prisma, deparamo-nos com a concretude do acontecimento enquanto referente da notícia, porém discordamos de Rodrigues (1983, p. 98) quando ele considera o acontecimento uma espécie de “ponto zero” da significação (talvez uma alusão à obra de R. Barthes “Le Degré Zéro de l’Ecriture” – “O Grau Zero da Escritura”). Não vemos esse ponto zero da significação no acontecimento

⁵⁹ Médias faits et effets. In: *Le français dans le monde*, 1994, p.113: entrevista com Ivan Levai então diretor de informação da Radio-France

pois, não percebemos o acontecimento em sua forma mais genuína como esse referente único de que fala Rodrigues (1983). Para Alves (2003, p.16) “os dados, sem a centelha que lhes dá a arquitetura e os põe em movimento, são inertes, mortos, mudos...” Assim vemos o acontecimento da noção de discurso de Foucault (1999). Esse autor põe o discurso em movimento permanente, sempre novo a partir das coisas, dos sentimentos ou dos pensamentos, conforme veremos no sub-item **4.3 Veredas do Discurso: reconhecendo limites, vislumbrando horizontes.**

Na contramão do ponto zero, no espaço entre o fato e a notícia, é que se situam a interpretação e os *pontos de deriva* de todo discurso. Nesse espaço, podemos também situar um contraponto ao positivismo, como um contributo das reflexões filosóficas de Nietzsche, citado por Alves (2003, p.133): “Contra o positivismo, que pára perante os fenômenos e diz: ‘Há apenas fatos’, eu digo: ‘Ao contrário, fatos é o que não há; há apenas interpretações’.”.

Nessa abordagem do fato, o estruturalismo manifestava, segundo Pêcheux (1990a, p.44), a “sua recusa de se constituir em ‘ciência régia’ da estrutura do real”. Essa recusa, entretanto, acabou dando espaço para uma nova “ciência régia” de bases estruturalistas, conforme afirma o autor citado: “o narcisismo da estrutura”, que se constituiu, então, na maior contradição do estruturalismo. A estrutura lingüística era vista quase que como uma operação matemática finalizada e, em torno dela, ocorria uma sobre-interpretação em forma de metalíngua.

Sem considerá-la uma “ciência-régia”, a AD de tendências francesas, uma denominação decorrente da multiplicidade de correntes teóricas nos últimos tempos, (conforme temos visto na arena de discussões e de publicações a esse respeito) se situa, em nosso entendimento, fundamentada nas bases teóricas pelas quais optamos, entre as disciplinas de interpretação, e cujas filiações históricas vão se organizando em redes de memória, com os sentidos se construindo nas relações sociais.

Embora tenhamos noção dos limites da interpretação de um discurso, vislumbramos, ao mesmo tempo, os horizontes diferenciados que todo discurso pode favorecer. Sobre essa visão aparentemente paradoxal do discurso, entre limites e horizontes, destacamos a existência de “sociedades e história”, o que se sobrepõe aos equívocos originados em uma relação que Pêcheux (1990b) vê como uma justaposição caótica de animais humanos em interação. Para este autor, o

discurso não pode ser visto de forma independente das redes de memória nem dos trajetos sociais em que ele ocorre:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço [...] (PÊCHEUX, 1990a, p.56).

É possível considerar essa posição como uma porta de acesso que o discurso abre às FDs, cujo legado atribuímos à “Arqueologia foucaultiana”, ainda que Pêcheux (1990a) venha a reinscrevê-las como já afirmamos neste trabalho, em uma perspectiva althusseriana. Trata-se de uma concepção de FD, enquanto posicionamento político-ideológico que não corresponde exatamente à definição de FD, vista como gênero do discurso, muito embora Maingueneau (1997) veja, nessas duas definições, muito mais uma complementaridade do que uma distinção.

Essas considerações que fazemos, no momento da análise das matérias selecionadas, é uma tentativa de esclarecer que a nossa leitura não pretende ser “a leitura”; não pretendemos (nem poderíamos) fazer a exegese da discursividade das matérias analisadas. Levamos também em conta a forte batalha travada pela imprensa escrita que, para sobreviver ao mundo dito “satelizado”, não deveria sucumbir (embora isso ocorra, e com frequência) ao formato de notícias que Ockrent (1994) vê como prestes a serem consumidas em “fast food / fast info”.

É imprescindível considerar a vulnerabilidade da informação diante da modernização dos meios de comunicação, conforme já foi dito nesta tese. A velocidade da informação interfere no poder de captação da notícia, no instante de sua emissão, sem se esperar pelo jornal impresso, sobretudo em tempos de Internet, onde não mais se navega apenas nas águas; é a “rede” que, nestes tempos, nos faz atravessar oceanos e continentes, em questão de segundos.

As notícias correm o mundo, antecedem-se aos fatos sem lhes dar tempo de existirem inteiramente, como está dito na epígrafe de Carlos Drummond de Andrade trazida para este sub-item; é o fato transformado em notícia, no momento exato de

sua ocorrência. Para Motta (1997, p.319), “na notícia, o fato significa a notícia enquanto novo fato, constrói o seu próprio sentido, e a publicação cotidiana de notícias ajuda a construir as imagens culturais que edificam a sociedade.”.

As cinco matérias sobre a posse de Lula parecem bem ilustrar essa visão de uma sociedade edificada na construção de imagens culturais que circulam na mídia. Mouillaud (1997a, p.56-57) afirma que: “a informação mantida discretamente atrás do acontecimento, permanece nele presente como uma filigrana[...] O acontecimento sempre possui a forma da informação.”. Em um outro momento de nossa tese, afirmamos que não seria nosso objetivo distinguir fato de acontecimento mas, antes de tudo, ver esse fato tornado notícia. É importante, retomarmos, porém, a distinção que faz Mouillaud (1997a, p.67) entre fato e acontecimento, considerando o primeiro como “o paradigma universal que permite descrever os acontecimentos”, enquanto o “acontecimento designa uma exigência da representação”.

Nossas reflexões vêm, nessa “exigência da representação”, o elemento que faz do fato, notícia; nesse caso, enquanto acontecimento midiaticizado. Mauro Wolf,

enunciação. É sempre uma ordem ditada em função das dimensões associadas do querer-dizer, do saber dizer e do poder-dizer.”. Essa visão de acontecimento – mesmo que ela apareça sob a forma de inquietude com os questionamentos da AD, envolve o sujeito-enunciador, as FDs e FIs que, por sua vez, não se restringem às questões exclusivamente lingüísticas. A AD, reafirmamos, tem como objeto a imbricação do modo de enunciação e de um lugar social determinados (MAINGUENEAU, 1995).

Para (tentar) dar conta dessa imbricação, a AD favorece um espaço de dialogia entre as ciências da linguagem e outras ciências. É esse aspecto dialógico que vai possibilitar a atualização dos dizeres, no qual a memória discursiva atua como uma espécie de ponte, que atravessa a história, ligando o ontem à atualidade. Ao pensar nessa travessia, voltamo-nos para a concepção inicial da AD, na forma como coloca Ferreira (2005, p.214):

A análise do discurso se define, desde sua concepção inicial, como uma disciplina que se constitui numa zona de interface, na fronteira entre o sentido / e o não-sentido; entre o possível/ e o impossível; entre a completude/ e a incompletude. As linhas demarcatórias com suas vizinhas assinalam o lugar do fim e também do início; ao mesmo tempo que fecham a fronteira dos respectivos territórios, apontam para um começo, para uma continuidade. Desse modo, início e fim de cada lado se confundem, se imbricam, se enlaçam.

Lançar nosso olhar para a imprensa escrita através da AD, buscar entender os acontecimentos, reafirmamos, sempre à espreita da reportagem, da notícia, é tentar estabelecer elos entre língua, sujeito, história e ideologia, é atravessar fronteiras de memórias discursivas, sem que nos contentemos com a aparente transparência do pretendido enquadramento da estrutura na sua horizontalidade material.

No momento da escolha do objeto de estudo desta tese, foi inevitável fazer uma ponte entre a posse de Lula, enquanto acontecimento político e o acontecimento político da vitória de F. Mitterand. Ao ser eleito presidente da França, era como se Mitterand houvesse ganho um campeonato, tal qual “uma super-copa de futebol político” segundo disse Pêcheux (1990a, p.19). E, se para o Brasil a vitória de Lula não era mais algo improvável, naquela ocasião (como o fora a de Mitterand), tratava-se, da mesma forma, de um

acontecimento jornalístico e da mass-media que remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente (o veredicto das cifras, a evidência das tabelas) e profundamente opaco. (PÉCHEUX, 1990a, p. 19-20).

É esse trânsito entre opacidade e transparência que permeia a nossa “inquietação” permanente face ao discurso: A indefinição do pronome “On” (ou o “apagamento do agente”, 1990, p. 310) no enunciado “On a gagné”, é a mesma que abriga os efeitos de sentido das palavras “esperança” e “medo” enquanto sujeito e objeto, respectivamente, em um dos enunciados mais difundidos naquela ocasião: “A esperança venceu o medo”. No enunciado em francês – “On a gagné” a indefinição da modalização pronominal – “On” é a marca dos sentidos pluralizados. No enunciado em português – “A esperança venceu o medo”, o deslizamento de sentidos, essa indefinição do que realmente se quer dizer, é um efeito que se pode obter a partir da representação abstrata dos elementos localizados enquanto sujeito e objeto, esperança e medo, respectivamente.

A posse de Lula pode ser vista, então, como a esperança naquele “ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória.” (PÉCHEUX, 1990c, p.305). Nesse encontro, evoca-se todo um percurso histórico do PT e de sua maior liderança ao longo de mais de duas décadas.

3.1.1. TÍTULOS X MATÉRIAS: UMA RELAÇÃO NEM SEMPRE TRANSPARENTE

*Gosto de sentir a minha língua roçar
A língua de Luís Camões
Gosto de ser e de estar
E quero me dedicar
A criar confusões de prosódia
E um profusão de paródias
Que encurtem dores
E furtem cores como camaleões*
Caetano Veloso

*Quando lê a borboleta
O que voa escrito em suas asas?*
Pablo Neruda

Em geral, os títulos que se atribuem aos textos, e às matérias jornalísticas, particularmente nesta tese, podem significar uma pista para o que se vai ler, e podem vir a ser, também, algo mais, como as “asas” do texto, aquilo que não está dito de forma expressa na estrutura, mas cujos sentidos se deixam perceber no espaço ocupado pelos silêncios dos não-ditos.

Ao pensarmos no silenciamento dos títulos de algumas das matérias a que vamos nos referir, falamos de um silêncio que Orlandi (1997, p.23-24) chama de “fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar.”.

O título de um artigo pode produzir condições para favorecer sentidos a partir de um enunciado impactante, como é o caso do “fait-divers”, visto no sub-item **2.4 Dos Fatos Ocorridos aos Acontecimentos A/Enunciados** – e cujo título é: “Lavrador com dor de ouvido faz vasectomia”. Da mesma forma, um título pode também se constituir em um enunciado de caráter predominantemente informativo, considerando as peculiaridades da matéria. Para Mouillaud (1997a, p.78),

o título está para o artigo como a ponta de uma pirâmide, cuja base está cada vez mais expandida no tempo.[...] O título aparece, então, sujeito a uma relação conflituosa: em sua ponta – o título – ele está na ponta da Atualidade; já sua base tende para a história.

A atualidade exige, cada vez mais, que os fatos sejam tratados com objetividade, que as “intenções” sejam claras. Mas, segundo Jean-Yves Leloup⁶⁰, “nossos olhares muitas vezes conservam o escuro [o obscuro, preferimos dizer, seguindo o texto original em francês]. Tornam opacas, todas as coisas, ou melhor, aquilo que chamamos ‘uma coisa’ nada mais é que a opacidade de nosso olhar.”.

No jogo das sentidos, os títulos das matérias jornalísticas exercem um papel significativo e, além da questão lingüística, das condições de produção, importa, também, a forma gráfica com que os títulos “puxam” a matéria na página do jornal.

Os títulos da imprensa, graças ao próprio processo de figuração, constituem um verdadeiro texto dentro do texto. Fazem ao mesmo tempo ver e esconder o texto para que dirijem o olhar do leitor. São uma espécie de véu transparente. Em virtude da sua diafaneidade, tanto mostram o que escondem como escondem aquilo que dão a ver. (RODRIGUES, 1983, p.110).

Em geral, convencionou-se uma estrutura organizacional para o jornal impresso, dividido, geralmente, em “Cadernos”, classificados de acordo com as especificidades das matérias: o Caderno de Esportes, o Caderno com informações culturais, o caderno sobre economia, sobre dinheiro. Destes últimos, são esperadas informações específicas de avaliações econômicas, de valores de câmbio, de análise de mercado, etc. Foram esses vestígios que ocasionaram nossa estranheza, pela forma como é trazida a manchete que destacamos a seguir, e que, ao quebrar a previsibilidade do leitor habitual do Caderno Dinheiro, suscita a curiosidade e provoca ruídos na interpretação, ruídos que nós aproximamos do “rumor dialógico” bakhtiniano:



⁶⁰ Jean-Yves Leloup, *A Sabedoria do Salgueiro* (Sagesse du Saule) Trad. Karin Andréas Guise. Verus editora 2005 – Campinas, SP. “Nos regards souvent entretienent l’obscur. Ils font toutes choses opaques, ou plutôt ce que nous appelons ‘une chose’ n’est que l’opacité de notre regard” (p.68).

A manchete “Lula ouve sermão em missa no 1º de maio”, no Caderno Dinheiro⁶¹ causa estranheza e faz pressupor que o tom aparentemente informativo do título da matéria silencia espaços de não-ditos. Logo no período inicial da matéria, através do lead⁶², vê-se que o “sermão”, do qual fala o título, não se trata exatamente da homilia religiosa que faz parte da celebração católica: “o presidente Luis Inácio Lula da Silva ouviu ontem, durante a missa do Dia do Trabalho, duras críticas à política econômica do seu governo” (**A₆**).

A escolha lexical da palavra “sermão” traz a ambigüidade de sentidos e “deriva” em *gestos de interpretação* que transitam em uma espécie de fosso entre “memória e atualidade”: uma memória na qual os ritos religiosos estão relacionados a sentimentos de fraternidade, e uma atualidade que não se caracteriza por uma prática análoga ao sentimento que se pretende como ecos de uma prática religiosa.

Pela memória, tem-se ainda um longo caminho de promessas de um partido político (PT) e de um homem (Lula), que representavam a “esperança” do povo brasileiro de ver, finalmente, a possibilidade de salários justos, de melhores condições de vida, etc. Mas a “atualidade” não mostra as mudanças prometidas, uma contradição que se coloca no outro lado da esperança de mudança. As duras críticas ouvidas por Lula na missa representam, por esse viés, que o dito “sermão”, naquela missa de 1º de maio, aproxima-se de um “sermão” que corresponde a um discurso moralizador, (quase sempre considerado enfadonho) cheio de reprimendas, e que pode ter um sentido ao mesmo tempo, afetivo, de uma fala vinda da parte de alguém que tem autoridade para exercê-la.

Apesar de o texto ser predominantemente informativo o efeito de sentido do “sermão-discurso moralizador” está explícito em alguns momentos da matéria. Os dados então recentes da alteração do salário mínimo, na matéria em foco, trazem uma crítica feita pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em nota lida na missa:

O Padre Décio Rocco leu uma nota da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que trazia críticas ao reajuste do salário mínimo –de R\$ 240,00 para R\$ 260–, promovido pelo governo na

⁶¹ Caderno Dinheiro, Folha de S. Paulo, 2 de maio de 2004.

⁶² Lide, em português. O “lead” é o primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso, embora possa haver outros “leads” em seu corpo. [...] é o relato do fato principal de uma série, o que é mais importante, mais interessante. (LAGE, N. *Estrutura da Notícia*, 2004, p.26,27). Segundo Erbolato, (M. L., 1995, p.69), usada também na forma da língua inglesa, o “lead” traz um índice, resumo, ou forma de chamar a atenção do leitor.

semana passada. “O salário mínimo atende cada vez menos às necessidades do homem. Não podemos continuar com esta situação, que faz do país um péssimo distribuidor de renda”, disse. **(A₆)**

Ainda nessa mesma carta, há uma crítica à política que prioriza a dívida externa em detrimento do desemprego: “Os credores podem esperar. Os desempregados, não.”. Há, nesse enunciado, um não-dito “silenciado” de que o governo não está fazendo os credores esperarem... Quanto aos desempregados, estes permanecem à espera... depreende-se do texto, é possível fazer esse *gesto de interpretação* a partir do dito.

Uma outra forma de construir o título da matéria, o que se vê com certa freqüência, é extrair parte dela e colocá-la no título, ainda que seja a fala de outrem. Foi o caso, em abril de 2004, quando Caetano Veloso concedeu entrevista ao Jornal “The New York Times”, e que a “Folha de S. Paulo” **(A₇)** reproduziu trechos e comentários, com o seguinte título:



O título do enunciado, entre aspas, supostamente dito por Caetano, visto isolado do contexto em que foi dito, soa, sobretudo, como um dito esnobe, de quem rejeita suas origens, mas que pode ser visto, também, como um desabafo.

O autor da matéria se distancia da afirmação pelas aspas e pelo discurso indireto, quando afirma: “diz Caetano” **(A₇)**. Analisado, no entanto, no contexto da entrevista, o enunciado revela possibilidades de

an e “o-id a04.5()-5.3(n)-4.8oa04.5()-5.3Bra ulé()-10.7horo-írve a aae q e(an)-1017o aaa dohioelno s(i)5.2(l-1017, ue)-4.3rm()-5.3scstru(ção) 5.3(qu40.3(e)-4.3o)5.3(poa)4.3(e)-4.3taelInter (ada)4.4(e)-6.2s constealzv64.7(a)-6.2øgpæ -5.3(etr)4.5(gp)4.4osa”(e)445(n)-0.9(reo) 5.3(a)-6.2(Ca

conexão com o “mas”, ao completar sua idéia: “A vida no Brasil é horrível em muitas maneiras, mas é bela também”, seguida da fala do autor da matéria: “diz o músico”. O enunciado como um todo evoca um Brasil marcado pelos contrastes, onde o “horrível” e o “belo” citados por Caetano convivem em seu cotidiano. Entretanto, o enunciado, em sua íntegra, só aparece na matéria após o sub-título “Vida no Brasil”, momento em que a entrevista de Caetano ao jornal “The New York Times” é trazida com maiores detalhes.

A forma descontextualizada com que o título traz a fala de Caetano “A vida no Brasil é horrível”, seguida da forma “diz Caetano”, não é inocente, além do fato de que, no subtítulo que antecede ao título, há um dizer explícito sobre o que é visto como crítica: “Em reportagem do “New York Times”, compositor critica o país e os EUA [...]”. Há, ainda, um outro não-dito nesse título, que nos faz ouvir vozes críticas em torno do CD gravado em língua inglesa, por Caetano Veloso. Este Caetano de agora parece ser colocado no lado oposto daquele brasileiro que afirmara em uma das letras de suas músicas de outros tempos, “Minha pátria é minha língua”, e que serve de epígrafe para este item.

Tomando para análise dos títulos as cinco matérias que compõem o “corpus” do item 3 desta tese: **CONTOS DE UMA POSSE**, destacamos alguns aspectos que consideramos pertinentes ao nosso estudo, uma vez que, seguindo Mouillaud (1997b, p.99,100), vemos o título da matéria como a sua

inscrição no jornal, por excelência [...] não como um enunciado posto sobre um suporte, mas como uma inscrição, quer dizer, como enunciado da língua e como uma marca - a marca maior - da articulação do jornal: uma região-chave que é o articulado e articulador do jornal, expressão de sua estrutura.

É essa “marca da articulação do jornal”, que favorece gestos de interpretação e que possibilita a travessia dos discursos “transversos”⁶³ produzidos antes, e em algum lugar, atuando como ecos de discursos anteriores presentificados. Juntos, esses discursos contribuem para construir as memórias coletivas das sociedades de todos os tempos.

A seguir, apresentamos os cinco títulos das matérias sobre a posse de Lula, selecionadas para este estudo, na forma como esses títulos aparecem no jornal:

⁶³ Definimos “discursos transversos”, seguindo a perspectiva de Pêcheux, enquanto instâncias das diversas inscrições dos sujeitos nos interdiscursos.

Folha de S. Paulo, ESPECIAL 9, 2 de janeiro de 2003 A₁

Posse é vista por 150 mil

Multidão recebe Lula com jingle da campanha de 1989; shows aconteceram no gramado da Esplanada dos Ministérios

O Estado de São Paulo, H3, ESPECIAL POSSE, 2 de janeiro de 2003. A₂

Povo toma as ruas e solenidade vira celebração

Esperanto Lula receber a multidão, mas como sempre: gente cantando, pedindo, discutindo e gritando um nome: seu nome e letrados do PT e do Brasil

JORNAL DE BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 2 DE JANEIRO DE 2003 14

LULA PRESIDENTE

"Conto muito nele. Não é possível que depois de tanto tempo para chegar à presidência ele traga um tão bom."

Luiz Inácio Lula da Silva

Nem chuva empana calor da festa

EM TODOS OS ROSTOS
O PRAZER DE VER
UMA TRANSIÇÃO
HISTÓRICA PARA O
PAÍS E EXEMPLO
PARA O MUNDO

Adriano Mesquita

Tribuna do Brasil, A12, Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 2003. A₄

A verdadeira festa popular do Brasil

A posse de Luiz Inácio Lula da Silva, como presidente da República, foi festiva por cerca de 250 mil pessoas, na maior comemoração já ocorrida na Esplanada

2 x 20, Quinta-feira, 2 de janeiro de 2003 NACIONAL TRIBUNA

LULA ANO I - Festa mostrou o quanto o brasileiro sonhava em ver o petista com a faixa

O povo o abraça, presidente Lula

No título da matéria da “Folha de São Paulo” “Posse é vista por 150 mil” (A₁), que vem em um Caderno Especial, predomina o tom informativo, com o foco maior

para a multidão que vê a posse: “150 mil”. O título do Jornal “O Estado de São Paulo” (**A₂**), também em seu Caderno Especial⁶⁴ sobre a posse do presidente Lula, vai além da informação, pois o tom informativo adquire características opinativas, ao se afirmar, “Povo toma as ruas e solenidade vira celebração” (**A₂**).

Tanto a “Folha de S. Paulo” (**A₁**) como “O Estado de São Paulo” (**A₂**) trazem, abaixo do título, o que Erbolato (1991) chama de “lidão”, ou seja, quando a matéria é especial, faz-se um resumo dos enfoques, a exemplo do que é feito nos dois jornais acima mencionados: na “Folha de S. Paulo” – “Multidão recebe Lula com jingle da campanha de 1989; shows aconteceram no gramado na Esplanada dos Ministérios” (**A₁**); no jornal “O Estado de São Paulo” – “Enquanto Lula saudava a multidão ouvia como resposta gente cantando, pulando, dançando e gritando seu nome em meio a bandeiras do PT e do Brasil” (**A₂**).

Quanto ao “Jornal de Brasília”, o título da matéria “Nem chuva empana o calor da festa” (**A₃**) torna possível um *gesto de interpretação* com uma opinião manifesta, deixando as informações em uma espécie de segundo plano. Pela materialidade lingüística, na forma como a idéia é estruturada, pode-se inferir, primeiro, que choveu e segundo, que a festa foi bastante animada (“calor da festa”). A intensidade da opinião é marcada pela negação – “nem”, que pressupõe, ainda, que a chuva seria um provável fator para “derreter” o calor da festa, o que não aconteceu, diante da euforia dos manifestantes populares. O uso do verbo “empanar” no sentido de encobrir, ou mesmo no sentido de “tirar”, também serve de travessia para um contraste próprio da natureza. A presença da chuva, associada ao calor do verão, traz características de antítese; o título faz sobressair o entusiasmo do povo brasileiro na festa das posse, ao festejar “calorosamente” sob a chuva.

Logo em seguida ao título da matéria do “Jornal de Brasília”, citado acima, vê-se o que chamamos anteriormente de lidão, seguindo a classificação de Erbolato (1991): “Em todos os rostos o prazer de ver uma transição histórica para o país e exemplo para o mundo.”. E enquanto no tom dos chamados lidões dos jornais “Folha de S. Paulo” (**A₁**) e de “O Estado de São Paulo” (**A₂**) predomina o tom informativo, na matéria do “Jornal de Brasília” (**A₃**) predomina o tom opinativo. A exemplo do título, onde já aparece uma opinião manifesta, como afirmamos anteriormente, esse

⁶⁴ Os outros três jornais, cujas matérias foram selecionadas para análise, não apresentaram Caderno Especial sobre a posse do presidente Lula.

tom opinativo é intensificado no lidão, ao se evocar o aspecto mítico⁶⁵ da chegada de Lula ao poder, vista, retomamos, como “transição histórica para o país e exemplo para o mundo” (**A₃**).

O título da Tribuna do Brasil “A verdadeira festa popular do Brasil” (**A₄**) traz, na modalização ocasionada pela palavra “verdadeira”, o que Orlandi (1997) chama de “silêncio fundador”, sobre o qual falamos no início deste item. Com o emprego da palavra “verdadeira”, precedida do determinante que a define ‘a’, funda-se aquele espaço possível de intensificação de sentidos. É como se em “A verdadeira festa popular do Brasil”, houvesse um dito suspenso que exclui o caráter de qualquer outra festa tida como popular, senão a festa da posse do presidente Lula. É interessante observar que o lidão desta matéria, traz o número de 250 mil pessoas (na “Folha de S. Paulo”, eram 150 mil), no que se considera, de acordo com o que consta na matéria, a maior comemoração já ocorrida na Esplanada: “A Posse de Luiz Inácio Lula da Silva, como Presidente da República, foi festejada por cerca de 250 mil pessoas, na maior comemoração já ocorrida na Esplanada” (**A₄**).

O tom revelador do entusiasmo popular na matéria da Tribuna do Brasil, que acabamos de ver, cede lugar a um título-mensagem na Tribuna da Imprensa: “O povo o abraça, presidente Lula” (**A₅**). Desta feita, o jornalista cria um espaço de intimidade entre o povo e o presidente, tanto na demonstração afetiva do abraço, quanto na forma de se dirigir ao presidente Lula, enquanto interlocutor virtual, como se estivesse diante dele ou lhe enviando uma mensagem. Esse tom de intimidade entre povo e poder, trata-se, diríamos, de uma conquista que, finalmente, parecia levar ao poder a vontade expressa de um povo. Esse *gesto de interpretação* é favorecido a partir do enunciado que antecede o título, cujos sentidos são apontados na chamada da matéria: “Lula, ano I – Festa mostrou o quanto o brasileiro sonhava em ver o petista com a faixa” (**A₅**). Esse aspecto enumerativo, – ano I, dava a ver um recomeço que, nas redes de memória do sujeito, remonta a marcas históricas que demarcaram um ontem e um depois, em meio a eventos que “transformaram” a sociedade, que marcam, significativamente, um momento histórico.

Quer seja pelo número de pessoas que celebram a posse sob a chuva, quer seja pelo caráter popular, quer seja pela proposição do abraço, os cinco títulos das matérias selecionadas constituem aquela “região-chave” de que fala Mouillaud

⁶⁵ Sobre a questão do “mito”, ver nota de rodapé nº 50.

(1997b), e que nos servem de “ponto de partida” para o item subsequente, no qual analisamos, mais detalhadamente, as cinco matérias selecionadas, classificadas nesta tese como “Reportagens de Cobertura”. Esse tipo de reportagem, segundo Kotscho (2004, p.32), revela que “informação e emoção são as duas ferramentas básicas do repórter, e ele terá que lutar sempre consigo mesmo para saber dosá-las na medida certa em cada matéria.”.

Quanto a nós, não estamos buscando descobrir, nem acreditamos existir, essa “medida certa” da dose de informação e de emoção; o que tentamos é propor questionamentos, através da AD, sobre vestígios que nos apontam para possíveis *gestos de interpretação*. Esses gestos são impulsionados por nossa inquietude diante da opacidade e da não-transparência da discursividade, horizontalmente presentificada, após tentar percorrer as redes de memória do sujeito, marcadas pelos eventos da história que se refletem nas práticas discursivo-ideológicas da cotidianidade.

3.2. REPORTAGENS DE COBERTURA X ABERTURA DE SENTIDOS

Cada um tem o direito de se expressar livremente, mas a condição maior dessa possibilidade é que cada um tenha o direito de receber livremente as mensagens que circulam nesse lugar igualitário. A essas duas liberdades fundamentais é preciso acrescentar o direito de transmitir (a liberdade de mediação). Dessa forma, a liberdade da palavra não se reduz simplesmente à liberdade de expressão, antes, ela deve ser olhada a partir desses três componentes e da complexidade dessa relação.

Phillipe Breton⁶⁶

As matérias de cobertura da posse de Lula, selecionadas para esta análise, não poderiam, em hipótese alguma, ser vistas à exaustão; nem tampouco seria possível fazê-lo, pois muito escaparia, inevitavelmente, ao nosso olhar de leitora/intérprete e de analista do discurso. Cada matéria parte de um ângulo de visão diferenciado, seguindo, predominantemente, a linha de um jornalismo interpretativo, uma tendência da mídia impressa da atualidade, que tenta fazer circular, no dia seguinte, uma notícia já veiculada na TV ou na Internet, buscando interpretá-la e contextualizá-la sócio-historicamente, de forma a fazer renascê-la, trazendo algo de novo.

É preciso que o leitor do jornal impresso encontre, na matéria escrita, detalhes que outros órgãos midiáticos não trazem habitualmente, o que justamente faz o leitor ir até ela. A televisão tem pressa em dar a informação, as páginas da Internet trazem a notícia quase concomitantemente à ocorrência, como se fosse a circulação ininterrupta de um fluxo sangüíneo, seguindo o curso das circunstâncias

⁶⁶ Do original em francês: Chacun a le droit de s'exprimer librement, mais la condition expresse de cette possibilité est que chacun ait le droit de recevoir librement les messages qui circulent dans ce lieu égalitaire. A ces deux libertés fondamentales il faut ajouter le droit de transmettre (la liberté de médiation). Ainsi la liberté de parole, loin de se réduire simplement à la liberté d'expression, doit-elle être regardée dans ses trois composantes et dans complexité qui en résulte. (Philippe Breton, *La parole manipulée*, Paris : La Découverte; Syros, 2000, p.203; 204).

da enunciação, por mais que essas circunstâncias enunciativas sejam “irrecuperáveis”, em sua existência singular. Os enunciados parecem se sobrepor uns aos outros e a singularidade do momento da enunciação é comparável a um átomo de segundo, ao qual se seguem muitos outros, nesse espaço “cósmico” da comunicação verbal:

Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração⁶⁷ de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.). Mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado. (BAKHTIN, 1981, p.123)

É contra o caráter emergente da TV e da Internet que o jornal impresso vai atuar, indo além da informação, interpretando o fato, trazendo a notícia. Essa concepção, entretanto, sofre restrições em relação ao sentido do jornalismo interpretativo pois, segundo Erbolato (1991), ao interpretar, o jornalista estaria emitindo opiniões, o que deveria ser na verdade, uma atribuição dos Editoriais.

Em diversos momentos desta tese retomamos a idéia dos diferentes ângulos de visão diante de um mesmo fato. Isso nos leva a reafirmar que o fato em si já é uma interpretação, aqui entendida como lugar no qual se estabelece a relação do sujeito com a língua, essa relação que Malidier (1990) vê como grande contributo de Pêcheux, conforme já dissemos neste estudo. Em uma relação dessa natureza, onde tanto o sujeito quanto a língua não se constituem como entidades objetivas, surgem caminhos marcados pela subjetividade, nos quais cruzam vozes e transitam interdiscursos que vão desembocar, inevitavelmente, nos intradiscursos, uma

Kremlin tomou essa atitude. 3º) É opinião dizer que qualquer proposta russa deve ser rechaçada sem maiores considerações⁶⁹.”.

A partir dessa concepção vemos que, enquanto a informação corresponderia ao relato e à descrição de um fato na sua forma mais objetiva, respeitados os limites da natureza humana, a interpretação vai corresponder à análise do fato; trata-se de uma explicação que vai além da superfície. Quanto à opinião, esta seria a tomada de posição própria dos editoriais, conforme já afirmamos. E, se por um lado, a informação parece ser mais facilmente identificada, por outro, “a delimitação entre interpretação e opinião praticamente não existe. Não há uma linha divisória fixa.” (ERBOLATO, 1991, p.36). Por tudo isso, por essa profusão de possibilidades, é que muitos enunciados chegam até nós tal qual um “moulin à paroles”⁷⁰, girando, desdobrando-se em sentidos, esperados ou surpreendentes, como se fossem grãos moídos e espalhados ao vento.

Através da AD, tentando percorrer o eixo da discursividade, lançamos nosso olhar para alguns pontos que selecionamos nas matérias a serem analisadas, e cuja presença consideramos significativa no momento de trabalhar a interpretação, os efeitos de sentidos e os processos que favorecem a recuperação desses sentidos. Trabalhamos no espaço em que transitam língua e linguagem pois, se a língua é o espaço do que é possível conhecer, a linguagem é o espaço do ignoscível; e, por mais que não saibamos, em muitos momentos, o que a linguagem pretende dizer, exatamente, há sempre gestos que possibilitam uma determinada interpretação.

A *vestimenta* jornalística de cada uma das matérias contém as particularidades da linha editorial do jornal, do ângulo de visão do jornalista e das escolhas (circunstanciais) que ele faz, sejam elas lexicais, sintáticas, semânticas, etc, em função dos prováveis leitores, do tipo de matéria a ser escrita e do modo de circulação do jornal. São essas relações que põem em jogo a linguagem, a história, o sujeito e suas redes de memória, a partir da existência de posições político-ideológicas, com as quais os sujeitos criam elos, conforme as noções de FD e FI, com base no marxismo althusseriano, uma perspectiva trazida para este estudo.

⁶⁹ Destaques da citação

⁷⁰ Em português, *Moinho de palavras*, expressão que, além do emprego metafórico em nosso texto, pode designar alguém que fala ininterruptamente.

Para orientar nossas análises, focalizamos três pontos que consideramos determinantes: 1) Tom da matéria (“informativo, interpretativo, opinativo”) x Pluralidade de eventos; 2) Vozes de esperança; 3) Posição do jornalista.

Com os pontos selecionados, não pretendemos, no entanto, estabelecer uma separação rígida entre eles, uma vez que, na forma em que aparecem nas matérias selecionadas, esses pontos estão inter-relacionados; há, porém, aspectos que os singularizam e é para essas singularidades que dirigimos o nosso olhar.

Em relação ao tom da matéria, apenas na “Folha de S. Paulo” – “Posse é vista por 150 mil” (**A₁**), parece predominar o tom informativo, ainda que associado a trechos interpretativos; uma interpretação que se deixa ver através dos gestos da multidão, como veremos mais adiante. Já a partir do título, temos a informação do número de pessoas presentes à festa da posse, uma informação retomada no primeiro parágrafo, acrescida de outras informações, em uma seqüência gradativa, que vai desde o “reunir”, até chegar ao “cume” com a saudação popular; é a imagem concreta de uma ascensão:

A festa da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu cerca de 150 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, a Polícia Federal e a Defesa Civil, e culminou com o deslocamento dele pela Esplanada dos Ministérios no Rolls Royce presidencial, saudado pela multidão com gritos e o jingle da campanha petista de 1989 (**A₁**).

O grau de adesão do povo brasileiro ao momento festivo da posse parece se fortalecer na descrição detalhada que faz o autor da indumentária dos brasileiros: “[...] muitos vestiram-se no mesmo estilo: camisa vermelha, calça jeans, boina vermelha tipo ‘Che Guevara’, coturno e mochila” (**A₁**). O estilo do qual fala o autor da matéria pode ser visto, apenas, como um *ponto de deriva* que evoca, em uma série de redes de memória, toda uma história de lutas políticas que marcaram época. A alusão a Che Guevara, personagem símbolo da luta armada e da resistência, na América Latina, em busca de ideais de libertação, bem como a cor vermelha da camisa, enfim, a caracterização atribuída a muitos brasileiros, tudo isso inscreve-se na estreita relação entre sujeito, língua e história. Nessa relação, as *ondas de fundo discursivo* (Bonnafous; Tournier, 1995) movimentam-se na construção de sentidos, opacificando-os e, ao mesmo tempo, fazendo ecoar sentidos já produzidos, ressignificando-os nas linhas entrecruzadas que ligam memória à atualidade.

Outras informações mais detalhadas, nesta mesma matéria, mostram a seqüência do evento da posse, quase que “cumprindo” as exigências normativas de uma narração, cujos elementos atendem às três questões básicas - quando? - onde? - o quê?:

Às 10h30 já havia 80 mil pessoas no gramado da Esplanada dos Ministérios [...] As pessoas foram atraídas pelos shows a partir do meio-dia [...] O evento durou cerca de 2 horas e terminou por volta das 14h, meia hora antes de começar a programação oficial da posse [...] **(A₁)**.

Enquanto o tom predominantemente informativo da “Folha de S. Paulo” **(A₁)** fala da festa em si, o tom, também predominantemente informativo do jornal “O Estado de S. Paulo” **(A₂)** fala, mais especificamente, do personagem principal da festa, que entra em cena tal qual o personagem de um conto, cuja chegada era ansiosamente esperada. Na seqüência dos movimentos e da gestualidade do presidente eleito, o autor da matéria favorece a construção de sentidos outros, que atravessam a memória do dizer, e que parecem evocar uma conquista próxima do que mais parece da realização de um sonho, a tal ponto de provocar o “delírio”, como diz a matéria: “Lá vem o presidente Lula, acenando e sorrindo, para delírio e festa de uma multidão que se acotovelava nos gramados da Esplanada e empurra perigosamente para trás o cordão de soldados e grades de ferro.” **(A₂)**.

Essa seqüência dos movimentos e da gestualidade do presidente eleito, trazida pelo jornal “O Estado de S. Paulo”, inicia-se com o presidente Lula “acenando e sorrindo para delírio e festa de uma multidão [...]” **(A₂)** e parece atingir uma espécie de clímax (ou seria, talvez, um anti-clímax) com a demonstração de embaraço do presidente eleito diante do cerimonial: “embaraçado com essas amarras do cerimonial, Lula nem ouviu direito o que o capitão lhe falou, mas fez que ouviu e a viagem foi retomada” **(A₂)**.

Há, nesse momento da matéria, uma posição do jornalista que é apenas uma dedução, dadas as circunstâncias. Dizer que o presidente Lula “fez que ouviu” **(A₂)** é, no mínimo, uma suposição que nos faz pensar no compromisso que deve ter o jornalista para com “a verdade” dos fatos. No caso do trecho acima citado não há dados para que essa informação pareça verossímil, uma característica que deveria ser indispensável à notícia: a deontologia jornalística, responsável pelos princípios fundamentais dos sistemas da moralidade, pressupõe que todo fato deve ser

trabalhado em suas fontes. Caso contrário, o jornalista deve marcar suas reservas face ao dito, o que não parece ter sido a atitude do autor da matéria em pauta.

Voltando à seqüência dos movimentos e da gestualidade do presidente, poderíamos dizer que ela chega a ser teatral: “O novo presidente voltou-se para um lado e, determinado, levantou o braço direito. Girou o corpo e ergueu o braço esquerdo, o punho cerrado” (**A₂**). Mais adiante, nesta mesma matéria, o jornalista diz que “Lula embarcou triunfalmente no Rolls Royce presidencial”, um triunfo que faz ver, nas redes de memória, aquele momento como resultante de todo um passado de lutas, cujo objetivo, finalmente, parece ter sido atingido. No braço esquerdo erguido estaria talvez a chegada da “esquerda” à presidência da República, uma chegada que, mais uma vez, ultrapassa a vitória nas urnas; trata-se, segundo a opinião do jornalista (na qual se ouvem inúmeras vozes, naquele momento), de um embarque triunfal.

Dando seqüência à narrativa da posse, o jornalista fala de “um sol avermelhado” (**A₂**), evocando, assim, a cor vermelha tão representativa para o partido que ora assumia o poder: “um sol avermelhado – havia chovido até uns 20 minutos antes da chegada – iluminou o presidente que ficou de pé” (**A₂**). Na continuação do percurso, o jornalista descreve um Lula sorridente e de braços erguidos: “E Lula sorria e erguia os braços, às vezes juntava as mãos e as lançava para a frente. Muitas vezes, jogou beijos” (**A₂**).

O Lula que acena e sorri, que faz delirar a multidão parece ser, naquele momento, a imagem do mais legítimo representante (por lei, já o era, eleito que fora pela maioria dos eleitores brasileiros) de uma história da qual grande parte da população do país se sente protagonista. Esse é um sentido que o autor dá a perceber nas entrelinhas da seqüência da matéria: a descrição dos movimentos cadenciados e da gestualidade do presidente Lula, que se lê na matéria, aproxima-se de uma cena teatral, como dissemos anteriormente, ou mesmo de um quadro, cujo pintor pincela cuidadosamente cada detalhe: “O novo presidente desceu do veículo oficial, voltou-se para um lado e, determinado, levantou o braço direito. Girou o corpo e ergueu o braço esquerdo, o punho cerrado” (**A₂**). Os enunciados curtos intensificam e favorecem a visualização da cena para o leitor do jornal.

Podemos nos valer da seqüência da matéria, de forma sucinta, trazendo-a tal qual um “pastiche”, para montá-la, como se fosse uma peça teatral, com vários atos, o que resultaria aproximadamente, na cena seguinte: Lula acena, sorri, desce do

veículo, volta-se para um lado, levanta o braço direito, gira o corpo, ergue o braço esquerdo, cerra o punho. Depois, embarca triunfalmente no Rolls Royce, fica de pé, embaraça-se com o cerimonial, sorri mais uma vez, ergue os braços, em um gesto que intercalava juntando as mãos e lançando-as para a frente, jogando beijos, muitas vezes.

Ao retomarmos a seqüência de eventos descrita na matéria do jornal “O Estado de São Paulo”, tal qual uma peça em vários atos, percebe-se, mais uma vez, que aquele era um momento de “clímax”. A sucessão gradativa de escalas parece chegar ao ápice, quando o jornalista considera o

embarque triunfal” de Lula no Rolls Royce: “Depois da primeira saudação Lula embarcou triunfalmente no Rolls Royce presidencial, que o governo brasileiro adquiriu em janeiro de 1953 ao preço de 7,94 mil libras esterlinas. A capota de vinil estava abaixada (**A₂**).

Um outro gesto de Lula, trazido pelo jornalista à matéria, evidencia a quebra de formalidade do novo governo e, ao mesmo tempo, reforça uma espécie de simbiose poder x povo, que tende a um caráter populista: “Lula deixou uma fã aproximar-se para fotos” (**A₂**). Há, mais uma vez, um quê de mítico, na forma como vemos essa questão nesta tese⁷¹; uma imagem que é construída e se faz perceber, neste momento da matéria, no emprego da palavra “fã”, uma sinonímia explícita do ato de admirar. Entretanto, essa relação entre povo e governante, acreditamos, não poderia nem deveria ser pautada nessas bases, pois elas podem fazer obscurecer o exercício da cidadania, uma cidadania que as formulações discursivas do PT, enquanto oposição, buscavam repetida e incessantemente.

É com um tom aparentemente informativo que a matéria do jornal “O Estado de S. Paulo” (**A₂**) conclui as seqüências em que o presidente Lula aparece tal qual um “ator principal”, um tom informativo que, no seu bojo, vai muito além dele. Sob a superfície da materialidade lingüística, que aparentemente informa, há inúmeros interdiscursos que, na nossa visão de AD, representam a imbricação de FDs e FIs, em meio às quais constatamos o valor constitutivo da heterogeneidade da enunciação.

(

escapando do céu por alguns momentos e voltando a se esconder entre as nuvens. **(A₃)**.

Há, diríamos, uma tentativa de aproximação do sol, enquanto estrela de primeira grandeza, da imagem do presidente Lula enquanto a estrela “magna” do PT; é uma interpretação possível, a partir do sol que se faz presente, segundo diz a autora da matéria, nos lugares por onde Lula andou.

A autora traz outras informações, acrescidas do tom interpretativo, indo mesmo mais além, dando a sua opinião, quando afirma que os participantes da festa não se sentiram incomodados com as questões climáticas: “Os 130 mil participantes, segundo o Corpo de Bombeiros, ou 200 mil, de acordo com os organizadores, também não se incomodaram com o vaivém da chuva. Por certo, ela refrescou o clima seco do DF” **(A₃)**. E ainda, quando afirma: “Nada parecia chatear quem estampava no rosto pintado, na roupa vermelha e em faixas de carinho a satisfação de participar de uma transição de governo histórica para o País e exemplo para o mundo [...] **(A₃)**.”

Ao falar da “transição histórica” **(A₃)**, a autora da matéria faz ouvir muitas vozes, em um dizer que parece a materialização de um sonho e, mais ainda, um parâmetro de conquista que serve de exemplo para o mundo, conforme sua opinião. Considerar a posse de Lula como uma “transição histórica”, é inscrever esse dito em formulações presentes em discursos transversos, que favorecem o chamado “aspecto dialogado da constituição em um domínio da atualidade de seqüências discursivas”, segundo Courtine (1981, p.56). A essas seqüência discursivas, que vão se atualizando, podemos atribuir um caráter, dito “evenemencial”, que faz produzir sentidos resultantes de um processo construído ao longo de um trajeto social, no qual as práticas discursivas se inserem e se instalam nas redes de memória. Segundo Gregolin (2003, p.54), são as redes de memória que, “sob diferentes regimes de materialidade, possibilitam o retorno de temas e figuras do passado, os colocam insistentemente na atualidade, provocando sua emergência na memória do presente.”.

A matéria da “Tribuna do Brasil” **(A₄)** faz circular o “conto” da posse do presidente em torno da participação popular, uma participação que, naquele momento, representava a concretização de um projeto político, pelo qual o povo

brasileiro esperara longamente. As informações mesclam enunciados narrativos e enunciados descritivos. Ao situar a posse, narrando:

O dia primeiro de 2003, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foi marcado na história do País pela presença de uma multidão de brasileiros, que veio dos lugares mais remotos para saldar(sic) o novo presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva. **(A₄)**;

e ao descrever o sentimento de orgulho do povo brasileiro:

orgulhosos, vestiam camisas, bonés e balançavam bandeiras do Partido dos Trabalhadores (PT) que esperou por 13 anos para poder governar o País. Figuras interessantes e exóticas caminhavam no meio do vermelhão que virou a Esplanada. **(A₄)**.

Depreende-se, também, a partir do emprego que faz o autor da matéria da palavra “vermelhão”, no enunciado acima, e que é reveladora da intensidade da cor vermelha, “esparramada” por toda a Esplanada, um efeito de sentido que traz a visão de unidade, como se ali não houvesse espaço para ser/pensar diferente. A presença de figuras, ditas “interessantes e exóticas”, dão a perceber que todos, indistintamente, tinham espaço naquele momento, dito histórico (e o era, sem sombra de dúvida, naquela “atualidade”). Nesta matéria do “Jornal de Brasília” **(A₄)**, são espécies de “faits-divers” minúsculos que se inserem nas narrativas, irrompem mesmo, fazendo-as mais atrativas, mais interessantes. Na matéria a que nos referimos destaca-se a singularidade daquele acontecimento plural: todos os brasileiros presentes ao evento da posse, de certa forma, comemoravam “a sua chegada”, ao poder supremo da presidência da República, o que se vê nas manifestações do que consideramos acima como minúsculos “faits-divers”:

- “o delegado de cultura do PT de Camaragibe em Pernambuco e participante do grupo GLS/RJ, Mauricio Santana, que estava vestido de drag queen.”;
- “o micro-empresário Pedro Rambo [...] vestido com paletó verde-claro, gravata da bandeira do Brasil e boina vermelha.”;
- “o cearense Eliseu Santana Rocha, mais conhecido como a Vaca Louca” (ao qual nos referimos no sub-item 2.4, aproximando-o do

gênero “fait-divers”, fazendo um paralelo com a matéria “Lavrador com dor de ouvido faz vasectomia”);

- e “o Papai Noel dos trabalhadores”, ao qual iremos ainda nos referir no final deste item.

Há, no nosso entendimento, em quase todas as matérias, uma junção dos três tons – informativo, interpretativo e opinativo. Entretanto, cada matéria tem suas particularidades, cuja origem pode estar na linha editorial do jornal, nas FDs e nas Fls que norteiam o processo de escritura. A “Folha de S. Paulo” apresenta, em um tom mais contido, dizemos isso outras vezes, as demonstrações de emoção e euforia, como por exemplo, na seguinte seqüência narrativa: “quando Lula chegou ao pé da rampa, a multidão derrubou, em alguns trechos, a grade de contenção. Muitas pessoas choravam e gritavam” (**A₁**). A matéria de “O Estado de S. Paulo”, mostra um tom mais efusivo, ao reproduzir, com destaque os versos que, durante anos, ecoavam nas manifestações políticas do PT: “Olê, Olê, Olê, Olá, Lula, Lula” (**A₂**), o que veremos um pouco mais adiante, ainda neste item.

Em nosso “corpus”, não consideramos para análise a questão do enquadramento da matéria na página do jornal, embora façamos algumas referências a questões no entorno da matéria. No entanto, reconhecemos a significativa relação que existe entre a disposição do texto na página, os títulos (para os títulos dedicamos o sub-item 3.1.1), sub-títulos, ilustrações em geral. Às vezes, parece haver um certo descompasso na forma como esses se relacionam mas, sob esse aparente descompasso, há dizeres que se pretende colocar em evidência. Nesse sentido, vemos a matéria da “Folha de São Paulo”: “Posse é vista por 150 mil” (**A₁**), cuja ilustração, na parte superior da página (**A₁₇**), é como se fosse a ordem inversa do tom mais contido, do qual falamos anteriormente.

Trata-se da foto de uma mulher com os seios à mostra, dando seqüência ao gesto irreverente de levantar (“arrancar”, como está no enunciado logo abaixo da foto) a blusa em público, subscrita do seguinte enunciado: “CALOR Empolgada com a festa do novo governo, que aconteceu debaixo de sol e chuva, mulher arranca a blusa no meio da multidão, em frente a policiais responsáveis pela segurança da cerimônia.”. Vêm-se ainda, na foto mencionada, populares, entre sorridentes e espantados, além de um policial de frente para a cena, devidamente fardado e munido de seu cassetete, sugerindo uma imobilidade que não é apenas a da

imagem da foto em si. Vale observar também que, à semi-nudez da manifestante popular, é possível associar a semi-nudez dos povos indígenas presentes à posse, e cujas fotos estão dispostas, lado a lado, na página do jornal.

Seria essa uma disposição apenas ocasional? Ou haveria, por parte dos que fazem a edição do jornal, a “intenção” de mostrar um Brasil que, naquele 2 de Janeiro, se deparava com um novo descobrimento? Ou seria uma forma de evocar os habitantes daquela nova terra, descoberta em abril de 1500, a terra das Palmeiras, o berço de um novo mundo, que viria a ser chamado Brasil? Naquela terra “descoberta”, a visão que se tinha de seus habitantes foi descrita, na carta de Caminha, da seguinte forma: “eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas”⁷³ (os tempos hoje são outros, as vergonhas também).

Essa junção imagética da semi-nudez teria talvez a pretensão de fazer ver que o espaço usurpado, ao longo dos anos, de nossos primeiros habitantes, estava, finalmente, próximo de lhes ser devolvido? Tudo isso são *gestos de interpretação* que achamos possível fazer, a partir da reportagem da “Folha de São Paulo” (**A₁**) na sua materialidade lingüístico-discursiva e de seus contornos na página do jornal. Outras fotos aparecem ao lado e abaixo da matéria, mas não iremos mais longe nessa questão, por não ser esse o nosso foco neste estudo.

Voltando à questão do tom mais informativo ou mais interpretativo, ou mesmo opinativo, e, independentemente de um ou de outro, há, nas cinco matérias, vozes de uma “esperança” que ecoam nas mais diversas manifestações:

- na aclamação popular: “Em um dos momentos mais tensos, um grupo invadiu o gramado em frente ao Congresso, entrou no espelho d’água e jogou água nos policiais gritando: ‘uhu, aha, o Brasil é nosso’.” (**A₁**);
“O povo avançou e os cantos ecoavam pela Esplanada: ‘Olê, Olê, Olê, Olá, Lula, Lula! [...] O povo, unido, jamais será vencido’.” (**A₂**);
- no discurso, onde as variantes lingüísticas não representavam diferenças: “Gente dos 26 estados e, como não podia faltar, do Distrito Federal confundiam os sotaques em um único discurso: Esperança em um Brasil melhor.” (**A₃**);
- na voz do micro-empresário: “Outro personagem que circulava pelo local era o microempresário Pedro Rambo [...] ‘Chegamos dia 29 para

⁷³ Trecho extraído de uma versão da carta de Pero Vaz de Caminha. (cf. nota de rodapé 21).

prestigiar a posse de Lula e participar deste encontro popular. Estou achando o movimento bastante significativo. É a verdadeira mudança do Brasil. Este momento era necessário'." (A₄);

- no abraço, simbólico, da multidão: "Não é, portanto, metáfora dizer que, essa multidão abraçou a Praça dos Três Poderes. Um abraço afetuoso e cheio de esperança, mas que promete se instituir como um novo poder." (A₅).

Vimos que, enquanto no jornal "Folha de S. Paulo", as informações falavam da festa em si, no jornal "O Estado de S. Paulo", elas giravam em torno do presidente. Em outra direção, vai o jornal "Tribuna da Imprensa" (A₅), cujas informações se referiam, sobretudo, à participação popular:

Havia gente que veio por sua própria conta, mas uma boa parte das caravanas que ocupavam os gramados era de militantes, organizadas pelos partidos de esquerda que constituíram a aliança que levou Lula ao poder. [...] Brilhava nos olhos cansados de gente que viajou um, dois dias para chegar a Brasília, um fervor mais do que militante e que parece dizer que cada um ali valia por 10, 20 brasileiros. (A₅).

A participação popular descrita pela "Tribuna da Imprensa" (A₅) é mostrada de forma a intensificar a idéia de um presidente, cuja eleição surge como a representação da vontade popular, uma vontade que as redes de memória do sujeito, através de formulações discursivas entrecruzadas (os interdiscursos) bem podem testemunhar, ao longo da história política do país, nas últimas décadas. Da aliança que leva ao poder, ao "fervor mais do que militante" (A₅) dos brasileiros presentes à posse, pode-se apreender toda essa rede de formulações de discursos transversos que se presentificam e constroem os novos rumos dos trajetos sociais.

Quando Courtine (1981) se refere ao domínio da atualidade, ele evidencia a formação desse domínio por um conjunto de seqüência discursivas inscritas na "instância do acontecimento", em meio a seqüências que dialogam entre si:

o aspecto 'dialogado' da constituição em um domínio da atualidade de seqüências discursivas que se dizem, se respondem ou se refutam não deve fazer esquecer que a produção dos efeitos de atualidade é, ao mesmo tempo, resultante do desenvolvimento

processual dos efeitos de memória que a irrupção do acontecimento reatualiza em meio a uma conjuntura. (COURTINE, 1981, p.56).

No caso do acontecimento da posse do presidente Lula, bem mais do que “uma conjuntura reatualizada”, trata-se da realização de algo que até então povoara apenas os sonhos do povo brasileiro: ver a oposição, Lula mais especificamente, assumir a presidência da República.

Nesta mesma matéria da “Tribuna da Imprensa” há o que se configura, em termos jornalísticos, como “Box”⁷⁴, no qual os detalhes aparecem de forma mais amiúde. O título do “Box” já evidencia o clima de emoção provocado pela festa, segundo a interpretação do jornalista: “Clima da festa emocionou ministros de Lula” (A₅). A fala dos representantes da equipe do governo, trazida entre aspas, se apresenta como o maior testemunho daquela emoção; um povo que dá uma procuração “afetiva” para um governo que dá mostras de querer “alavancar” o país para um futuro promissor – “futuro brilhante”:

O secretário de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro, disse que ‘o povo brasileiro está dando uma procuração, não em branco, mas afetiva e de esperança ao Lula’. De acordo com ele, o governo pretende ‘alavancar este País em direção a um futuro brilhante’.

O ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, considera que ‘o povo não está só dando posse ao Lula, está tomando posse’.[...] O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, ao passar por repórteres não quis dar entrevista, mas gritou ‘esperança, esperança’. (A₅).

Tratando da fala entre aspas, Sarfati (1997) evoca o dizer de Authier-Revuz, para quem as palavras entre aspas são palavras mantidas à distância. No entanto, ao falar dos diferentes valores atribuídos às aspas, seja o valor crítico, quando o falante se dessolidariza com o dizer, seja o valor de distinção social, que demarca a posição do locutor, seja o valor pedagógico, no qual o locutor sublinha e/ou insiste. Sarfati (1997) destaca ainda um “continuum” presente no denominado valor pedagógico das aspas e que permite ora, uma espécie de conivência na interlocução, ora, uma espécie de tentativa de ir no sentido contrário do que é dito. Sobre o funcionamento das aspas vemos também o que diz Amaral (2002, p.158-159):

⁷⁴ Box – espaço delimitado junto a uma matéria jornalística, para informações adicionais, de um detalhe ou de pesquisa. (cf. Lage, Nilson. 2003, p. 68).

Não é possível interpretar o funcionamento das aspas fora do contexto; isto significa reconhecer que a interpretação desse recurso no texto requer o reconhecimento das condições de produção do discurso, tanto no contexto mais imediato – quem fala e em que circunstâncias, a situação imediata da enunciação – como no contexto mais amplo – o momento histórico – conjuntural em que o texto foi produzido, especificamente quando se tratam de textos que circulam em jornais e revistas.

Concluindo a sua reflexão, a autora acima citada afirma que as aspas não podem, simplesmente, ser interpretadas como marca lingüística: “mas sobretudo como um recurso discursivo que representa o movimento de relação entre discursos no interior do próprio discurso.” (AMARAL, 2002, p.163).

No caso dos enunciados a que nos referimos, o autor da matéria da “Tribuna da Imprensa” (**A₅**), busca, na verdade, através da fala dos integrantes da equipe do governo traduzir aquele clima de emoção que ele tenta descrever. Há, portanto, o que seria a presença de um valor pedagógico das aspas, e que faz sobressair o objeto do comentário do autor. A posse de Lula tem, na fala dos representantes de sua equipe, ditos que corroboram o dizer do autor da matéria; é como se essas falas ilustrassem as afirmações do autor, conferindo-lhes uma corporeidade maior, mais intensa, dando-lhes um toque de uma realidade mais concreta.

Essas falas dos representantes da equipe do presidente Lula reforçam a esperança, repetidas vezes; seja com a palavra em si mesma, seja com seus efeitos de sentido. É o que ocorre, por exemplo, quando se prevê um “futuro brilhante” para o país que o novo governo vai “alavancar”, conforme consta no Jornal “Tribuna da Imprensa” (**A₅**). Acreditar nesse “futuro brilhante” era tudo com que sonhava o povo brasileiro naquele momento; daí a sintonia que era possível perceber entre a manifestação de euforia do povo e as práticas discursivas que se faziam ouvir, como podemos observar nos trechos das matérias analisadas nesta tese.

A essas falas, acrescenta-se, ainda, a opinião expressa, através do discurso indireto, atribuído à ministra do Meio-Ambiente, quando esta afirmou “que as pessoas com roupas, bandeiras e boinas vermelhas do PT nas ruas mostraram muita esperança e a deixaram emocionada” (**A₅**). Mais uma vez, a indumentária dos presentes, a cor vermelha, as bandeiras, que se visualizam, imagina-se, a tremular, tudo isso aponta para uma outra história política, para uma nova página a ser escrita, mas que é, na verdade, o resultado de uma cadeia de acontecimentos. Por

mais singular que seja um acontecimento, ele faz parte de um “continuum”, é sempre posterior a um outro e, ao mesmo tempo, antecede algo que está por vir, um “continuum” que se materializa discursivamente em um complexo de relações inter e intradiscursivas.

Voltando à fala dos representantes da equipe do presidente, vemos que enquanto a fala de alguns representantes da equipe do governo eleito surge entre aspas, através do discurso direto, no qual as palavras são citadas na forma em que são ditas, a da Ministra Marina da Silva vem, através do discurso indireto. Desta feita, há o que se pode ver como a tradução de um dizer. Para Sarfati (1997, p.61) o discurso indireto se define como uma “reformulação semântica global, que opera diretamente sobre o sentido do que é dito ou sobre o seu conteúdo.”.

Independentemente da forma distinta de apresentação⁷⁵, tanto os dizeres citados (discurso direto), quanto os dizeres traduzidos (discurso indireto), todos eles aparecem na matéria, reafirmamos, como uma espécie de comprovação, de testemunho de algo que se quer dizer, mas que precisa ser corroborado com dizeres outros, explicitados como forma de legitimar uma opinião expressa. Há, no entanto, no caso do discurso indireto, uma maior possibilidade de mal-entendidos, segundo Sarfati (1997), o que não é o caso da matéria em pauta.

O “Jornal de Brasília”, reúne os “sotaques de todas as regiões do Brasil” e os traduz como “Esperança em um Brasil melhor” (**A₃**), fazendo os sentidos derivar para uma idéia de unidade em torno do povo brasileiro das mais diferentes regiões. Entretanto, por mais que os “contos” da posse reunissem os sotaques, por mais que mostrassem uma multidão que se acotovelava para ver o presidente, por maiores que fossem as demonstrações de entusiasmo, essa idéia de unidade, de fusão entre povo e poder, naquele momento, eram cenas virtuais de uma conjuntura mais que discursiva, da qual se avizinhava a esperança de mudança.

A “Tribuna do Brasil” reforça essa perspectiva de esperança, de confiança, de mudança e as reproduz na fala de alguém que afirmara: “É a verdadeira mudança do Brasil” (**A₄**). Voltando aos “peregrinos”, lembrados pela “Tribuna da Imprensa” (**A₅**), eles bem caracterizam a imagem de pessoas que parecem seguir, incansavelmente, um longo périplo, movidas pela fé, pela esperança. Aliada a essa idéia, está o brilho do “fervor mais que militante” (**A₅**), reforçando, também, a idéia de

⁷⁵ No discurso direto, há uma descontinuidade na seqüência.

religiosidade de um povo que chega a ver, segundo o jornalista, no abraço afetuoso e cheio de esperança, uma nova forma de poder. Ao longo de toda a matéria da “Tribuna do Brasil”, que acabamos de citar, há o que nós vemos como uma marcha rumo a mudanças sonhadas, em vias de uma presentificação daquilo que, até então, habitava tão somente as redes de memória do povo brasileiro.

A noção de abraço de esperança, em uma analogia com um “novo poder”, parece-nos um tanto quanto “surrealista”, uma vez que vemos com estranheza a institucionalização de um gesto afetivo como expressão de um poder presidencial. A institucionalização, como forma de poder, de gestos como o abraço aproxima-se de algumas manifestações políticas, através de gestualidades como “tapinhas sobre ombros” e “abraços políticos”. Entretanto, ainda que essa prática tenha sido instituída por alguns “homens de poder”, e ocorra com relativa freqüência no mundo político, trata-se, diríamos, na maioria das vezes, de uma prática pouco transparente.

A notícia faz parte, como afirma Motta (1997, p.317), “de uma prática cultural antiqüíssima, a narrativa e o contar estórias, que é universal.”. E como tal, a notícia se aproxima, por vezes, ousamos dizer, do ato de elaboração de um romance, que Llosa (2006) compara a “um striptease às avessas” pois, diferentemente dos “strippers” que desnudam seus corpos, o escritor do romance – que aqui nós ousamos também aproximar do autor da notícia, veste a nudez inicial do romance “sob roupas grossas e multicores fabricadas pela sua imaginação” (LLOSA, 2006, p.20,21). Assim também ocorre com alguns jornalistas, muito embora a notícia não possua, em seu ponto inicial, a mesma dita nudez do romance. No entanto, isso não impede de o/a jornalista “vestir” a notícia com as cores de sua imaginação, assim como o fez o autor da matéria da “Tribuna do Brasil” (**A₅**) com o abraço de esperança que se anunciava como a instituição de uma nova forma de poder.

As estórias contadas nas cinco matérias revelam a atualidade dessa “prática cultural de contar estórias”, segundo a qual, cada jornal, cada jornalista dá o seu tom. A “esperança” que se viu na posse do presidente Lula teve sua expressão, como vimos acima, no choro, no grito, no povo que acreditava na mudança histórica e na esperança em um Brasil melhor, culminando com o que se comparou, simbolicamente, a um abraço. A esperança daquele momento não era mais um “substantivo abstrato”; depreende-se isso ao se ler a matéria: “Desta vez [das outras não, podemos ler no não-dito] as promessas soavam como metas.” (**A₃**).

Não faltaram, na maioria das matérias, cenas que se repetem nas demonstrações políticas, nos atos públicos: acenos, fotos, gritos, choro, beijos... Na “Folha de S. Paulo”, por exemplo, o presidente era “saudado pela multidão com gritos, com choro: Muitas pessoas choravam e gritavam” (**A₁**). Em “O Estado de São Paulo” era uma “gente humilde que respondia cantando, pulando, dançando e gritando seu nome’, diante de um presidente que jogava beijos: “Muitas vezes, jogou beijos [...]” (**A₂**).

Ainda falando sobre a classificação de Erbolato (1991), a que já nos referimos no início deste item, intensificamos nosso olhar sobre o aspecto “interpretativo”, destacando, porém, alguns trechos que tendem ao aspecto “opinativo”, e que já revelam a posição do jornalista ao interpretar os fatos. É o caso da “Tribuna da Imprensa”, quando o jornalista afirma: “pela primeira vez, o povo sente-se de fato no poder” (**A₅**); e o do “Jornal de Brasília”, em que a jornalista se refere às pessoas presentes, dizendo: “eles se sentiam realmente⁷⁶ responsáveis por aquele momento” (**A₃**). Tanto em um jornal como em outro, a “Tribuna da Imprensa” e o “Jornal de Brasília”, respectivamente, os autores das matérias revelam uma simetria na relação povo/poder, uma quase fusão.

É pertinente observar que, nos enunciados anteriores, há duas modalizações que trazem implícita uma questão bastante significativa. Na “Tribuna da Imprensa” (**A₅**), a expressão “de fato” parece contrapor-se a algo que, em outros tempos, deveria ter acontecido, mas que não se tornara ainda realidade, antes daquele momento.

No “Jornal de Brasília” (**A₃**), a afirmação de que as pessoas se sentiam responsáveis se intensifica quando o jornalista faz uso da expressão “realmente”. Essa forma de colocar a relação entre povo e poder pode ser analisada do ponto de vista da ideologia do PT, um partido marcado por histórias de luta dos trabalhadores. E Lula era, naquele instante e naquele espaço festivo, o símbolo dessa luta, sendo visto, portanto, como um representante do povo que assumia o poder. O uso das expressões “de fato” e “realmente” estão naquela categoria que Ducrot (1995) considerou como “palavras vazias”, que vão agir sobre as ditas “palavras cheias”, e que possuem sentido por si só, ainda que as circunstâncias possam modificá-lo. Nessa perspectiva, “de fato” e “realmente” exercem um papel ideológico, a partir do

⁷⁶ Destaques nossos.

princípio que vê a ideologia como a expressão de uma realidade, seja ela natural ou social.

Há outras concepções que atribuem à ideologia um papel longe do desejável, como afirma Bosi (1983, p.145): “a ideologia não aclara a realidade: mascara-a, desfocando a visão para certos ângulos mediante termos abstratos, clichês, slogans⁷⁷, idéias recebidas de outros contextos e legitimadas pelas forças em presença.”. Outras concepções em torno da ideologia a vêem como resultante da contradição, de pólos que se contrapõem e, por isso mesmo, dão condições de existência um ao outro.

A perspectiva marxista das ideologias e das visões de mundo, enquanto expressão de uma classe social determinada, é vista por Lowy (1987, p.96, 97) como a melhor de todas as definições – “mais precisa, mais concreta e mais fértil”. Continuando na ótica de Marx, Lowy (1987, p.97) nos faz ver ainda, que:

o que define uma ideologia (ou utopia) não é esta ou aquela idéia isolada, tomada em si própria, este ou aquele conteúdo doutrinário, mas uma certa ‘forma de pensar’, uma certa problemática, um certo horizonte intelectual (‘limites da razão’). De outro lado, a ideologia não é necessariamente uma mentira deliberada; ela pode comportar (e comporta geralmente) uma parte importante de ilusões e de auto-ilusões.

E é dessa ideologia, que comporta uma parte importante de nossas ilusões, de nossas crenças, que a instituição midiática se nutre, ao mesmo tempo em que nutre o imaginário discursivo de seu *auditório*. Finalmente, vê-se ideologia como “um sistema de valores, uma visão de mundo ao mesmo tempo descritiva e prescritiva”⁷⁸.

No tom que informa, interpreta e opina, às vezes ao mesmo tempo, nas matérias selecionadas, há uma tentativa de aproximação, insistimos, entre povo e poder, seja na forma como é apresentada a crença em um Brasil melhor, seja na forma como se mostra a responsabilidade de todos – povo e poder, para com aquele momento que reunia um “Brasil de várias raças, credos e religiões representados no centro do poder, ora chorando de emoção ao cantar o Hino Nacional, ora sorrindo de alegria e aplaudindo a transição de governo” (**A₃**). As formulações discursivas que trazem esses dizeres são uma forma de ver o acontecimento da atualidade como

⁷⁷ Destaque do autor da citação.

⁷⁸ « L'idéologie est un système d'idées et de valeurs, une vision du monde à la fois descriptive et prescriptive ». Francois Brune, *De l'Idéologie aujourd'hui*, Paris: Parangon, 2004.

resultado de uma história, cujos rumos se encaminham para um novo trajeto (a atualidade nos fazia ver isso).

O acontecimento da posse do presidente Lula é trabalhado na estrutura da materialidade lingüística do texto jornalístico, mas é também a partir dessa estruturação que o acontecimento se pluraliza em meta-acontecimentos, passíveis de serem apreendidos pelas “escolhas” do dito e pelo não-dito. Na matéria do “Jornal de Brasília” (**A₃**), nas entrelinhas do dito, das vozes que, emocionadas, segundo a autora da matéria entoam o Hino Nacional, percebem-se ecos de FDs e FIs para além das questões lingüísticas.

O concerto de notas, em muitas circunstâncias dissonantes – “[...] várias raças, credos e religiões [...]” (**A₃**), expresso na contradição do choro e do riso – “[...] ora chorando [...] ora sorrindo [...]” (**A₃**) dos manifestantes populares revelava-se como a inscrição de um novo tempo na história do país. Era como se no governo do presidente Lula não fosse haver separação entre povo e poder: a fusão das duas vias, o povo no poder e poder com o povo, marcava uma conquista que se anunciava como resultado de uma história de lutas, travadas e tecidas nas redes de memória, e que se presentificava naquele momento da posse do presidente Lula.

No tom dessas matérias que conjuga, de uma forma geral, os aspectos informativo, interpretativo e opinativo, há, na verdade, um tom de “esperança” e, ao lado dela, há uma grande relação com a questão do poder. Um poder por vezes implícito (ou, ao contrário, discreta e perigosamente explícito), como é o caso do povo passando o poder através de “procuração” ou, explícito, quando o jornalista opina, afirmando que o “povo se sente no poder” (**A₅**).

A idéia que temos de “poder” encontra uma interpretação, pela qual optamos, em Foucault (2004, p.XIV)

”[...] o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder [...]”

A partir dessa concepção de poder, afirmamos que todos nós temos sempre nossa parcela de responsabilidade na construção dessas práticas, dessas relações. Infelizmente há, em muitas sociedades, uma relação radicalmente dicotômica entre “dominadores e dominados” que deixa impotente, quase assustadoramente de forma

natural, grande parte da população. Uma relação difícil de ser apagada das redes de memória do sujeito – difícil, mas não impossível.

Diante de tudo isso, reafirmamos, é difícil conceber um “abraço afetuoso e cheio de esperança” como um poder a ser instituído, pois o exercício da cidadania não depende, necessariamente, de demonstrações explícitas de afeto, mas sim, e antes de tudo, de atitudes que demonstrem respeito para com todo e qualquer cidadão. Retomando o trecho da “Tribuna da Imprensa”, ao qual nos referimos anteriormente: “um abraço afetuoso e cheio de esperança, mas que promete se instituir como novo poder” (**A₅**), constatamos que na modalização “mas” que contrapõe o poder a ser instituído ao abraço afetuoso, deve ter havido um equívoco na construção do enunciado, uma vez que não há realmente contraposição a ser feita (pelo menos, é nisso que acreditamos). Haveria mais sentido, no clima de posse, que trazia o vigor da esperança, dizer-se: Um abraço afetuoso e cheio de esperança e⁷⁹ que promete se instituir como um novo poder. Ao trocar o modalizador “mas”, cujo efeito de sentido se contrapõe ao dito anterior, pelo modalizador “e”, cujo efeito de sentido se soma ao sentido dito anteriormente, temos a idéia de contigüidade, o que nos parece ser mais coerente do que a contraposição:

A modalização trazida pela presença do “mas” não se trata, na verdade, de uma oposição entre um e outro – o abraço e o poder. Dá-se mesmo a perceber que o poder, normalmente não estaria em sincronia com aquele “abraço afetuoso e cheio de esperança” (**A₅**). Caberia bem mais, dado o tom do texto, uma junção, do abraço e da promessa de um novo poder, como dissemos acima, ao propor o modalizador “e” em vez do modalizador “mas”. Na forma como está construída a idéia, há um efeito de sentidos que “desliza”, de tal forma, que aquele “abraço afetuoso”, além de contraditório, parece mais uma concessão a um novo poder. Para nós, essa constatação beira o “nonsense”, pelo absurdo de se pensar que aquele abraço de esperança pudesse, realmente, ser instituído como novo poder, insistimos nesse *gesto de interpretação*.

A propósito do modalizador “mas”, Ducrot (1980) afirmava ser difícil não ficar fascinado por essa conjunção, uma vez que se passasse a observá-la. Maingueneau (1997) mostra ser o “mas” um dos elementos modalizadores mais estudados, e que

⁷⁹ Destaque nosso.

representa um grande interesse para a AD, pela frequência com que aparece na discursividade, e pela sua relação com o implícito.

Passando para outras conexões presentes no texto, desta feita buscando relacionar os inter e os intradiscursos, é possível traçar linhas de verticalidade e atravessar redes de memória, através da escolha lexical posta no discurso. Em “O Estado de São Paulo”, ao descrever o momento em que o motorista conduz Lula ao ato da posse, o autor da matéria fala de uma “perseguição obstinada” à faixa presidencial: “O motorista do Palácio Mário Paulino de Souza, de 52 anos, ligou a máquina inglesa e começou a deslizar suavemente rumo à faixa presidencial que Lula perseguiu obstinadamente.” (A2).

Ora, a “perseguição” tanto pode ser vista como um ato inoportuno, como pode, também, significar uma luta persistente por um objetivo. Associada ao advérbio “obstinadamente”, a ação de perseguir, nesta matéria parece intensificar-se, de tal forma, que faz deslizar os efeitos de sentido da “perseverança” ao “capricho”. Há, portanto, nesse dizer de tom aparentemente informativo, dizeres outros que deixam ver uma história política de um partido e, particularmente, de um homem, cujas lutas, a caminho do poder presidencial, foram marcadas pela tenacidade e pela pertinácia. A superfície material do dizer é sempre opaca (daí dizer-se que a gênese de uma idéia é imaterial), não há como considerá-la transparente pois, sob a sua horizontalidade, há toda uma conjunção de linhas verticais presentes nas redes de memória do sujeito.

Quando pensamos em falar na “posição do jornalista”, já antevíamos que ela não viria de forma muito explícita, pelo fato de que essa tarefa deve ser atribuição mais específica dos editoriais. O que vemos, nas matérias selecionadas, é a notícia, predominantemente na sua forma dita interpretativa, trazendo, por vezes, a opinião do jornalista que assina a matéria, o que não corresponde a um editorial. Para Erbolato (1991, p.41), “os editoriais podem, legitimamente, esclarecer, ilustrar, formar opiniões, induzir à ação e até entreter. O editorial é institucional. É o pensamento oficial do jornal como instituição (ou órgão)”. Entretanto, as cinco matérias deste capítulo não são editoriais, não trazem o dizer institucional, muito embora existam outras formas de fazê-lo, para além dos editoriais. E são essas formas que se dão a perceber nas reportagens de cobertura dos cinco jornais selecionados para esta análise.

As matérias em foco estão na classificação de “Reportagens de Cobertura” que, como vimos (cf. 3.1.), devem ter o objetivo maior de informar, se bem que, no jornalismo da atualidade, a interpretação está quase sempre colada à informação. A posição do jornalista aparece, portanto, nas matérias em foco, como fruto de interpretações que não apenas sobrevoam a superfície da materialidade discursiva; são interpretações que estabelecem, nos interdiscursos, constatações oriundas de vozes que se entrecruzam e habitam na memória vertical dos sujeitos dos discursos.

No jornal “Tribuna da Imprensa”, o jornalista, antevê uma “pressão que virá das ruas”, diante da grande concentração popular: “Olhando ontem a Esplanada dos Ministérios [...] se podia ter uma idéia da pressão que virá das ruas” (**A₅**). Já o jornalista da “Folha de S. Paulo” interpreta a festa da posse com parcimônia, diríamos, optando por trazer ao texto opiniões populares entre aspas e via discurso indireto, o que revela um certo distanciamento/uma certa neutralidade com o fato narrado: “‘Deve ser a oposição frustrada porque quem tem a estrela no coração não atrapalha’, declarou uma das participantes da comemoração.” (**A₁**).

Retomando um pouco mais a questão dos personagens excêntricos que ilustram os “Contos de uma Posse”, como consideramos as reportagens de cobertura sobre a posse de Lula, destacamos uma presença trazida pela autora do jornal “Tribuna do Brasil” (**A₄**), que é a figura de um Papai Noel, essa presença do imaginário infantil e que corresponde à realização de um sonho, em épocas natalinas. Trata-se de alguém caracterizado de Papai Noel, uma caracterização que faz a posse do presidente Lula assemelhar-se a um presente de Natal:

E quem não podia faltar nesta época, era o Papai Noel dos trabalhadores. Amarílio Carvalho, 70 anos, viajou aproximadamente 800 quilômetros, de Barra do Garça, em Mato Grosso, para ver o presidente eleito. ‘Como Papai Noel mora no Pólo Norte, vim de trenó para Brasília prestigiar este momento’. (**A₄**).

A imagem de um “Papai Noel” naquele momento, personagem “escolhido” em meio à multidão presente à posse do presidente Lula, surge como proporcional ao sentimento do povo brasileiro que a mídia tenta traduzir. A *vestimenta* folclórica do personagem, tanto do ponto de vista da literalidade textual, como do ponto de vista da “versão” do fato corolário, do conto da posse, parece mesmo querer demonstrar que a chegada à presidência de um representante da classe trabalhadora, de um

“homem do povo”, é tal qual aquele sonhado e adiado presente de Natal que, finalmente, chegara.

As “Reportagens de Cobertura” criam uma espécie de paradoxo pois, ao “cobrirem o acontecimento”, essas reportagens possibilitam uma “abertura” para gestos múltiplos de interpretação, que se processam a partir de sentidos que se constroem nas redes de memória do sujeito. Construídos em meio a esse emaranhado de instâncias “evenemenciais”, a única evidência é a de que os sentidos não se deixam agrilhoar às palavras. Pelo contrário, essas palavras atuam como uma espécie de trem de pouso, à espera de algo e/ou de alguém que as faça alçar vôo, na singularidade do momento em que a enunciação se insere em um determinado trajeto social, presentificando os acontecimentos na atualidade que, por sua vez, é sempre marcada pelos acontecimentos tecidos e trazidos pelas redes de memória de uma sociedade de falantes.

4 PODER DA PALAVRA

4.1 PREÂMBULOS DE UMA ANÁLISE (2)

As relações do sentido da caminhada com o sentido das palavras situam duas espécies de movimentos aparentemente contrários; um, da exterioridade (caminhar, é colocar-se do lado fora), outro, o do interior (uma mobilidade sob a estabilidade do significante).

Michel de Certeau⁸⁰

A linguagem é, incontestavelmente, uma manifestação que prescinde de ordenação, de uma certa lógica, de um local de estabilidade. Muitas vezes, porém, os sentidos escapam a essa lógica, subvertem-na, até; criam uma outra ordem, a partir do inesperado.

Toda a obra de Pêcheux defende a questão de uma linguagem possível e passível de equívocos, através da qual os discursos se realizam em meio a processos discursivos “norteados” por processos ideológicos, opondo-se à presença de uma linguagem sem equívocos, através da qual o discurso seria transparente. Essa concepção está em sintonia com a perspectiva foucaultiana e o seu “princípio da não evidência do sentido, da não transparência do dizer”, abordados por Gregolin (2004, p.187): “nem tudo é sempre dito pois o dizer tem de submeter-se à ‘ordem do discurso’, aos dispositivos que regulam, em certa época e em certa sociedade, os saberes e os poderes”. Essa perspectiva, trazida pela autora citada, destaca as similaridades dos estudos da AD na França e no Brasil, evidenciando a articulação que se fez sempre entre o lingüístico e o histórico, nas pesquisas sobre

⁸⁰ Les relations du sens de la marche avec le sens des mots situent deux sortes de mouvements apparemment contraires, l’un d’extériorité (marcher, c’est se mettre dehors), l’autre, intérieur (une mobilité sous la stabilité du signifiant). (de CERTEAU, M. *L’invention du quotidien*. 1. arts de faire. Paris: Éditions Gallimard, 1990).

essa temática no Brasil⁸¹, e cujas investigações partem de caminhos outrora trilhados por Pêcheux e Foucault.

Considerando todo discurso como processo, é imprescindível trazeremos a presença do sujeito enunciador e/ou do sujeito do discurso, bem como o discurso do sujeito (cf. sub-item 4.2), tendo sempre a perspectiva dual, como o faz Courtine (1994, p.38, 39), ao afirmar que o homem “é, ao mesmo tempo, invisível e visível, homem interior e homem exterior. Mas existe um laço entre a interioridade escondida do homem e sua exterioridade manifestada.”.

Falar de preâmbulos é buscar uma forma de atravessar esse eixo do invisível ao visível, de perceber os sentidos opacificados na “vaguidão específica”⁸² da fala do presidente Lula. Trata-se de um discurso um tanto quanto emblemático, que se constrói, basicamente, a partir de axiomas (voltaremos a essa questão, mais

regras do jogo. Um jogo que vai muito além de um jogo de sentidos pois, a esse jogo, se sobrepõe um jogo político cujo verdadeiro “coringa” parece ser o exercício do poder, na manifestação do poder da palavra. E nesse jogo, no qual o poder político se alia (perigosamente) ao poder da palavra, a linguagem da mídia faz circular sentidos e presentifica a memória do dizer. Uma memória marcada pela subjetividade das relações sociais, cujas práticas discursivas deixam ver o aspecto volátil da palavra; uma vez enunciada, toda palavra é “metade nossa, metade de outrem” (BAKHTIN, 1988, p.145). Essa concepção remonta a séculos passados, a um dizer atribuído a Montaigne⁸⁵: “a palavra é metade de quem a pronuncia” [preferíamos dizer enuncia] “e metade de quem a escuta”, um dizer que o povo expressa, com certa freqüência, quando, coloquialmente, diz: “a bom entendedor, meia palavra basta”. São gestos múltiplos de interpretação, mas que apontam para sentidos convergentes.

Bakhtin (1988, p.98), afirmava que,

em cada momento da sua existência histórica, a linguagem é grandemente pluridiscursiva. Deve-se isso à coexistência de contradições sócio-ideológicas entre presente e passado, entre diferentes épocas do passado, entre diversos grupos sócio-ideológicos, entre correntes, escolas, círculos, etc., etc. Estes ‘falares’⁸⁶ do plurilingüismo entrecruzam-se de maneira multiforme, formando novos ‘falares’⁸⁷ socialmente típicos.

Infelizmente, esses “novos falares socialmente típicos” têm sido usados, de forma tendenciosa, como uma constante prática política, muito mais em busca de “sentidos de efeito” do que de um trabalho com a linguagem pluridiscursiva, na interação entre sujeitos. Passados quase três anos da eleição de Lula há, por parte de muitos brasileiros, uma espécie de frustração em torno das expectativas, face às promessas do presidente da República e, mais ainda, em torno de todo um partido (e de tantos outros partidos que se aliaram ao PT) que reunia vozes de uma grande parte da população brasileira. Mesmo os que lutaram para que esse momento acontecesse (o da chegada de Lula e do PT à presidência da República), sentem-se como que traídos por quem começou o seu discurso de posse com a palavra pela

⁸⁵ Michel Eyquem de MONTAIGNE, escritor francês, autor de *Essais*, século XVI.

⁸⁶ Destaque do autor da citação.

⁸⁷ Destaque do autor da citação.

qual a população mais ansiava: “mudança”: “Mudança; Essa é a palavra-chave. Essa foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro.” (A₉).

Fazendo um prenúncio otimista de um futuro grandioso para o país, demonstrando conhecer a alegria sob a dor de um povo sofrido, Lula apregoava a sua determinação, a sua fé e a sua esperança, de forma contundente e sempre se colocando em meio a esse povo, ao dizer repetidas vezes, expressões que produzem efeitos de sentidos de uma fusão entre governo e povo, a exemplo do que vemos nas expressões a seguir, empregadas no discurso de posse, no Congresso: “nossa alegria”, “nossa dor”, “nossa força”, “nossa esperança”, “nosso medo”: “Creio em um futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor. A nossa força é maior do que a nossa miséria. A nossa esperança é maior do que o nosso medo.” (A₉).

Lula incluiu, em seu discurso durante o ato de posse no Congresso Nacional, o que dissera, logo após a sua eleição: “Se ao final de meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão de minha vida.” (A₉).

O discurso de posse do presidente Lula, ao qual nos referimos logo acima, é um discurso que se atém à sobrevivência. Entretanto, trata-se de um dizer, do ponto de vista do poder, portanto, passível de persuasão, dadas as circunstâncias em que esse discurso é produzido. O povo brasileiro, sobretudo a população mais carente, sabe e quer mudar essa realidade: “saco vazio [barriga vazia] não se põe de pé”. O presidente Lula conhecia essa realidade, viu-a de perto e sabe bem que essa é uma ponte que pode aproximá-lo mais e mais do povo; uma ponte que ele atravessa com seu discurso: ele fala, então, do lugar de presidente, mas de um presidente que já esteve do lado daqueles que lutam pela sobrevivência. O presidente Lula, ao falar, entra em sintonia com as vozes de inúmeros brasileiros cujos sonhos não têm asas, pois estão presos ao corpo, a uma sobrevivência física mais urgente e vital do qualquer outra.

Naquele ano de 2003, o presidente Lula apresentava um discurso diferente daquele do candidato que, em 1989, perdera mais uma eleição. Naquela época, o candidato Luiz Inácio da Silva (ainda não havia incluído o cognome Lula em seu registro nominal) era a imagem de uma esquerda radical, muito embora, algumas vezes, tentasse modalizar o seu discurso, para dirigi-lo às camadas sociais mais

diversas. Essa imagem de radicalidade levava a um desequilíbrio na interioridade do discurso do então candidato Luiz Inácio da Silva:

Há em todo o discurso desse candidato uma ‘radicalidade subjetivada’ que opera em moldes de um voluntarismo, acredita ser capaz de alterar interesses objetivos dos médios empresários para colocá-los na mesma linha de reivindicações dos trabalhadores. Apesar do momento eleitoral, que busca a universalização, quando o candidato demonstra o seu entendimento do que considera povo, há uma ruptura da coerência, pois não consegue dizer⁸⁸ efetivamente aos pequenos e médios capitalistas o mesmo que diz aos trabalhadores. Assim o discurso perde o equilíbrio na sua interioridade, acabando por não ser captado plenamente por nenhum dos seguimentos nomeados pelos candidatos. (MAGALHÃES et al, 1997, p.51)

Voltando à posse do presidente Lula, enquanto presidente recém eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, sabia agora, passados mais de quinze anos das eleições de 1989, que é preciso congregar forças para governar; e ele o faz, convocando o povo brasileiro para participar de um mutirão nacional:

[...] e eu desejo, antes de qualquer coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome. Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. (A₉).

Ao fazer essa convocação, o presidente Lula retoma um apelo que já fora feito pelo presidente Fernando Henrique, também em seu discurso de posse, fazendo a mesma convocação: “Nós, brasileiros, somos um povo solidário. Vamos fazer desse sentimento a mola de grande mutirão nacional, unindo o governo e comunidade para varrer o mapa do Brasil a fome e a miséria.”⁸⁹ Essas formulações discursivas fazem parte de FDs similares, cujos trajetos percorreram atalhos diferenciados, embora ambas detenham a autoridade de quem fala a partir de uma determinada posição, a do poder presidencial.

Esses trechos dos discursos de posse dos presidentes Lula e Fernando Henrique, respectivamente, são oriundos de uma mesma FD, na qual ambos os enunciados se inscrevem do ponto de vista sócio-histórico, em um momento similar

⁸⁸ Destaques das autoras da citação.

⁸⁹ Discurso de posse do presidente Fernando Henrique em 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DISCURS.HTM. Acesso em: 13 maio 2005.

da vida política de um país, o da posse de um presidente da República. É bem verdade, no entanto, que há um deslocamento dos sujeitos-enunciadores desse discurso, cuja formação ideológica difere na trajetória política de um e de outro, muito embora ambos tenham perseguido e atingido o mesmo objetivo, o de chegar à Presidência da República, com a determinação de mudar o rumo da nação.

Ocorre porém que, por mais que a memória nos traga a direção da trajetória de um e de outro, houve, literalmente, uma “troca de cadeiras” e de seus ocupantes ocasionais. Essa troca de cadeiras da qual falamos é chamada, ironicamente, sem dúvida, de “revezamento entre ‘bacanas’ da corte”, por Pinsk (1997), que se indaga ainda sobre que interesse popular pode haver em torno desse “revezamento”:

Todos os dias os pedestres lutam para atravessar em faixas inválidas⁹⁰ por automóveis, para caminhar em calçadas obstruídas por construções irregulares, para recuperar a dignidade, que mesmo governos que se dizem populares (após curtirem as benesses do poder) se esquecem de propiciar. (PINSK, 1997, p.41)

Com esse *gesto de interpretação*, queremos chamar a atenção para um aspecto instigante da prática discursiva, decorrente de sua opacidade, uma opacidade cuja travessia tentamos fazer, naquilo que é possível. Os enunciados dos discursos de posse dos presidentes Lula e Fernando Henrique Cardoso, são, inevitavelmente reveladores de um distanciamento ou de uma transposição, dos sentidos de um mesmo discurso. Um discurso de posse dito por pessoas diferentes, oriundas de FDs e FIs, supostamente distintas, mas que se entrecruzam. Entretanto, os efeitos de sentido do discurso de posse de um e de outro parecem ambos apontar que, na prática, os efeitos são outros.

O “barômetro político” de que nos fala Balzac, trazido como epígrafe para o sub-item 2.2 deste estudo não tem apontado, na verdade, nos últimos anos, para as mudanças prometidas. O “grito de esperança” daqueles “Contos de uma posse”, no dia 2 de janeiro de 2003, cede lugar à inquietude de uma busca incessante, tal qual quando se exhibe em um cartaz a expressão “PROCURA-SE”: procura-se o Lula nordestino, o ex-aluno do SENAI, o operário, o sindicalista, o representante do povo, procura-se a “estrela” do PT. Procura-se a “esperança” depositada na “mudança”. Procura-se o enunciador da “esperança” que, naquele 2 de janeiro, levou uma

⁹⁰ Destaque do autor da citação.

multidão à Praça dos Três Poderes, uma multidão que acreditava ter chegado ao poder para, assim poder, finalmente, ter direito não só à sobrevivência, mas sim, ter direito a uma vida, ao menos, minimamente digna.

Para Amaral (2005, p. 57) “as condições de produção do discurso são uma processualidade social que se foi gestando, subjetivada por um complexo de abstrações concretamente posta em discurso.”. E nesse espaço em que transitam objetividade e subjetividade, só a interação verbal, na perspectiva da dialogia bakhtiniana, dá vida à língua: “a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal realizada através do ato da enunciação.” (BAKHTIN, 1991, p.123). É nesse contexto, que a presença do sujeito enunciador se faz sentir, a partir do momento em que ele se situa em relação ao seu próprio dizer, ao trazer suas “marcas de modalização” e ao construir sentidos na interlocução com o co-enunciador. (MAINGUENEAU, 1991).

Defendemos a idéia de que o percurso da construção de sentidos de um discurso resulta da interação de um conjunto de saberes lingüísticos, interdiscursivos e enciclopédicos. Orlandi (1996) fala da descontinuidade do saber, em confronto com a continuidade empírica do mundo, e afirma que a relação entre esses dois pólos se faz pela linguagem, enquanto elemento simbólico, passível de interpretação. É na interpretação que vamos ao encontro da polifonia bakhtiniana e que constitui a base do princípio dialógico, um princípio que nós vemos como Amorim (2001, p. 140, 141), da mesma forma que um acontecimento:

o dialogismo de um enunciado é um acontecimento; não é uma simples experiência psíquica nem uma relação lógica. Mesmo se as relações dialógicas são impossíveis sem relações lógicas e semânticas, a elas não se reduz. Para se tornarem dialógicas é preciso que essas relações se encarnem: transformem-se em enunciado em um dado contexto de anunciação. [...] O acontecimento dialógico não tem explicação nem gênese. Por conseguinte, não é previsível mas apenas analisável a **posteriori**⁹¹.

Amorim (2001) vê ainda essa aproximação do dialogismo de um enunciado a um acontecimento ratificada por uma expressão utilizada por Bakhtin, e que ela traduz como “palavra evenemencial”.

⁹¹ Destaque da autora da citação.

Bakhtin (1981) trata também de polifonia enquanto ideologia, reconhecendo o significativo papel da ideologia na constituição dos sentidos. Dialogismo e polifonia são termos usados indistintamente por Bakhtin em toda sua obra. Amorim (2001) vê como preferencial o termo polifônico, uma que dialógico remete a diálogo, no sentido mais estrito da palavra, um sentido que, de imediato, reduziria a perspectiva plural da dialogia às relações lógicas e semânticas. Nosso entendimento segue essa reflexão de Amorim (2001), pois só concebemos dialogia quando essas relações são constituídas no eixo da enunciação, fazendo os sujeitos da interlocução interagirem entre si; e, ao interagirem entre si, estão interagindo com o mundo.

Tratando o discurso como a atualização do encontro língua/linguagem, de acordo com a diversidade de usos, e entendendo que o elemento subjetivo é o fundamento primordial da linguagem, Bréal, citado por Sarfati (1997), vê, na “textura do discurso”, em sua tessitura, uma transcendência textual e discursiva, elaborada a partir da concepção de polifonia do sentido das palavras e de seus enunciadores, em uma superposição de vozes que se entrecruzam.

A superfície opaca da materialidade discursiva é uma “inquietação” que perpassa todo nosso estudo, no qual buscamos percorrer os espaços discursivos da construção de sentidos em matérias jornalísticas. A não-transparência da linguagem, é exercida, ora, perigosamente, como uma espécie de “verniz” do pensamento, capaz de transformar “beleza em defeitos” e vice-versa, complementamos. Um dos personagens de um romance do escritor francês, Honoré de Balzac, fala do “jornalista acrobata”, que “precisa” se habituar aos inconvenientes do Estado: “explicarás como na França a língua é impiedosa, provarás que é um verniz distendido sobre o pensamento.”⁹². E o personagem continua sua fala, dizendo algumas regras “próprias” ao jogo da linguagem, no qual se deixam escapar alguns axiomas, do tipo – “O movimento não é a vida, o quadro não é a idéia!”, para que o povo possa repeti-los.

Essa repetição de fórmulas de sentidos “abstraídos” está longe de ser a fala de um personagem apenas de romance. Em nossos tempos, os axiomas deixam à mostra os perigos do jogo da linguagem, sobretudo quando, nesse jogo, o poder político se mescla ao poder da palavra.

⁹² Balzac, Honoré de. *Ilusões Perdidas*, 1981, p.197.

Não se pretende, além do que seria impossível, exaurir as acrobacias da linguagem jornalística. Nossa abordagem diante do texto jornalístico leva em conta o “discurso como um conjunto de sinais e práticas que organizam a existência e a (re)produção sociais” (PENNYCOOK, 1998, p. 46), considerando, ainda, seguindo a concepção do autor citado, o papel preponderante de nossa existência, quer seja para compreendermos o mundo ou para compreendermos (ao menos, tentarmos) a nós mesmos.

Nesse contexto, Pennycook (1998, p. 46,47) destaca a necessidade de se “repensar a aquisição da linguagem em seus contextos sociais, culturais e políticos, levando em consideração o gênero, a raça e outras relações de poder, bem como a concepção do sujeito como sendo múltiplo e formato dentro de diferentes discursos.”. Essa concepção corrobora a perspectiva da AD sobre FDs, na forma como as vemos neste estudo.

Ao tratar da perspectiva althusseriana sobre sentidos e sujeito, a partir da qual “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”, Pêcheux (1990b) abre espaço para o equívoco, deixando, paradoxalmente claro, o contraponto do que diz a evidência, ou seja, o que pode ser visto como duas evidências. De um lado, um conceito aparentemente ingênuo e de uma obviedade semântica sem entrelinhas: “as palavras têm um sentido porque têm um sentido, e os sujeitos são sujeitos porque são sujeitos.” (PÊCHEUX, 1990b, p.188). É mais ou menos como se nós afirmássemos: o sol esquenta porque é o sol e a lua ilumina porque é a lua. De outro lado, tem-se a impressão de que o enunciado de Pêcheux, acima referido, também pode significar que “o óbvio nem sempre é aparente”⁹³.

Registrando acontecimentos, interpretando fatos, transitando entre obviedades, tentando torná-las ainda mais óbvias, ou questionando, por vezes, os equívocos nem sempre perceptíveis, sob uma aparente obviedade, os discursos que circulam na mídia e que a mídia faz circular, vêm “habitados” por muitas vozes. São essas vozes que vão traçando o curso do dizer. E a inscrição da história no curso do dizer, concordamos com Moirand (2004), é portadora de discursos transversos. São discursos que deslizam na horizontalidade discursiva, seguindo ainda a autora acima mencionada, e cuja materialidade pode ser vista como a atualização da memória interdiscursiva, uma memória que as mídias ajudam a elaborar.

⁹³ Expressão extraída de: Underhill, P. *Vamos às compras: a ciência do consumo*. Trad. De Ivo Kortowski. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

4.2 SUJEITO E DISCURSO: SUJEITO DO DISCURSO / DISCURSO DO SUJEITO

Às vezes esqueço-me a escrever, e a pena vai comendo papel, com grave prejuízo meu, que sou autor.

.....

[...] tu amas a narração direita e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e o meu estilo são como os ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam e caem [...]

Machado de Assis

Vivemos em um mundo de contradições, de encontros e desencontros entre teorias e práticas, buscando respostas que, por sua vez, estão na origem de novas perguntas. E são as ciências e as filosofias que tentam responder às perguntas que, insistentemente, são suscitadas pela realidade mutante da cotidianidade.

Deparamo-nos, constantemente, com encruzilhadas epistemológicas, entre a ciência e a filosofia, na perspectiva da busca da explicação de como as coisas são constituídas por parte da primeira (ciência), e na perspectiva de se buscar, antes de tudo, a significação que as coisas têm para nós, por parte da segunda (filosofia) (SAVATER, 2001).

Estudos recentes, feitos nos Estados Unidos, foram manchete no Brasil⁹⁴: “Todo ser humano pode ser uma ‘quimera’”, assinalava o título da matéria. Essa conclusão tem origem na descoberta de que “nossos corpos seriam mestiços celulares”, o que provoca questões intrigantes em torno de nossa individualidade, de que sujeitos somos nós. No campo das ciências da linguagem, a noção de “ser sujeito” tem sido objeto de estudo de poetas, filósofos, lingüistas, cientistas em geral, passando do conceito de divinização ao da dissolução (DOSSE II, 1992).

⁹⁴ Folha de S. Paulo (13/11/2003)

A tensão instalada nesse espaço de concepções tão oponentes traz, por um lado, a autonomia de poder do sujeito e, por outro, as redes de dependência que condicionam esse poder. A alternativa que se colocava como inevitável, segundo Dosse II (1992), e que estabelecia uma oposição entre o sujeito todo poderoso e a morte do sujeito, esteve na base de inúmeras reflexões no domínio das Ciências Sociais, passando, inevitavelmente, pelos estudos filosóficos e lingüísticos.

Em torno dessas reflexões, situam-se o paradigma dialógico bakhtiniano, com suas concepções polifônicas, as teorias da enunciação e a perspectiva psicanalítica do inconsciente da linguagem. Havia ainda muitos olhares sobre o sujeito, que parecia, até então, circundado pelos limites da estrutura. Uma outra visão de sujeito surgiu com Foucault, uma visão que nos é trazida por Dosse II (1992): Foucault embora estruturalista, avançava em relação a essa mesma estrutura, acrescentando-lhe a idéia de acontecimento: era o advento de um sujeito que ocupava funções discursivas em um espaço enunciativo supondo um certo número de regras.

Benveniste (1966) dedicou-se a uma busca incessante no sentido de recuperar as marcas do homem na língua, o que pode ser considerado a individuação do sujeito, em uma perspectiva de sujeito que dá origem à linguagem. Dessa forma, o autor citado faz surgir o primado da enunciação, como afirma Sarfati (1997), que diz ainda ser a enunciação uma “prise en charge”⁹⁵ com as características singulares e específicas de cada enunciado. A teoria da enunciação atraiu, de imediato, filósofos, psicólogos, mas o seu reconhecimento entre os lingüistas só aconteceu no início dos anos 70, muito após um ostracismo que lhe foi, de certa forma, imposto pela lingüística textual (DOSSE II, 1992).

Logo a seguir, a teoria da enunciação enfrentou uma reação aos limites da estrutura, quando foi sentida a necessidade de que o sujeito passasse a ser visto inserido na história. Essa concepção, defendida por Claude Hagège, discípulo de Benveniste, criticava o excesso de formalismos da lingüística até então, discordava do fechamento da estrutura chomskyana e defendia o lingüista como sendo uma espécie de historiador, que deveria acompanhar as etapas de estruturação das línguas (DOSSE II, 1992).

⁹⁵ Traduzimos aqui a expressão *prise en charge*, aproximadamente, como uma *realização*, embora tenhamos preferido conservá-la, no corpo do trabalho, em sua forma original, uma vez que seus efeitos de sentido nos dizem algo mais do que uma *realização*.

Iniciava-se ali uma espécie de reencontro entre a história e a estrutura, e que iria rever as relações entre sujeito e discurso. Antes de entrarmos nessas relações, é imprescindível falarmos um pouco da tese de Lacan, que via o ser como linguagem, essa era uma visão que fundia, em uma só palavra, a fala e o ser, considerado o “parlêtre”. Para Lacan, citado por Cesarotto; Leite (1993, p.91), *L’être c’est lettre*⁹⁶. Trata-se, em francês, de um jogo de palavras cuja eufonia já nos faz refletir sobre as nossas múltiplas possibilidades de constituição, enquanto seres ontologicamente construídos pela linguagem, seguindo ainda a perspectiva lacaniana do inconsciente.

Um registro que se faz indispensável, ao nos referirmos às concepções lacanianas, é a observação feita por Chnaiderman (2002, p.48) de que

Lacan vem sendo estudado muitas vezes com total desconhecimento de Freud, como se bastasse ler Lacan para ser um analista freudo-laciano autêntico. Essa postura não tem nada a ver com Lacan, e pode ser perigosa, levando a esquematismos simplificadores. Se Lacan propõe um retorno a Freud, é preciso ler Freud.

A autora fala ainda dos riscos de uma redução dessa leitura, sobretudo porque Freud já revelava em sua obra toda uma preocupação em relação à linguagem. Afirma-se mesmo que a diferença entre Lacan e Freud era uma questão de era tecnológica. Enquanto Freud foi “ouvido por seus interlocutores imediatos [...]”, Lacan, filho deste século tecnológico, pôde se aproveitar do gravador, invento que permite conservar o proferido *ipsis literis* [...]” (CESAROTTO; LEITE, 1993, p. 115).

É evidente que as inquietações vividas em épocas diferentes suscitam diferentes atitudes, o que não ocorreu de forma diversa na psicanálise, muito embora os avanços lacanianos não possam, em hipótese alguma, negar a preocupação de Freud com a obscuridade da mente do homem. Entretanto, essa preocupação também se revelava em outras esferas, como na literatura, a exemplo de Marcel Proust, ainda no século XIX, quando este autor falava da recriação do real ao se referir ao “tempo perdido”. Para Proust, essa busca só se faz através de nós mesmos:

⁹⁶ Traduzimos *L’être c’est lettre* como *O ser é linguagem*, reconhecendo, porém, a força maior da semântica da expressão francesa, gerada pela semelhança sonora entre *O ser* (*l’être*) e *letra* (*lettre*), cuja tradução fica sendo linguagem.

Tentar ressuscitar o passado a partir do mundo real de outrora, do mundo real que um dia foi o presente, é uma ilusão pois o mundo real não existe; ele muda de acordo com nossas paixões. É em vão que vamos rever uma determinada paisagem outrora magnificada pelo amor, pela amizade ou por um simples ‘estado de graça’. Que vemos nós agora? Um lugar. Em vez de ir buscar lá uma emoção que ele não pode mais nos oferecer, nós devemos, pelo contrário, acolher esta emoção quando tivermos a chance de reencontrá-la; e essa chance nós a recebemos através da memória involuntária⁹⁷, por uma súbita sensação de onde renasce a lembrança, e que reconstitui, finalmente, para nós estáticos, o mundo real de um momento de nossa vida.⁹⁸

Há, no dizer de Proust, um misto de memória psicológica e de redes de memória do sujeito que presentificam “o mundo real de um momento de nossa vida”, redes construídas na relação do homem com a língua, consigo mesmo e com a história de uma sociedade. Além do mais, essa “memória involuntária”, da qual fala o autor citado, parece mesmo ser aquela centelha que faz o trajeto consciente x inconsciente, ou aquele espaço vazio, prestes a ser preenchido por um sujeito que vai lhe imprimir sentidos e fazê-los circular nas práticas discursivas da cotidianidade.

Voltando agora à questão do reencontro entre a estrutura e a história, retomamos Pêcheux, cuja perspectiva levava em conta os sentidos construídos em um contexto histórico-social, na origem dos estudos da AD de tendências francesas, estudos nos quais baseamos nossas análises. Os questionamentos se sucederam nos diversos momentos da AD, mas destacamos a contribuição de Pêcheux para uma teoria do discurso que não se fundava no sujeito. Segundo essa teoria, o sujeito inscreve seu discurso em uma determinada FD e, dessa forma, é denominado por ela. Com a idéia de FD, esta trazida por Pêcheux, embora originada em Foucault, como já afirmamos neste estudo, passou-se a defender a concepção de sujeito como uma posição ocupada por um “indivíduo” em um enunciado (SARFATI, 1997). Essa visão de sujeito se opunha à noção clássica de um sujeito autônomo.

Toda a obra de Pêcheux é reveladora de suas inquietações e traz questionamentos sobre a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso, uma interpelação que se efetua pela identificação do sujeito com a FD que o “domina” e na qual ele é constituído como sujeito. Além das marcas de um discípulo althusseriano, Pêcheux, segundo interpretação de Orlandi (1996, p. 63), ao tratar a

⁹⁷ Destaque nosso. Perguntamo-nos: Não seria essa *memória involuntária* de Proust o *inconsciente* de Freud?

⁹⁸ Trecho extraído do livro *MARCEL PROUST*, par François Cruciani. Collection “Les Géants” (Création E. Orlandi), Editions Pierre Charron, 1971.

significação, traz as marcas lacanianas, “pensando na relação da língua, de um lado, com a *lalangue* (o inconsciente) e, de outro com o interdiscurso (a ideologia)”. Foi essa relação entre inconsciente e ideologia que atravessou toda a obra de Pêcheux, quando esse autor discute a questão do “recrutamento” dos sujeitos via ideologia, tentando localizá-los em uma posição outra que a de sujeito origem do discurso.

Para sairmos dessa tensão entre o radicalismo de um sujeito intencional, autônomo, origem de um sentido, e de seu oposto, que faz com que o indivíduo ocupe um espaço vazio no enunciado, para se constituir em sujeito, optamos por uma terceira via, na qual ambos os sujeitos possam transitar em uma esfera possível de coabitação. As questões epistemológicas podem, talvez, obstruir essa terceira via, mas nós a vemos como possível. Tomamos, como fundamento dessa possibilidade, a posição de Gallissot (1991, p.5) quando este autor propõe que

as ações e os atores sociais devem ser vistos como conjuntos e individualidades relacionais, despersonalizando, assim, as chamadas forças totalizantes e relativizando os autores, que teriam por sua vez, o domínio de sua conduta e de sua intervenção no mundo.

As relações sociais existem a partir de seres humanos, mulheres e homens e que, sob uma objetividade aparente, constroem-se de forma subjetiva, nas práticas discursivas do cotidiano, e nas quais uma fala é sempre habitada pela palavra de outrem, dizemos, retomando Bakhtin (1998, p.153):

[...] na composição de quase todo enunciado do homem social – desde a curta réplica do diálogo familiar até as grandes obras verbal-ideológicas (literárias, científicas, e outras) existe, numa forma aberta ou velada, uma parte considerável de palavras significativas de outrem [...] No campo de quase todo enunciado ocorre uma interação tensa e um conflito entre sua palavra e a de outrem, um processo de delimitação ou de esclarecimento dialógico mútuo. Desta forma o enunciado é um organismo muito mais complexo e dinâmico do que parece, se não se considerar apenas sua orientação objetual e sua expressividade unívoca direta.

Em decorrência dessa “interação tensa”, da qual fala Bakhtin, na citação acima, ocorre uma profunda intersubjetividade nas relações sociais. Essa intersubjetividade é uma decorrência incontestável da dualidade do sujeito que, em sua construção simbólica, transita entre um “querer dizer”, que Althusser descobriu a

partir de Freud, um querer dizer situado nos espaços da inocência da palavra e da escuta (PÊCHEUX, 1990b), e entre os contrapontos espaciais sujeitos ao inconsciente e à ideologia. O sujeito-falante passa, então, a ser compreendido como forma-sujeito. Essa é uma percepção que se aproximaríamos da concepção de consciência da qual fala Bakhtin, respeitando-se as peculiaridades de cada autor e o lugar de onde falam.

A respeito da evolução social do signo lingüístico, que ocorre em meio à organização social dos indivíduos, face às condições nas quais interagem esses mesmos indivíduos, Bakhtin (1981, p.44) deixa ver o quanto a questão da consciência lhe parece complexa: “não separar a ideologia da realidade material do signo⁹⁹ (colocando-a no campo da consciência ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).”.

Ao se dizer “qualquer outra esfera fugidia e indefinível”, a consciência deixa de ser percebida na sua forma mais restrita, individualizada, “fechada na cabeça do ser”: “enquanto a consciência permanece fechada na cabeça do ser consciente, com uma expressão embrionária sob a forma de discurso interior, o seu estado é apenas de esboço, o seu raio de ação ainda limitado” (BAKHTIN, 1981, p.118). A consciência é, afirma, ainda, este autor, uma “parte do ser”. Ao analisar o processo de materialização da expressão interior, a inserção dessa “parte do ser” na sua relação com a exterioridade, o autor citado destaca a interferência da “ideologia do cotidiano”. Nesse processo, “pode-se dizer que não é tanto a expressão que se adapta ao nosso mundo interior, mas o nosso mundo interior que se adapta às possibilidades de nossa expressão¹⁰⁰, aos seus caminhos e orientações possíveis.” (Bakhtin, 1981, p.118).

A situação, embora por demais instigante, é complexa e, por vezes, contraditória; mas não se pode negar que é ao se relacionarem que os sujeitos vão construindo suas identidades, reconhecendo-se como atores sociais, interagindo socialmente. Nesse espaço em que cada sujeito vai encontrando identificação e percebendo a sua identidade, ocorre uma espécie de sentimento de pertença a determinadas FDs e FIs. Nessa perspectiva, o movimento de identificação dá-se como que uma evidência do sentido que é fornecida ao sujeito para que ele se ligue

⁹⁹ Destaque do autor da citação.

¹⁰⁰ Destaque do autor da citação.

a ela ou a rejeite. Os sentidos circulam, então, no interior de uma mesma formulação ou no cruzamento de duas ou mais FDs e FIs.

Esse lugar, que caracteriza talvez o sujeito do discurso, ou a colocação em cena dos discursos oriundos dessas formulações, é visto por Authier-Revuz 1 (1995) sob dois prismas: o primeiro, o da “heterogeneidade mostrada” (ou o do “intradiscursivo”), em que o locutor dá conta de sua enunciação, da delimitação ilusória, mas necessária – do um – do sujeito e do discurso em relação à pluralidade de outros; e o segundo, o da “heterogeneidade constitutiva”, o discurso que não se origina no locutor e que surge em uma dimensão de verticalidade, não linear; é o espaço dos interdiscursos, que estudos de Authier–Revuz 1 (1995, p.403) vêem “de forma crucial, no plano do sentido ‘dividido’ das palavras”: são as não coincidências na interlocução e no discurso.

Nessas não coincidências ocorrem as incertezas, na origem das questões sobre identidade; daí, dizer-se: “ser sujeito, ou melhor, tornar-se sujeito é algo que ocorre a partir da procura de um si-mesmo, de algo que faz falta [psicanálise] [um si-mesmo construído na alteridade], ou de algo que não se basta/que não basta.” (SLEDZIEWSKI, 1991, p. 44).

Por essa ótica, direcionamos as nossas reflexões sobre sujeito-autor na percepção foucaultiana (“os nós de coerência”), a partir da concepção de que esse sujeito assume, de certa forma, uma responsabilidade diante do fato objetivo da “enunciação organizada”, assim como a vê Bakhtin (1981, p. 66):

Em suma, em toda enunciação, por mais insignificante que ela seja, renova-se sem cessar essa síntese dialética viva entre o psíquico e o ideológico, entre a vida interior e a vida exterior. Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de descodificação que deve, cedo ou tarde, provocar uma codificação de uma réplica.

É, portanto, essa atividade mental subjetiva, dissolvida no fato objetivo da “enunciação enunciada”, que constitui o plano discursivo, presente no texto, na relação enunciado/enunciação. Essa perspectiva deixa a evidência de que não há como falar de enunciação sem texto, da mesma forma que não há como se pensar em sujeito sem linguagem nem linguagem sem sujeito (GREIMAS et al, 1979). Em

consonância com essa perspectiva, destacamos, mais uma vez, Bakhtin (1981, p.154), para quem

a língua não existe por si mesma, mas somente em conjunção com a estrutura individual de uma enunciação concreta. É apenas através da enunciação que a língua toma contato com a comunicação, imbuí-se do seu poder vital e torna-se uma realidade;

Essa é uma realidade que, acreditamos, constrói-se na interação, na qual estão imbricadas as relações pessoais e sociais e suas identificações, marcadas pela subjetividade, como afirmamos em outras ocasiões, ao longo desta tese.

Aquele espaço, a que já nos referimos, de percepção da identidade, do momento de rejeição ou de ligação do sujeito com o discurso é que tem sido palco dos maiores debates/embates dos tempos modernos. E, nesse espaço, está justamente a importância de se considerar uma diferença entre língua (enquanto sistema), e linguagem (enquanto fenômeno social de interação verbal), o que também fazemos a partir de Bakhtin (1981, p. 123):

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

“Temos consciência” (a que é possível ter, como preferimos dizer) da implicação epistemológica de trazer Bakhtin para esta discussão, diante da visão dialética que ele apresenta da consciência individual, evidenciando-a como “um fato sócio/ideológico” e apontando as conseqüências do não reconhecimento desse fato como impedimento para um estudo objetivo das ideologias (BAKHTIN, 1981). No nosso entendimento, diríamos melhor, há que se relativizar essa objetividade, uma objetividade possível, dentro dos limites da natureza humana.

As perspectivas dialógica e polifônica, que se fundem e são fundadas na interação entre indivíduos e o seu entorno, têm na linguagem um papel central, o que não se pode ver de forma distanciada da psicanálise. Essas perspectivas atribuem à linguagem um poder extremamente vital, reafirmamos, um poder que Bakhtin (1981, p.125) metaforiza, ao definir a enunciação “como uma ilha emergindo

de um oceano sem limites, o discurso interior. As dimensões e as formas dessa ilha são determinadas pela situação da enunciação e por seu auditório.”.

Fundamentamos nossas concepções em abordagens distintas – não necessariamente oponentes nem excludentes, que vêem a existência da ideologia como correspondente à interpelação althusseriana do indivíduo em sujeito e do sujeito construído nos interdiscursos, com o discurso posto em relação a outros parâmetros que lhe dão sentido, na perspectiva foucaultiana. Entretanto, destacamos que, a essa visão de um sujeito interpelado pela ideologia, acrescentamos a idéia de um sujeito relativizado, no entremeio do poder de escolha e das condições em que ocorre essa escolha. Poderíamos ainda considerá-lo como um sujeito “relacional”, posto que sua constituição se dá nas relações sociais, como vimos, anteriormente, neste item, a partir da visão de Gallissot.

Constatamos, seguindo Sarfati (1997), que a perspectiva althusseriana de discurso é “analítica”, com duas versões: uma primeira, “realista”, na qual todo discurso diz outra coisa do que parece dizer; e uma segunda, “representativa”, onde o discurso teria, em certas palavras, índices e sintomas de interpretação. Estariam aí, possivelmente, nesses índices e sintomas, os *pontos de deriva* muito bem trabalhados na obra de Pêcheux (1990a). Uma outra perspectiva, da qual fala Sarfati (1997), é a abordagem “integrativa” do discurso, considerando a interdiscursividade, que estaria baseada em Foucault, na sua “arqueologia do saber”. Sarfati (1997) aproxima essa perspectiva integrativa da visão bakhtiniana de enunciado, cujo sentido está no processo dialógico.

Embora as abordagens aqui postas pareçam construir uma teia de aranha, cada vez mais indecifrável, é, ao contrário, do que possa parecer, o nosso interesse em elucidar as diferentes instâncias do discurso e do sujeito que nos impele a enveredar em uma espécie de labirinto, no qual a perspectiva psicanalítica surge como um “porto de passagem”¹⁰¹. É em um desses labirintos que tentamos entender quando “é preciso, então, de uma só vez, ao mesmo tempo e em um mesmo lugar, saber se calar e se expressar. [...] Há coisas que precisam ser caladas, outras que precisam ser ditas [...] (COURTINE; HAROCHE, 1994, p.224, 225).

Vivemos em uma sociedade que os autores citados definem como “uma sociedade de silêncio e de linguagem, de segredo e de diálogo; de dissimulação e

¹⁰¹ Expressão extraída do título da obra de Wanderley Geraldi, “Portos de Passagem”, da Editora Martins Fontes, São Paulo: 1993, e que nós utilizamos à guisa de comparação.

de franqueza; de reserva e de troca” (COURTINE; HAROCHE, 1994, p.225). E nós, que fazemos parte da “sociedade civil”, diante das contradições entre o que deve/pode ser dito e deve/pode ser silenciado, precisamos encontrar o caminho do discernimento em nossas práticas discursivas.

É nesse universo de contradições, onde há palavras que silenciam e silêncios que falam, que vemos o gesto do presidente Lula, ao oferecer castanha a uma repórter que o interrogava sobre a política econômica¹⁰². Somado a esse gesto, há ainda a pergunta que, juntamente com a castanha, aponta para uma suposta pretensão de fazer silenciar: “Por que, em vez de perguntar, você não enche a boca de castanha.”.

Para nossa tentativa de elucidação de um sujeito, que poderia ser nomeado de “espacial”, pensamos na imagem de um sujeito que se desloca, a partir do lugar que ocupa no discurso. Entretanto, apesar de reconhecer esses descolamentos do sujeito, preferimos chamá-lo de sujeito do discurso, ao mesmo tempo em que concebemos esse discurso como discurso do sujeito.

Partimos de um “fato tornado notícia” ao qual nos referimos logo acima pela singular excentricidade do gesto. Ao ser entrevistado por uma jornalista “insistente”, em meio às intempéries administrativas (falava-se, então, em cortes de orçamento), o presidente Lula, que mastigava castanhas, interrogou-a: “por que em vez de perguntar você não enche a boca de castanha?”, pergunta que deu margem ao título da matéria: “‘Não pergunte, encha a boca de castanha’, diz Lula.” (A₁₂).

Diante do que consideramos uma espécie de “investida lingüística”, aparentemente inocente e jocosa ao mesmo tempo, salta aos olhos a imagem viva do silenciamento que se pretende impor à sociedade, por parte de quem sempre questionou formas de governar e administrar (é uma contradição que as redes de memória nos permitem perceber). Esse silenciamento nós analisamos sob a mesma perspectiva de Orlandi (1997, p.44) que vê no silêncio “uma relação constitutiva com a significação”. Para perceber o que diz o silêncio, é imprescindível atravessar a história e situá-lo em meio aos processos que o constroem, buscá-lo na travessia das palavras e reconhecê-lo como “acontecimento essencial da significação” (ORLANDI, 1997, p.71).

¹⁰² Matéria publicada na “Folha de S. Paulo”, BRASIL, Sexta-Feira, 06 de fevereiro de 2004. (A₁₂)

A pergunta do presidente Lula à jornalista é trazida para o título da matéria, destacada com uma significativa alteração na forma verbal, que faz deslizar os sentidos, no espaço que vai da pergunta do presidente Lula ao título do texto. Enquanto a pergunta do presidente Lula foi feita no modo indicativo – “Por que em vez de perguntar, você não enche a boca de castanha?”, o título da matéria faz uso do imperativo, o que pode sugerir (e sugerir!) uma fala autoritária: “Não pergunte, encha a boca de castanha’, diz Lula.” (A₁₂).

Houve, na verdade, um deslizamento perigoso na formulação da pergunta, por parte de quem “construiu” a estrutura do título da matéria (são essas ligações perigosas “construídas” pelo poder da palavra na mídia), subscrita como sendo de responsabilidade da sucursal de Brasília. O imperativo negativo, “não pergunte”, seguido do imperativo afirmativo, “ench a boca de castanha”, resulta no título da matéria em pauta, entre aspas, como se fosse exatamente esse o uso das formas verbais no enunciado dito pelo presidente, o que é reforçado pela expressão: “diz Lula”, indicativa do discurso indireto, fazendo supor que aquele enunciado do título tenha sido exatamente a fala literal do presidente: “Não pergunte encha a boca de castanha’, diz Lula” (A₁₂) – a deontologia jornalística, sobre a qual falamos nesta tese, não parece ter exercido o seu papel neste momento de circulação dos sentidos na mídia: “Fez que ouviu” é apenas uma suposição, que o/a jornalista da matéria atribuída à Sucursal de Brasília achou-se no “direito” de colocar na matéria como um *gesto de interpretação* de quem percorre o trajeto entre a “bacia de captura” de um fato e o seu transporte para a mídia. Há que se reconhecer a distância entre a pergunta do presidente Lula no interior da matéria, feita no modo indicativo, e a sua transmutação para o enunciado “imperativo”, empregado à guisa de título, pois haveria aí a expressão de uma fala autoritária, por parte de quem é “autorizado” a fazê-lo, na qualidade de “supremo mandatário da nação”.

Entretanto, não se pode afirmar que a pergunta na forma como foi feita, contenha a “fala/palavra autoritária”, conforme definição de Bakhtin (1988, p.144):

Ela [a palavra autoritária] entra em nossa consciência verbal como uma massa compacta e indivisível, é preciso confirmá-la por inteiro ou recusá-la na íntegra. Ela se incorpora indissolivelmente à autoridade – o poder político, a instituição, a personalidade – com ela permanece e com ela cai.

Além dessa fala, expressa na “palavra autoritária”, há uma categoria da palavra, a da “palavra interiormente persuasiva”, que pode se unir a “palavra autoritária”. Segundo Bakhtin (1988), essa palavra interiormente persuasiva tem contemporaneidade e surge no que ele chama de zona de contato com o presente inacabado, o que para nós corresponde ao momento da presentificação (Bakhtin fala de uma presente tornado contemporâneo). É essa presentificação que estabelece os elos entre o homem contemporâneo e seu descendente. Mais uma vez, pode-se perceber o significativo trânsito, nas relações sociais, das redes de memória e de sua presentificação.

O que teria dito, na verdade, o presidente, perguntamos enquanto leitora/intérprete Houve, entre a captação do fato e o seu “transporte” para a imprensa uma irrupção que o ressignifica e, mais ainda, faz ressoar vozes outras que se dispersam em meio à memória do dizer. Se não dizemos, intencionalmente, é porque acreditamos que essa intenção é aquela parcela de “esquecimento” que o ser sujeito faz lembrar “meio sem querer”. Os modos verbais, indicativo e imperativo operam diferentemente nos efeitos de sentido, o que se pode inferir para além das questões gramaticais: “desconfia do imperativo. Vive no indicativo. Pensa no subjuntivo. Sonha no infinitivo”¹⁰³. Em nosso entendimento, no caso do título dessa matéria e da pergunta no interior do texto, desconfiamos, tanto do imperativo (a captação do fato transmutou os sentidos do dizer), como desconfiamos, também, do indicativo da pergunta no interior do texto. O tom jocoso e informal, empregado pelo presidente da República, faz deslizar sentidos outros, mas silenciados, não decorrentes, necessariamente, do imperativo, mas que falam de um lugar de autoridade.

O episódio da castanha, uma situação de informalidade, nesse misto de público e privado que parece caracterizar um novo jeito de governar, vem entremeado de outras situações não menos informais, também descritas na matéria, além da pergunta que “oferece” castanha:

Na cerimônia de instalação do Programa Nacional de Florestas, o presidente chegou a arriscar umas dedilhadas num violão feito de madeira certificada da Amazônia. Lula deu um beijo no menino que fez o instrumento. [...] A ministra Marina Silva brincou com o

¹⁰³ Extraído da matéria “Os novos dez mandamentos”, de autoria de Renato Janine Ribeiro, Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 26/12/1999.

presidente, quando ele vestiu um avental de churrasqueiro: 'Isso aqui, presidente, é o kit para o seu churrasco de final de semana'. Lula respondeu: 'É, mas está faltando ainda uma boa costela'. (A₁₂)

Todas essas situações, pouco habituais no ambiente das formalidades políticas, podem ser analisadas sob pontos de vista diferenciados, quer seja pela questão relacionada à forma de se expressar da maior autoridade do poder executivo da República, quer seja pela demonstração de uma “política do silêncio” (conveniente, diríamos). Essa política do silêncio definida como um recorte que se produz “entre o que se diz e o que não se diz”, diferentemente do “silêncio fundador” (ORLANDI, 1997, p.75). Segundo a autora mencionada, esse silêncio significa por si mesmo, conforme foi dito estudo.

Talvez alguns estudiosos da AD posicionem-se de outra forma, mas se formos para a materialidade lingüística, no plano léxico-semântico, mais especificamente, a escolha do termo “encha” (“encha a boca”) parece trazer, em seus não-ditos, um desabafo do que seria uma possível complementação virtual do enunciado: “Por que em vez de perguntar você não enche a boca de castanha”, “e pára de me encher?...” É essa percepção que nos dá o tom da matéria e que ecoa em nossas interpretações. O “porto de passagem” do inconsciente, a travessia dos interdiscursos, sua presença nos intradiscursos, bem como o contexto histórico, tudo isso são elementos que nos favorecem e possibilitam diagnosticar sintomas desses não-dito.

Um não-dito que Orlandi (1997) vê sob dois ângulos: um, que se situa em relação ao dizer e que corresponderia ao implícito; outro, que seria aquilo que é apagado, o não-dito do silêncio. No caso do enunciado “Por que em vez de perguntar você não enche a boca de castanha?”, parece-nos que os não-ditos se sobrepõem e se situam, tanto em relação ao dizer quanto ao que foi apagado. Teríamos, então, a partir dessa interpretação, implícitos e silenciamentos que ultrapassam o dito e que correspondem à chamada “política do silêncio” (ORLANDI, 1997).

Vemos essa “política” como uma categoria que corresponde a um silenciamento que não cala; pelo contrário, esse silenciamento é, concordamos com Orlandi (1997, p.55): “uma forma não de calar, mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, que não deixa dizer ‘outras’. Ou seja, o silêncio recorta o dizer esta é a sua dimensão política.”.

Ao se valer das castanhas, oferecendo-as à repórter para que, em troca, ela, provavelmente, parasse de lhe fazer perguntas sobre a política econômica (não se fala com a boca cheia, segundo as boas normas de civilidade...), o presidente Lula adotou a política, não do silêncio, mas a de fazer silenciar sobre o que não lhe parecia conveniente falar naquele momento da história política do país.

É ainda em um contexto histórico, no qual a situação político-social convive com situações adversas e, ao mesmo tempo, com uma “esperança” que parece, aos poucos, esmaecer, que lançamos o nosso olhar para alguns enunciados sobre a formação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), junto ao Poder Legislativo Federal, no período compreendido entre 1996 até nossos dias. Os enunciados que servirão de base para nossa análise, neste momento, são todos de políticos “posicionados”, ora na oposição, ora no governo. Trata-se de uma seleção de enunciados que extraímos do jornal “Folha de S. Paulo”¹⁰⁴, cujos argumentos, a favor ou contra a efetivação dessas CPIs, fazem perceber a posição do sujeito enunciatador diante das circunstâncias da enunciação.

O jornal “Folha de São Paulo” já faz, ao longo de um certo período, uso da palavra “sombra”, à guisa de sub-título, para falar de assuntos cuja não-transparência é, contrastivamente, evidente. Em 2002, quando do governo Fernando Henrique Cardoso, surgiram desconfianças sobre pagamento de propinas, por ocasião da privatização da empresa Vale do Rio Doce, notícia que a Folha publicou com o seguinte sub-título: “Sombra no Tucanato”¹⁰⁵. Da mesma forma, a matéria “O PT e as CPIs ao longo do tempo” (outra época, outro governo) (**A₁₃**) aparece com o sub-título, também iniciado pela palavra “sombra”. Desta feita, trata-se de “Sombra no Planalto”, o que possibilita, múltiplos efeitos de sentido, sobretudo porque as condições em que esta matéria foi produzida sugerem um obscurecimento em relação às posturas políticas, face à polêmica da CPI dos bingos, entre outras ações governamentais, não menos opacas.

Apesar dos enunciados abaixo selecionados não comporem uma matéria em sua totalidade, eles se ligam pelo fato de estarem todos voltados para uma mesma

¹⁰⁴ Esta matéria consta, na íntegra, nos anexos desta tese. (Folha de São Paulo, 19 de fevereiro de 2004, BRASIL). (**A₁₃**)

¹⁰⁵ Matéria da Folha de São Paulo, de 5 de maio de 2002.

temática, a da formação das CPIs, ainda que os interesses e as motivações não sejam os mesmos, como veremos nos cinco enunciados a seguir¹⁰⁶:

O PT e as CPIs ao longo do tempo (**A₁₃**)

E₁ - “Acho que o presidente da República [FHC] precisa dar uma resposta à sociedade. Não basta dizer que a moralidade está dentro dele. Não basta parecer. Tem que ser.” (Lula, sobre a CPI para investigar a origem do Dossiê Cayman, 2001);

E₂ - “Parece que o presidente teve um apagão de memória e esqueceu o tempo em que fazia política com ética.” (Lula, criticando FHC por se opor à CPI do Dossiê Cayman, 2001);

E₃ - “Se estão querendo abafar é porque existe algo a esconder.” (José Genoíno, sobre a CPI da Privatização das Teles – ano não citado mas, pelo que se configura em circunstâncias similares, José Genoíno fez essa declaração, evidentemente, enquanto parlamentar do PT);

E₄ - “Se o governo barrar a CPI, ficará marcado pelo medo de uma investigação mais profunda. Esse governo que tem medo de CPI vai à reeleição, e essa marca ficará carimbada.” (José Genoíno, deputado federal (PT-SP), sobre a CPI da Reelection, em 1997.);

E₅ - “Vou defender na reunião que a bancada, mais do que não assinar, combata uma CPI que é uma tentativa política de atingir o governo.” (José Genoíno, presidente nacional do PT, falando contra o caso Waldomiro, em 16 de fevereiro de 2004.).

Em 2001, enquanto sujeito enunciador das vozes de oposição ao então presidente FHC, face à instalação de uma CPI, no rumoroso caso do Dossiê Cayman, Lula afirmava que FHC, precisava “dar uma resposta à sociedade” (**E₁**). Com seu dizer, Lula, o então enunciador de oposição, deixava implícita, nas entrelinhas, a omissão do governo naquele caso. Trazendo o fato para a atualidade, e analisando a fala destacada no início desta análise (o episódio da castanha), Lula, o locutor de então, que exigia uma resposta, e Lula, o presidente de agora, que tenta

¹⁰⁶ Os cinco enunciados, selecionados para análise, nesta tese, e extraídos do jornal Folha de São Paulo (**A₁₃**), estão identificados no corpo do texto, obedecendo à seguinte formatação: **E₁**, **E₂**, **E₃**, **E₄**, **E₅**.

calar a pergunta da jornalista com uma castanha, constatamos o deslocamento da posição do sujeito diante das circunstâncias enunciativas, bem como, um distanciamento, sobretudo das FIs daquele sujeito enunciador que outrora “exigia” respostas. Há um descompasso, que se repete, incessantemente, entre as redes de memória e sua presentificação, na história política do Brasil.

Os enunciados que se inscrevem nessas circunstâncias são considerados mais do que um fragmento de língua a ser analisado, seguindo um dizer de Maingueneau (1991), que também afirma ser o enunciado o produto de uma enunciação única, irrepetível, como já dissemos, e que “acontece” de acordo com os sujeitos enunciadores, o tempo e o lugar da interlocução. Dizemos mais: uma situação de enunciação cujas pessoas, cujo tempo e cujo lugar são concebidos como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...] Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.” (PÊCHEUX, 1999, p.10).

É, portanto, nesses deslocamentos que vemos a transmutação da construção dos sentidos da fala de Lula e de seu conteúdo ideológico, através dos tempos. Nesta análise, não teríamos como dar conta das questões ideológicas, muito embora haja uma imbricação acentuada entre essas questões e a interpelação dos indivíduos em sujeito. Concordamos, em parte, com a concepção de Althusser (1974), que via a ideologia como uma representação da relação do imaginário dos indivíduos com suas condições reais de existência, atribuindo-lhe uma existência material, através da qual o sujeito a faz veicular, a partir do momento em que ocorre a interpelação. Situamo-nos “em parte” com essa concepção, uma vez que a nossa visão de sujeito relativiza essa interpelação, vendo os sujeitos em relação uns com os outros, conforme explicitamos em outros momentos desta tese.

Voltando ao caso Cayman, Lula, enquanto voz de oposição fala que “o presidente [FHC] teve um apagão de memória” (**E₂**). Há nesse contexto, uma evocação, quase inevitável, do “apagão” ao qual o Brasil foi submetido entre 2000 e 2001, diante do déficit do fornecimento de energia elétrica, e que teve graves conseqüências para a vida do povo brasileiro. Essa possibilidade interdiscursiva pode ser vista a partir da noção bakhtiniana da “translingüística”, apreendida por Genette (1987) como “transtextualidade”. Nessa ótica, este autor define transtextualidade como uma “transcendência”, ou seja tudo que coloca o texto em relação, de forma manifesta ou secreta, com quaisquer textos outros.

O tom de crítica em si não parece tão forte na relação manifesta do “apagão de memória com o apagão a que esteve sujeito o país: Parece que o presidente teve um apagão de memória e esqueceu o tempo em que fazia política com ética.” (**E₂**). Entretanto, a seqüência deste mesmo enunciado contém um “sintoma” em sua materialidade lingüístico-discursiva, no qual se percebe uma opinião crítica nas entrelinhas do que ecoa da constatação feita na materialidade da superfície textual. Lula, ao dizer que FHC “esqueceu o tempo em que fazia política com ética” (**E₂**), provoca uma bifurcação de idéias: por um lado, reconhece que, em outros tempos, FHC agia de forma ética; mas, por outro lado, ao empregar um tempo verbal imperfeito (como tal, incompleto) valendo-se da forma verbal “fazia”, deixa ver um trajeto entre um fazer de outrora e um não fazer mais. Com esse enunciado, os efeitos de sentido deslizam e permitem concluir que, para Lula, FHC passou a agir, politicamente, de forma anti-ética.

Contextualizando os pronunciamentos de Lula em 2001 (**E₁** e **E₂**), enquanto porta-voz da oposição, naquele momento da história política do país, concordamos com a impossibilidade de se desvincular o conteúdo do discurso de um momento da história das instituições que o produzem. Esse vínculo favorece os interdiscursos, nos quais as FDs têm papel significativo e aparecem como “um domínio ‘inconsistente’, aberto e instável, e não a projeção, a expressão estabilizada da visão do mundo de um grupo social.” (MAINGUENEAU, 1989, p.113).

Reportamo-nos, mais uma vez, aos enunciados sobre as posições políticas diante das CPIs, em diferentes momentos da história política do Brasil. Vamos analisar agora três enunciados de José Genoíno, dos quais, dois deles (**E₃** e **E₄**) trazem pronunciamentos do então parlamentar de oposição, ao passo que o (**E₅**) é a voz de José Genoíno enquanto presidente nacional do PT, partido atual do presidente da República.

Os dois pólos em que se localizam os enunciados de José Genoíno bem ilustram a perspectiva althusseriana de “forma-sujeito”, segundo a qual a forma-sujeito é a manifestação da existência histórica de todo indivíduo, visto como agente das práticas sociais. Nesses enunciados, ditos pelo mesmo enunciador, em momentos político-históricos diferenciados, os sentidos que ligam memória e atualidade produzem efeitos bastante distintos: o sujeito enunciador, ora é a voz oposição (**E₃** e **E₄**), ora é a voz da “situação”, que detém o poder de um presidente nacional do partido que ocupa a Presidência (**E₅**) como veremos a seguir.

Nos enunciados **E₃** e **E₄**, existe a preocupação manifesta a favor da abertura de CPIs: “Se estão querendo abafar é porque existe algo a esconder” (**E₃**); “Se o governo barrar a CPI, ficará marcado pelo medo de uma investigação mais profunda. Esse governo que tem medo de CPI vai à reeleição, e essa marca ficará carimbada” (**E₄**). Ao se pronunciar dessa forma, José Genoíno, o então parlamentar do PT, enquanto oposição, defendia a abertura da CPI da privatização da Teles e da CPI da reeleição, respectivamente. O enunciador manifestava-se visivelmente a favor da abertura das CPIs; mais do que a favor esse enunciador condenava aquilo que, para as vozes da oposição, era considerado como temor de ser investigado, por se ter, supostamente, algo a ser escondido.

Entretanto, esse mesmo enunciador, já na posição de presidente nacional do PT, partido do presidente da República, “posiciona-se”, de forma contundente contra a abertura de uma CPI. Para ele, naquele momento, contrariamente a tudo que ele apregoava em outras ocasiões (e é graças às redes de memória que a história nos diz isso), a abertura de uma CPI lhe parecia, agora, não mais como voz de oposição, uma atitude meramente anti-governista, o que deixa “explicitado” na sua fala, fazendo ver que não há similaridade na presentificação de seus posicionamentos, enquanto oposição e enquanto governo: “Vou defender na reunião que a bancada, mais do que não assinar, combata uma CPI que é uma tentativa política de atingir o governo.” (**E₅**). O enunciador, diferentemente da posição que ocupava enquanto oposição, já não mais se manifestava a favor da abertura das CPIs.

Bonnafous; Tournier (1995, p.68) afirmam que “o homem político busca também, mais insidiosamente, apoderar-se da língua.”. A partir dessa constatação, os autores citados falam de um jogo, no qual entram em cena o homem no poder e a caça ao dicionário, chegando mesmo, por vezes, a existir uma espécie de “lei lingüística”:

É como se as palavras possuíssem um conteúdo estável, o dele bem entendido [o do homem no poder]. Os sentidos produzidos pelos outros pelos adversários ou excluídos, os empregos contraditórios, os valores ditos marginais em relação, as conveniências estabelecidas, não são levadas em conta, por ele [por esse homem no poder], enquanto sentidos portadores autênticos da língua. (BONNAFOUS; TOURNIER, 1995, p.68).

Com essa reflexão evidencia-se o poder das palavras no momento da enunciação, uma vez que essas palavras são postas em relação às condições institucionais de sua produção e recepção. Ainda que as palavras dicionarizadas pertençam às chamadas forças de estabilização, elas são desestabilizadas na heterogeneidade dos diferentes discursos: Nada é neutro no conflito de poder sobre os sentidos e as formas. O que ocorre é uma ilusão em torno da neutralidade de um código único que é imposto e que quer “invadir” espaços mais do que discursivos, o que se pode inferir de nossas vivências, e que está em “consonância” com as reflexões de Bonnafous; Tournier (1995).

Neutralidade é uma característica que se distancia dos enunciados **E₃**, **E₄** e **E₅**. Os objetivos de uma CPI devem ser os de esclarecer ações obscuras, suspeitas, em quaisquer situações, o que o posicionamento de José Genoíno, fazia ver quando defendeu a instalação da CPI da Privatização das Teles: “Se estão querendo abafar é porque existe algo a esconder” (**E₃**). Entretanto, essa defesa é metamorfoseada quando, na condição de presidente nacional do PT, partido do governo, José Genoíno, o enunciador das vozes no poder, já não mais defende o mesmo ponto de vista: “Vou defender na reunião que a bancada, mais do que não assinar, combata uma CPI que é uma tentativa política de atingir o governo” (**E₅**).

E, se para José Genoíno, em 1997, na oposição, “barrar uma” CPI era uma prova de que o governo temia “uma investigação mais profunda”, em 2004, enquanto presidente do PT, uma CPI lhe parecia uma medida extrema, “uma tentativa política de atingir o governo” (**E₅**), um governo, de cujo partido ele era o presidente. Para ser coerente do ponto de vista ideológico, a defesa de um processo que possa mostrar a transparência de ações governamentais deve ser vista como um princípio ideológico que, apenas circunstâncias extremas deveriam interferir na sua alteração, presume-se. Nesse espaço de interpretação, o percurso entre memória e atualidade parece ser repleto de “esquecimentos”.

No caso do **E₃**, a afirmação de que “existe algo a esconder”, na segunda parte do enunciado, é precedida pela presença de uma modalização de condicionamento, através do “se”, que introduz a hipótese inicial do enunciado: “se estão querendo abafar”. Para além dessa hipótese, no entanto, partindo do pressuposto de que há algo a ser abafado, já se afirma que há algo oculto, nas entrelinhas de uma continuidade posta como hipótese: “[...] existe algo a esconder”.

Há, também, na seqüência da hipótese de querer abafar a CPI, na afirmação de que o governo está escondendo algo, uma opinião não explicitada na materialidade lingüística propriamente dita, mas perceptível a partir de parâmetros ditos morais, do compromisso com a verdade. Nos interdiscursos que atravessam o **E₃**: “Se estão querendo abafar é porque existe algo a esconder” é mesmo possível um diálogo com um dito da sabedoria popular: “quem não deve não teme”. Quanto ao **E₄**, o procedimento é similar, pois parte-se também de uma hipótese para uma afirmação: “Se o governo barrar a CPI, ficará marcado pelo medo de uma investigação mais profunda. Esse governo que tem medo de CPI vai à reeleição, e essa marca ficará carimbada.”. Da mesma forma que no enunciado anterior, este último enunciado traz também uma afirmação, na continuidade da suposição, e que é dada como certeza, ao dizer que o governo (de FHC) tem medo de CPI.

Do ponto de vista da materialidade lingüística, há uma similaridade na forma de apresentar os argumentos contra as CPIs, nos enunciados **E₃** e **E₄**. Em ambos, há uma perspectiva de uma idéia pressuposta, advinda da “deriva do dito” (SARFATI, 1998).

Os sentidos construídos no **E₄** parecem pressionar uma ação do governo, no sentido de que seja instalada uma CPI: “Se o governo barrar a CPI, ficará marcado pelo medo de uma investigação profunda. Esse governo que tem medo de CPI vai à reeleição, e essa marca ficará carimbada.”. Essa pressão caracteriza-se pelo determinismo expresso pelo futuro do presente do indicativo – “ficará”, empregado duas vezes, além da alusão ao suposto “medo” da investigação, por parte do governo. Ao analisarmos os efeitos de sentido da escolha lexical da palavra “medo”, fazemos um contraponto com um slogan de campanha do PT, ao longo do tempo: “sem medo de ser feliz”. Temos, aí, a imagem contraditória de um governo (FHC), que parecia marcado pelo medo de ser investigado e uma oposição destemida, “sem medo de ser feliz”. Enquanto o medo que se fazia ver no governo FHC, por parte da oposição, era uma espécie de temor da descoberta de algo obtuso (daí, a circulação na mídia do sub-título ao qual nos referimos anteriormente, “Sombra no Tucanato”), o medo dessa oposição (PT) se manifestava no seu sentido oposto: era um “intento” de despir-se de qualquer forma de medo para viver a felicidade, conforme se dizia, repetidamente, “sem medo de ser feliz”.

Os enunciados que analisamos são oriundos de FDs e FIs marcadas pelo gênero do discurso e pela identidade enunciativa que se instala em um espaço de

conflitos, o dos posicionamentos político-partidários. A visão da não neutralidade dos gêneros e dos posicionamentos é defendida por Maingueneau (1997, p.27), que não os considera como “suportes neutros ou estáveis, mas realidades históricas, sujeitas a remanejamentos constantes em função das mudanças de ordem sociohistórica.”. A partir dessa visão é que analisamos o **E₅**, onde está visivelmente presente esse “remanejamento” do sujeito enunciador. Se nos **E₃** e **E₄** José Genoíno defendia, enquanto integrante do Partido dos Trabalhadores e voz de oposição ao governo FHC, a instalação de CPIs, hoje, na posição de presidente nacional do PT, partido do governo Lula, o “mesmo” José Genoíno vê as CPIs por uma outra ótica: “Vou defender na reunião que a bancada, mais do que não assinar, combata uma CPI que é uma tentativa política de atingir o governo.” (**E₅**).

Confrontando os posicionamentos do mesmo sujeito enunciador dos **E₃**, **E₄** e **E₅**, observamos que há uma contradição no interior de uma mesma FD, que é a do PT. Essa mesma FD é habitada por diferentes posições do sujeito (FIs), provocando efeitos de sentido diferentes, uma reflexão que nos remete à perspectiva de que “os sentidos diversamente ordenados fazem efeitos diferentes.”¹⁰⁷. Vistas como imprescindíveis, nos **E₃** e **E₄**, por parte das vozes do PT, que ecoavam no dizer de José Genoíno, as CPIs passam a ser vistas “como uma tentativa política de atingir o governo” no **E₅**, quando o “mesmo sujeito” enunciador, faz ouvir vozes outras, estas agora posicionadas no espaço da fala autorizada pelo poder da presidência da República e não mais o poder da oposição.

As CPIs podem ter em sua base os mesmos objetivos, os de uma investigação, o autor dos enunciados **E₃**, **E₄** e **E₅** pode ser o mesmo, mas o governo de hoje é a oposição de ontem e as posições dos sujeitos foram deslocadas. A voz que antes “temia haver algo escondido nas ações do governo” **E₃**, não é mais a mesma; hoje, essa voz, ora transmutada, “teme estar sendo atingida por uma tentativa política que precisa ser combatida.”. Indo para a escolha lexical que “combate” uma CPI, identificamos a marca do espírito de luta característica das FDs e FIs do PT. O espírito combativo e determinado do sujeito enunciador está presente nos três enunciados **E₃**, **E₄** e **E₅**, embora haja uma mudança significativa na forma de combater. Enquanto nos **E₃** e **E₄**, o sujeito enunciador de oposição se colocava contra medidas governamentais, no **E₅**, já na posição de sujeito enunciador do

¹⁰⁷ Aforismo atribuído a Blaise Pascal (sec. XVII).

governo, esse espírito combativo e determinado se manifesta na expressão de uma locução verbal – “vou defender”, que contém a determinação de uma ação mais imediata, de um futuro mais próximo, como falaremos mais adiante, neste item, ao estabelecermos um paralelo entre um futuro com sentidos de projeção – “defenderei” e esse futuro aqui referido, como uma certeza prestes a acontecer – “vou defender”.

Entre as formas verbais, indicadoras de ação futura, “vou defender” e “defenderei”, o enunciador optou pela primeira, como vemos no **E₅**: “Vou defender na reunião que a bancada, mais do que não assinar, combata uma CPI que é uma tentativa política de atingir o governo.”. Fazemos aqui um paralelo entre a forma verbal do futuro do presente do modo indicativo – “defenderei”, enquanto modalizador que pressupõe uma ruptura com a situação de enunciação, que faz uma projeção para além de uma certeza, e a locução verbal – “vou defender”, cujos efeitos de sentido apontam para uma certeza, para um futuro que, além de próximo, contém a idéia de contigüidade, e é dado como certeza.

Logo, enquanto o primeiro, “futuro do presente”, rompe com a situação de enunciação, e vai além de uma ação dada como certa, a locução verbal que chamamos, a partir da concepção em língua francesa, de “futuro próximo” (locução verbal: “vou defender”), apresenta uma idéia de certeza imediata. Na língua portuguesa, não há essa distinção, do ponto de vista gramatical propriamente dito; entretanto, os efeitos de sentido das duas modalizações com aspecto de ação futura – futuro do presente do indicativo e locução verbal, correspondente a um futuro próximo, apresentam uma diferença que não é essencialmente temporal. Esse *gesto de interpretação* segue uma reflexão feita por J. J. Franckel, trazida por Maingueneau (2003).

Destacamos o que consideramos marcas de uma mesma FD, circulando em torno de uma escolha lexical cujos efeitos de sentido transmutam, ao mesmo tempo em que o sujeito enunciador passa a ocupar uma outra posição discursiva. É o que se pode ver nos enunciados de José Genoíno, cujos sentidos do medo, das ações de defender, atingir, temer já não são mais os mesmos.

Essas marcas estão dispostas em lugares enunciativos diferentes, sujeitos a coerções. Acreditamos, seguindo Maingueneau (1989, p.38), que pensar em um “enunciado livre de qualquer coerção é utópico”. E são essas coerções que estimulam a formulação dos enunciados de José Genoíno, ora locutor “autorizado” como voz de oposição (**E₃** e **E₄**), ora locutor “autorizado” como voz do governo (**E₅**),

deixando ecoar os efeitos de FDs e FIs, sem negar que são essas formações que conferem corporeidade aos sujeitos da interlocução.

Com nossas reflexões, cujas nascentes situam-se nos estudos da AD de tendências francesas, reafirmamos, chegamos até aqui, mas estamos longe de pensar em uma conclusão definitiva sobre o sujeito enunciador (nem seria possível). Sem querer postergar um consenso sobre o sujeito do Discurso ou o Discurso do sujeito e, também, sem pretender turvar, propositadamente, o entendimento das pontuações feitas neste item reportamo-nos à música de Raul Seixas, que fala das “metamorfoses” que se processam em todos nós: “Eu prefiro ser / Essa metamorfose ambulante / do que ter aquela velha / opinião formada sobre tudo”¹⁰⁸.

Essas nossas metamorfoses, enquanto sujeitos inseridos sócio-historicamente, e construídos na interlocução, não têm uma lógica precisa. Nem poderia: constituímos-nos e somos constituídos em uma relação intra e interdiscursiva, dialógica; estabelecemos elos de identificação, ao nos relacionarmos, produzimos efeitos de sentido no discurso. Um discurso que, por sua vez, provoca sentidos nos sujeitos, sentidos muitas vezes pressupostos, na ordem do não-dito, e que se “organizam”, nos espaços de estabilização propostos pela língua e inseridos discursivamente. Essa visão baseia-se na perspectiva de Pêcheux (1990a) de “estrutura e acontecimento”, com o olhar para a estrutura enquanto lugar de sentidos estabilizados, e para o acontecimento, como o espaço pluralizado onde os sentidos multiplicam-se em interpretações.

É nesse espaço de alternância, entre a estabilidade da estrutura e a mobilidade do acontecimento, que as inquietudes em torno do sujeito, na perspectiva da AD – e das tendências que a elas se somam, se avolumam. Essas inquietudes fazem o sujeito acreditar ora, na ilusão de ser a origem de seu discurso, pensando ser possível negligenciar as FDs e as FIs que circundam toda prática discursiva (esquecimento 1); ora, um sujeito que, ao construir sentidos, deixa de lado alguns dizeres e se posiciona, discursivamente, impelido pela ideologia (esquecimento 2). (PÊCHEUX, 1990b).

A relação entre discurso e sujeito, ou então na ordem inversa, sujeito e discurso, continua “tensa”. Vale uma digressão, em meio a nossos questionamentos, e à guisa de reflexão, a partir da prepotência de um ritual não tão incomum no Brasil,

¹⁰⁸ Metamorfose ambulante, de Raul Seixas, 1973.

quando se ouve uma pergunta do tipo: “você sabe com quem está falando?”. Trata-se aí de um questionamento que traduz a exacerbação de um poder do qual se arvoram determinados sujeitos, sujeitos que se acreditam “divinizados”, e que tentam exercer, através do poder da palavra, uma divinização que vai de encontro às idéias que defendemos.

Ousaríamos mesmo, aproximar esse sujeito “divinizado”, a partir de um certo ponto de vista, e em oposição ao sujeito do marxismo, ao sujeito oriundo do pensamento contemplativo burguês, no qual “o sujeito se acha diante de um universo de objetos sociais independentes de si próprio e inalteráveis” (LOWY, 1987, p.126). Apesar das implicações teóricas que tudo isso traria para uma discussão sobre a visão de consciência (o que não faremos nesta tese, pois, enveredar por esse caminho seria por si só uma outra tese), acreditamos que esse sujeito “divinizado” do qual falamos tende a uma auto-contemplação que o impede de ouvir as vozes que se presentificam em sua fala.

Na verdade, quanto mais “avancamos” nos estudos da AD, mais “avancamos” também em sua contradição maior: não se pode considerar o sujeito como origem do discurso, mas é esse mesmo sujeito que torna possível a realização desse discurso. Esse sujeito, a respeito do qual Althusser (1970, p.30) afirmava:

como dizia admiravelmente São Paulo, é no ‘Logos’, visto como ideologia, que nós ‘temos o ser, o movimento e a vida’. Daí, a conclusão de que, tanto para você como para mim, a categoria de sujeito é uma ‘evidência’ primeira (as evidências são sempre primeiras): está claro que você e eu somos sujeitos (livres, morais... etc).

Diante dos pressupostos teóricos aqui colocados, sentimos ainda a necessidade de explicitar alguns pontos diretamente relacionados à nossa concepção de sujeito (LAMEIRAS, 1999), quando tentamos entender esse sujeito a partir de diferentes pontos de vista, não necessariamente oponentes; antes, diríamos, são diferenças que se complementam. Segundo Lantz (1986, p.53), enquanto sujeitos, dotados de poder de ação, fazemos escolhas, recusamos, decidimos. Mas acreditamos que esse poder de ação recebe, inevitavelmente, a interferência das condições de produção, o que nos faz repelir, assim como Dosse II (1992), qualquer forma de “absolutização”, quer seja das estruturas, quer seja dos sujeitos.

Vemos o sujeito em um panorama dialógico, a partir da perspectiva bakhtiniana, que tenta compreender

o que condiciona esse sujeito e o que funda sua parcela de liberdade. Não se trata do sujeito todo-poderoso, mas daquele que pode aparecer como um enunciador, cuja construção é o produto da dialética entre os fatores condicionantes e as liberdades que ligam o sujeito à língua. (DOSSE II, 1992, p.250).

O escritor português Vergílio Ferreira, fala dos “limites de nosso pensar e sentir”, traçados no binômio língua-linguagem, e que servem de ponte para a interlocução entre sujeitos:

uma língua é o lugar donde se vê o Mundo e em que se traçam os limites

neste estudo, não apenas fazem ver a vulnerabilidade das palavras, desses efeitos de sentido que elas produzem, e de quem as enuncia; antes, expõem como que uma sujeição dos sujeitos enunciadores à “arte de persuadir”¹⁰ diante daquilo que é conveniente dizer em um determinado momento da história. As palavras, no entanto, não existem como meras abstrações, elas se concretizam nas vozes que as enunciam, nos sujeitos dos discursos e nos discursos dos sujeitos.

Dosse II (1992) parte de uma visão didática entre o que ele chama de “necessidade estrutural” e “liberdade humana” para falar das tensões em torno do sujeito:

de um sujeito que se tenta apreender, ao mesmo tempo, a partir do que o condiciona e do que funda sua parte de liberdade. Não mais o sujeito todo-poderoso, mas aquele que pode aparecer como enunciador, cuja construção é o produto [diríamos processo] da dialética entre as limitações e as liberdades que o ligam à língua [língua que adotamos, nesse sentido, como linguagem].
(DOSSE II, 1992. p.520)

As inquietações e as encruzilhadas epistemológicas em torno do sujeito estão longe de uma solução. É inegável, porém, que não há mais como “divinizá-lo”, ter o sujeito inteiramente autônomo de sua prática discursiva. Vê-lo divinizado dessa forma, “dono” de seu dizer é compará-lo a um regente de uma orquestra sem músicos (toda orquestra emite sons a partir dos movimentos da “batuta” de seu regente, mas todo regente, para obter uma sinfonia, precisa dos sons emitidos pelos

4.3 VEREDAS DO DISCURSO: RECONHECENDO LIMITES VISLUMBRANDO HORIZONTES

Um texto se define como um objeto tensionado entre as regularidades interdiscursivas de um gênero e as variações inerentes à atividade enunciativa de sujeitos engajados em uma interação verbal, sempre historicamente singular. O gênero é apenas o horizonte do texto, quer seja para o enunciador, quer seja para quem o interpreta (horizonte de espera).

Michel Adam

Quando se toma o discurso a partir dos fundamentos epistemológicos de Foucault (1999), é preciso ter em mente a instância do acontecimento enunciativo, uma vez que esse se constituía no maior interesse do autor da Arqueologia do Saber. Ao mesmo tempo, é preciso tentar perceber, na linguagem, o que já se considerou como seus “sulcos invisíveis” – e são inúmeros, sulcos esses responsáveis pela opacidade e pela não-transparência do discurso em sua superfície material.

No encaminhamento que Foucault (1999, p.23) dá ao “sonho lírico de um discurso que renasce em cada um de seus pontos, absolutamente novo e inocente, e que reaparece sem cessar, em todo frescor, a partir das coisas, dos sentimentos ou pensamentos”, está ao mesmo tempo presente a idéia de uma certa regularidade, a partir de quatro pontos de observação: “objetos, modalidades, conceitos, opções temáticas”. É na conjunção desses quatro elementos que as FDs e FIs emergem e adquirem a sua identidade; uma identidade que se constrói em meio a vários acontecimentos discursivos, postos em relação uns com os outros. Ao se relacionarem, esses acontecimentos exercem uma função enunciativa no momento único de uma enunciação, o que a singulariza e a faz irrepetível, por mais que se tente recuperá-la: há sempre algo que se deixa para trás e há sempre um novo que surge no momento exato da presentificação.

Retomamos aqui uma das diferentes abordagens do discurso, vistas no subitem 4.2, que é a abordagem “integrativa”, uma abordagem, na qual o discurso é

visto a partir de uma macrovisão. Sarfati (1997) aproxima essa concepção da definição bakhtiniana de enunciado como sendo um “enthymène”¹¹¹ e que, para ser analisado, deve-se, necessariamente, levar em conta a situação do discurso como um todo.

Oriundos de correntes filosóficas distintas, Foucault e Althusser citados por Sarfati (1997, p.102, 103) dividiam, porém, a idéia de que o discurso, “longe de ser um objeto natural, um dado imanente à realidade lingüística ou social, o discurso é um dado construído.”. No nosso entendimento, o discurso, esse dado em construção, é um “continuum”. Partindo de horizontes diversos e, ao mesmo tempo, das circunstâncias em que todo discurso é produzido, a noção de FD traz para a AD a evidência da “pluralidade contraditória de filiações históricas, (através das palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos, etc...)”. (PÊCHEUX, 1990a, p.55).

Todas essas questões envolvem, conjuntamente, o dialogismo e a heterogeneidade constitutiva, uma junção na qual o intradiscurso é atravessado pelo interdiscurso. Falar de FDs e FIs é, portanto, falar também e, sobretudo, de memória discursiva, das redes de memória que transitam inter e intradiscursivamente.

Neste momento em que a interdiscursividade se faz presente, não podemos deixar de retomar o dialogismo bakhtiniano, que vê o surgimento do discurso na pluridiscursividade, como uma travessia incessante entre eles: “O processo da fala, compreendida no sentido amplo como processo de atividade de linguagem tanto exterior como interior, é ininterrupto, não tem começo nem fim.” (BAKHTIN, 1981, 125). Este mesmo autor vê o processo da fala como uma “enunciação”, comparando-a a uma ilha que emerge de um oceano sem limites, indo ao encontro do discurso no sentido foucaultiano, esse discurso cheio de “frescor” e que reaparece sem cessar, conforme falamos no início desse item.

Podemos aqui retomar, sem sombra de dúvida, a idéia desse “sonho lírico”, o que reforça, mais uma vez, a instância enunciativa: “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento à sua volta.” (FOUCAULT, 1999, 26). Um acontecimento que se refrata em “horizontes” e cuja descontinuidade representa, para este mesmo autor (FOUCAULT, 1999, p.58), “cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis.”. A dispersão do

¹¹¹ Enthymène – definição que BAKHTIN dá para o enunciado correspondente a uma forma abreviada do silogismo e que contém uma premissa subentendida. (cf. Sarfati, 1997, p.103)

sujeito e a diversidade de posturas teóricas a esse respeito são significativas, uma significação que nos levou a trabalhar a questão do sujeito no sub-item 4.2.

Nos últimos anos da década de 60, quando os estudos da linguagem ainda estavam muito voltados para o signo e para a estrutura, Foucault (citado por DOSSE II) saltava para um conceito mais amplo, que era o do estudo da série e do acontecimento. Com essa perspectiva, o pensamento foucaultiano se aproximava do pensamento de Nietzsche, para quem “nada surge do nada, nada pode ser fundado”. Com essa percepção, Foucault rompia, então, de certa forma, com o materialismo histórico althusseriano. Entretanto, o percurso de Althusser também deslocava o estudo da ideologia, enquanto discurso, para uma ideologia enquanto prática. Nesse sentido, há um ponto de encontro com as posições foucaultianas, quando se invoca a necessária abertura do discursivo, a fim de articulá-lo às práticas não discursivas.

A inquietude de Foucault e a sua “maneira inédita de fazer filosofia”¹¹², através da via arqueológica, validando um enunciado a partir de dois ângulos, como afirma Dosse II (1992, p.283): o da “posição no espaço discursivo e o momento preciso da enunciação”, revolucionaram as concepções humanistas, sobretudo no descentramento que ele impôs ao homem, ao ser sujeito. Para Foucault (1999), a prática discursiva não está relacionada diretamente a um sujeito, mas sim, a um certo número de regras que “regem” esse sujeito: é o “savoir-faire” específico de quem ocupa uma determinada posição e, como tal, pode ser ocupada por indivíduos diferentes¹¹³.

Apesar de vistos como teoricamente opostos, Foucault e Althusser estão mais uma vez juntos, quando “a noção de FD avança sobre a teoria materialista da formação dos objetos ideológicos” (DOSSE II, 1992, p.286). Essa postura revela o rompimento de ambos com um sujeito marcado por sua autonomia. Partindo, portanto, do princípio de que as perspectivas teóricas não são estáticas nem definitivas, defendemos que não se pode conceber uma FD unicamente como o porta-voz, o que seria ver a discursividade como algo passivo, na qual o sujeito atuaria como uma espécie de ventríloquo (ainda que reconheçamos que muitos integrantes dessa nossa sociedade de falantes atuam bem mais na condição de

¹¹² Expressão extraída da matéria A Herança Difícil de Foucault (Jacques Rancière, caderno Mais, Folha de S. Paulo, 27 de junho de 2004).

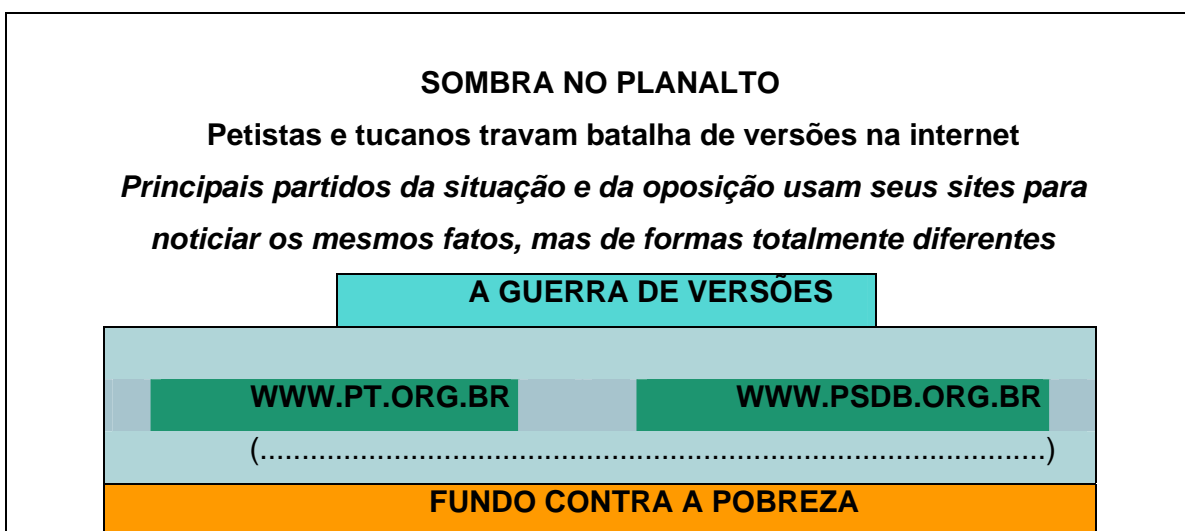
¹¹³ Achamos importante registrar que não é exatamente essa a nossa concepção de sujeito, uma vez que adotamos a visão de um sujeito “relativizado”, ou melhor, de um sujeito relacional, também construído nas relações sociais: nem totalmente autônomo, nem tão somente “ocupante” de um espaço vazio.

ventríloquos (no sentido mais literal do termo) do que propriamente como enunciadores, sujeito de um discurso).

Longe de concebermos a discursividade como algo passivo e entendendo discurso enquanto “unidade de comunicação associada a condições de produção determinadas” (MAINGUENEAU, 1996, p.28), trazemos a idéia de instâncias discursivas que contribuem para os múltiplos efeitos de sentido entre o “fato ocorrido” e o “acontecimento a/enunciado”. Essas instâncias estão “bem” ilustradas em dois depoimentos, extraídos de uma matéria da “Folha de S. Paulo” (**A₁₄**)¹¹⁴.

Esses depoimentos fazem parte de uma seqüência de versões díspares em torno de fatos ocorridos na política nacional; é uma “batalha de informação”, cujas armas são as versões apresentadas, extraídas dos sites do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialista do Brasil (PSDB).

A seguir, apresentamos os dois enunciados selecionados para análise neste sub-item, bem como a organização textual da matéria no jornal. Duas chamadas, que se seguem ao sub-título de matéria, chamam a atenção para fatos noticiados, deixando ver uma guerra de versões travada entre petistas e tucanos, na Internet, na qual “os mesmos fatos” são narrados de forma totalmente diferente, como consta na matéria da “Folha de S. Paulo” do dia 29 de fevereiro de 2004. (**A₁₄**).



¹¹⁴ A matéria a que aludimos, de autoria de Ricardo Westior, (Folha de S. Paulo, A6 domingo, 29 de fevereiro de 2004 BRASIL), e da qual extraímos os dois enunciados para análise, neste item, consta, na íntegra, no anexo 14.

<p>30.jan.2004</p> <p>O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e os presidentes da França, Jacques Chirac, e do Chile, Ricardo Lagos, anunciaram hoje que vão trabalhar juntos por uma aliança global de combate à fome e à pobreza. Aprovaram a criação de um grupo técnico para estudar propostas de financiamento das ações para eliminar as desigualdades</p>	<p>2.fev.2004</p> <p>Parece pegadinha, mas não é. O presidente Lula, que não conseguiu até hoje implantar o Fome Zero no Brasil, agora anuncia com determinação a idéia de implantar o Fome Zero no mundo. Vamos e venhamos, primeiro vamos concluir o nosso e depois pensar no dos outros. E, para dar certo, só se o Graziano deles for melhor que o nosso.</p>
--	--

Esta matéria é inscrita no jornal a partir de um sub-título que parece já ter se instituído como uma coluna: “Sombra no Planalto”. Afirmamos isso diante do fato desse mesmo sub-título já ter servido de inscrição para outras matérias, conforme vimos no item 4.2, o que favorece a percepção de algo que se pretende obscurecer. O apelo que se faz à memória discursiva, neste momento, traz à tona a opacidade e a não-transparência de alguns acontecimentos políticos recentes no Planalto, quando nos faz ver, através da palavra “sombra”, que os sentidos são construídos para além do termo dicionarizado, sentidos que só existem na relação língua/história/memória. A “guerra de versões”, visivelmente declarada na matéria coloca, em lados opostos, um misto de FDs e FIs, oriundas, ora, do poder no exercício da presidência e ora, do “poder” da oposição, PT e PSDB, respectivamente, na atualidade.

Antes de analisarmos os trechos selecionados, achamos importante registrar, mais uma vez, que, diante da circulação dos mais diferentes suportes midiáticos, notadamente a Internet, o jornal diário impresso, ainda que efêmero, não tem a mesma velocidade de outras tecnologias de informação. Entretanto, a imprensa escrita continua exercendo um papel de grande importância no mundo da informação, sobretudo quando essas novas tecnologias exercem um papel de fonte da notícia, quase em paralelo ao acontecimento, antecedendo-se mesmo à “mão

nervosa do repórter”, ansioso por transformar o fato em notícia (cf. epígrafe Carlos Drummond de Andrade, 3.1).

Ao trazer para o jornal impresso as versões díspares dos dois sites (PT e PSDB), o jornalista abre espaço na matéria para outras funções, além da informação: são reflexões, questionamentos, opiniões. É uma nova face da imprensa que, segundo Martins da Silva (1997, 261),

já não está só. Tanto já não se isola num pedestal monológico e unidirecional, quanto tem de se render - por vezes, até trazer para dentro dos seus muros – os olhares, senão da Sociedade, por certo de alguns de seus segmentos. A visibilidade dos fatos não é um privilégio apenas da imprensa, mas de todos que os podem testemunhar.

Quando lemos a versão do PT, um partido de tradição na oposição e hoje no poder, sobre o fundo contra a pobreza: “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o secretário-geral da ONU, [...] anunciaram hoje que vão trabalhar juntos por uma aliança global de combate à fome e à pobreza”, percebemos um tom narrativo, com destaque para os pontos favoráveis, do que se apresenta como uma decisão conjunta do presidente do Brasil (com o nome citado por extenso, diferentemente da versão apresentada pelo PSDB, que diz apenas: “o presidente Lula”), de dois outros presidentes e do secretário geral da ONU. Nessa versão, além do anúncio de uma aliança global de combate à fome e à pobreza – medida inegavelmente humanitária, fala-se ainda da criação de um grupo técnico que estudaria “propostas de financiamento das ações para eliminar desigualdades”. Aparentemente, não há fato a ser contestado; entretanto, a *vestimenta* desse mesmo fato produz diferentes efeitos de sentido pelo deslocamento dos sujeitos enunciadoreis, posicionados em espaços opostos no exercício do poder: um poder de oposição e um poder de governo.

Ao fazer a leitura do mesmo fato, sob a ótica do PSDB, um partido antes no poder e hoje na oposição, a construção da matéria provoca outros efeitos de sentido. Em primeiro lugar, o tom é mais popular – “parece pegadinha, mas não é”, um tom que seria característico do PT de antes, na oposição. O tom popular do PSDB distancia-se da atual formalidade da narrativa da versão petista, outrora bem menos formal. Em segundo lugar, o presidente Lula (já não mais com seu nome citado por extenso), visto como “homem de ação” no site do PT, é agora, no

enunciado do PSDB, visto como alguém que quer fazer lá fora o que não conseguiu fazer em casa: “O presidente que não conseguiu até hoje implantar o Fome Zero no Brasil, agora anuncia com determinação a idéia de implantar o Fome Zero no mundo.”. Esse percurso que desloca os dizeres e seus sujeitos enunciadore é possível de ser feito via redes de memória.

Em terceiro lugar, e em um tom bastante coloquial, a voz do PSDB parece fazer um apelo: “Vamos e venhamos, primeiro vamos concluir o nosso e depois pensar no dos outros.”. Os sentidos desse enunciado bem correspondem a uma máxima evidente de uma boa administração, mas que se ouve, na atualidade, da parte de uma oposição que outrora detinha o poder. Por último, além do descrédito para com a medida anunciada, vem a crítica Tucana com um tom notadamente irônico: “E, para dar certo, só se o Graziano deles for melhor que o nosso”, uma alusão ao responsável pelo Projeto FOME ZERO no Brasil, cujas ações não vinham agradando à população brasileira. Há, ainda, um não dito que faz ouvir vozes que nos dizem que o “nosso” Graziano não deu certo.

Analisando as duas versões e tentando desvendar as “veredas” do discurso do PT e o do PSDB, situamo-nos em um grande “carrefour” de sentidos. Do ponto de vista das condições de produção vemos, assim como ORLANDI (1997, p.76), que se trata de

uma trama de sentidos. Por isso a instância da formulação não nos leva imediatamente ao interdiscurso. Passa pela opacidade, pela espessura semântica, pelo corpo da linguagem que, na AD, chamamos sua materialidade, sua discursividade, sua historicidade. Em uma palavra, pela ideologia.

Temos, na verdade, práticas discursivas que vão ao encontro da noção de memória discursiva, uma perspectiva que trazemos para esta tese, e que está em relação com a existência histórica do enunciado, uma noção trabalhada por Courtine (1981), com bases foucaultianas. Trata-se, segundo o autor citado, da formulação indefinida dos discursos ditos, dos que continuam a ser ditos e dos que estão por se dizer. Nesse contexto, estão também

os discursos políticos, a respeito dos quais a existência de uma memória discursiva se volta para questões familiares à prática política, tais como: do que se lembra e de que forma se lembra, em uma luta ideológica, do que convém dizer ou não dizer, a partir de

uma determinada posição em uma dada conjuntura na realização de um acordo, ao se redigir uma moção ou ao se tomar uma posição? (COURTINE, 1981, p.53).

É partindo dessas reflexões, de contradições, de dizeres retomados, que se constrói uma memória coletiva, na qual os discursos presentificados, formulados na “atualidade” da história, se ligam a outros discursos, enunciados em condições e momentos distintos. É justamente na atualidade das práticas discursivas que se percebem as “ligações perigosas” da “trama de sentidos” de que fala Orlandi (1997).

Os efeitos de sentidos, provocados pelas versões distintas de um mesmo fato, são produzidos a partir da posição política expressa por cada um dos partidos em seu respectivo site. Entretanto, se não houvesse a indicação de nomes e de datas, poderíamos perfeitamente indicar, apenas, a presença de dois pólos de FDs e FIs oponentes; o de uma fala “autorizada” pelo poder e o de uma “fala autorizada”¹¹⁵ pela oposição, independentemente do partido, quer seja o PT, quer seja o PSDB.

Essa fala, posicionada ora “LÁ” (oposição) e ora “CÁ” (poder), confirma a concepção foucaultiana, defendida por Pêcheux, citado por Achard (1995, p.84), de que “uma FD é a estruturação do espaço social [e aí está, inegavelmente presente a FI] marcado pela diferenciação dos discursos”. Nessa diferenciação dos discursos, fica evidente que a fala do PSDB, hoje “LÁ”, na oposição, assume um tom coloquial que se encaminha ao popularesco (“pegadinha – vamos e venhamos”), tom inclusive que, por décadas, foi visto como fator negativo e como provável impedimento para que Lula viesse a assumir o poder. Por outro lado, a fala do PT, hoje “CÁ”, no poder, coloca a *vestimenta* do poder político, um poder que continua prometendo fazer, atualizado, apenas, na prática discursiva, mas distanciado da ação política, que permanece na virtualidade das promessas.

Constatamos, dessa forma, que é na opacidade e nos deslocamentos que os “horizontes” se dispersam, sem que isso signifique, entretanto, que um discurso esteja apto a qualquer interpretação. Há, evidentemente, o que pode ser visto como limites da interpretação, aquilo que Orlandi (1997) considera como o “vestígio do possível” para a construção de sentidos. Difícil, porém, é saber o que é possível no discurso, quando vemos acontecimentos impossíveis tornando-se não apenas uma realidade discursiva... Precisamos, talvez, tentar desvendar as “veredas” dessa relação entre sentidos e limites para poder vislumbrar melhor os horizontes do

¹¹⁵ Tratamos da questão da fala, a partir do que diz Bakhtin sobre palavra autoritária/persuasiva (cf. Item 3.2).

discurso. Aí, talvez, tenhamos horizontes de vida bem mais promissores; mas, para isso, os discursos produzidos e seus enunciadores precisariam tentar reduzir as amarras que aprisionam as práticas discursivas, ditas institucionalizadas.

As práticas institucionalizadas estão diretamente relacionadas com os gêneros discursivos, com as FDs e as FIs; mas o analista do discurso deve buscar, para além desses gêneros, dessas formações, os pontos vitais de instabilidade da enunciação. Uma instabilidade que ocorre no momento da presentificação dos fatos sócio-históricos trazidos pelas redes de memória do sujeito, e que faz ver os horizontes da AD “em uma perspectiva dinâmica que coloca, permanentemente, a questão da continuidade/descontinuidade entre língua e discurso.” (GUILHAUMOU, 2006, p.3). Para Bakhtin, citado por Adam (1999, p.88), o que há nessa relação entre língua e discurso é uma “estreita complementaridade”.

Quer seja na visão de Guilhaumou, quer seja na visão de Bakhtin, acima citadas, é, nas veredas do discurso, que a língua favorece uma profusão de horizontes. Essa percepção de horizontes na política brasileira, quer seja na prática discursiva, quer seja nas ações, não é aleatória. O “vestígio possível” das mudanças parecia-nos ter chegado com a eleição do presidente Lula, um resultado esperado, uma espera advinda das práticas discursivas produzidas ao longo da história do PT. Com a eleição de Lula, tinha-se, pois, a impressão de que a esperança de mudança se avizinhava. Não queremos incorrer no ceticismo que diz: quanto mais se muda, mais parece igual, uma história que se repete, sem se renovar, tendo apenas, à sua frente, outros personagens. Mas são, lamentavelmente, as práticas do discurso partidário que possibilitam nossos *gestos de interpretação*, fazendo-nos atravessar instâncias de formulações discursivas presentes nas redes de memória do sujeito e que nos permitem perceber (sem chegar a entender) essa “trama de sentidos” de que fala Orlandi (1997).

Enquanto o PT, partido do governo, promete “uma aliança global de combate à fome e à pobreza”, e estuda “proposta de financiamento das ações para eliminar as desigualdades”, a oposição se interroga como um governo que não conseguiu solucionar seus problemas pode pretender resolver os problemas do mundo: “Parece pegadinha, mas não é. O presidente Lula, que não conseguiu até hoje implantar o Fome Zero no Brasil, agora anuncia com determinação a idéia de implantar o Fome Zero no mundo.”.

Não há, na verdade, nenhuma mudança; o que ocorre é o que já consideramos antes, neste estudo, como uma troca de cadeiras. Há, sim, duas posições, reafirmamos: uma do governo, e outra da oposição, duas formulações discursivas distintas. Os sentidos de cada uma dessas formulações, governo e oposição, respectivamente, não são, portanto, outros; apenas, seus enunciadores se deslocaram e passaram a falar de outro lugar, o que corresponderia ao sujeito que, nesta tese, pensamos, em um primeiro momento, considerar como sujeito espacial, mas que optamos por chamar de “sujeito do discurso”, seguido da perspectiva de “discurso do sujeito” (cf. sub-Item 4.2). Enquanto há essa troca de cadeiras no poder, nós, o povo brasileiro, permanecemos, ainda, na mesma posição: a de um povo que espera mudanças e, seguindo o dito da epígrafe, trazida para o início deste item, diríamos que estamos todos “no horizonte de espera”. Melhor, no entanto, seria dizer: estamos todos na esperança de outros horizontes, horizontes que, por enquanto, habitam somente nosso imaginário discursivo.

4.4 METÁFORAS E METAS LINGUAGEIRAS¹¹⁶

É próprio das palavras serem
impróprias; o destino delas, de serem
roubadas ou de vos roubarem, não vos
deixa à deriva de vós mesmos, pondo em
vós pensamentos inconscientes,

nhxa s aras -5.θ eua mesm, um vôo:a
r á s tigrat órtiavs
eo()-5.βfog(em demim. ¶TJ/TØ 1 Tf1189 -1.1558TD0.0001 T

item ,lr sum oahare sobre a re r êcidal n-4.θgeai
pasi da-eÉte LuÉeÉdÉsi na-tegradÉpe sqÉs
itos dÉós mtasesteitos sepretis oe

éaco(s)7.1idÉeramd(s)53(a)-5.θaióordÉive ns semos dÉno quÉe v

Longe de fazermos uma digressão, achamos pertinente a denominação que os transportes coletivos têm na Grécia, onde são chamados de “metaphorai”, segundo nos diz de Certeau (1990a). Este autor faz ainda uma analogia com esses transportes e as narrativas do dia-a-dia pois, diz ele, assim como os “metaphorai” gregos, as narrativas também percorrem espaços, fazendo itinerários. Antecedendo suas reflexões, de Certeau (1990a, p.170), traz, à guisa de epígrafe, para um capítulo de um de suas obras, o seguinte pensamento: “O que criou a humanidade, foi a narração”¹¹⁷. E a narração, evidentemente, não reside apenas na superfície material dos enunciados; ela traz, nas redes de memória que se entrecruzam e “desembocam” na atualidade, efeitos de sentido múltiplos, ressignificando sentidos já postos e construindo outros.

Independentemente do ângulo sob o qual é vista a metáfora, dedicamo-nos, neste momento, a tentar desvendar, naquilo que nos é possível, os efeitos de sentido dos contextos de algumas metáforas, cujas nascentes estão muito além da linguagem. O valor maior da metáfora está justamente no fato de que não há literalidade na representação do objeto; pelo contrário, veste-se a realidade de acordo com a forma que ela é apreendida pelos sentidos, tal como uma ponte erguida entre o objeto e a sua relação ultra-subjetiva: São os sentidos que se deslocam, escorregam, instalam-se, lá, onde parecia improvável.

Os estudos sobre a linguagem e, mais especificamente, os estudos da AD de tendências francesas deixam perceber que os sentidos constroem-se nas coxias do ato da enunciação; somente quando se abrem as cortinas da materialidade lingüística, é possível acompanhar a exibição da “cena da enunciação”, na qual germinam as interpretações. A interpretação para a AD “consiste em um processo de reformulação de um dito por outro dito, no ‘fio do discurso’.” (BRANCA-ROSOFF et al, 1995, p.62). E a metáfora é esse fio tecido com palavras que se entrelaçam em um universo de relações e de escolhas, na construção de sentidos. São sentidos que revelam a não-sistematicidade absoluta da linguagem, uma linguagem que se abre a sentidos pluralizados, face à vulnerabilidade semântica do léxico de uma língua em relação às forças sociais, o que se deve, segundo Ricoeur (2000, p.197), às seguintes causas:

¹¹⁷ Tradução nossa, a partir do original: *Ce qui crée l’humanité, c’est la narration*, de autoria de Pierre Janet, *L’Evolution de la mémoire et la notion du temps*, 1928, p.261.

a aparição de novos objetos naturais ou culturais no campo da denominação, o depósito de crenças nas palavras-testemunho, a projeção de ideais sociais nas palavras emblemáticas, o reforço ou a diluição de tabus lingüísticos, a dominação política e cultural de um grupo lingüístico, de uma classe social ou de um meio cultural [...]

Detemo-nos um pouco na valoração da palavra, ainda que não seja nossa pretensão, neste estudo, aprofundarmo-nos nos estudos da retórica como afirmamos anteriormente. É preciso, no entanto, considerar a sua importância, para além da retórica, no seu espaço discursivo. Os estudos da AD não situam o discurso no binômio da retórica do convencer-persuadir, cujo trânsito vai das faculdades intelectuais ao coração (Amossy, 2000). Mas, ao tentar perceber o processo em que ocorrem as formulações discursivas, em que os discursos se cruzam no tempo e no espaço, até se manifestarem na materialidade lingüística, a AD não ignora o quanto a linguagem é capaz de atuar no convencimento e na persuasão, através de modalizadores passíveis de provocar apelo emocional.

No discurso do presidente Lula, e de grande parte de sua equipe, é possível perceber o apelo emocional (pathos), envolto no que se apresenta como uma expressão do sentimento nacionalista. Ao dizer “nós” ou “povo brasileiro”¹¹⁸, ao colocar em uma mesma expressão os governados e os governantes, Lula tenta criar, no imaginário discursivo, a “ilusão” de que ele é realmente a imagem desse povo. Um povo que ele considera seu, um sentido possível de ser extraído do discurso de posse do presidente Lula (**A₉**), no momento em que convoca um mutirão nacional - “e eu desejo, antes de qualquer coisa, convocar o meu povo.”.

É partindo do lugar de importância da linguagem, de sua manifestação na palavra, da utilização da escolha lexical, que concordamos com Bakhtin (1981, p.95), quando este diz que “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.”. Essa perspectiva vivencial atribuída à palavra está na base do dialogismo difundido por Bakhtin (1981, p.124): “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes.”¹¹⁹.

A palavra é, inegavelmente, o viço da língua, cuja força e vitalidade se nutrem da comunicação verbal concreta, a partir da corporeidade da enunciação que lhe é

¹¹⁸ Essas expressões são consideradas pathèmes, uma vez que influenciam o pathos e provocam um efeito emocional sobre o “auditório.” (Nota da autora desta tese, com base em AMOSSY, 2000, p.164).

¹¹⁹ Destaque do autor da citação.

atribuída pelo enunciador. Sobre a relação língua/linguagem, na qual, reafirmamos, a palavra é esse elemento que dá vida, trazemos, mais uma vez, a noção bakhtiniana de “esfera de uso da linguagem”. A palavra, na sua percepção ideológica, assume, então, um caráter móvel e flexível, que se opõe à estabilidade da língua enquanto sistema formal: “realizando-se no processo da relação social, todo signo ideológico, e portanto também o signo lingüístico, vê-se marcado pelo horizonte social¹²⁰ de uma época e de um grupo social determinado.” (BAKHTIN, 1981, p.44).

As práticas discursivas situam-se na “esfera de uso da linguagem” no dizer bakhtiniano e a palavra será sempre, nesse contexto, aquele marco no qual acontecem as transformações sociais, desde a sua forma mais embrionária até os caminhos que se abrem para os sistemas de ideologia já estruturados e bem formados, no dizer de Bakhtin (1981).

Situar a metáfora no processo dessas práticas discursivas, de uma comunicação verbal concreta, implica uma série de olhares, que vão da palavra dicionarizada, passando pelo seu uso e chegando às circunstâncias em que ocorre a sua enunciação. No caso de nossa análise, neste momento, consideramos importante trazer Bonnafous (2003, p.35), quando esta autora nos faz ver que o discurso político, há bastante tempo, faz grande uso da ‘derrisão’, ou seja, da associação do humor e da agressividade que a caracteriza e a distingue da pura injúria.

Fazemos, entretanto, algumas ressalvas diante dessa percepção do discurso político que, assim como tantos outros discursos, escorre pelos *pontos de deriva*, abrindo-se à interpretação (PÊCHEUX, 1990a). Quando Bonnafous (2003) fala da derrisão, ela o faz de forma genérica, muito embora no contexto específico do artigo que ora citamos, ela trate do discurso de extrema direita do polêmico Jean-Marie Le Pen (um político que tentou, sem sucesso – mas para o bem de uma sociedade de idéias mais progressistas, chegar à presidência da França), cuja relação com as mídias tem sido, segundo análises da autora citada marcada por uma conflituosidade bem tramada.

Em nossa análise, abordamos uma forma de derrisão que perpassa o discurso político, mas uma derrisão cuja associação não é, necessariamente, a do

¹²⁰ Destaque do autor da citação.

humor e a da agressividade, mas sim a de um misto de humor, de sagacidade e de impulsos populistas, que visa transpor, metaforicamente, as distâncias entre um discurso de esquerda e o poder, uma história que o Brasil tem vivenciado nas contradições de um percurso político de práticas discursivas e de seus reflexos.

Para entender melhor a presença das metáforas no discurso do presidente Lula e de integrantes de sua equipe, recorreremos a Ricoeur (2000, p. 459), para quem

a enunciação metafórica constitui apenas um esboço semântico, incompleto em relação à determinação conceitual. Esboço, por um duplo sentido, ela reproduz a forma de um movimento em uma fração da trajetória do sentido que excede o campo referencial familiar no qual o sentido já se constitui; por outro, faz vir à linguagem um campo referencial desconhecido, sob cujo domínio o objetivo semântico se exerce e se desdobra.

É justamente esse desdobramento de que fala Ricoeur (2000) que produz múltiplos efeitos de sentido, possíveis de serem obtidos através de *gestos de interpretação* que se movem no espaço entre a materialidade lingüística (o texto/a língua) e o discurso com suas condições de produção. São essas condições que afetam o texto, afirma Orlandi (1996), e fazem dele lugar de jogo de sentidos, sentidos que se constroem em uma relação intra e interdiscursiva, onde a tríade “língua/história/memória” atua de forma imbricada. Essa tríade está na base dos fundamentos da AD, cuja confluência entre a história e a lingüística vai muito além da pura articulação de formas lingüísticas, abrindo-se, dessa forma, para uma prática discursiva polifônica.

O nosso entendimento nesse sentido está de acordo com o dizer de Maingueneau (1995, p.7), para quem “o discurso não tem por objeto nem a organização textual em si mesma nem a situação de comunicação, mas a imbricação de um modo de enunciação e de um lugar social determinados.”. Com essa percepção, o autor acima citado traz a noção de I.D., que retomamos mais uma vez nesta tese, e na qual estão imbricadas as faces social e textual.

Situamos, para ilustrar nossas reflexões, algumas metáforas do presidente Lula, em diferentes ocasiões, divulgadas amplamente pela mídia falada, escrita e televisionada. Esse emprego da metáfora é revelador da imbricação das faces social e textual a que nos referimos logo acima. Ao se dirigir aos brasileiros ávidos,

evidentemente, por mudanças, o presidente Lula tem “investido” em sucessivas e repetidas metáforas, ao se referir à necessidade de se ter “paciência”. Após cinco meses de governo, em 04 de junho de 2003, falando à CUT, o presidente Lula afirmou:

o que não pode é alguém julgar uma criança quando ela está ainda no ventre da mãe. Porque nós temos apenas cinco meses de governo. E, se eu fosse uma criança, gerada no ventre de minha mãe, ainda faltariam quatro meses para que vocês pudessem dizer se eu seria bonito ou feio¹²¹.

No dia 17 de junho, também do ano de 2003, em Pelotas, por ocasião de um evento local, a FENADOCE, Lula voltou a falar da criança ainda por nascer e pela qual ele diz ter esperado “nove meses para nascer e mais quase um ano para falar ‘papai’ e andar”. Ainda nesta mesma ocasião, o presidente Lula falou: “muitas vezes, as pessoas plantam [sic]¹²² o pé de feijão e não querem esperar 90 dias. Se não esperarem, não comem. É preciso esperar. Um pé de feijão demora 90 dias; soja vai para 120 dias.”. Essa mesma metáfora do feijão foi retomada, uma semana depois, no dia 24 de junho, ao fazer o anúncio de verbas para a agricultura familiar: “Não adianta plantar o seu feijãozinho e querer que nasça em dez dias. Não vai nascer. Vai ter que esperar 90 dias para ele nascer, para ser bom, robusto, bonito. Assim é a política”, disse o presidente Lula, fazendo, implicitamente, um apelo afetivo, para minimizar, talvez, as responsabilidades políticas diante das cobranças, um *gesto de interpretação* possível, dadas as circunstâncias da enunciação.

O presidente Lula vem, ao longo de suas falas, tentando conquistar a paciência de seu *auditório*, que já começa a dar mostras de impaciência. Nessa tentativa, ele disse ainda:

Não têm a paciência de esperar o bom cardume passar, para a gente poder voltar para casa¹²³

E assim, imaginando os nove meses de uma gestação, ou o período entre plantar e colher, ou ainda afirmando que os pescadores apressados não conseguem ver o bom cardume passar, o presidente Lula vai imprimindo, pouco a pouco, a metáfora como uma marca lingüística em seu discurso, cujas metas, mais que linguageiras, deixam deslizar sentidos que apontam para uma postura política “populista” que funde público e privado em uma mesma esfera.

Não há exagero, no nosso entendimento, quando se afirma que a palavra exerce um poder tão perigoso quanto o de uma arma, chegando mesmo a substituí-la, em algumas situações. Essa perspectiva, trabalhada por Bonnafous; Tournier (1995), vê ainda o que seria a “tomada” da palavra do homem político buscando legitimidade midiática, impondo um consenso de sentidos e de valores, estabelecendo parâmetros, através de práticas discursivas que mais se assemelham de ritos discursivos; em resumo, tudo isso nos leva a pensar naquilo que já foi visto neste estudo como uma “lei lingüística”. (BONNAFOUS; TOURNIER, 1995). Essa “lei lingüística”, da qual se serve o homem no poder, estabelece um fosso com o verdadeiro sentido de política, que deveria ser a gestão de uma coletividade, a defesa dos interesses da cidade (*polis*). Finalmente, os sentidos da prática política deveriam ser, sobretudo, voltados para a arte de governar cidadãos, de governar no sentido de dar oportunidade de participação a todos os que integram uma sociedade.

A partir dessas considerações, tentamos entender as regras do jogo de palavras, do emprego de metáforas que tem sido uma característica do presidente Lula e de sua equipe. Também destacamos a repetição de algumas dessas metáforas, imagens retomadas, reconstruídas, repetidas, distantes do papel da repetição na retórica clássica com o objetivo de construir sentidos. No caso das metáforas aqui citadas, vemos que há, na subjetividade do dizer, uma “intenção” de convencer, o que passa, de certa forma, por um processo de manipulação. Partimos de um princípio de Tchakhotine citado por Breton (2000, p.95) de que essa repetição

¹²³ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento das Conferências Nacionais de Aqüicultura e Pesca, 2003. Disponível em: http://www.radiobras.gov.br/integras/03/integra_130603_01.htm. Acesso em: 24 jun 2005.

conduz a “um estado de fadiga mental propício ao assujeitamento à vontade daquele que exerce essa publicidade alardeada.”

Essa fadiga mental vai reforçar a visão da metáfora como doença, em matéria que também trazemos para análise neste item “Metáforas do presidente contaminam fala dos ministros Metáforas do presidente contaminam fala dos ministros”¹²⁴ (A₁₅). Embora ela não seja vista em sua totalidade neste estudo, essa matéria bem ilustra algumas reflexões que fazemos a partir de alguns trechos que extraímos para análise. Já a partir do título, ao se falar em contaminação, essa característica inerente a uma doença transmissível, há uma visão pejorativa que vem sendo difundida “nas metáforas políticas” em detrimento da beleza e da força de expressão da metáfora, enquanto recurso da linguagem¹²⁵.

Com o nosso olhar voltado para as metas languageiras – ou melhor, para as metas socio-languageiras, para retornarmos às duas faces da I.D., fazemos uma leitura de alguns trechos da matéria citada. Ela vem antecedida do que poderia ser um sub-título, embora de teor genérico, “Mesma língua”, além de uma chamada da matéria: “Futebol inspira a imaginação da equipe econômica, que tem desde goleiro a cobrador de pênaltis; outros assessores preferem a medicina.”. Esses “adornos”¹²⁶ em torno da matéria não se constituem apenas em meta-informações; o próprio título da matéria já traz em si um julgamento de valor de seu autor, na escolha do léxico “contaminam”, o que aponta para um risco, levando em conta o primeiro sentido dicionarizado da palavra “contaminação”: transmissão de germes nocivos ou de doença infecciosa; infecção por contato¹²⁷.

Para nós, a metáfora, muito ao contrário de um “germe nocivo”, representa um “germe” sim, mas no sentido de germinar, de fazer crescer. Ela é um “ponto de partida” de uma cadeia de sentidos, uma forma de apreensão da realidade, na qual está presente o caráter de “ubiquidade social” da palavra enquanto signo ideológico, do qual fala Bakhtin (1981, p.41): “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os

¹²⁴ *Metáforas do presidente contaminam fala dos ministros*, de Virgílio Abranches. Folha de S. Paulo, caderno A BRASIL p.8, de 28 de dezembro de 2003, em anexo (A₁₅).

¹²⁵ MÁRIO VÍTOR SANTOS, “A metáfora como doença: “Há pelo menos uma mudança radical no governo de Luiz Inácio Lula da Silva: ele inaugurou o espaço da metáfora no poder. Mas seu processo de figuração não é corriqueiro: as metáforas do presidente não induzem a um transporte de sentido mas à sua paralisia. Na verdade, toda a construção está a revelar anomalias no processo político brasileiro, ao mesmo tempo em que remete à sua formação mais profunda e arcaica.”. Disponível em: <http://www.primeiraleitura.com.br>. Acesso em: 20 jun 2003.

¹²⁶ Esses adornos, aqui significando títulos, sub-títulos e lides são trabalhados no Item 2.1.1.

¹²⁷ Fonte: Dicionário Houaiss da língua portuguesa, Rio de Janeiro, 1ª ed. Editora Objetiva, 2001.

domínios.”. Essa característica da onipresença do signo ideológico é intensificada ainda por este autor, quando ele vê na palavra a capacidade de registro de toda transição, seja ela íntima ou efêmera, das mudanças sociais. Essa visão se aproxima da reflexão de Ricoeur (2000), trazida no início deste estudo e que evidencia a presença das forças sociais na construção de sentidos.

A matéria sobre metáfora à qual nos referimos, traz, explícita e ironicamente, a tendência do presidente em buscar inspiração no futebol, para construir suas metáforas. Ao iniciar a matéria com um enunciado entre aspas: “O Brasil está na reta final para deixar a segundona, chegando à primeira divisão dos investimentos”, seguido do comentário: “Não, apesar do estilo metafórico, a frase não é do presidente Lula em mais uma tentativa para explicar as medidas de seu governo, recorrendo ao futebol”, o autor da matéria favorece um *gesto de interpretação* que aponta para um estilo de prática discursiva metafórica, peculiar ao presidente Lula, no exercício do governo.

As metáforas mostradas anteriormente neste estudo fazem ver, entretanto, que a inspiração para as metáforas do presidente Lula não se limita ao futebol. Muito pelo contrário, as metáforas do presidente vão além dos gols, vão do bebê no ventre da mulher à colheita do feijão, da pesca ao churrasco, a respeito do qual disse também o presidente: “o povo come muita maionese e não espera pela picanha”, um dizer que veremos nesta tese, um pouco mais adiante, ainda neste sub-item. Essas estruturações socio-linguageiras, às quais o presidente recorre para explicar medidas de seu governo são, diz o autor da matéria, como uma estratégia para “transformar as discussões de políticas públicas em jogos de palavras” (A₁₅).

O autor da matéria em foco afirma que as palavras dos políticos movimentam-se como em um jogo, onde há “adversários do gramado, ministro que escalou um colega, um goleiro que pega todas”, ou mesmo, quando o presidente do Banco Central procura “driblar a marcação da opinião pública sobre a política monetária.”. Todas essas situações, cujas *vestimentas* metafóricas podem ser vistas como algo “pitoresco”, na visão de Garcia (1977), são reveladoras de uma preocupação extra-lingüística.

Esse emprego da metáfora, segundo opinião inserida no texto da matéria trazida neste item para análise, revela “uma preocupação em falar linguagem popular para manter uma falsa interlocução com as massas”, o que se trataria de

uma espécie “contaminação”¹²⁸. Uma outra reflexão trazida ao texto é a de que “usar figuras de linguagem é uma saída para quem não quer ser cobrado pelo que diz.”¹²⁹.

Em relação ao emprego da metáfora como “falsa interlocução”, é perceptível que há, por parte do governo, uma preocupação de proximidade com as massas, massas que parecem, cada vez mais, impacientes por realizações concretas, realizações que as metáforas do presidente Lula e de sua equipe parecem “empurrar”, na prática discursiva, e em outras práticas, para mais adiante. Já em relação ao emprego da “metáfora como uma saída”, essa opinião trazida à matéria em questão, fazemos algumas ressalvas. Em primeiro lugar, vemos com reservas, a perspectiva reducionista de se associar o uso de figuras de linguagem a “uma saída para quem não quer ser cobrado pelo que diz”, muito embora as redes de memória da história política do país possam favorecer esse *gesto de interpretação*. Em segundo lugar, reconhecemos a subjetividade da metáfora, mas não vemos aí, necessariamente, um grau menor de comprometimento, grau esse que pode também estar presente em um discurso não metafórico. Atribuimos essa reflexão da metáfora, enquanto uma “saída”, às circunstâncias de presentificação das redes de memória que embalaram com promessas, os sonhos do imaginário coletivo do povo brasileiro.

O léxico das metáforas: “reta final, bola, goleiro, gol” ou “gol contra, adversários, escalado, pênalti”, pertence, originariamente, a um determinado campo que poderia ser definido como “micro-sistemas semânticos”¹³⁰. Essa é uma concepção que trazemos para nossa análise, a partir da visão de léxico de Maingueneau (1997), quando este autor, leva em conta as virtualidades oferecidas pela língua e as especificidades que cada termo adquire ao se relacionar com outras unidades léxico-semânticas. É, mais uma vez, independente do caminho teórico que se faça, o reconhecimento da relação matriz da AD entre língua e sujeito. Para reforçar esse ponto de vista, retomamos a concepção de “rumor dialógico” bakhtiniano, no qual as palavras dialogam entre si, indo ao encontro das relações entre essas unidades e os sentidos construídos na interlocução. O que se pode inferir, a partir daí, é que as metáforas do presidente Lula e de sua equipe podem

¹²⁸ Opinião que Abranches, autor da matéria em foco, atribui ao sociólogo da UNICAMP, LAYMERT GARCIA DOS SANTOS.

¹²⁹ Essa reflexão, segundo o autor do texto, é da professora ALESSANDRA ALDÉ, da Universidade do Estado do Rio.

¹³⁰ Vemos nessa percepção, uma aproximação do dizer de Sarfati, que vê nos micro-sistemas lexicais, a expressão da subjetividade lingüística (cf. sub-item 2.3).

mesmo estar sendo usadas como uma ponte que pretende reduzir a distância entre os sentidos construídos nos espaços discursivos situados entre a posse do presidente Lula e os sentidos vivenciados na presentificação das redes de memória dos sujeitos que antes viam a esperança vencer o medo. Sujeitos que, como nós, vivemos hoje, na atualidade, o medo de perder a esperança, uma esperança ainda presente em nossas redes de memória, redes tecidas na contigüidade de uma história que não se quer fazer esquecer.

Acreditamos poder, provavelmente, fazer uma aproximação entre as FDs e FIs e os micro-sistemas semânticos. A esse respeito, Maingueneau (1997, p.30) afirma que “um lexema não é uma unidade plena, mas o resultado de um trabalho e o ponto de encontro entre uma pluralidade de processos de estruturação.”. Esses processos de estruturação ocorrem nos espaços das FDs e FIs (uma estruturação, insistimos em dizer que nós vemos como passível de aberturas). As metáforas do presidente Lula e de sua equipe são formuladas nesses processos de estruturação, no qual entram em jogo as duas faces da I.D., das quais já tratamos algumas vezes neste estudo: “a face social e a face textual”. Os efeitos de sentido dessas metáforas decorrem desses processos que se estabelecem no trajeto da história e nas condições em que são produzidos.

Passando para a análise da relação entre o homem político e a palavra, é quase inevitável perceber que o homem no poder parece “brincar” (perigosamente) com as palavras, como se estivesse encaixando peças de um “puzzle”, tentando apropriar-se da língua nas práticas discursivas, aproximando-se do que seria, seguindo ainda Bonnafous; Tournier (1995) fazer a “lei lingüística”. No caso da utilização das metáforas, por parte do presidente Lula e sua equipe, situando especificamente a questão da paciência, abordada pelo presidente de forma recorrente, temos um sujeito enunciador que se utiliza de situações triviais da vida cotidiana, nas quais é preciso, e inevitável, esperar para que as coisas aconteçam “normalmente”. É o que ele tenta deixar “claramente implícito”: o período de uma gestação, a espera que antecede uma colheita, o tempo que uma criança leva para falar, para andar, etc. É dessa forma que o presidente Lula se dirige ao seu *auditório*, ao seu povo.

Esse *auditório* que se mostra apressado, talvez porque tenha construído, nas redes de memória, o fio da esperança, e acreditado que a mudança esperada se concretizara, já a partir daquele 2 de janeiro de 2003. Muito mais do que isso, o que

parece ocorrer é uma espera infundável, para a presentificação da esperança, que já ultrapassa “os nove meses de uma gestação, os 90 dias esperando a colheita do feijão”, etc e que, tampouco, tem visto “o bom cardume passar”. Com a imagem contraditória da expressão “claramente implícito”, fazemos uso do que pode ser definido como um oxímoro e que é, por excelência, segundo Ricoeur (2000, p.258), “um epíteto impertinente”. Com essa característica de impertinência, trazemos também as contradições de uma prática política, em torno da qual o debate lingüístico se faz entre dois pólos contrários:

as forças de estabilização, que podem se chamar dicionário e gramática de referência, níveis de língua [...], e as forças de desestabilização, trazidas pelo oral heterogêneo, pela escrita paradoxal, pelo texto polêmico [...] Nada é neutro no conflito de poder sobre o sentido e as formas (BONNAFOUS; TOURNIER, 1995, p. 68, 69).

Polêmicas e controversas têm sido as sucessivas metáforas do governo Lula, cujos efeitos de sentido esvaziam-se, pouco a pouco, e abrem, cada vez mais um fosso que separa, de forma abissal, o curso de uma história política recente de sua atualidade: a presentificação dos acontecimentos não está em sintonia com as redes de memória. Podemos mesmo derivar para um *gesto de interpretação* perpassado de ecos discursivos, de vozes outras, que já não vêm mais, na manifestação da atualidade, elos de ligação entre as vozes que construíram a história do PT de ontem com as vozes que fazem a história do PT de hoje¹³¹.

Em agosto de 2003, oito meses, portanto, após a posse do presidente Lula, o “estilo metafórico” de seus discursos, já provocava efeitos de sentido contraditórios. É o que se pode perceber na matéria “Haja Paciência”¹³² (A₁₁), um texto, essencialmente, opinativo – que nós vimos a possibilidade de classificar como crônica, esse estilo menos literário e mais próximo do cotidiano (cf. **INTRODUÇÃO**). Nesta matéria, o autor faz uma avaliação da freqüência com que as metáforas aparecem na fala do presidente, e dos riscos que representam o que mais parece uma folclorização, segundo o autor:

¹³¹ Temo dizer que a era do PT já era, mas não consigo silenciar esse dito inquieto que me atemoriza. (Nota da leitora/intérprete, autora desta tese).

¹³² Haja paciência, CLÓVIS ROSSI. Folha de S. Paulo, A2 Sábado, 23 de agosto de 2003, em anexo.

o que não pode é um líder político ser folclorizado. Esse é o risco que corre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o uso abusivo de metáforas, que já virou quadro [...] [de programa humorístico]. A folclorização corrói lenta mas mortalmente a imagem. **(A₁₁)**.

O título da matéria em pauta – “Haja paciência” produz, por si só, efeitos de sentido de uma exaustão do povo brasileiro, pelo menos, de grande parte. A mídia deixa transparecer essa exaustão, diante do distanciamento de sentidos que faz circular, entre as promessas de campanha e as realizações que foram sonhadas em nome da esperança de mudanças; é um *gesto de interpretação* possível, afirmamos, a partir das práticas políticas do cotidiano, em contraponto as práticas discursivas que apregoavam a esperança.

É importante também ver, com cautela os efeitos que a mídia produz, espetacularizando, muitas vezes, alguns fatos. Eco (2001, p.89) faz um convite à imprensa e ao mundo político, para que se procure “olhar mais para o mundo e menos para o espelho”. Esse “convite-apelo” alerta para os riscos do interesse da imprensa, enquanto “quarto poder”, por um lado, e do poder político, do outro, um entremeio que deixa aos leitores mais do que *pontos de deriva*; deixa-os, por vezes, inteiramente à deriva.

Entretanto, os fatos existem, e a imprensa se vale de seu poder e de sua potência, para vesti-los (fantasiá-los, disfarçá-los, por vezes) e fazê-los desfilar diante de seus leitores. Os brasileiros, mais especificamente, aqueles cansados de promessas (e são muitos!) feitas ao longo de muitos anos, não estão propriamente enchendo a barriga de maionese enquanto esperam a picanha, diz Clovis Rossi, o autor da matéria em pauta – “Haja paciência” **(A₁₁)**. Neste momento da matéria, o autor estabelece um elo na interdiscursividade que vai até uma das muitas metáforas do presidente Lula, na qual os sentidos da palavra paciência são trabalhados, na perigosa relação entre o poder da palavra e o poder político, bem como na relação “que funde” a vida pública e a vida privada:

Eu não sei se vocês já perceberam, quando vocês vão numa churrascaria comer um rodízio, tem aquele apressado que tudo que é maionese que vem ele come, que tudo que é lingüiça que vem ele come. Aí, quando chega a hora da coisa nobre, ele já está com o bucho cheio, ele não quer mais a picanha, a costela, a chamada

carne nobre. Ele já não consegue comer. Pagou por ela e não comeu porque foi apressado¹³³.

Para Clovis Rossi, o autor da matéria “Haja paciência” (**A₁₁**), essa metáfora do discurso do presidente Lula, acima citada, pode ser transportada para a vida brasileira, um transporte que nós, analistas do discurso, vemos como possível no trajeto que liga os interdiscursos. No dizer da matéria, “Haja paciência”, “o pessoal come a maionese da educação precária, da saúde lamentável, do emprego merreca, da renda insuficiente, não por pressa, mas porque não lhe é oferecido, nunca, a picanha da boa educação, saúde, renda etc. e tal” (**A₁₁**). Esse transporte da metáfora do presidente para a vida brasileira é feito em uma extensa travessia de redes de memória, que não datam de uma história recente, o que é visto na heterogeneidade “mostrada” do enunciado da matéria: “o brasileiro está esperando picanha há 500 anos e tem o direito de reclamar, até porque faz 23 anos (e não só oito meses) que o PT de Lula promete carne boa. Deveria, portanto, saber como entregá-la” (**A₁₁**).

Em situações como essa, quando a credulidade de um povo que elegeu “democraticamente” seus governantes já dá demonstrações de descrença, diante de promessas políticas não cumpridas, as ligações entre a mídia, a palavra e o poder político se tornam, cada vez mais perigosas, à medida em que aumenta o fosso entre memória e atualidade. O “convite-apelo”, do qual falamos neste item, é significativo em circunstâncias nas quais a espetacularização se sobrepõe aos fatos. A imprensa, por vezes, deixa de exercer a sua função de informar, de esclarecer, desrespeitando a deontologia jornalística, que busca checar a veracidade dos fatos, como afirmamos anteriormente.

Apesar da mundialização, da globalização, o mundo se reduz, na maioria das vezes, a um quadrilátero geográfico, que não deixa ver o resto do mundo. Essa visão restrita surge em consequência de práticas discursivo-ideológicas que vêem o mundo como um quadrilátero tão minúsculo, cujos ângulos só se vêem a si mesmos. A imprensa deve ter o compromisso de possibilitar a reflexão, para além desses ângulos; ela não deve representar o papel de um “espelho” voltado para a parede, só para não ver refletida uma imagem que se quer obscurecer.

¹³³ Discurso do presidente Lula, por ocasião do lançamento do Pólo de Fruticultura da Amazônia, Folha Online em 21/08/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u52580.shtml>. Acesso em: 24 nov 2004.

Diante das metáforas do poder político, exercido a partir de práticas discursivas, o *auditório* deve permanecer atento aos efeitos de sentido, para que essas metáforas, ditas contaminadoras da fala dos ministros (cf. **A₁₅**) não obscureçam o valor poético e quase mágico desse recurso da linguagem, onde os sentidos se desdobram e transitam entre o real e o virtual. Na história política da atualidade, nossos sentidos precisam de metáforas que façam emergir os reais sentidos da palavra esperança. A simbologia da metáfora não deveria se transformar em uma prática discursiva da cotidianidade, banalizada no trajeto que liga o público ao privado.

Essa prática parece estar sendo exercida com a finalidade de opacificar os sentidos, de se utilizar dos efeitos desses sentidos, desse “enlace lingüístico” (BOSI, 1983), para provocar o que mais parece ter um efeito de uma espécie de divórcio entre o dizer e o fazer. Com essa utilização, a metáfora é provocadora dessas “ligações perigosas” entre a palavra e o poder político, ao aparentar uma suposta leveza, em um discurso no qual a vida pública e a vida privada fundem-se, confundem-se; uma “confusão” perigosamente provocada pela fala do poder e pelo “mutismo” de parte um *auditório*, à espera de mudanças, que ainda permanecem vivas nas redes de memória.

O presidente Lula imprime na fala autorizada pelo poder, expressa em um gênero de parábolas do cotidiano, a presença de interdiscursos, de cuja materialidade ouvem-se ecos discursivos que deixam, sempre, transparecer a idéia de que o povo permanece no poder. Dessa forma, os sentidos são opacificados, uma opacificação que, se por um lado, aproxima povo e poder, pela aparente identidade das formulações da prática discursiva (uma identidade presente no imaginário coletivo), por outro, abre frestas para a consolidação de um sentido ilusório do poder. Esse poder ilusório faz o povo se sentir parte dele, um sentido quase institucionalizado, advindo dos *pontos de deriva* e da não-transparência das práticas discursivas que refletem e são refletidas nas práticas políticas, cujos sentidos a mídia faz circular.

É diante dessas “ligações perigosas” entre o poder da palavra e o poder político, que vemos a metáfora perder o seu encanto e deslizar para outros sentidos, menos metafóricos, em termos de recurso de linguagem, e mais políticos, em termos de práticas discursivas. Dessa forma, perderíamos a chance de ter na metáfora, efeitos de uma poesia originada na “homologia simbólica” de que nos fala Massaud

Moisés, no início deste item. Não veríamos mais metáforas como a do silêncio: “um silêncio que é como um lago, uma superfície lisa e compacta. Dentro, submersas, as palavras aguardam. E é preciso descer, ir ao fundo, calar, esperar”¹³⁴.

São essas palavras submersas emergindo, aos poucos, até a superfície da materialidade lingüística que estão na origem do “rumor dialógico” de que fala Bakhtin (1981) e que, ao se manifestarem, trazem em si as duas faces inseparáveis da I.D.: a textual, e a social. Na interlocução das práticas discursivas de nossa cotidianidade, temos que estar atentos para não permitir que essas “metáforas políticas” nos adormeçam, nos anestesiem, deixando-nos letárgicos e sonolentos (no embalo das redes de memória), a ponto de não termos forças para lutar por nossos direitos nem de cobrar as promessas políticas de campanha, que se diluem, aos poucos, metaforicamente, nas práticas discursivo-políticas.

A presentificação da história via enunciação, no seu eixo discursivo, é um momento único, mas não isolado. Nele, se entrelaçam redes de memória do sujeito, construídas a partir dos interdiscursos que vão constituindo as sociedades contemporâneas que se sucedem.

¹³⁴ Metáfora empregada pelo escritor Octavio Paz, em seu livro *O Arco e a Lira*, Trad. de Olga Savary. Coleção Logos, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982, p.179.

CONCLUSÃO

*Ai, palavras, ai palavras,
Que estranha potência, a vossa!
Ai, palavras ai, palavras,
Sois de vento, ides ao vento,
No vento que não retorna,
e, em tão rápida existência,
tudo se forma e se transforma.
Sois de vento, ides ao vento,
e quedais, com sorte nova.*

Cecília Meireles

Um sentimento de inquietude predominou em todo o decorrer desta tese: uma sensação de se percorrer caminhos transversos, cada vez mais cheio de cruzamentos e de atalhos. Buscávamos respostas e nos víamos diante de perguntas que se sucediam. Essa inquietude incessante e um quase estranhamento, face aos trajetos deste estudo, nos levaram, primeiramente, a refletir sobre o que diz de Certeau (1990b, p.7):

Habitualmente, o estranho circula discretamente em nossas ruas. [...] mas é a serviço de uma ‘inquietude’ que vem de mais longe, uma força inesperada. Seria uma irrupção ou a repetição de um passado? Essas linguagens da inquietude social, parecem recusar, na mesma medida, os limites de um presente e as condições reais de seu passado. Daí, esse caráter de imemorial que se liga às irregularidades da história, como se elas encontrassem um começo sem passado, o fundo obscuro de uma incerteza, uma ‘singularidade’ latente, desvelada no plural contínuo dos acontecimentos.

Atravessar redes de memória, descobrir elos e rupturas que as aproximam ou as distanciam da atualidade, provocou, por um lado, essa sensação de “um caráter de imemorial que se liga às irregularidades da história”, da qual nos fala de Certeau (1990a), na citação acima. Por outro lado, por mais contraditórios que sejam os percursos da travessia entre memória e atualidade, por mais que a história não obedeça a uma regularidade prévia, não se pode pensar, concretamente que haja “um começo sem passado”. Nesse sentido, voltamos nosso olhar para o “plural contínuo dos acontecimentos” e para as práticas discursivas polifônicas que os envolvem, no exato momento da singularidade “evenemencial”, essa expressão

bakhtiniana da qual fizemos uso, com base na percepção de Amorim (2002), que vê o acontecimento, assim dimensionado, no seu sentido filosófico.

Foi por esse viés que buscamos, na materialidade lingüístico-discursiva das matérias jornalísticas e dos trechos selecionados para análise, as “ligações perigosas” entre a mídia, a palavra e o poder político. Para tentar “desvendar” essas ligações, apoiamo-nos nos fundamentos da AD de tendências francesas, cujas abordagens da atualidade vivem as crises das mutações epistemológicas, próprias à evolução dos tempos, das idéias e dos sujeitos.

Para nós, no estranho “que circula discretamente em nossas ruas”, recorrendo, mais uma vez, ao dizer de de Certeau, trazido para esta conclusão, situam-se as vozes que se cruzam nos interdiscursos e se refletem nos intradiscursos, em um movimento de refração, no trajeto das instâncias discursivas que atravessam a história e “embalam” as redes de memória dos sujeitos.

Nos dias de hoje, surge uma necessidade de avaliação da parte de diferentes instâncias institucionais, sejam elas políticas, midiáticas ou de outra natureza. Uma necessidade que sentem também os “pensadores” da contemporaneidade, e que “impulsiona a AD para a intervenção social e abre a possibilidade de uma co-produção de novos conhecimentos e, até mesmo de intervenções técnicas e conceituais entre diferentes domínios solicitantes da AD.” (MAZIÈRE, 2005, p.98).

É inegável que, de Santo Agostinho até nossos dias, passando por Foucault, Bakhtin, Pêcheux e tantos outros sujeitos, inquietos diante do dizer, muitas concepções teórico-metodológicas foram trabalhadas em torno do discurso: da construção à desconstrução de idéias, dos sentidos ressignificados aos sentidos inovados, uma construção que se dá nos discursos transversos.

Trabalhamos o movimento do discurso na mídia, na imprensa escrita neste estudo, tentando perceber a inscrição das ciências e da sociedade nas materialidades discursivas. Vimos, segundo Moirand (2004), como se dão, na veiculação da mídia, as formas de preservação das palavras – da palavra esperança, em particular, das construções e dos dizeres que fazem o curso da história, e que estabelecem as relações entre ciência, natureza e sociedade, na memória coletiva de uma sociedade de falantes.

Trouxemos, para esta tese, uma perspectiva que se cone situi m, umadas

e(r)4.8ranas()5.3(deF)-6.3Fouc71(a)-5.9un1n p̄ros()5.3re7(at)8.1(u)04.6(d)4.7(o)-5.9w()5.3(do(d)4

um “corpus” extraído da imprensa escrita, predominantemente, para atravessar espaços discursivos distintos, na temporalidade e nas condições em que são realizadas as práticas discursivas dos sujeitos.

Dessa forma, foi possível perceber, no que nós denominamos “Contos de uma Posse”, os diferentes efeitos dos sentidos da palavra esperança, construídos nas matérias jornalísticas selecionadas, daquele dia 2 de janeiro de 2003. Esses sentidos, expressos na “esperança de um Brasil melhor” (**A₃**), vislumbravam a “verdadeira mudança do Brasil” (**A₄**) e chegavam até a virtualidade do abraço da multidão presente à posse, um abraço que o jornalista chegou a considerar como a promessa da “instituição” de um novo poder (**A₅**).

Com o passar do tempo, o viço daquela esperança de mudança, cujos reflexos a mídia em geral e a imprensa escrita, mais particularmente, nos fizeram perceber nos **CONTOS DE UMA POSSE**, foi, aos poucos, se diluindo nas práticas discursivas dos sujeitos enunciadorees, quando “autorizados” pelo poder político e que se contrapunha ao poder de outrora – o poder da oposição. Essa fala autorizada dos sujeitos enunciadorees é uma fala cujo poder é exercido concomitantemente ao do **PODER DA PALAVRA**, provocando, assim, o que nós consideramos como as “ligações perigosas’ entre a mídia, a palavra e o poder político.”.

Na contramão do que seria uma conclusão, vemos que, na travessia da opacidade dos sentidos dos discursos, de sua não-transparência, haverá sempre espaço – enquanto “vetores de direção”, no dizer de de Certeau (1990a, p.173), para a opacificação de sentidos outros, envoltos, ou condicionados aos sujeitos dos discursos e aos discursos dos sujeitos.

Trabalhamos, nesta tese, com a relação inconstante e circunstancial entre estrutura e acontecimento, a partir de Pêcheux (1990a). Assumir essa postura é situar-se exatamente nesse espaço de alternância entre objetividade e subjetividade. Trata-se de um espaço de ressonâncias, ocasionadas pela irrupção do acontecimento, e que provoca o dito “abalo da estrutura”. É o acontecimento com o seu “frescor”, para empregar esse significativo epíteto foucaultiano que, do ponto de vista da presentificação das redes de memória, vai destacar as singularidades da instância enunciativa. Mas são essas mesmas singularidades que se pluralizam em múltiplos efeitos de sentido, opacificando as práticas discursivas, nas quais se constroem as relações sociais dos sujeitos em interação. Exemplos dessas singularidades “pluralizadas” e, ao mesmo tempo, opacificadoras de sentidos, são os

“faits-divers” minúsculos, inseridos em algumas das matérias analisadas nos **CONTOS DE UMA POSSE**: por exemplo, a presença do cearense Vaca Louca, o empresário vestido de Papai Noel (**A₄**).

São ainda significativos os detalhes desses contos, cujo tom da informação é acrescido de uma modalização de intensidade, quando o jornalista fala da forma como o Rolls Royce, depois de ligado pelo motorista do Palácio, de 52 anos, “começou a deslizar suavemente¹³⁵ [a vitória já não pedia pressa] rumo à faixa presidencial” (**A₂**).

Essas/61.5 08aTD048 00(E20000r8a.TD da)-5.(s)1.2Tw[(Es(\$1.2(d)4.2se)-6.4()4.2(amb)1.2

acontecimento na imprensa escrita e a sua circulação contribuem para uma espécie de viagem discursiva, na qual, segundo Moirand (2004, p.16),

as palavras que as mídias fazem circular adquirem colorações novas ao longo de suas viagens, e retornam às mídias coloridas dos sentidos novos que adquiriram no caminho, e amputadas dos sentidos originais que elas perderam: o que se atualiza, é, finalmente, a 'memória' que a palavra transporta, sentidos, por vezes contrários, à vontade de seus enunciadores [...]

É justamente nessa viagem léxico-semântica em que circulam os sentidos, nas condições de produção em que ocorre a enunciação, que a objetividade e a subjetividade se entrelaçam, acompanhando as inquietações do homem desde sempre, inquietações manifestadas nas práticas discursivas em que se constroem as relações sociais, em uma sociedade de falantes.

No decorrer desta tese, há, em muitos momentos, uma tentativa de aproximar conceitos, vistos em muitas ocasiões como distintos, mas que entendemos, sobretudo, como complementares para nossas reflexões. Essas conclusões estão longe de absolutizar os efeitos de sentido nos textos analisados e trazê-los como únicos, definitivos. Essa absolutização seria, para nós, uma atitude nada razoável, uma vez que, em se tratando de ciências da linguagem, nas quais se insere a AD, não haveria como se pensar em parâmetros doutrinários, fechados.

Uma outra questão, contraditória e tensa, que trouxemos para este estudo, tratou da relação entre o sujeito e seu universo social, no qual a linguagem é constitutiva e se manifesta textual e socialmente (I.D.), donde o reconhecimento de um determinado discurso, nas condições de produção em que ele é realizado. No entanto, esse mesmo sujeito, que se constitui discursivamente nas condições de produção, é o sujeito enunciator das “escolhas” que vão construir suas práticas discursivas.

Temos “consciência” (a que pensamos ter ou a que é possível ter) de que em muitos momentos não respeitamos as linhas divisórias das terminologias, das categorias. Nessa espécie de “desobediência epistemológica”, tentamos, talvez, nos aproximar do que disse Pêcheux (1981b) a respeito do exterior de um discurso: o exterior de um discurso não representa o além de uma fronteira, e sim, um aqui, no qual as fronteiras não são delimitadas.

Para seguir outros adiantes, em outros trabalhos de pesquisa, e sem nos determos em conclusões definitivas, gostaríamos de dizer que nos distanciamos (e muito!), do niilismo de Nietzsche, mas rendemo-nos às tantas auroras que ele afirmava não terem ainda brilhado¹³⁶. Entretanto, na expectativa dessas auroras, não há como se negar o mistério que as envolve, não há potência que desvele o devir, às vésperas de um novo dia. Apropriamo-nos sim, das auroras de que fala Nietzsche, mas as vemos sob outro olhar. E, por maior que seja a verve do/da poeta, ou o sexto sentido de alguém que pretende perceber de antemão essas auroras, há sempre, em cada uma delas, parcelas do inesperado. É uma perspectiva que se encontra com o “sonho lírico” de um discurso que Foucault (1999) vê no surgimento de algo inteiramente novo, surgindo sem cessar. Essa idéia de “frescor”, segundo o autor citado, é advinda das coisas, dos sentimentos e dos pensamentos, uma idéia que nós percebemos no entrecruzamento da interdiscursividade das redes de memória que se corporificam nas práticas discursivas da atualidade, promovendo encontros e desencontros, encantos e desencantos.

São redes de memória do sujeito, entremeadas inter e intradiscursivamente, que representam o “sonho lírico” do discurso de Foucault (1999), que renasce, na multiplicidade e na singularidade do acontecimento que liga atualidade e memória. Uma memória que, às vezes, se quer fazer esquecer e, paradoxalmente, uma atualidade que se quer guardar na memória; ou ainda, fazendo um percurso inverso: o de uma “memória” que se quer preservar e de uma atualidade que se pretende esquecer.

Ambos os percursos se constroem nas relações interpessoais, como também e, inevitavelmente, na contradição, nesse emaranhado que é a travessia da dualidade de todo ser humano, uma dualidade que não pode prescindir nem do tempo nem do espaço, nem tampouco das condições “favorecidas” por essas instâncias enunciativas. É justamente por isso, por esse caráter provisório, “evenemencial” (um termo que optamos por trazer à nossa tese), que a *vestimenta* do discurso jornalístico, assim como a de todo discurso, envolto nas circunstâncias da enunciação, nos faz ver o/a jornalista ora, como um/a contador/a de histórias, ora, como um/a historiador/a do cotidiano.

¹³⁶ Do livro: *Aurora: reflexões sobre os Preconceitos* Morais, de Friedrich Wilhelm NIETZSCHE, publicado em 1881.

Retomando as perspectivas teóricas desta tese, trazemos a fala de Paveau; Rosier¹³⁷, por ocasião do Colóquio franco-alemão em julho de 2005, na Universidade Paris 12, sobre a AD na França e na Alemanha. Naquele momento, estavam em questão as tendências atuais nas ciências da linguagem e nas ciências sociais, o que as autoras citadas consideram como “a paisagem da análise do discurso na entrada do século XXI”. Para nós, essa paisagem é marcada por relevos diferenciados, que nos servem de horizonte teórico mas que, contraditoriamente, estão na origem de nossas inquietudes.

Consideramos pertinentes as reflexões feitas pelas autoras mencionadas, uma vez que elas nos permitem fazer um percurso de volta às questões trabalhadas nesta tese. Ao falar da diversidade de abordagens da AD, chegando mesmo a dizer que essa disciplina se tornou um verdadeiro continente com seus diferentes países, essas autoras não escondem a preferência – em grande parte, também nossa, pela abordagem semântico-discursiva de Pêcheux. Ao fazer essa escolha, Paveau e Rosier argumentam considerar essa perspectiva de maior potência teórica, além de mais interessante, pela articulação proposta entre história, filosofia e psicanálise. Afirmam, ainda, essas autoras, que a abordagem semântico-discursiva deixa um espaço de abertura entre a lingüística e suas margens, considerando questões culturais e simbólicas, diante da compreensão de mundo.

A partir dessa abordagem, é possível assumir uma postura crítica face à infinidade de práticas discursivas que circulam na “floresta de narrativas” de nossa cotidianidade. Essas práticas discursivas vão ao encontro do que Bakhtin (1981, 1988) considera como os infinitos gêneros discursivos em uma relação inesgotável com a variedade virtual da atividade humana, uma posição que trouxemos para esta tese e que também defendemos, pois é essa variedade virtual da atividade humana que está na origem da não-transparência da linguagem, o foco maior de nossa tese.

Essa postura crítica que assumimos não vai ao extremo do rompimento radical com o nascedouro das idéias, em nome de *vestimentas* científicas da modernidade. Respeitamos os percursos teórico-metodológicos feitos ao longo dos anos e, sobretudo, respeitamos os elos que mantêm acesa a chama da inquietude

¹³⁷ Marie-Anne PAVEAU – U. Paris 13 – EA 3119 Céditec Paris 12. Laurence ROSIER – Université Libre de Bruxelles – groupe international Ci-dit. « Éléments pour une histoire de l’analyse du discours. Théories en conflit et ciment phraséologique ». Colloque franco-allemand : « L’analyse du discours en France et en Allemagne : Tendances actuelles en sciences du langage et sciences sociales ». Disponível em : <http://www.johannes-angermueller.de/deutsch/ADFA/paveaurosier.pdf>. Acesso em: 13 jul 2006.

nos estudos da linguagem. Estamos, talvez, no caminho que traçam para a AD, Paveau e Rosier, quando essas autoras apontam para o fato de que os textos fundadores da AD não são obsoletos, e que vêm sendo retrabalhados por muitos pesquisadores, a exemplo de Courtine, Authier e Moirand. Por um lado, isso não significa, afirmam as autoras citadas, que esses textos devam permanecer intocáveis. Por outro lado, não se pode negar os saberes que eles contêm. a respeito do reconhecimento que se deve ter para com as contribuições que já existem. Para ilustrar essa visão plural, de contribuições múltiplas, estas mesmas autoras afirmam que os filósofos recorrem a Platão e a Aristóteles sem que, para isso, precisem pedir desculpas. Uma reflexão que nos fez ver, mais uma vez, a importância da relação entre a história e as redes de memória do sujeito, através dos tempos: memória e atualidade são categorias indissociáveis.

Foi com essa perspectiva de pluralidade de conceitos e abordagens, respeitando, ao mesmo tempo, a singularidade de cada contribuição trazida para esta tese, que tentamos desenvolver nossas reflexões, fazer nossas análises e tirar algumas conclusões. Partimos de um dos princípios do qual falava Foucault (1996), e ao qual se submete a ordem do discurso: o princípio que fala da “não evidência do sentido”, da “não-transparência do dizer”. Fizemos reflexões sobre a imprensa escrita, em busca dessa não-transparência, da opacificação dos sentidos e tentamos entender os efeitos provocados pelas formulações discursivo-ideológicas que

grande parte do povo brasileiro, não há ponto de encontro entre os sentidos da palavra esperança daqueles **CONTOS DE UMA POSSE**, de 2 de janeiro de 2003 e entre os sentidos da palavra esperança expressos na palavra do poder presentificado que a mídia faz circular.

Ao analisarmos as cinco matérias sobre a posse do presidente Lula, constatamos que as versões de cada jornal tinham, na sua origem, o que seria a gênese material do fato a ser noticiado: a posse do presidente Lula, no dia 02 de janeiro de 2003. A partir daí, cada jornalista, cada jornal faz um trajeto diferente, com algumas similaridades, convergências e divergências, estas últimas nos fazendo ver uma multidão que variou, em uma média de 40, 70, 130, 150, 200 e até 250 mil manifestantes presentes à posse do presidente Lula.

Destacamos a existência dos ruídos, do rumor dialógico, dos ecos discursivos que interferem no trajeto entre a “captação do fato” e a sua *vestimenta* – origens da não-transparência e da opacidade do dizer, esse percurso no qual as vozes se cruzam interdiscursivamente, até se presentificarem na materialidade lingüístico-discursiva. Não há, portanto, sob essa *vestimenta*, como se falar de transparência da linguagem, do discurso. Defendemos nesta tese, no “corpus” analisado, essa não-transparência da linguagem, as formulações que opacificam a prática discursiva mas que, ao mesmo tempo, favorecem a pluralidade de sentidos.

Vimos, por exemplo, dizeres não coincidentes, parafraseando Authier-Revuz (1995): do número de pessoas presentes à solenidade de posse, como foi dito anteriormente, às informações sobre o tempo, sujeito às instabilidades das seqüências discursivas das narrativas jornalísticas: “Nem chuva empana calor da festa”, “Por onde ele andou, o sol estava presente” (**A₃**). Vimos, também, que todas as matérias tentaram mostrar a participação popular, o entusiasmo dos manifestantes, muito embora, sob as seqüências discursivas, tenha sido possível, sempre, perceber deslizamentos de sentido que apontavam para dizeres outros dialogando com os discursos da cotidianidade. A posse do presidente Lula correspondia, naquela atualidade (2 de janeiro de 2003), à realização dos sonhos do imaginário coletivo, nas redes de memória do povo brasileiro, que a história do PT ajudara a construir, até então, ao longo de décadas. Entretanto, aquela memória atualizada em 2 de janeiro de 2003, na presentificação de seu percurso na história, vive as metamorfoses do poder político da história do país.

Quando saímos das narrativas dos “Contos de uma Posse” e falamos do poder da palavra associado ao poder político, essa mesma opacidade é percebida, nos dizeres presentificados pelos sujeitos enunciadorees. Neste momento, é possível o *gesto de interpretação* que vê o deslocamento das FDs e FIs e de seus sujeitos enunciadorees atuando em momentos e em espaços distintos: oposição e poder.

Fazemos uma paráfrase, a partir de um dizer de Jean Cocteau, sobre o verbo amar¹³⁸, para constatar o quanto é difícil conjugar as teorias e as tendências da AD, o que tentamos ao longo desta tese: seu passado não é simples, seu presente é apenas indicativo e seu futuro continua sendo condicional. Condicional porque, situada entre o movimento “bouleversant”, do qual falamos anteriormente, para reforçar a instabilidade situada entre a estrutura e o acontecimento, a AD está longe, reafirmamos, de ser uma doutrina e, como tal, paga o preço, no mundo científico, das teorias que não se pretendem fixas, definitivas.

A AD vê o discurso em sua multiplicidade de efeitos de sentidos, considera as circunstâncias da enunciação e nos faz ver o sujeito no eixo da discursividade, no qual se constroem, reafirmamos, as relações inter e intradiscursivas. Portanto, bem mais do que relativizado entre a divinização e a dissolução, há um sujeito que se relaciona com o discurso, com as condições em que esse discurso é produzido, com o momento singular da enunciação. Há, também, um sujeito no qual reside aquela faculdade de que fala Santo Agostinho, e que consta na epígrafe inicial de nossa tese: “E é por isso, Senhor, creio que disseste tanto às águas como aos homens: ‘Crescei e multiplicai-vos’. – Nessa bênção, penso que nos deste a faculdade, o poder de formular de várias maneiras uma única idéia, e de compreender também de muitas maneiras uma expressão única, mas obscura.”.

O que se espera (a “esperança” que mantemos viva) é que, em nome dessa faculdade, desse poder de formular idéias de formas distintas, os sujeitos não sucumbam ao jogo dos sentidos, cujos riscos podem levar ao extremo de se priorizar a lenda, em detrimento da história¹³⁹. Mas, para a AD, independente da lenda ou da história, o que interessa é perceber o processo de formulações discursivas, no qual

¹³⁸ Le verbe aimer est difficile à conjuguer ; son passé n’est pas simple, son présent n’est qu’indicatif et son futur toujours conditionnel. (Jean Cocteau, diretor de cinema, poeta e escritor francês, 1889-1963)

¹³⁹ [...] “se a história contradiz a lenda, dane-se a história: publique-se a lenda!” (DAMATTA, 2005, p.73). Essa citação é, certamente, inspirada no filme dirigido por John Ford, “O homem que matou o facínora” (1962), clássico do Western hollywoodiano, cuja máxima era a seguinte: “no Oeste, quando a realidade se converte em lenda, publicamos a lenda” Disponível em: <http://www.jornalismo.ufsc.br/jornalismoemcartaz/o%20homem.htm>. Acesso em: 08 set 2006.

ocorre a relação intrínseca história/memória, e as condições de produção do discurso manifestado em sua materialidade lingüística. Vimos que é no espaço discursivo entre a captação de um fato e seu transporte para a imprensa que deslizam as “ligações perigosas” no trajeto entre a mídia, a palavra e o poder político.

Como leitora/intérprete, trouxemos para esta tese, os efeitos de sentido que nossos *gestos de interpretação* perceberam no “corpus” selecionado e que, apesar da não-transparência dos discursos, surgiram dos *pontos de deriva* que os tornaram possíveis. Como analista do discurso fizemos uma travessia possível para entender o trajeto das formulações discursivas; essas mesmas formulações discursivas que, ao opacificar os sentidos, nos permitiram, a um só tempo, derivar para este ou aquele *gesto de interpretação*.

Neste momento, em vias de uma possível conclusão (e a caminho de outras que virão), evocamos um dizer de Thomas Merton¹⁴⁰, colocado à guisa de conclusão, no seu livro “A Montanha dos Sete Patamares”: “Sit finis libri, non finis quaerendi”, cuja tradução apresentada é a seguinte: “Que isto seja o fim do livro, mas de forma alguma o fim da busca.”.

Fazemos um paralelo do dizer acima citado com as nossas concepções, “ao concluir” esta tese, impelida pelas “inquietudes” a buscar sempre, e mais, à escuta de palavras murmurantes e, até mesmo, de silêncios ruidosos. À espera dos discursos que sobrevoam os pensamentos e aterrissam na materialidade lingüístico-discursiva, prestes a reiniciar um novo percurso, em uma contemporaneidade que se instala (ainda que provisoriamente, nesse nosso ciclo vital) na presentificação de uma história, via redes de memória. Uma história que se repete – e recomeça tantas vezes, mas que traz sempre, no seu curso, outros personagens e outras histórias: são os discursos transversos de sujeitos que se relacionam nas práticas discursivas.

O que fica, ao final de tudo e como um começo de muitos questionamentos são os sentidos da palavra esperança, encobertos, mas não protegidos, que foram semeados desde antes dos **CONTOS DE UMA POSSE**, por todos os cantos do país e que, aos poucos, foram sendo opacificados nas “ligações perigosas” a que nós estamos sujeitos; essas mesmas “ligações perigosas” que nós também podemos

¹⁴⁰ Autor do livro *A Montanha dos Sete Patamares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. Editado originalmente em outubro de 1948 e que é considerado a versão do séc. XX, das confissões de Sto. Agostinho.

provocar, “entre a mídia, a palavra e o poder político”, uma relação de “equivocos”, originada nas práticas discursivas, tão pouco transparentes, da cotidianidade.

POSFÁCIO

Há coisas que sei porque os outros me disseram [...] Há outras coisas que sei porque as estudei [...] Mas também sei muitas coisas por experiência própria [...] Mas parece imprescindível revisar, de vez em quando, algumas coisas que acredito saber, compará-las com outros conhecimentos meus, submetê-las a exame crítico, debatê-las com outras pessoas que possam me ajudar a entender melhor. Em suma, buscar argumentos para assumi-las ou refutá-las.

Fernando Savater

Na ordem da filosofia não se persuade senão sugerindo sonhos fundamentais, senão restituindo aos pensamentos avenidas de sonhos.

Gaston Bachelard

Chego a hesitar em reler esta tese; receio rever as coisas que falei e que, se retomadas, já devesse dizê-las de outra maneira. Entretanto, quando as disse, acreditava nas idéias que defendia, e ainda que, hoje, os sentidos possam ser outros, ainda que os *gestos de interpretação* apontem para outras direções, continuo acreditando no percurso que realizei. Mas é preciso, sempre, como diz a epígrafe deste posfácio, “submeter as coisas que acreditamos saber a um exame crítico”, para seguir adiante ou, quem sabe, recuar um pouco, para poder, talvez, fazer outros caminhos.

Percorri algumas redes de memória, tentando ligá-las à “atualidade”, fazendo um trajeto possível, no qual ocorreram, inevitavelmente, contradições, “esquecimentos”: alguns, involuntários... outros, necessários... Não sei se, ao tentar refazer esse trajeto, seguiria os mesmos passos; acredito na perspectiva posta em

uma das máximas de Heráclito de Éfeso¹⁴¹, segundo a qual, pode-se afirmar que “nenhum homem toma banho no mesmo rio duas vezes, pois, quando retorna a ele, nem o rio é o mesmo, nem o homem também.”.

Entre as muitas histórias que circulam em nossa cotidianidade, algumas produzem ressonâncias mais profundas; e não são apenas as *ondas de fundo discursivo*, das quais falamos nesta tese, que provocam essas ressonâncias.

No decorrer de nossas reflexões e de nossas análises, trouxemos, com certa frequência a palavra “esperança”, em relação aos sonhos do imaginário coletivo do povo brasileiro. Em um primeiro momento, falamos dos sonhos que antecedem uma esperança de mudança e, em um segundo momento falamos do sentimento de descrença, diante de mudanças que não aconteceram, na forma como se esperava. Esse quadro, “emoldurado” pelo contexto político no qual situamos nossas análises, ainda nos faz descobrir, em meio ao povo brasileiro, que a esperança vence bem mais do que o medo.

Não falo, no entanto, da esperança em promessas políticas, e sim da esperança no ser humano, de pessoas que nos dão as maiores lições de vida, quando a elas não lhes parece nem ao menos ser permitido sonhar. Falo de um jovem ajudante de pedreiro, que nunca pôde ir a uma escola; um aprendiz da vida, de uma sabedoria ímpar. Iguais a ele, anônimos, existem muitos; mas este do qual falo, e que se chama Adelson, me fez ver muito mais do que a pluralidade dos sentidos de um acontecimento. Reporto-me ao título do item “2.3 Um fato: múltiplas versões”, para contar, resumidamente, o fato que me chamou a atenção. Após meses e meses de trabalho, aquele jovem ajudante de pedreiro, ao qual me referi, juntaria, finalmente, dinheiro para comprar a sua tão sonhada bicicleta. Poucas vezes andou nela; enfeitou-a com adesivos das cores do Brasil – uma brasilidade pouco correspondida, além das cores de seu time de futebol. Dias depois, em questão de segundos, levaram-lhe “furtivamente” a bicicleta, enquanto entrara em uma padaria para comprar pão.

Na linguagem jurídica, aquele fato representava “apenas” um furto, pois não houvera violência nem grave ameaça à vítima. Entretanto, esse “gesto de interpretação” da lei não cabe em meus “gestos de interpretação”, diante do

¹⁴¹ Filósofo pré-socrático (a.C.), considerado o “pai da dialética”.

ocorrido. Para mim, subtrair algo de outrem, de forma desleal, é uma forma de violência, além de uma grave ameaça ao bem estar da coletividade.

Portanto, sabendo do fato que, no meu entendimento, tinha o efeito de sentido de um roubo, e conhecendo bem a história de vida daquele jovem, quis lhe dizer algo, mostrar-lhe o quanto lamentava o ocorrido. Surpreendi-me, entretanto, com sua resposta e seu sorriso, ao mesmo tempo: “- Não se preocupe, Dona Stela, essa pessoa estava mais precisada (sic) do que eu. Eu num (sic) preciso roubar, vou trabalhar e depois compro outra.”.

Havia conformismo naqueles *gestos de interpretação* do fato; era o seu entendimento, a sua versão. E eu não tinha direito de lhe impor os efeitos de sentido que aquele acontecimento tinha para mim e que, certamente, não eram os mesmos daquele jovem sorridente. Preferi silenciar, para não roubar daquele jovem a esperança que ele ainda mantinha viva.

No percurso dessa esperança que se mantém viva, permito-me, ainda, estender este posfácio, para fazer uma digressão que me leva até um universo de referência afetiva, meu nascedouro de “ser sujeito”. Desse universo, ecoam vozes em minhas práticas discursivas, refletidas na atualidade, nas mais diferentes instâncias enunciativas.

E ao vivenciar essas instâncias, atravesso a minha memória psicológica, que não é a memória da qual falo nesta tese, mas que me permite, pela lembrança, ter comigo pessoas inesquecíveis como meu pai. É ainda essa memória, enquanto faculdade psicológica do falante, que me faz olhar para a minha querida mãe, já não mais com essa sua faculdade preservada, e ir sempre adiante, para localizar, em uma rede de memórias, muito mais do que psicológicas, uma memória cuja história é presentificada a cada dia, a cada instante. Nessa presentificação, nesse fio horizontal da atualidade, o movimento das *ondas de fundo discursivo* evoca, nessa rede de memórias de meu universo de referência afetiva, uma travessia de veredas que me levou a descobrir “avenidas de sonhos”.

A história, construída no meu universo de referência afetiva, os percursos das veredas e das avenidas, tecidos e entrelaçados nas práticas discursivas de minha cotidianidade, estão presentes em minha atualidade. Uma atualidade na qual ressoam, vibrantes, os ecos da história de uma convivência polifônica, que me fez sempre ver que a harmonia não se constrói com uma nota só.... Uma visão que está

em sintonia com minhas concepções dos estudos da AD, essa “aventura de muitas vozes”¹⁴².

¹⁴² Expressão empregada oralmente por Jacques Ravel a respeito da AD (cf. MALDIDIER, D. *L'inquiétude du discours*, textes de Michel Pêcheux présentés par Maldidier, D. Paris: Editions des Cendres, 1990, p.8-9.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Claudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ACHARD, Pierre. Memória e Produção Discursiva do Sentido. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. tradução: J. Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p.11-17.
- ACHARD, Pierre. Formation discursive, dialogisme et sociologie. In: *Revue Langages. Les analyses du discours en France*. Paris: Larousse, 1995, p.82-95.
- ADAM, Jean-Michel. *Linguistique Textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Éditions Nathan/HER, 1999.
- ADAM, Jean-Michel. *Le texte narratif*. Tours: Nathan, 1996.
- AGNÈS, Jean. Presse Écrite et Postures Formatives: le Journal, tel qu'Il Intervint. In : *Le Français dans le Monde. Médias, Faits et Effets (Numéro Spécial)*. Paris : EDICEF, 1994, p.118-124.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.
- ALTHUSSER, Louis. Idéologie et appareils idéologiques d'Etat, notes pour une recherche, *La Pensée. Revue du rationalisme moderne* 151, Juin, 1970, p.3-38.
- ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. Introdução ao jogo e as suas regras. 6.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- AMARAL, Maria Virgínia Borges. *Discurso e relações de trabalho*. Maceió: Edufal, 2005.
- AMARAL, Maria Virgínia Borges. Abram aspas! O outro quer falar. In: ZOZZOLLI, Rita Maria Diniz (Org) *Ler e Produzir: discurso, texto e formação do sujeito leitor/produtor*. Maceió: Edufal, 2002, p.149-165.
- AMORIM, Marília. *O Pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo: Musa Editora, 2001.
- AMORIM, Marília. Caderno de Pesquisa, no. 116, São Paulo: Julho, 2002. In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200001&script=sci_arttext&t1..., 04/04/2005.
- AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans le discours*. Paris: Nathan/Her, 2000.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Ces mots qui ne vont pas de soi*. boucles réflexives et non-coïncidence du dire. Tome 1. Paris: Larousse, 1995.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Ces mots qui ne vont pas de soi*. boucles réflexives et non-coïncidence du dire. Tome 2. Paris: Larousse, 1995.

BACHELARD, Gaston. *O direito de sonhar*. tradução: José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Raas, Maria Isabel Raposo, Maria Lúcia de Carvalho Monteiro. São Paulo: Difel, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2.ed. tradução: Michel Lahud e Yara Fratecshi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética*. tradução: BERNARDINI, A. F. et al. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1988.

BAKHTINE, Mikhail. *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris: Les Éditions De Minuit, 1977.

BALZAC, Honoré de. *Ilusões Perdidas*. tradução: Ernesto Pelanda e Mário Quintanda. São Paulo: Editor: Victor Civita, 1981.

BENJAMIN, Walter. Le narrateur. In: *Oeuvres 2. Poésie et Révolution. Essai*. Paris: Denoël, 1971. P.139-169.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*, 2 vol., Paris: Gallimard, 1966.

BERGER, C. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.) *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 273-284.

BONNAFOUS, Simone. Sobre o bom uso da derrisão em J.M. Le Pen, In: *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p.35-48.

BONNAFOUS, Simone; CHARAUDEAU, Patrick. Les Discours des Médias, In: *Le Français Dans Le Monde*. Vanves: Hachette, 1996, p.39-45.

BONNAFOUS, Simone; TOURNIER, Maurice. Analyse du Discours lexicométrie, communication e politique. In: MAINGUENEAU, Dominique (Org.) *Revue Langages*, nº: 117. Les Analyses du Discours en France. Paris: Larousse, 1995, p.67-81.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Contre-feux*. Paris: Liber, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Sur la télévision*. Paris: Liber, 1996.

BRAIT, Beth. O Discurso sob o olhar de Bakhtin. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (Org.) *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. 2.ed. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2003, p.19-30.

BRANCA-ROSOFF, Sonia. et al. Questions d'histoire et de sens. In: *Revue Langages*, nº: 117. Les analyses du discours en France. Paris: Larousse, 1995, p.54-66.

BRETON, Philippe. *La parole manipulée*. Paris: La Découverte, 2000.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos*. Por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Educ, 1999.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. tradução: Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CESAROTTO, Oscar; LEITE, Marcio Peter de Souza *Jacques LACAN UMA BIOGRAFIA INTELLECTUAL*. São Paulo: Editora Iluminuras LTDA, 1993.

CHARAUDEAU, Patrick. Le Contrat de Communication de L'Information Médiatique, In: *Le Français Dans le Monde*. Paris: Hachette/Edicef, 1994, p.8-19.

Chnaiderman, Miriam. Lingua(s) – Linguagem(ns) – Identidade(s) – Movimento(s): Uma abordagem psicanalítica. In: SIGNORINI, Inês (Org.) *LINGUA(GEM) E IDENTIDADE*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002, p.47-67.

CICUREL, Francine. Les Scénarios d'information dans la Presse Quotidienne. In : *Le Français dans le Monde*. Médias. Faits et Effets (Numéro Spécial). Paris: EDICEF, 1994, p.91-102.

CORREIA, João Carlos. O Poder do Jornalismo e a Mediatização do Espaço Público. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Relógio d'Água, Fev 2000.

COURTINE, Jean-Jacques. A estranha memória da Análise do Discurso. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.) *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005, p.25-32.

COURTINE, Jean-Jacques. *Revue Langages*, nº : 62, Analyse du discours politique, Paris: Larousse, 1981.

COURTINE, Jean-Jacques; HAROCHE, Claudine. *Histoire du visage*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1994.

Da MATTA, Roberto. *Tocquevillianas*. Notícias da América: Crônicas e observações sobre os Estados Unidos, Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

de CERTEAU, Michel. *L'invention du quotidien*. 1. arts de faire. Paris: Éditions Gallimard, 1990a.

de CERTEAU, Michel. *La Possession de Loudun*. Paris: Gallimard/Julliard, 1990b.

DEMO, Pedro. *Introdução à Metodologia da Ciência*. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1985.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. O discurso do MST: Um acontecimento na estrutura agrária brasileira. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Coleção Ensaios, Vol.12. Porto Alegre, RS: Editora Sagra Luzzatto, 1999, p.149-172.

DOSSE, François. *Histoire du Structuralisme I. Le champ du signe, 1945-1966 à nos jours*. Paris: Éditions la Découverte, 1992.

DOSSE, François. *Histoire du Structuralisme II. Le chant du cygne, 1967 à nos jours*. Paris: Éditions la Découverte, 1992.

DRUMOND DE ANDRADE, Carlos. *Poesia completa; prosa*. São Paulo: Companhia José Aguilar Editora, 1973.

DUBOIS, Jean. et al. *Dictionnaire de linguistique*. Paris: Librairie Larousse, 1973.

DUCROT, Oswald. *Le Dire et le Dit*. Paris: Éd. De Minuit, 1984.

DUCROT, Oswald et al. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

ECO, Umberto. *Obra Aberta*. tradução: Giovanni Cutolo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

ECO, Umberto. *Cinco escritos morais*. tradução: Eliana Aguiar. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ERBOLATO, Mario L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. 5.ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A Língua da Análise de Discurso: esse estranho objeto de desejo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.) *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005, p.213-218.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 5.ed. tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. tradução: Roberto Machado (Org.). São Paulo: Edições Graal LTDA., 2004.

FOUCAULT, Michel. *L'Archéologie du Savoir*, Paris: Gallimard, 1969.

GALLISSOT, René. Au-delà du sujet philosophique et psychanalytique, au delà du sujet historique: sujet, sujet collectif et théorie sociale, In: *Revue internationale de recherches et de synthèses en sciences sociales*. Paris: Éditions L'Harmathan, 1991/3 n° 101, p. 5-16.

GARCIA, Othon. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1977.

GENETTE, Gérard. *Seuils*, Paris: Le Seuils, 1987.

GREIMAS, Algirdas Julien. et al. *Introduction à l'analyse du discours en science sociales*. Paris: Hachette, 1979.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos; duelos*. São Carlos: CalraLuz, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria. In: Gregolin, Maria do Rosário; Baronas, Roberto (Org.) *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Paulo: Editora ClaraLuz, 2003, p.47-58.

GUILHAUMOU, Jacques. Oú va l'analyse de discours ? Autour de la notion de formation discursive. In : Revista Eletrônica *Marges Linguistiques*, nº: 9, maio de 2005. Disponível em: http://revue-texto.net/Inedits/Guilhaumou_AD.html. Acesso em: 17 abr 2006, p.1-23.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HALIMI, Serge. *Les nouveaux chiens de garde*. Paris: Raison d'Agir, 1997.

HEIDEGGER, Martin. Conferências e escritos filosóficos. In: *Os Pensadores XVI*. 1.ed. tradução: Ernildo Stein. E. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

KAHN, Gisele. Quelques Stratégies Pour Aborder la Presse Écrite. In: *Le Français dans le Monde*. Médias. Faits et Effets (Numéro Spécial). Paris: EDICEF, 1994.

KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e Coerência*. São Paulo: Cortez, 1995.

KOTSCHO, Roberto. *A Prática da Reportagem*. Série Fundamentos 4.ed., São Paulo: Editora Ática, 2004.

KRISTEVA, Julia. *Étrangers à nous-mêmes*. Paris: Gallimard, 1988.

LAGE, Nilson. *ESTRUTURA DA NOTÍCIA*. Série **PrincipioS**, São Paulo: Editora Ática, 2004.

LAGE, Nilson. *LINGUAGEM JORNALÍSTICA*. 7.ed. Série **PrincipioS**, São Paulo: Editora Ática, 2003.

LAMEIRAS, Maria Stela Torres Barros. *ALAGOAS E A IMPRENSA ESCRITA DO SUL DO BRASIL: da narração dos fatos ao discurso discriminatório*. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió: 1999, 108f.

LANTZ, Pierre. Sujet de la connaissance et subjectivité, In *Revue Internationale de Recherches et de synthèses en sciences sociales*, nº 101. Paris: L'Harmattan, 1991, p. 49 - 55.

LLOSA, Mario Vargas. *Cartas a um jovem escritor*. tradução: Regina Lyra. Rio de Janeiro: Ed. Alegro, 2006.

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Kart Marx contra o Barão de Münchhausen*. tradução: Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Busca Vida LTDA., 1987.

- MAGALHÃES, Belmira R. da C. et al. *Série Apontamentos 10*. Da linguagem ao poder: os discursos de Collor e Lula nas eleições presidenciais de 1989, Maceió: Edufal, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências da análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1989.
- MAINGUENEAU, Dominique. *L'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Les termes clés de l'analyse du discours*. Paris: Seuil, 1996.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. tradução: Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. Présentation, In: *Revue Langages* n°: 117. Les analyses du discours en France. Paris: Larousse, 1995, p.5-11.
- MAINGUENEAU, Dominique. L'analyse du discours et ses frontières. In: *Revue Marges Linguistiques*, n°: 9. Saint-Chamas: Editions M. L. M. S. éditeur, Mai 2005. Disponível em: <http://www.margeslinguistiques.com>. Acesso em: 19 set 2005
- MAINGUENEAU, Dominique. *Linguistique pour le texte littéraire*. 4.ed. Paris: Nathan, 2003.
- MAINGUENEAU, Dominique. Les Tendances Françaises en Analyse du Discours. *Compte rendu de la conférence donnée à l'Université d'Osaka*. 12 novembre 1998. Disponível em : <http://www2005.lang.osaka-u.ac.jp/~benoit/fle/conferences/maingueneau.html>. Acesso em: 14 jun. 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. *Dictionnaire d'analyse du discours*, Paris: Seuil, 2002.
- MAINGUENEAU, Dominique; COSSUTA, F. L'analyse des discours constituants. In: *Revue Langages*, n°: 117. Les analyses du discours en France. Paris: Larousse, 1995, p.122-125.
- MALDIDIER, Denise. Elementos para uma História da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, E. (Org.) *Gestos de Leitura*. tradução: Monica Graciela Zoppi Fontana (em colaboração com Maria Cristina Leandro Ferreira). Campinas, SP: UNICAMP, 1997, p.15-28.
- MAINGUENEAU, Dominique. *L'inquiétude du discours*, textes de Michel Pêcheux présentés par Maldidier, D. Paris: Editions des Cendres, 1990, p.7-91.
- MARTINS DA SILVA, L. Imprensa, Discurso e Interatividade, In: Mouillaud, M.; PORTO, S. D. P. (Org.) *O Jornal da forma ao sentido*. tradução: Porto, S. G. Brasília: Paralelo 15, 1997, p.253-271.
- MATTELART, A. *História da Sociedade da Informação*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MAZIÈRE, Francine. *L'Analyse du Discours*. Que sais-je. Paris: Presses Universitaires de France 1.ed., 2005.

MOIRAND, Sophie. De la médiation à la médiatisation des faits scientifiques et techniques: où en est l'analyse du discours? colloque *Sciences, Médias et Société*, 15-17 juin 2004, Lyon, ENS-LSH, Disponível em : http://sciences-medias.ens-lsh.fr/article.php3?id_article=59. Acesso em: 17 set 2006.

MOISÉS, Massaud. *Literatura: mundo e forma*. São Paulo: Cultrix, 1982.

MOTTA, L. G. Teoria da Notícia: As Relações Entre o Real e o Simbólico, In: Mouillaud, Maurice; PORTO, S. D. P. (Org.) *O Jornal da forma ao sentido*. tradução: Porto, S. G. Brasília: Paralelo 15, 1997, p.305-320.

MOUILLAUD, Maurice. Crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, M; PORTO, S. D. (Org.) *O Jornal da forma ao sentido*. tradução: Porto, S. G. Brasília: Paralelo 15, 1997a, p.49-84.

MOUILLAUD, Maurice. O título e os títulos. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, S. D. (Org.) *O Jornal da forma ao sentido*. tradução: Porto, S. G. Brasília: Paralelo 15, 1997b, p.99-116.

OCKRENT, Christine et al. Entretiens Parallèles. In: *Revue Le Français dans le Monde*. Numero Spécial. Juillet, 1994, p.104-116.

ORLANDI. Eni Puccineli. A Análise do Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2005, p.75-88.

ORLANDI. Eni Puccineli. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*, Campinas, SP: Pontes, 2001a.

ORLANDI. Eni Puccineli. *Discurso Fundador. a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2001b.

ORLANDI. Eni Puccineli. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. 4.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI. Eni Puccineli. *Interpretação* (Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico). Petrópolis, RJ : Vozes, 1996.

ORLANDI. Eni Puccineli. (Org.) *A Leitura e os Leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.

PADRÃO PUC MINAS DE NORMALIZAÇÃO: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias. Atualizada de acordo com a NBR 14724 de 30.01.2006. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Pró-Reitoria de Graduação, Sistema de Biblioteca da PUC Minas, Belo Horizonte, Atualização agosto 2006.

PASCAL, Blaise. In: *Os pensadores XVI*. (tradução: Sergio Milliet). 1.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso. Estrutura ou acontecimento*. tradução : Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990a.

PÊCHEUX, Michel. Les Vérités de la Palice: linguistique, sémantique, philosophie. (Mai, 1975). In: *L'inquiétude du discours*, textes de Michel Pêcheux présentés par MALDIDIER, Denise. Paris: Editions des Cendres, 1990b, p.175-244.

PÊCHEUX, Michel. Le Discours: Structure ou Événement. (Juillet, 1983). In: *L'inquiétude du discours*, textes de Michel Pêcheux présentés par MALDIDIER, Denise. Paris: Editions des Cendres, 1990c, p.303-323.

PÊCHEUX, Michel. Préface In: *Revue Langages*, n^o: 62. Analyse du discours politique par Jean-Jacques COURTINE, Paris: Larousse, 1981a, p.4-8.

PÊCHEUX, Michel. La Frontière Absente. (un bilan). In: *Matérialités discursives*: colloque des 24, 25, 26 avril 1980, Université Paris X – Nanterre. Lille: Presses Universitaires, 1981b.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória*. tradução: J. Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p.49-56.

PENNYCOOK, Alastair. A Lingüística Aplicada dos anos 90: Em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda C. (Orgs.) *Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, p.23-49.

PINSK, Jaime; ELUF, Luiza Nagib. *Brasileiro(a) é assim mesmo*. Cidadania e preconceito, 4.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PINTO, M. J. *Comunicação e Discurso*. Introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

RODRIGUES, A. D. *Estratégias da comunicação*. São Paulo: Presença, 1983.

SARFATI, Georges-Elia. *Éléments d'analyse du discours*. Paris: Éditions Nathan, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. tradução: Antonio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Bilkstein. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

SAVATER, Fernando. *As Perguntas da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SERRANI-INFANTE, Silvana. Identidade e segundas línguas, In: *Língua(gem) e identidade*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 231-261.

SIGNORINI, Inês. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em Linguística Aplicada, In: SIGNORINI, I.; Cavalcanti, M. C. (Orgs.) *Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998, p.99-110.

SLEDZIEWSKI, E. G. Sujet et identité, In: *Revue Tiers Monde*.: Éditions L'Harmattan, 1991/3, n° 101, p. 41-48.

ANEXOS

Posse é vista por 150 mil

Multidão recebe Lula com jingle da campanha de 1989; shows aconteceram no gramado da Esplanada dos Ministérios

SILVANA DE FREITAS
CORRESPONDENTE DE BRASÍLIA
JOSÉ ALBERTO BOMBIG
REDAÇÃO ESPECIAL À BRASÍLIA

A festa da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu cerca de 150 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, a Polícia Federal e a Defesa Civil, e culminou com o deslocamento dele pela Esplanada dos Ministérios no Rolls Royce presidencial, saudado pela multidão com gritos e o jingle da campanha petista de 1989.

Em frente ao palco montado para os shows, no gramado da Esplanada dos Ministérios, muitos vestiram-se no mesmo estilo: camiseta vermelha, calça jeans, boina vermelha tipo "Che Guevara", coturno e mochila.

As 10h30, já havia 80 mil pessoas no gramado da Esplanada dos Ministérios. Os números são muito superiores aos das posses de Fernando Collor, em 1990 (20 mil), e de Fernando Henrique Cardoso, em 1995 (4.000).

As pessoas foram atraídas pelos shows a partir do meio dia com artistas como Gilberto Gil, ministro da Cultura e a dupla Zezé Di Camargo e Luciano. A aglomeração foi favorecida pelo tempo melhor do que o previsto pela meteorologia. As chuvas foram esparsas e de pequena intensidade.

O evento durou cerca de duas horas e terminou por volta das 14h, meia hora antes de começar a programação oficial da posse, com o primeiro deslocamento do presidente no Rolls Royce.

Em um dos momentos mais tensos, um grupo invadiu o gramado em frente ao Congresso, entrou no espelho d'água e jogou água nos policiais gritando: "u-hu, a-ha, o Brasil é nosso". Lula havia terminado de discursar.

Eles só se contiveram após um apelo do presidente do PT, José Genoíno, que disse: "Não joguem água nos policiais. Esse pessoal está fazendo um bom trabalho. Estão protegendo essa festa, e não pode ter nenhum tumulto."

Saudada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como "companheiros e companheiras", a multidão que acompanhou a posse do petista na Praça dos Três Poderes era formada por militantes e simpatizantes do partido.

Nem a vitória estriou os ânimos de parte da militância, que chegou a vaiar o vice-presidente José Alencar, filiado ao PL, quando seu nome foi anunciado pelo próprio Lula pouco antes de discursar no Palatário. Mas o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB), inimigo número um do PT local, foi o principal alvo do

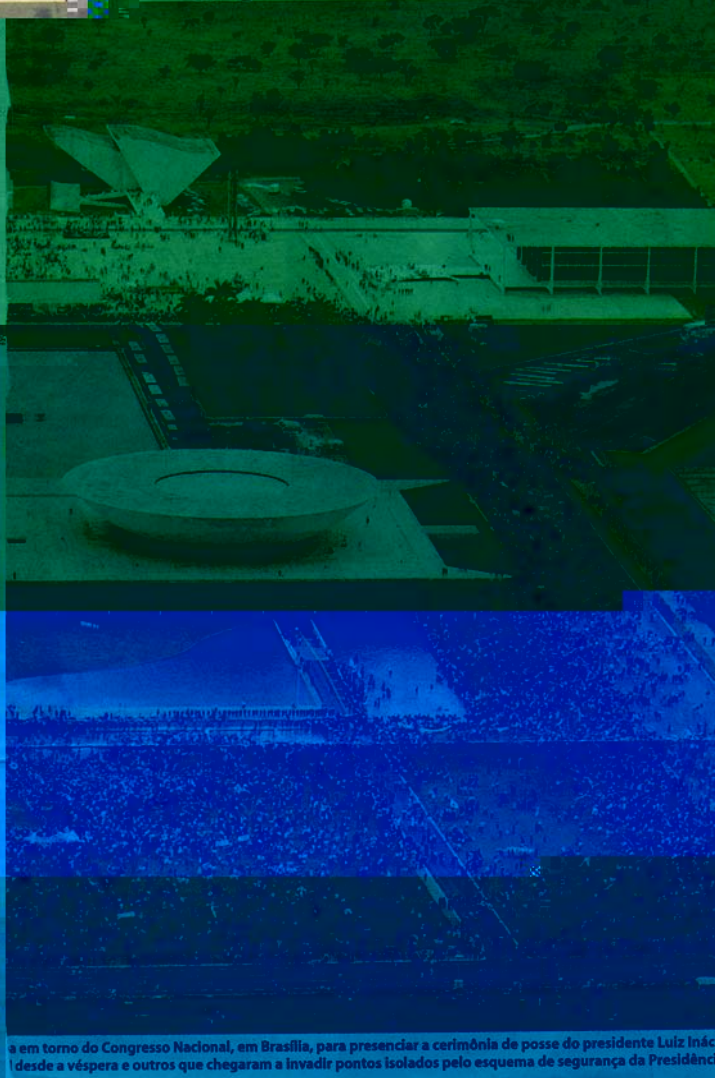
dia. Gritos de "fora Roriz" e de "Roriz, ladrão, roubou a eleição" marcaram o evento. Já o presidente de Cuba, o ditador Fidel Castro, e o presidente venezuelano, Hugo Chávez, foram aplaudidos pelo público quando chegaram ao palanque reservado a autoridades estrangeiras.

Militantes ouviram atentamente o discurso do presidente no Congresso e exigiram silêncio dos demais. Alguns protestaram quando grupos de pagode ensaiaram acordes. "Deve ser a oposição frustrada. Porque quem tem a estrela no coração não atrapalha", declarou uma das participantes da comemoração.

Quando Lula chegou ao pé da rampa, a multidão derrubou, em alguns trechos, a grade de contenção. Muitas pessoas choravam e gritavam.

Nenhum incidente grave foi registrado pelo comando da Polícia Militar montado no local após considerável movimento de tropas. Houve o atropelamento de uma mulher de São Paulo, conhecida como Adelaide, e harboro. Ela teria sofrido pequenas escoriações e foi levada a um hospital.

Colaboração: RICARDO WESTIN e RUI DANTAS da revista "O Brasil" e de JULIA EDUARDE e PRÉCILA ZANZEN da Folha de São Paulo



...a em torno do Congresso Nacional, em Brasília, para presenciar a cerimônia de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde a véspera e outros que chegaram a invadir pontos isolados pelo esquema de segurança da Presidência

Povo toma as ruas e solenidade vira celebração

Enquanto Lula saudava a multidão, ouvia como resposta gente cantando, pulando, dançando e gritando seu nome em meio a bandeiras do PT e do Brasil

FAUSTO MACEDO

BRASÍLIA – Lá vem o presidente Lula, acenando e sorrindo, para delírio e festa de uma multidão que se acotovelava nos gramados da Esplanada e empurra perigosamente para trás o cordão de soldados e grades de ferro. Eram pontualmente 14h30 em Brasília, quando o Chevrolet preto da Presidência da República – Lula lá, no banco traseiro – nasceu à noria da Cate-

...onal unidade militar criada no Império, em 1808. Montando Banca, uma egua com 406 quilos e 6 anos de idade, o oficial em uniforme de gala, branco com detalhes em vermelho, apresentou-se a Lula: "Senhor presidente, eu, capitão Mariotti, comandante da escolta de honra, peço sua permissão para escoltá-lo."

...vii e a viagem foi retomada. O povo avançou e os cantos ecoavam pela Esplanada: "Olé, olé, olé, olé, Lula, Lula." F. Lula sor-

...o novo presidente desceu do veículo oficial, voltou-se para um lado e, determinado, levantou o braço direito. Girou o corpo e ergueu o braço esquerdo, o punho cerrado. Era a sua saudação para um povo que queria vê-lo e tocá-lo, uma gente humilde que respondia cantando, pulando, dançando e gritando seu nome. Tremulavam as bandeiras vermelhas do PT e Bandeiras do Brasil. Fogos estouravam. Estava começando a grande comemoração da posse.

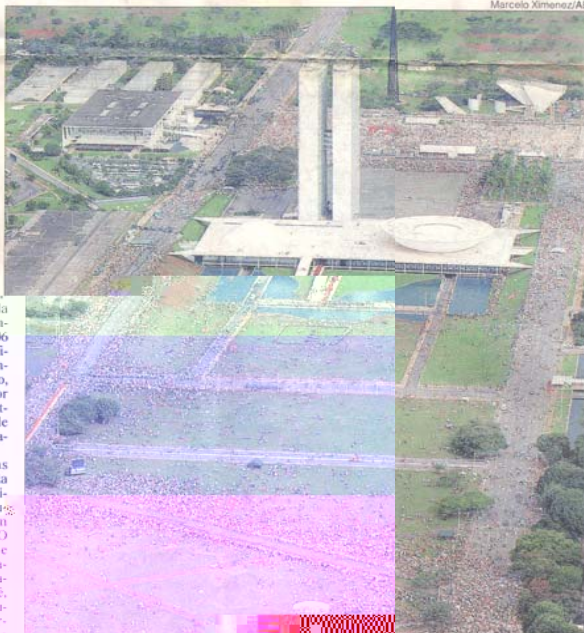
POVO AVANÇOU E OS VERSOS

...dade protocolar. Em meio à algazarra dos companheiros – que queriam romper o cerco e tocar Lula – o capitão Antonio César Esteves Mariotti, de 27 anos, pediu autorização do presidente para fazer a escolta.

Dragões – Comandante da guarda de honra do presidente, Mariotti tinha sob seu comando um efetivo de 110 cavaleiros do 1.º Regimento de Cavalaria de Guardas, os Dragões da Independência, tra-

...o PT para o leral. ença, nímiz. toriz. o pontra rriz."

...carro te ao olícia de. O rriz. O s que



Marcelo Ximenez/AE

nas bandeiras vermelhas, muitos permaneceram acomodados no alto das árvores dos canteiros dos ministérios. Dali, acompanharam pelos telões a transmissão da posse.

A cada palavra de Lula, gritos. "Prometo cumprir a Constituição..." ouviu-se a voz do presidente, às 15h05. E alguém emendava na rua: "Fora Roriz, fora Roriz." Ouviu-se a voz do presidente do Congresso, senador Ramez Tebet (PMDB-MS): "Declaro empossado..." Comoção na Esplanada.

Na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto, logo depois da passagem da faixa presidencial, o presidente do PT José Genoino aproximou-se da multidão e agradeceu a todos, mas pediu calma e que os policiais fossem respeitados. Genoino recomendou que o cordão de isolamento não fosse forçado.

Os locutores dos palcos da Esplanada passaram a fazer apelos. Alertaram para o risco de acidentes. "Basta aplaudir, que o presidente vai sentir a vibração de vocês."

Na festa da posse, Lula foi homenageado também com uma salva de 21 tiros de canhão 105 milímetros. Quando descia a rampa do Congresso, antes de passar a tropa militar em revista, Lula deixou uma fã aproximar-se para fotos.

...cálculos da Polícia, cerca de 200 mil pessoas estiveram ontem na planada dos Ministérios. Comente-coronel Antonio Queira, subcomandante de policiamento do Distrito Federal, informou que na Esplanada havia 70 mil pessoas. Praça dos Três Poderes, quando o oficial, havia um 40 mil pessoas.

Uma hora antes da chegada de Lula, o coronel Carlos Lopes da Cunha, que comanda o exército de 8 mil policiais civis e militares mobilizados para "garantir a tranquilidade da posse", previa que mil pessoas iriam à festa, um trabalho que estamos desenvolvendo há 3 meses, e é lógico que não teremos sucesso em mil por cento."

Pelo menos 50 pessoas, milhares na maioria, desmararam por causa do calor si-

...lanada para ver Lula, que acena e sorri

...o PT para o leral. ença, nímiz. toriz. o pontra rriz."

...carro te ao olícia de. O rriz. O s que



LULA PRESIDENTE



"Confio muito nele. Não é possível que depois de tanta luta para chegar à presidência ele trapaceie não faça nada"

Raquel Rodrigues, 19 anos, estudante

Nem chuva nem calor da festa

EM TODOS OS ROSTOS O PRAZER DE VER UMA TRANSIÇÃO HISTÓRICA PARA O PAÍS E EXEMPLO PARA O MUNDO

Adriana Nicácio

A chuva apareceu, mas sem atrapalhar a festa da posse. O presidente eleito não precisou suspender a capota do Rolls Royce nem usar capa de chuva. Por onde ele andou, o sol estava

presente, escapando do céu por alguns momentos e voltando a se esconder entre as nuvens.

Os 130 mil participantes, segundo o Corpo de Bombeiros, ou 200 mil, de acordo com os organizadores, também não se incomodaram com o vaivém da chuva. Por certo, ela refrescou o clima seco do DF.

Nada parecia chatear quem estampava no rosto pintado na roupa vermelha e em faixas de camião a satisfação de participar de uma transição de governo histórica para o País e exemplo para o mundo, segundo deixavam claro os participantes da festa.

Pessoas humildes de pé no chão ao lado de outras economicamente privilegiadas, bem vestidas. Crianças, jovens, adultos e velhos juntos na hora de calar ou aplaudir. Gente dos 26 estados e, como não podia faltar, do Distrito Federal confundiam os sotaques em um único discurso: Esperança em um Brasil melhor.

Brasil de várias raças, credos e religiões representados no centro do poder, ora chorando de emoção ao cantar o Hino Nacional, ora sorrindo de alegria e aplaudindo a transição de governo.

As palavras de Lula ouvidas pelo telão foram captadas com atenção. Desta vez, as promessas soavam como metas. O desfile em carro aberto depois da posse foi esperado com ansiedade. Todos queriam tocar o presidente, dizer o quanto estavam felizes e se mostrarem presentes e participativos. Eles se sentiam realmente responsáveis por aquele momento. Houve quem chegou no início da manhã para guardar o local e ver o presidente de perto.

A participação na festa da posse no Congresso tinha como símbolo a participação na mudança, que os eleitores garantem que vai acontecer.



LUIZ MARQUES



A verdadeira festa popular do Brasil

A POSSE DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, COM PRESÊNCIA DE MILHÕES DE CIDADÃOS CELEBRADA POR CERCA DE 250 MIL PESSOAS, NA MAIOR COMEMORAÇÃO DE ANOS DE INDEPENDÊNCIA

Danielly Viana

O dia primeiro de 2003, na Esplanada dos Ministérios em Brasília, foi marcado na história do País pela presença de uma multidão de brasileiros, que vieram ligar os votos e os votos mais remotos para saudar o novo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Um dia em muita festa, aglomerações em um só lugar, pessoas de todos os cantos do País que clamavam intensamente o nome de seu mais novo representante.

Orgulhosos, vestiam camisetas, botões e bandeirinhas coloridas do Partido dos Trabalhadores (PT) que esperou por 19 anos para poder governar o País. Figuras interessantes e exóticas caminhavam no meio do verde: o delegado de cultura do PT de Camaragibe, em Pernambuco, e participante do grupo GLS/RJ, Maurício Santana, que estava vestido de dragão, com uma



camisa e bandeira do partido. Maurício passou a tarde do ano viajando de ônibus do Rio de Janeiro até Brasília para participar da posse do presidente. "Foi o meu primeiro Brasil em Copacabana só para estar participando desta festa de qual tribulou no Rio como voluntário. Apesar do calor, está valendo a pena", disse Maurício.

Outro personagem que se cultiva para festa era o empresário Pedro Rambo, que viajou 1,7 mil km de artilho de Santa Catarina com a esposa para as

festas. Ele chegou em Brasília com uma bandeira do PT e uma camiseta com a seguinte mensagem: "Lula é o melhor para o Brasil". Ele também trouxe um presente para o novo presidente: um relógio de pulso. "É um presente bastante simples, mas acho que vai ajudar o presidente a marcar o tempo", disse Rambo. "É a verdadeira mudança do Brasil. Este momento era necessário", refletiu. O ex-ense Eliseu Santana

de Curitiba, no Paraná, também chegou em Brasília com uma bandeira do PT e uma camiseta com a seguinte mensagem: "Lula é o melhor para o Brasil". Ele também trouxe um presente para o novo presidente: um relógio de pulso. "É um presente bastante simples, mas acho que vai ajudar o presidente a marcar o tempo", disse Santana. "É a verdadeira mudança do Brasil. Este momento era necessário", refletiu. O ex-ense Eliseu Santana

de Curitiba, no Paraná, também chegou em Brasília com uma bandeira do PT e uma camiseta com a seguinte mensagem: "Lula é o melhor para o Brasil". Ele também trouxe um presente para o novo presidente: um relógio de pulso. "É um presente bastante simples, mas acho que vai ajudar o presidente a marcar o tempo", disse Santana. "É a verdadeira mudança do Brasil. Este momento era necessário", refletiu. O ex-ense Eliseu Santana

LULA, ANO I - Festa mostrou o quanto o brasileiro sonhava O povo o abraça, presi

Fato do Dia

Feliz ano velho

Enquanto explodiam os fogos do ano-novo, o governo do PT preparava-se para segurar literalmente o rojão e sair montado num ensandecido buscapé financeiro, porque os números da economia são realmente estupefantes. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), em apenas seis anos, de 1995 a 2001, a despesa do governo com pagamento de juros cresceu 336,4%, enquanto os gastos com educação e cultura aumentavam apenas 27,1% e as verbas de saúde e saneamento subiam somente 61,5%.

Essas estatísticas demolidoras constam do mais recente relatório do tribunal, que infelizmente ainda não dispunha dos dados referentes a 2002, quando a situação agravou-se ainda mais. Dizem os especialistas do TCU que o efeito da taxa doméstica de juros ameaça fazer com que a dívida pública mobiliária federal interna (títulos do Tesouro Nacional no mercado) atinja a casa de R\$ 1,4 trilhão em 2005.

Se você se assustou com essa possibilidade, preste atenção, porque o problema é muito mais grave. Nesses cálculos, o tribunal baseou-se nas taxas de juros vigentes em 2001, que eram de 19%. Agora, com os juros a 25%, esse cenário sinistro previsto para o terceiro ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai apanhá-lo em 2004.

A taxa de juros, portanto, tornou-se uma espécie de enigma para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Se não decifrar esse desafio no mais curto prazo possível, o governo do PT arrisca-se a mergulhar no inferno de Dante antevisto pelo TCU. Se encontrar a saída, vai se notabilizar como o maior estadista da História do Brasil.

Números enlouquecidos

É importante repetir que os números oficiais do governo decididamente não batem. A Secretaria do Tesouro Nacional, por exemplo, divulga uma dívida pública federal interna de R\$ 562,7 bilhões em novembro de 2002, mas a Bradesco

informa que os juros o total seria de R\$ 631,4 bilhões. O TCU, em seu relatório oficial ao Congresso Nacional, divulgado em dezembro de 2001, calcula a dívida pública federal interna em R\$ 977,2 bilhões.

Essas diferenças são muito sérias. Não se sabe exatamente qual delas é a verdadeira. Mesmo a mais baixa, a da Bradesco, representa uma magnitude imensurável em termos de comprometimento da administração pública.

Campeonato

Enquanto explodiam os fogos do ano-novo, o governo do PT preparava-se para segurar literalmente o rojão e sair montado num ensandecido buscapé financeiro, porque os números da economia são realmente estupefantes. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), em apenas seis anos, de 1995 a 2001, a despesa do governo com pagamento de juros cresceu 336,4%, enquanto os gastos com educação e cultura aumentavam apenas 27,1% e as verbas de saúde e saneamento subiam somente 61,5%.

Estratosfera

Essas estatísticas demolidoras constam do mais recente relatório do tribunal, que infelizmente ainda não dispunha dos dados referentes a 2002, quando a situação agravou-se ainda mais. Dizem os especialistas do TCU que o efeito da taxa doméstica de juros ameaça fazer com que a dívida pública mobiliária federal interna (títulos do Tesouro Nacional no mercado) atinja a casa de R\$ 1,4 trilhão em 2005.

Antonio Caetano

BRASÍLIA - Olhando ontem a Esplanada dos Ministérios do viaduto que sobrevoa a Rodoviária ligando as asas Norte e Sul de Brasília, se podia ter uma idéia da pressão que virá das ruas no governo Lula. Pela primeira vez, o povo sente-se de fato no poder. Havia gente que veio por sua própria conta, mas uma boa parte das caravanas que ocupavam os gramados era de militantes, organizadas pelos partidos de esquerda que constituíram a aliança que levou Lula ao poder. Tolo é pensar que tamanha concentração de gente não reflete, no entanto, o eleitorado em geral.

Brilhava nos olhos cansados de gente que viajou um, dois dias para chegar a Brasília, um fervor mais do que militante e que parece dizer que cada um ali valia por 10, 20 brasileiros. Mesmo este repêter trazia para Lula o abraço ingênuo de mais de uma dezena de brasileiros que imaginavam que a imprensa teria um acesso restrito ao presidente no dia da posse.

Ao longo dos dias em que se preparou para esta viagem, o repórter ouviu de porteiros, comerciários, motoristas, empregadas domésticas, bancários dois principais pedidos: dê um abraço por mim, tire uma foto a lábia.

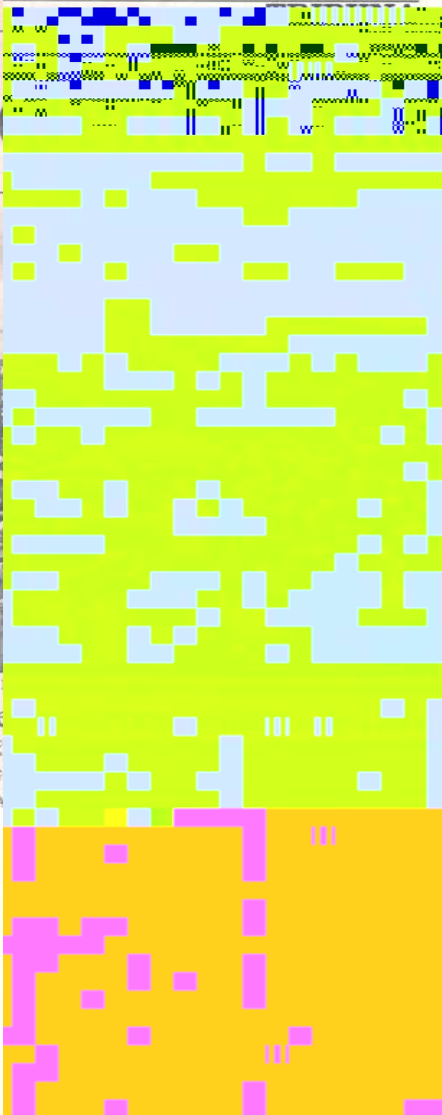
A imprensa que se dedica à inversa com toda a certeza não pôde resistir ao impulso de se aproximar da festa. Era impossível não estar em um ponto de encontro de gente que se quer abraçar e fotografar. Não se tratava de uma festa de aniversário, mas de um dia de nascimento. Deuses e demônios estavam presentes. O clima de festa e forte apoio popular ao novo presidente.



Duzentas mil pessoas tomaram a

Clima da festa é

Os ministros do governo de Luiz Inácio Lula da Silva ficaram sensibilizados com o clima de festa e forte apoio popular ao novo presidente.



FOLHA DINHEIRO

Tel: 0xx11/3224-3373
E-mail: dinheiro@folha.com.br
Fax: 0xx11/3224-2287
Serviço de atendimento ao assinante:
Grande São Paulo: 0xx11/3224-3090
Demais localidades: 0800-703-8080

PÁGINA B 1 ★ SÃO PAULO, DOMINGO, 2 DE MAIO DE 2004



O presidente Lula e a primeira-dama, Marisa Letícia, na missa do trabalhador, realizada ontem em São Bernardo do Campo

A primeira em Volkswagen. A n°1 em Economia.
SABRICO
Nova Sabrico 3619-2000

TRABALHO Arcebispo critica reajuste do salário mínimo e desemprego no país; presidente diz prepara investimentos para o setor

Lula ouve sermão em missa no 1º de Maio

JULIA DUAILIBI
DA REPORTAGEM LOCAL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ouviu ontem, durante a missa do Dia do Trabalho, duras críticas à política econômica do seu governo. A celebração religiosa aconteceu na Igreja Matriz, em São Bernardo do Campo.

O arcebispo de Santo André, Nelson Westrup, criticou o desemprego no país e o que chamou de "falta de um salário justo", durante o sermão. "Como trabalhar para comer, se não tem emprego?", disse. "O desemprego é sempre um mal e quando atinge determinadas dimensões pode virar uma calamidade social."

O padre Décio Rocco leu uma nota da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que trazia críticas ao reajuste do salário mínimo —de R\$ 240 para R\$ 260—, promovido pelo governo na semana passada. "O salário mínimo atende cada vez menos às necessidades do homem. Não podemos continuar com esta situação, que faz do país um péssimo distribuidor de renda", disse.

"Os recursos públicos não devem ser destinados para o pagamento de juros e da dívida externa. Os credores podem esperar. Os desempregados, não."

No ato religioso, foi apresentada uma encenação contando a história dos 25 anos da paróquia. Na apresentação, jovens seguravam placas pedindo, entre outras coisas, mais emprego e melhoria no saneamento básico.

A igreja tem capacidade para 1.500 pessoas e estava lotada. O presidente Lula também discursou. "A Igreja vem cumprindo o seu papel de educar, de aprender, de orientar", afirmou.

"Nunca acabaremos com 100% dos desempregados no país, mas teremos [no futuro] mais gente trabalhando do que temos hoje. Estamos preparando todos os investimentos possíveis em áreas que possam gerar emprego", declarou. "Não temos o direito de criticar ninguém."

O desemprego atingiu 12,8% da população economicamente ativa das seis maiores regiões metropolitanas do Brasil em março, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A missa do Dia do Trabalho é realizada desde 1980 na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo. Ela nasceu como um protesto à prisão de Lula e dirigentes sindicais devido às greves no ABC.

Com a Folha Online

MÚSICA Em reportagem do "New York Times", compositor critica o país e os EUA; artista toca no Carnegie Hall nesta semana

"A vida no Brasil é horrível", diz Caetano

DA REDAÇÃO

O cantor e compositor Caetano Veloso, 61, que acaba de lançar o CD "A Foreign Sound", composto por canções em inglês, foi tema de reportagem do jornal "The New York Times" publicada na edição de anteontem.

No texto, assinado por Jon Pareles, um dos críticos mais conhecidos dos EUA, o músico faz análises sobre os norte-americanos ("Vocês têm uma vocação para dominar") e os brasileiros ("a vida no Brasil é horrível em muitas maneiras").

"Vocês [norte-americanos] roubaram o nome do continente", diz Caetano. "Apenas os EUA e a África do Sul tomaram os nomes do continente, de uma maneira arrogante inconsciente."

"Dado o explícito escândalo racial que foi vivido pelos dois países, posso escutar ecos dessa decisão naquilo vindo depois: uma vocação para dominar."

O músico tece comparações entre os EUA e o Brasil, como o antigo uso de escravos vindos da África pelos dois países. "Matamos índios. (...) Compartilhamos aquele sentimento da América, que é o sentimento de novo mundo. Temos que pensar nesses problemas, mas acima de tudo abrir nossos corações para a beleza que foi criada nesses novos continentes, porque é uma nova experiência na civilização ocidental."

Vida no Brasil

A reportagem elogia a obra e o novo álbum do cantor, que, segundo Pareles, é "um dos mais graciosos e inovadores compositores do Brasil e do mundo". "Ele é aquela raridade de combinações, um artista profundamente autoconsciente que também segue seus mais alegres instintos. No mais autêntico estilo brasileiro, sua carreira tem misturado sedução e provocação."

Na entrevista, Caetano dá sua visão de Brasil para o crítico norte-americano. "A vida no Brasil é horrível em muitas maneiras, mas é bela também", diz o músico.

"Como nação, somos uma criança, tão grande quanto o continental Estados Unidos, talvez até maiores. (...) Somos muito misturados racialmente. Temos uma responsabilidade histórica de fazer uma coisa boa devido a essa particularidade."

O compositor baiano também faz previsões para o futuro do Brasil. "Mesmo se, no futuro, nós, como brasileiros, não fizermos nada e apenas continuarmos sendo pobres, desorganizados, dominados e corruptos, e desaparecermos lentamente na história —mesmo se esse sonho for apenas uma luz fraca no oceano da história, até agora ele está vivo e vivemos a intensidade desse ambicioso sonho."

Carnegie Hall

A reportagem diz que Caetano retorna nesta semana para Nova York, na condição de curador do projeto "Perspectives", da casa de espetáculos Carnegie Hall (que

também abrigará a estréia de seu novo show). O brasileiro é o primeiro músico não-clássico a assumir o cargo.

Ao lado do americano David Byrne, Caetano escolheu artistas

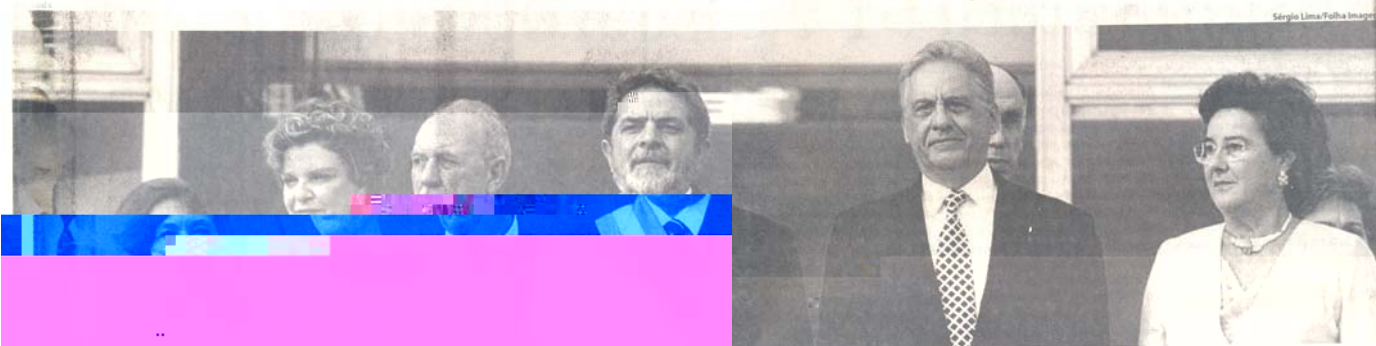
brasileiros para o projeto, como Afroreggae (amanhã) e Mart'nália (quinta). Na sexta, o músico apresenta seu "A Foreign Sound" e, no sábado, divide o palco com Byrne. "Perspectives" termina no

domingo com a apresentação de Virgínia Rodrigues.

Sobre o novo álbum, que inclui regravações de músicas de artistas como Stevie Wonder e Nirvana, Pareles diz: "Para a maioria dos

músicos do exterior, um álbum de covers seria uma tentativa direta de ser conhecido aqui (...). Mas 'A Foreign Sound' é consideravelmente mais sutil: (...) uma meditação sobre o exotismo".

DISCURSO NO PARLATORIO



Enchido pela primeira-dama, Marisa, pelo vice José Alencar e sua mulher, Mariza, e por Ruth Cardoso

‘Não é minha, é nossa’

O meu papel neste instante, com muita humildade, mas também com muita serenidade é dizer a vocês que eu vou fazer o que acredito que o Brasil precisa que seja feito nesses quatro anos. Cuidar da educação, cuidar da saúde, fazer a reforma agrária, cuidar da Previdência Social e acabar com a fome neste país são compromissos menos programáticos e mais um compromisso moral e ético que eu quero assumir aqui nesta tribuna, na frente do povo, que é o único responsável pela minha vitória e pelo fato de eu estar aqui hoje tomando posse.

Como eu tenho uma agenda a ser cumprida, eu queria dizer a todos vocês: amanhã vai ser o meu primeiro dia de governo e eu prometo a cada homem, a cada mulher, a cada criança e a cada jovem brasileiro que o meu governo, o presidente, o vice e os ministros trabalharão se necessa-

riamente para fazer com que o Brasil seja um país melhor. Quando a gente perde, ninguém dá um telefonema para a gente para dizer: “Companheiro, a luta continua”. As vezes, ela e eu decidimos que a luta vai continuar porque não tinha outra coisa a fazer a não ser continuar a luta para chegar aonde nós chegamos.

Eu quero dizer a todos vocês, que vieram de Roraima, do Acre, do Amapá, do Amazonas, que vieram de Rondônia, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, que vieram do Maranhão, do Piauí, do Ceará, que vieram do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, de Pernambuco, de Sergipe, da Bahia, companheiros de Brasília, mas também companheiros de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, quero dizer, inclusive, ao povo do Rio Grande do Sul, aos meus irmãos de Gaúchos, minha grande cidade natal, que se chamava Garibaldi, aos companheiros de Goiás, eu

que eu trato os meus filhos e os meus netos, que são as pessoas que a gente mais gosta e eu quero propor isso a vocês: amanhã, estaremos começando a primeira campanha contra a fome neste país. É o primeiro dia de combate à fome e eu tenho fé em Deus que a gente vai garantir que todo brasileiro e brasileira possa todo santo dia tomar café, almoçar e jantar porque, isso está escrito no meu programa, isso está escrito na Constituição Brasileira, está escrito na Bíblia, está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso, nós vamos fazer juntos.

Por isso, meus companheiros e companheiras, um abraço especial aos companheiros e companheiras portadores de deficiência física que estão sentados na frente deste parlatório. Meus agradecimentos

de todos os brasileiros e brasileiras que me apoiaram e me apoiarão.

Eu quero dizer a todos vocês: amanhã vai ser o meu primeiro dia de governo e eu prometo a cada homem, a cada mulher, a cada criança e a cada jovem brasileiro que o meu governo, o presidente, o vice e os ministros trabalharão se necessa-

riamente para fazer com que o Brasil seja um país melhor. Quando a gente perde, ninguém dá um telefonema para a gente para dizer: “Companheiro, a luta continua”. As vezes, ela e eu decidimos que a luta vai continuar porque não tinha outra coisa a fazer a não ser continuar a luta para chegar aonde nós chegamos.

Eu quero dizer a todos vocês, que vieram de Roraima, do Acre, do Amapá, do Amazonas, que vieram de Rondônia, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, que vieram do Maranhão, do Piauí, do Ceará, que vieram do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, de Pernambuco, de Sergipe, da Bahia, companheiros de Brasília, mas também companheiros de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, quero dizer, inclusive, ao povo do Rio Grande do Sul, aos meus irmãos de Gaúchos, minha grande cidade natal, que se chamava Garibaldi, aos companheiros de Goiás, eu

que eu trato os meus filhos e os meus netos, que são as pessoas que a gente mais gosta e eu quero propor isso a vocês: amanhã, estaremos começando a primeira campanha contra a fome neste país. É o primeiro dia de combate à fome e eu tenho fé em Deus que a gente vai garantir que todo brasileiro e brasileira possa todo santo dia tomar café, almoçar e jantar porque, isso está escrito no meu programa, isso está escrito na Constituição Brasileira, está escrito na Bíblia, está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso, nós vamos fazer juntos.

Por isso, meus companheiros e companheiras, um abraço especial aos companheiros e companheiras portadores de deficiência física que estão sentados na frente deste parlatório. Meus agradecimentos

de todos os brasileiros e brasileiras que me apoiaram e me apoiarão.

Eu quero dizer a todos vocês: amanhã vai ser o meu primeiro dia de governo e eu prometo a cada homem, a cada mulher, a cada criança e a cada jovem brasileiro que o meu governo, o presidente, o vice e os ministros trabalharão se necessa-

riamente para fazer com que o Brasil seja um país melhor. Quando a gente perde, ninguém dá um telefonema para a gente para dizer: “Companheiro, a luta continua”. As vezes, ela e eu decidimos que a luta vai continuar porque não tinha outra coisa a fazer a não ser continuar a luta para chegar aonde nós chegamos.

Eu quero dizer a todos vocês, que vieram de Roraima, do Acre, do Amapá, do Amazonas, que vieram de Rondônia, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, que vieram do Maranhão, do Piauí, do Ceará, que vieram do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, de Pernambuco, de Sergipe, da Bahia, companheiros de Brasília, mas também companheiros de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, quero dizer, inclusive, ao povo do Rio Grande do Sul, aos meus irmãos de Gaúchos, minha grande cidade natal, que se chamava Garibaldi, aos companheiros de Goiás, eu

que eu trato os meus filhos e os meus netos, que são as pessoas que a gente mais gosta e eu quero propor isso a vocês: amanhã, estaremos começando a primeira campanha contra a fome neste país. É o primeiro dia de combate à fome e eu tenho fé em Deus que a gente vai garantir que todo brasileiro e brasileira possa todo santo dia tomar café, almoçar e jantar porque, isso está escrito no meu programa, isso está escrito na Constituição Brasileira, está escrito na Bíblia, está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso, nós vamos fazer juntos.

Por isso, meus companheiros e companheiras, um abraço especial aos companheiros e companheiras portadores de deficiência física que estão sentados na frente deste parlatório. Meus agradecimentos

de todos os brasileiros e brasileiras que me apoiaram e me apoiarão.

Eu quero dizer a todos vocês: amanhã vai ser o meu primeiro dia de governo e eu prometo a cada homem, a cada mulher, a cada criança e a cada jovem brasileiro que o meu governo, o presidente, o vice e os ministros trabalharão se necessa-

RETÓRICA OFICIAL Em discurso, presidente diz preferir exercer a autoridade ao poder

Lula afirma ter um jeito diferente de governar o país

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem, em discurso improvisado no Palácio do Planalto, que prefere exercer a autoridade ao poder. Segundo ele, seu governo "não é dono da verdade" nem busca impor um "pensamento único".

Em sua fala, durante solenidade na qual formalizou o envio de um projeto de lei ao Congresso para

o presidente disse que seu "jeito de governar" é "culturalmente" diferente de seus antecessores.

"Eu adotei um jeito de governar um pouco diferente do que habitualmente e culturalmente se faz no Brasil. Eu duvido que em algum momento, em algum governo da história deste país, os segmentos da sociedade foram tão chamados a participar, a ajudar a elaborar as coisas como nós fazemos", afirmou o presidente.

Nesse contexto, Lula disse: "Eu resolvi que, ao invés de exercer o poder, é preciso exercer a autoridade. O que é exercer a autoridade? É quando, ao invés de você impor um pensamento único, você constrói com todos os envolvidos aquilo que é o consenso possível de ser feito com a sociedade."

Para Lula, a forma de governar "exercendo o poder" leva a erros. "O exercer o poder é que permite que você cometa todos os erros possíveis em função da legalidade de você ter sido eleito. E, portanto, você pensa que pode tudo."

Desde o início de seu mandato,



Sergio Lima/Folha Imagem



O presidente Lula ontem, no Palácio do Planalto, durante envio de projeto de lei ao Congresso

do plano, segundo eles, as vias tradicionais do Congresso.

A tentativa de expulsão do país do correspondente do jornal norte-americano "The New York Times" e o envio de um projeto de

obrigação de consultar a sociedade. "Aí, você não precisa consultar ninguém, você consulta o seu advogado, consulta o seu assessor econômico e, a partir daí, faz a quantidade de leis que quiser,

pega e lei que não pega, quando a lei é obrigação de todos."

Ao final do discurso, o presidente afirmou: "Eu não tenho dúvida nenhuma de que nós vamos fazer muito mais dessa forma,

Folha de S. Paulo

23 de agosto de 2003

CLOVIS ROSSI

Haja paciência

SÃO PAULO - O ideal, para qualquer maionese da educação, político, é ser amado pelo tal de povo, saúde lamentável, do emprego como é flúvia. Mas nada esbravimar

Folha de S. Paulo, 6 de fevereiro de 2004 (Brasil)

“Não pergunte, encha a boca de castanha”, diz Lula

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva procurou ontem mostrar despreocupação com os cortes no Orçamento e os boatos que envolvem a sua equipe econômica. Pre-

uma castanha à repórter, que aceitou, mas insistiu nas perguntas sobre a política econômica do governo federal.

O diálogo ocorreu depois que Lula discursou na instalação do Programa Nacional de Florestas, acompanhado da ministra Mari-

tanhas aos repórteres.

Recados

Após ter encerrado a parte formal de seu pronunciamento, o presidente Lula passou a mandar recados. Em todos pediu, além de calma, prudência,

que passo estamos dando, quem a gente vai beneficiar e quem a gente vai prejudicar, porque, certamente, não queremos dar passos para prejudicar ninguém.”

O presidente não citou a questão orçamentária em nenhum momento, mas fez os pedidos de

mos as coisas corretas. Se não ganharmos ‘1 milhão’, como queremos ganhar neste ano, poderemos ganhá-lo no ano que vem, pois precisamos de um tempo adequado para discutir bem cada coisa que iremos fazer, para não permitir que aconteça, daqui para

Na cerimônia de instalação do Programa Nacional de Florestas, o presidente chegou a arriscar umas dedilhadas num violão feito de madeira certificada da Amazônia. Lula deu um beijo no menino que fez o instrumento. O presidente

SOMBRA NO PLANALTO

Governo vacila, e CPI do Bingo avança

Comissão deve ser usada para apuração de caso Waldomiro Diniz; base de governo no Senado ajudou a reunir as assinaturas

“É urgente a CPI, e o presidente deveria incentivar a em vez de ser contra sua instalação”

LULA, presidente de honra do PT, sobre a instalação da CPI do Banco Nacional.

“O governo foi comprometendo parte de seu capital político ao tentar abafar sucessivos escândalos, como os casos Sivam, pasta rosa e da CPI para apurar as falcatruas nos bancos Econômico e Nacional generosamente socorridos pelo Proer”

ALDIZIO MERCADANTE

“O presidente da República, em vez de ficar atacando a oposição, deveria incentivar o seu partido a colocar os nomes dos deputados na lista que está pedindo a CPI”

LULA, sobre o pedido de instalação da CPI da Reeleição

“Se o governo barrar a CPI, ficará marcado pelo medo de um impeachment”

reeleição, e essa marca ficará carimbada”

JOSÉ GENOINO, deputado federal (PT-SP), sobre a CPI da Reeleição

“A situação para o governo se complica e muito. Lopes demonstrou que tem comprometimento e que não pode fugir. Assim, ele compromete também todos os seus defensores”

MARTA SUPLICY, sobre a recusa do ex-presidente da Banca Central Francisco Lopes de depor na CPI dos Bancos

“Eu diria que o presidente está tomando uma posição de covarde. Quem não deve não teme”

LULA, sobre a criação da CPI sobre Eduardo Jorge

“Nos poucos, o país, escandalizado, foi descobrindo que o presidente tinha ao seu lado, durante 20 anos, um auxiliar acusado de tráfico de influência, práticas de advocacia administrativa, lobby, favorecimento pessoal e familiar em diversos episódios além do caso TRT”

JOSÉ DIRCEU, sobre o caso Eduardo Jorge

“Os bandudos são os que não querem apuração, não querem CPI e sempre acabam sendo convencidos pelo prefeito Pitta a não votar seu impeachment”

MARTA SUPLICY, então candidata à Prefeitura de São Paulo, sobre a recusa de verbas em votar o impeachment do então prefeito Carlos Pitta (PM)

DAS CÔRTEIS DE BRASÍLIA

A falta de articulação política do governo permitiu que senadores da própria base aliada contribuíssem para reunir ontem os assinaturas necessárias para se pedir a criação de uma CPI do Bingo, que na prática poderá investigar os atos do ex-tesorero da Presidência Waldomiro Diniz, suspeito de representar os interesses do jogo no Congresso e no governo.

A oposição resolveu usar a CPI do Bingo como uma alternativa à CPI para investigar Waldomiro. No caso da primeira, já foram coletadas as assinaturas necessárias para sua instalação.

O requerimento para a instalação da CPI do Bingo foi de autoria do líder do PL, senador Magno

Malta (ES), mas o senador Heloisa Helena (sem partido-AL) ajudou a coletar as assinaturas. O tema da comissão é a suposta lavagem de dinheiro por bingos e máquinas caça-níqueis.

No final da tarde de ontem 32 senadores haviam assinado o requerimento, 11 da base aliada. Desses, sete são petistas.

Para pedir a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito é necessário o apoio de um terço da Casa — 27 senadores.

“Estou assustado com a ingenuidade do atual governo. Vamos continuar coletando assinaturas para a outra CPI, mas por meio dessa chegamos ao Waldomiro”, afirmou o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

O governo trava uma luta com a

oposição para que não seja instalada uma CPI para investigar o ex-subchefe de Assuntos Parlamentares Waldomiro Diniz. O PT chegou a ameaçar anteriormente

“Já havia coletado contribuições legais de campanha do governo passado. O PSDB continua recolhendo assinaturas para a CPI específica do caso Waldomiro. Ontem, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) assinou o requerimento. “Já tinha dito que assinaria, mas a pedido do partido esperaria um pouco, já que não vai haver votações até o próximo dia 2, liberaram o ponto, e os senadores já começaram a ir para os Estados, resolvi me antecipar”, disse Simon.

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), anunciou

anteriormente que não haverá votações até o próximo dia 2.

“O Congresso já estava paralisado por causa desse tiroeteio. O presidente não queria votar [parlamentar] parecia um jogo de guerrilha”, disse o líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC).

Sobre a instalação da CPI dos Bingos, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), tentou minimizar a operação da oposição. “Se é uma CPI para investigar os bingos, o modo que está funcionando hoje, sem nenhum tipo de legalidade, com suspeita de lavagem de dinheiro do crime organizado, tudo bem. Agora se é outro caminho para nacionalizar o caso da Lotery é um erro político”, afirmou. (R)

“O Congresso já estava paralisado por causa desse tiroeteio. O presidente não queria votar [parlamentar] parecia um jogo de guerrilha”, disse o líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC).

“Acho que o presidente da República [FHC] precisa dar uma resposta à sociedade. Não basta dizer que a moralidade está dentro dela. Não basta parecer. Tem que ser”

LULA, sobre a CPI para investigar a origem do Dossie Cayman

“Parece que o presidente teve um apagão de memória e esqueceu o tempo em que fazia política com ética”

LULA, criticando FHC por se opor a CPI do Dossie Cayman

“O governo é a própria corrupção. No acordo [entre o governo e os senadores Antonio Carlos Magalhães (PEL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA) para barrar a CPI], o governo assumiu que é um governo corrupto”

JOSÉ DIRCEU, dizendo que o governo agiu contra a CPI porque temia que ela chegasse ao Planalto

“Encalacrado com a corrupção no país. E, para que isso não fique tão visível, eles [os tucanos] ficam tentando enfiar o PT em todas as confusões e toda a sorte de CPBs”

MARTA SUPLICY, senadora de São Paulo, criticando a bancada tucana que impediu a CPI dos Bancos em sua administração

“Você defender na reunião que a bancada, mais do que não assinar, combata uma CPI que é uma tentativa política de atingir o governo”

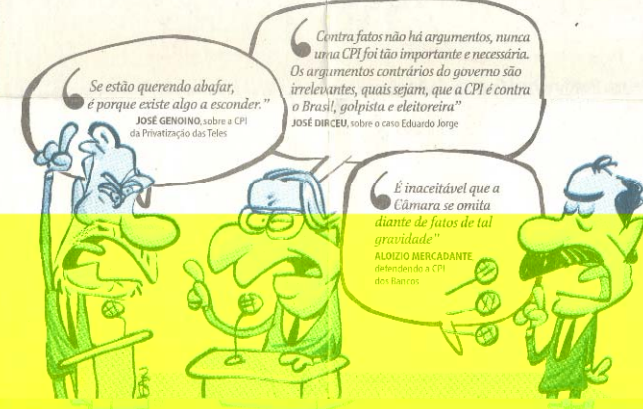
JOSÉ GENOINO, presidente nacional do PT, falando contra o caso Waldomiro

“Eu acredito que, se, a partir desse encaminhamento, a partir das investigações, for necessária uma ampliação, eu acho que a gente não deve ser contra [a CPI]. Mas acho que seria precipitado hoje, neste momento, instalar uma CPI”

MARTA SUPLICY, sobre o caso Waldomiro

“Faço um apelo. Pedimos um voto de confiança para a Polícia Federal investigar o caso, para o Ministério Público fiscalizar”

ALDIZIO MERCADANTE, líder do governo no Senado, ao falar contra a abertura da CPI do caso Waldomiro



NO GOVERNO

“Se o governo barrar a CPI, ficará marcado pelo medo de um impeachment”

reeleição, e essa marca ficará carimbada”

“A situação para o governo se complica e muito. Lopes demonstrou que tem comprometimento e que não pode fugir. Assim, ele compromete também todos os seus defensores”

“Eu diria que o presidente está tomando uma posição de covarde. Quem não deve não teme”

“Nos poucos, o país, escandalizado, foi descobrindo que o presidente tinha ao seu lado, durante 20 anos, um auxiliar acusado de tráfico de influência, práticas de advocacia administrativa, lobby, favorecimento pessoal e familiar em diversos episódios além do caso TRT”

“Os bandudos são os que não querem apuração, não querem CPI e sempre acabam sendo convencidos pelo prefeito Pitta a não votar seu impeachment”

“Encalacrado com a corrupção no país. E, para que isso não fique tão visível, eles [os tucanos] ficam tentando enfiar o PT em todas as confusões e toda a sorte de CPBs”

“Você defender na reunião que a bancada, mais do que não assinar, combata uma CPI que é uma tentativa política de atingir o governo”

“Eu acredito que, se, a partir desse encaminhamento, a partir das investigações, for necessária uma ampliação, eu acho que a gente não deve ser contra [a CPI]. Mas acho que seria precipitado hoje, neste momento, instalar uma CPI”

“Faço um apelo. Pedimos um voto de confiança para a Polícia Federal investigar o caso, para o Ministério Público fiscalizar”

SOMBRA NO PLANALTO

Petistas e tucanos travam batalha de versões na internet

Principais partidos da situação e da oposição usam seus sites para noticiar os mesmos fatos, mas de formas totalmente diferentes

RICARDO WESTIN
DA REPORTAGEM LOCAL

O bate-boca entre a base do governo e a oposição não se restringe mais aos plenários do Congresso Nacional e às declarações que saem na imprensa. Os partidos ampliaram o campo de batalha também para a internet.

Quem fica no meio dessa batalha virtual é bombardeado por versões e mais disparates possíveis (veja quadro ao lado). O caso Waldomiro Diniz é um bom exemplo.

Logo na sexta-feira em que o escândalo envolvendo o ex-subchefe da Presidência veio à tona, o site do PT estampou a seguinte manchete: "Genoino: PT não compartilha com corrupção".

O PSDB não perdeu tempo. Usou seu site para cumprir o propósito de oposição: "Incentiva ao egoísmo a afirmação dos petistas de que o governo já fez tudo que tinha que fazer, demitiu o Waldomiro e abriu inquérito para apurar o caso da propina".

Com ironia, o partido tucano completou: "Se Dirceu teve alguma iniciativa contra a corrupção, não se sabe. Sabe-se, porém, que

o presidente Lula assinou Waldomiro Diniz para ser subchefe de 43 milhões parlamentares [sic]. A proposta, se Waldomiro era o subchefe, quem era o chefe?".

Os petistas não ficaram em terra firme. O presidente do PT, José Genoino, disse que os tucanos querem escanear a disputa de 2002 para as eleições municipais e por isso estão atacando o governo.

Essa batalha da informação é alimentada por versões apresentadas como se fossem notícias jornalísticas. As páginas do PT e do PSDB têm até uma sessão de "últimas notícias", imitando os grandes sites que transmitem os acontecimentos em tempo real.

Se quiserem, os militantes nem precisam acessar os sites para saber as novidades. Todos os dias, o PT envia o informativo on-line "Linha Aberta" para o e-mail de seus 113 mil cadastrados. O PSDB faz a mesma coisa com o "Diário Tucano" e o "Boletim Tucano", que diariamente chegam a cerca de 10 mil computadores.

Os sites se pautam pelos mesmos assuntos do dia-a-dia político. Antontem, por exemplo, PT e PSDB deram destaque à interini-

A GUERRA DE VERSÕES



CASO WALDOMIRO DINIZ

16. fev. 2004

Em entrevista ao portal do PT, José Genoino disse que os tucanos querem escanear a disputa de 2002 para as eleições municipais e, por isso, requereram a denúncia. O dirigente petista reafirmou que o caso nada tem a ver com o governo, que, por sinal, agiu prontamente exonerando o envolvido.

18. fev. 2004

Resvala no cinismo a afirmação dos petistas de que o governo já fez tudo que tinha que fazer, demitiu o Waldomiro e abriu inquérito. O PT queria o quê? Nomeá-lo embaixador em Bruxelas? O que tem que ser explicado é o que estava fazendo o sr. Waldomiro Diniz sentado à mesa direita de Deus Pai todo-poderoso.

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

19. jan. 2004

Depois de dois dias de reunião no meio-dia desta segunda-feira a convocação extraordinária do Congresso Nacional. Em uma sessão que durou apenas quatro minutos, o vice-presidente do Congresso, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), deu início aos trabalhos legislativos para apreciar uma pauta definida pelo TCU.

22. jan. 2004

Para se saber por quem o presidente Lula convocou o Congresso Nacional para trabalhar no recesso parlamentar sem necessidade nenhuma, para votar nada e aprovar coisa nenhuma. A mídia magre, a comunidade reclama dos gastos sem motivo e o rateio de bilhões em gastos do governo.

NUMEROS DO EMPREGO

23. nov. 2003

O IBGE divulgou hoje pela manhã uma queda nos índices de desemprego. Em seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo instituto o desemprego atingiu em dezembro 10,9%, uma queda de 1,2% em relação a novembro.

26. jan. 2004

No ano de mandato os jornais publicaram pesquisas do IBGE confirmando que no primeiro ano do governo Lula a renda do trabalhador caiu e o desemprego aumentou em todos os níveis, todos os Estados, todas as cidades.

BERZOINI E OS APOSENTADOS

11. nov. 2003

O governo federal deve iniciar um processo de recadastramento "tranquilo e sem desconforto" para os pensionistas, garantiu o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini. Disse que o ministério tomou uma "decisão equivocada" ao condicionar o pagamento de benefícios ao recadastramento de aposentados e pensionistas.

11. nov. 2003

Um dia, [Berzoini] mandou que pessoas aposentadas com mais de 90 anos fossem às ruas e se identificassem, que se mostrassem vivas, para receber seus proventos de aposentados. Virou ministro Diris [personagem de novela que maltratava os avós]. Quase que o ministro escorrega e deixa no ar a impressão de que desejaria que os aposentados estivessem mortos.

APROVAÇÃO DO GOVERNO

17. dez. 2003

Segundo pesquisa CNI-Ibope que está sendo divulgada nesta quarta-feira, 66% dos brasileiros aprovam o governo Lula, com oscilação de três pontos em relação à

18. dez. 2003

O primeiro ano de mandato do ex-presidente FHC foi mais bem avaliado que o do governo Lula. Em dezembro de 1995, FHC obteve 43% de

Metáforas do presidente contaminam fala dos ministros

Futebol inspira a imaginação da equipe econômica, que tem desde goleiro a cobrador de pênaltis; outros procuram se inspirar em médicos

tos." Não, apesar do estilo metafórico, a frase não é do presidente Lula em mais uma tentativa para explicar as medidas de seu governo recorrendo ao futebol. O autor é o secretário do Tesouro, Joaquim Levy, um dos nomes fortes do ministério da Fazenda.

Assim como Levy, outros nomes do alto escalão do governo gostaram da idéia e, pouco a pouco, transformaram as discussões de políticas públicas em jogos de palavras. Como no caso de Lula, o futebol é a principal fonte de inspiração. O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, encarou os países que mantêm o **protecionismo aos produtos**

agrícolas, como os europeus, no gírio do futebol. Em julho, garantiu: "Lula com a bola nas costas".

No mesmo time de Rodrigues

num time de futebol de 11, é o goleiro. Tem de cuidar para não tomar gol dos adversários e, de vez em quando, não tomar gol contra", disse em novembro, sobre as "defesas" de Antonio Palocci Filho na área econômica.

Se no time de Lula tem goleiro que "pega todas", tem também jogador que pede para não sair, ergue os braços e reclama: "O presidente é o técnico do time. Enquanto eu estiver escalado, continuo jogando". Foi o que disse o ministro José Graziano (Segurança Alimentar), neste mês, sobre a reforma ministerial.

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, também en-

trou no jogo para explicar a criação da regulação pública sobre a política monetária. Muitas vezes estamos perto do fim de um



jogo de futebol, há um pênalti para ser batido, e o jogo está empatado. Evidentemente isso configura uma possibilidade grande de vitória, mas o pênalti tem de ser batido corretamente, eficaz-

mente e com categoria porque a vitória comemorada antes de um batida pode levar, inclusive, o chute para fora", declarou.

"É o efeito 'Lula-Mendonça'", diz o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, da Unicamp: "É uma preocupação em falar linguagem popular para manter uma falsa interlocução com as massas".

Mas os que não gostam de entrar em campo também tem vez no governo. Benedita da Silva (Assistência Social) mostrou,

rou: "O sal fora da massa não tem efeito, é como fermento fora da massa". Os afazeres domésticos também inspiram o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos: "Reprimir sem prevenir equivale a secar o chão com a torneira aberta", disse em setembro.

"É uma contaminação", analisa Garcia dos Santos. "Eles acham que isso está dando certo com o Lula porque ele, apesar de fazer uma política antipopular, mantém uma taxa de popularidade muito alta", opina.

Se na visão dos colegas Palocci é um goleiro, o próprio faz questão de não se distanciar de sua profissão de origem. Em outubro, para conter os ânimos entre

o secretário de Planejamento da Receita, amarelo: "Você sabem que sou do gírio e sei cobrar". O ministro da Saúde Gil Celente

tese política, trabalhando sempre à luz do dia, sem filtros ou anteparos de qualquer natureza". Outro que buscou inspiração na área alheia foi Cristovam Buarque (Educação), ao explicar o novo sistema de avaliação dos cursos superiores. "Tem doente que acha que basta tirar a temperatura para ter o diagnóstico. Antigamente, o provão tirava apenas a temperatura do doente. Agora, vamos apresentar o diagnóstico completo e dar a receita".

Para Alessandra Aldé, professora da Universidade do Estado do Rio, usar figuras de linguagem é uma saída para quem não quer ser cobrado pelo que diz

em público. "Quando se fala em política, tem um grau menor de comprometimento. Não dá para pessoas cooperarem em ambientes de discurso metafórico".

Les défis de Lula

C'est un mythe qui a été élu dimanche à la présidence du Brésil. Dans ce pays où 1% de la population détient 53% des richesses, où les inégalités sont telles que 54 des 170 millions d'habitants connaissent la faim, un enfant des rues devenu métallo à 14 ans, Luiz Inacio Lula da Silva, dit "Lula", a été porté par les plus pauvres à la tête de ce pays immense, riche et misérable à la fois.

C'est lui qui conduit les grandes grèves de la fin des années 70 qui ébranlent la dictature militaire. Lui encore qui est à l'origine de la grande campagne, lancée en 1984, pour des élections au suffrage universel direct qui n'auront finalement lieu qu'en 1989. C'est le même homme qui, en deux décennies, a bâti une organisation, le Parti des Travailleurs (PT) qui se trouve aujourd'hui à la tête de 185 villes dont la capitale économique, Sao Paulo.

Cet homme fut longtemps l'un des héros de l'extrême-gauche, l'une des figures de la contestation de la mondialisation libérale. Or, lui, l'ami de Fidel Castro, a réussi à prendre à contre-pied tous ses détracteurs d'autrefois, en surprenant par la modération de son discours. Il entend *"civiliser"* ce pays, vaincre une criminalité galopante, redonner à manger à ceux qui ont faim. Il explique qu'il a *"mûri comme tout le monde"*, comme le *"Brésil et le monde évoluent"*.

Porté au pouvoir par le rejet des médecines ultralibérales, qui, dans tout ce continent, laminent la croissance, regonflent le chômage et accroissent les inégalités, "Lula" a conscience, comme il l'a dit d'entrée, que *"la partie difficile commence maintenant"*. Lui, le syndicaliste radical qui a su rallier à sa bannière des chefs d'entreprise, qui a réussi à rassurer les investisseurs et calmer les marchés, va-t-il réussir à concilier ses promesses (dont le programme phare "Faim zéro") avec les exigences de l'économie, à marier la solidarité avec la croissance, la protection des faibles avec l'ouverture des frontières, à abandonner l'ultra-libéralisme sans retomber dans le populisme ni dans le protectionnisme. "Lulinha, paz y amor" (notre petit Lula, paix et amour), disait un de ses étonnants slogans de campagne. En tout cas, souhaitons-les au Brésil.

Jean-Marcel Bouguereau



DA PAZ À esq., índio da tribo Fulôá, que saiu de Pernambuco para ver seu conterrâneo Lula, fuma cachimbo em frente ao Palácio da Planalto; à dir., na Catedral de Brasília, grupo de catopés, de Pará

CALOR Empolgada com a festa de novo governo, que acontece debaixo de sol e chuva, mulher abraça a filha no meio da multidão, em frente a policiais responsáveis pela segurança da cerimônia



Posse é vista por 150 mil

Apelo à paz
 Na saudação de Ano Novo, o papa João Paulo II fez outro emocionado apelo em favor de soluções pacíficas para os conflitos com o Iraque e no Oriente Médio. Segundo ele, os líderes devem fazer "todo o possível para encontrar soluções pacíficas diante das ameaçadoras tensões do momento". (Página 10)

TRIBUNA

da imprensa

ANO LIV - Nº 16.173
 Rio de Janeiro
 Quinta-feira, 2 de janeiro de 2003



www.tribunaimprensa.com.br Preço do exemplar: R\$ 1,50

BIS
 O cinema carioca de Domingos de Oliveira. Sucesso no Festival de Gramado, "Preparações" chega amanhã ao circuito comercial. Capitaneado pelo diretor e ator Domingos de Oliveira, o filme flagra os encontros e desencontros de um casal que se separa durante um determinado espaço de tempo. (Página 1)



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)